



Sandra Raquel de Almeida Cabral Hayashida

**PERIÓDICOS CIENTÍFICOS: A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO DA CIÊNCIA DA
LINGUAGEM NO BRASIL**

***SCIENTIFIC JOURNALS: PRODUCTION AND CIRCULATION OF THE SCIENCE OF
LANGUAGE IN BRAZIL***

CAMPINAS

2012



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

Sandra Raquel de Almeida Cabral Hayashida

**PERIÓDICOS CIENTÍFICOS: A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO DA CIÊNCIA DA
LINGUAGEM NO BRASIL**

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Regina Castellanos Pfeiffer

***SCIENTIFIC JOURNALS: PRODUCTION AND CIRCULATION OF THE SCIENCE OF
LANGUAGE IN BRAZIL***

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do Título de Doutora em Linguística.

Doctorate thesis presented to the Language Studies Institute from University of Campinas to obtain the Ph.D. in Linguistics.

CAMPINAS

2012

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
TERESINHA DE JESUS JACINTHO – CRB8/6879 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE
ESTUDOS DA LINGUAGEM – UNICAMP**

C112p

Cabral Hayashida, Sandra Raquel de Almeida, 1963-
Periódicos científicos : a produção e a circulação da ciência
da linguagem no Brasil / Sandra Raquel de Almeida Cabral
Hayashida. -- Campinas, SP : [s.n.], 2012.

Orientador : Claudia Regina Castellanos Pfeiffer.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Linguística. 2. Periódicos científicos. 3. História. 4. Análise
do discurso. 5. Representação (Linguística). I. Pfeiffer, Claudia
Regina Castellanos. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: Scientific Journals: production and circulation of the science of language in Brazil.

Palavras-chave em inglês:

Linguistic

Scientific journals

History

Discourse analysis

Representation (Linguistics)

Área de concentração: Linguística.

Titulação: Doutora em Linguística.

Banca examinadora:

Claudia Regina Castellanos Pfeiffer [Orientador]

Luiz Francisco Dias

Ana Cláudia Fernandes Ferreira

Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

Carolina María Rodríguez Zuccolillo

Data da defesa: 31-08-2012.

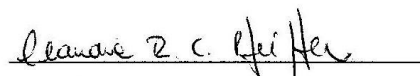
Programa de Pós-Graduação: Linguística.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

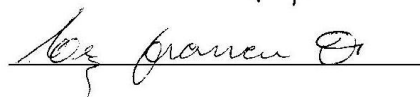
A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 31 de agosto de 2012, considerou a candidata Sandra Raquel de Almeida Cabral Hayashida APROVADA.

BANCA EXAMINADORA:

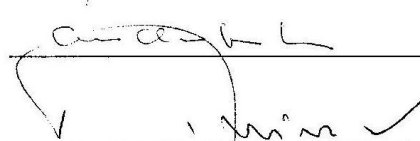
Claudia Regina Castellanos Pfeiffer



Luiz Francisco Dias



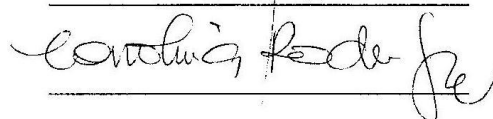
Ana Cláudia Fernandes Ferreira



Eduardo Roberto Junqueira Guimarães



Carolina María Rodríguez Zuccolillo



Mariza Vieira da Silva

Valdir Heitor Barzotto

Olimpia Maluf Souza

IEL/UNICAMP
2012

A Deus, porque de um modo extraordinário
está sempre presente em mim.

Aos meus pais José
e Dirce (*in memoriam*) pelo amor, pelo cuidado,
pela educação que me deram,
que me faz, hoje, enxergar a vida sempre com esperança.

A Cesar, meu marido,
por compartilhar esse percurso
tão conflituoso, tornando-o
mais terno com o seu cuidado.

Aos meus filhos Moisés e Neto,
pelo amor incondicional que recebo
e onde encontro força e
coragem para lutar.

À Stephanny, minha nora, pelo carinho,
pela amizade e por me dar
o maior presente que
poderia ter: João,
meu neto, meu amor.

À Nadisley, por compartilhar
tanto os momentos bons, como os difíceis.

AGRADECIMENTOS

Agradeço

À Claudia, minha orientadora, pelo carinho, compreensão, amizade, pelas conversas e reflexões que me possibilitaram alçar vôos nas minhas leituras, pelo entusiasmo, por me orientar, por me instigar sempre a novas questões, por me corrigir, mais acima de tudo pela relação construída pautada no respeito e na confiança.

À Carolina, pela fundamental colaboração durante todo o meu trabalho, pelos debates teóricos e sugestões, pelas motivações, pela alegria e incentivo.

Ao professor Eduardo Guimarães, coordenador do DINTER, por ter contribuído com sugestões preciosas para minha tese, mas, sobretudo, por acreditar na UNEMAT, idealizando sonhos que puderam se tornar realidade como o MINTER, o ENALIHC, o CEPEL, o DINTER, o Mestrado Institucional em Linguística, ações que têm contribuído para uma nova realidade dos estudos da Ciência da Linguagem em Mato Grosso.

Ao professor Luiz Francisco, que tem uma história construída com a Unemat, a quem admiro não apenas como profissional, mas como pessoa humilde e companheira.

À Ana Claudia, por aceitar fazer parte da banca de defesa e cujo trabalho contribuiu muito para que eu desenvolvesse a minha pesquisa.

Ao professor Valdir Barzotto, meu orientador no Mestrado na Unesp, amigo, guerreiro, que admiro pela luta em defesa da pesquisa nos cursos de Letras em todo o Brasil.

À Vera Regina, coordenadora pedagógica do DINTER, grande companheira, pela atenção e por estar sempre em nossa defesa.

Aos amigos de todas as horas, especialmente as difíceis: Gleide, Marilda, Ilma, Izaias, Nilce, Maristela, Mazé, Silvia, Sulemi, Luiz, Valdir, Helena, Cida, Ester, Neia, Renilce, Bernadete, Lucino, Laura, Rangel e Geysa.

Aos amigos que me ajudaram em vários momentos do DINTER com a leitura e reflexão dos meus textos com apontamentos valiosos: Olímpia, Gleide, Neuza, Ana Luíza e Ana Di Renzo.

Aos companheiros e colegas do DINTER: Mirami, Nilce, Joelma, Marilda, Maria José, Gleide, Maristela, Silvia, Taisir, Jocineide, Elizete, Izaías, Mônica, Paulo, Águeda, Rosimar, Marcelo e Lucimar.

Aos meus familiares: meus irmãos Luiz e Samuel pelas orações, Regina e Paulo (*in memoriam*); aos meus cunhados: Ester, Suelem, Paulo Cesar e Marizete; Neil, Sidney e Francis; aos meus sobrinhos: Kely, Fábio, Paulo, Felipe, Rodrigo, Thamires, Thalita, Stephanie, Gabriel, Paulo Luiz, Emanuel, Marcos, Athos, Nathalie e Thalia; agradeço ao carinho da minha sogra Dona Luíza, minhas enteadas Maiume e Saeme, minha madrastra Dona Leila e seu filho Daniel; meus primos Paula e Adriano, meus tios Katia, Edson e Ozano.

Aos meus amigos queridos pela torcida: Magali, Julia, Eunice, Mauro, Paulo e Luzia, Roberto e Dejanira, Santiago e Sandra, Maria Arruda, Jeferson, Neuza Souza, Kleber e Carol, Vitor, Rosiane e Cris.

À Universidade do Estado de Mato Grosso, pelo investimento na minha qualificação e por ter sido a grande escola da minha vida nesse tema tão contagiante e desafiador que é a educação, a pesquisa e a sua relação com a sociedade.

À Unicamp, ao IEL, ao programa de pós-graduação pela qualificação que recebi, bem como agradeço aos professores e aos funcionários pela acolhida em Campinas, pelas orientações, pela amizade.

A CAPES e a FAPEMAT pela bolsa que recebi e por terem investido no Programa de Doutorado Interinstitucional em Linguística – DINTER, uma parceria entre a UNEMAT e a UNICAMP para qualificação de professores no Estado de Mato Grosso.

Aos companheiros professores de luta e jornada do Departamento de Letras de Cáceres, bem como agradeço aos alunos e egressos pelo convívio e pela amizade.

A todos aqueles que contribuíram de forma direta e indireta para que esse trabalho se materializasse.

... ao contarmos a história da língua e do conhecimento linguístico, estamos contribuindo para a compreensão da história mais geral de construção de nosso país, de nossa sociedade e do Estado que se vai constituindo.

Eni Pulcinelli Orlandi

RESUMO

Essa tese, inscrita no domínio da História das Ideias Linguísticas em uma articulação com a Análise de Discurso, apresenta um estudo sobre a produção e a circulação da Ciência da Linguagem no Brasil no espaço dos periódicos científicos. Inicialmente foi constituída uma listagem contendo um levantamento de periódicos científicos, instituições, editores, sumários e acontecimentos relacionados ao domínio do saber linguístico, entre os séculos XIX e XXI. A partir dessa relação foi possível propor uma periodização para as revistas científicas de linguagem dividindo-as em quatro partes: o primeiro período inicia-se em 1808 com a liberação da imprensa no Brasil, quando ainda não havia periódicos específicos de linguagem; o segundo período inicia-se com o surgimento das revistas de linguagem em 1910 com ênfase para os estudos filológicos; o terceiro período inicia-se na década de 1960 com o surgimento das primeiras revistas de Linguística; e o quarto período surge com o fortalecimento da pós-graduação, na década de 1990, que vai desencadear o aumento expressivo de revistas especializadas da área. Essa reflexão sobre as revistas mostra que elas surgem inicialmente ligadas a nome de pessoas, depois passam a ser editadas por academias, editoras, cursos de Letras, universidades, centros, associações e, hoje, a grande maioria está ligada a programas de pós-graduação e grupos de pesquisa. Como a política científica está necessariamente implicada na produção do conhecimento, foram analisados alguns programas desenvolvidos por órgãos de fomento para circulação do conhecimento, procurando pensar o lugar da circulação da Linguística na política científica. Concebendo os periódicos, assim como os congressos (Orlandi, 2002) e as associações (Pfeiffer, 2007) como lugar de representação da Linguística, foi possível perceber que até a década de 1950 a Linguística se mostra em defesa de um idioma nacional, construindo uma normatização para a Língua Portuguesa. Os professores, os estudiosos da língua estão preocupados com a formação do cidadão, com isso pôde-se ver uma linguística comprometida em ensinar à sociedade a gramática dessa língua, e isso representa na época a “arte” de falar e escrever corretamente. Pode-se dizer que a Linguística, introduzida no Brasil por Mattoso Câmara na década de 1940, começa a ganhar força e prestígio perante os estudos gramaticais a partir de 1960. Alguns acontecimentos colaboraram para o desenvolvimento da Linguística como a aprovação da NGB e a inclusão da Linguística nos cursos de Letras. Levando-se em conta ainda a aprovação da LDB, pode-se ver nos periódicos científicos uma linguística preocupada em formar um professor capaz de refletir sobre a língua. Com o surgimento e fortalecimento de associações e cursos de pós-graduação em Linguística percebe-se, dentre outras coisas, um deslizamento da Linguística para outros domínios, constituindo nessas articulações novos métodos, teorias e objetos de estudo que propõem à Linguística diversos desdobramentos e subdivisões, que disputam por um lugar autorizado/científico para dizer.

Palavras chave: linguística, periódicos científicos, história, discurso e representação.

ABSTRACT

This thesis inscribed in the field of History of Linguistics Ideas in a joint with Discourse Analysis presents a study about the production and circulation of the Science of Language in Brazil in the space of scientific journals. Initially it was established a research file containing scientific journals, institutions, publishing houses, abstracts, and events related to the domain of linguistics knowledge between the XIX and XXI centuries. From this file it was possible to propose a timeline for scientific journals of language dividing it into four parts: the first period begins in 1808 with the press liberation in Brazil, when there were no specific language journals. The second period begins with the emergence of language magazines in 1910 with emphasis on philological studies; the third period begins in the 1960s with the emergence of the first Linguistics magazines; and the fourth period appears with the strengthening of the post-graduation, in the 1990s, which will trigger the significant increase of specialized journals. This reflection on the journals shows that they arise initially linked to personal names, then go on to be edited by academies, publishing houses, Literature courses, universities, associations, and today the vast majority are linked to postgraduate programs and research groups. As the scientific politic is necessarily implied in knowledge, some programs developed by funding agencies for circulation of knowledge were analyzed, trying to think the place of Linguistics circulation in scientific politic. Conceiving the journals, as well as the conventions (Orlandi, 2002) and associations (Pfeiffer, 2007) as a place of representation of linguistics, it was revealed that until the 1950s the Linguistics shown in defense of a national language, building a normalization for the Portuguese Language. Teachers, students of language are concerned with the formation of the citizen, thus we could see a linguistics society committed to teaching the grammar of that language, and this represents at the time the "art" to speak and write correctly. The Linguistics, introduced in Brazil by Mattoso in the 1940s, gain strength and prestige before the grammatical studies in 1960 with the establishment of the NGB and the inclusion of language courses in Literature. Still taking into account the approval of the LDB, it can be seen in the scientific journals a linguistics concerned to educate a teacher capable to reflect about the language. With the emergence and strengthening of associations and post-graduate courses in linguistics it can be seen, among other things, a passage of linguistics to other fields, constituting in these joints new methods, theories and objects of study which propose to linguistics several developments and subdivisions, vying for a authorized/scientific place to say.

Key words: linguistic, scientific journals, history, discourse and representation.

Lista de Figuras

Figura 1: Contra-capa do <i>Journal des Sçavans</i> , Vol.2, de 1667, imagem retirada da tese de Barata, 2010.....	73
Figura 2: Capa do <i>Philosophical Transactions</i> , Vol.1, 1665, imagem retirada da tese de Barata, 2010.....	74
Figura 3: <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> , imagem retirada do acervo digital da Biblioteca Nacional.	76
Figura 4: Correio Brasiliense, 1818, retirado do site www.brasiliana.usp.br	76
Figura 5: <i>Idade D'Ouro</i> , retirado do acervo digital da Fundação Biblioteca Nacional.....	77
Figura 6: <i>O Patriota</i> , retirado do acervo digital da Fundação Biblioteca Nacional.	77
Figura 7: <i>Bússula da Liberdade: periódico político e literário n. extraordinário</i> , 1.1835, retirado do site www.brasilana.usp.br	87
Figura 8: Capa da <i>Niteroy: Revista Brasiliense Sciencias Lettras e Artes</i> (1836), retirada do livro <i>A História da Imprensa de Santos</i> , disponibilizada no site: http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0318z03.htm	88
Figura 9: Capa da <i>A Epocha Litteraria periódico Científico, Litterario, Historico, de Bellas Artes</i> , nº 1, de 1850, publicado na Bahia, Typ de Carlos Poggetti.	89
Figura 10: Índice do periódico <i>Epocha Litteraria</i> , nº 1.	89
Figura 11: Revista Brasileira, 1857, retirado do link:.....	90
Figura 12: Capa da revista <i>O Futuro: Periódico Litterario</i> , retirado do site www.brasiliana.usp.br	91
Figura 13: Capa da <i>Revista Nacional</i> , n. 2, de 1877 Retirado da Obra <i>História da Imprensa de Santos</i>	92
Figura 14: Índice do número 2 da <i>Revista Nacional</i> retirado da obra <i>História da Imprensa de Santos</i>	92
Figura 15: Sumário da Revista da Academia Brasileira de Letras (1910), do acervo da Biblioteca do Instituto de Linguagem da Unicamp, fotografado em junho de 2011.....	95
Figura 16: Imagem fotografada em julho de 2011, do acervo particular do Prof. Ms. Marcelo R. B. Gonçalves da UFMS	96
Figura 17: Contra capa da Revista de Filologia Portuguesa do acervo da Biblioteca do	99
Figura 18: Capa e sumário da Revista Filológica ano 1941 e 1955, do acervo da Biblioteca do	102
Figura 19: Capa da Revista Brasileira de Filologia do acervo da Biblioteca do Instituto de Linguagem da Unicamp, fotografada em junho de 2011.	103
Figura 20: Capa do Jornal de Filologia n. 5, de 1953. Acervo próprio, fotografada em julho de 2012.....	104

Figura 21: Capas dos Boletins da FFCL da USP, do acervo da Biblioteca do IEL/Unicamp, fotografada em julho de 2012.	105
Figura 22: Foto do Prof. Mattoso Câmara, retirado do link http://www.filologia.org.br/xicnlf/homenageado.htm	106
Figura 23: Capa do Boletim de Filologia, n. 1, 1946, Edição Dois Mundos, do acervo próprio, fotografada em julho de 2012.	107
Figura 24: Capa da Revista Ibérica: Revista de Filologia, n. 1, 1959, Livraria São José, Rio de Janeiro, do acervo da Biblioteca do IEL/Unicamp, fotografada em julho de 2012.	108
Figura 25: Capa da Revista de Letras (1953), retirada do site http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/letras	110
Figura 26: Capas das revistas <i>Estudos Lingüísticos: revista brasileira de lingüística teórica e aplicada</i> (1966), do acervo da Biblioteca do IEL/Unicamp, fotografada em junho de 2011.	112
Figura 27: Capa da Revista Littera (1972), do acervo da Biblioteca do IEL/Unicamp, fotografada em 06/2011.	115
Figura 28: Capa da Revista Letras de Hoje da PUC-RS	116
Figura 29: Capa da Revistas Construtura, do acervo da Biblioteca do IEL/Unicamp, fotografada em 06/2011.	117
Figura 30: Capas da Revista de Cultura Vozes do acervo da Biblioteca do Instituto de Linguagem da Unicamp, fotografada em junho de 2011.	118
Figura 31: Capa do Caderno de Estudos Linguísticos da Unicamp, n. 1, fotografia do acervo da.	120
Figura 32: Capa da revista Estudos Linguísticos do Gel (1978), retirada do site do GEL.	121
Figura 33: Capas nº 1 e nº 25 da Revista ALFA e a Nota Explicativa de 1980 expondo os motivos de ter sido desmembrada. Imagem retirada do site www.alfa.com.br , acesso em julho de 2011	125
Figura 34: Trabalhos em Linguística Aplicada, n.1, acervo da Biblioteca do IEL/Unicamp.	126
Figura 35: Revista Estudos Lingüísticos e Literários, retirado do site http://www.estudos.ufba.br/	126
Figura 36: Capa da revista DELTA retirado do site www.scielo.br , acesso em setembro de 2011.	127
Figura 37: Imagem retirada do site http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/fragmentos/index	127
Figura 38: Capa retirada do site: http://www.revistainvestigacoes.com.br/volume-24-N1.html	128
Figura 39: Capa da Revista Signótica V. 24, nº 1, retirada do site http://www.revistas.ufg.br/index.php/sig/index	128
Figura 40: Capa da revista Letras da UFSM, imagem retirada do site www.ufsm.br/revistalettras	129
Figura 41 – Caderno do IL, v. 1, imagem retirada do site: http://www.ufrgs.br/ppgletras/	129

Figura 42: Cadernos de Letras, imagem retirada do site http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/ Acesso em 28/09/2012	130
Figura 43: Capa da Revista da Anpoll, número 1, ano 1995, retirado do site www.anpoll.org.br ,	130
Figura 44: Capa da Revista Filologia e Linguística Portuguesa, retirada do site http://www.fflch.usp.br/dlcvlport/flp/index.php?option=com_content&view=category&id=7 &Itemid=5	132
Figura 45: Capa do primeiro número da Revista Língua e Instrumentos Linguísticos, retirado do site http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/lil.html , acesso em 26 de setembro de 2011. .	133
Figura 46: Imagem retirada do site http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/forum	133
Figura 47: Capa da Revista Brasileira, retirada do site http://www.periodicos.letras.ufmg.br/rbla/	134
Figura 48: Capa da <i>Revista de Estudos da Linguagem</i> , fotografada do acervo da Biblioteca do IEL/Unicamp	134
Figura 49: Capas das revistas de nº 1, de 1998 e a nº 2, v.14, de 2011, retiradas do site www.uel.br/revistas/uel/index. php/signum	135
Figura 50: Capa da revista <i>Estudos da Língua(gem)</i> , retirada do site: www.estudosdalinguagem.org/	135
Figura 51: Capa da ReVEL, adaptada do site http://www.revel.inf.br/pt/	136
Figura 52: Capa da Revista Linguagem em (Dis)Curso, n. 1, 2000. Retirado do site www3.unisul.br	136
Figura 53: Capa da Revista Linguagem: Estudos e Pesquisa, n. 14, retirada www.revistas.ufg.br	137
Figura 54: Capa da Revista Ecos Vl. 01 nº 01, de 2004, retirada do site http://www.unemat.br/revistas/ecos/?link=edicoes_anteriores	137
Figura 55 - Revistas de Linguística, Letras e Artes indexadas no SciELO	236

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - O desdobramento da área nos nomes das revistas	144
Gráfico 2: Nomes de linguagem nas nomeações de revistas científicas de Linguística	179
Gráfico 3 - Os periódicos em relação à política científica	193
Gráfico 4 – Ações do CNPq	201
Gráfico 5 - Investimento em Editoração 1996-2009	211
Gráfico 6– Investimento em editoração de 2000 – 2009 (conforme relatórios anuais).	212
Gráfico 7 – Engrenagem que sustenta a política científica	221
Gráfico 8 - Atuação da CAPES	222
Gráfico 9 – Avaliação trienal de 2010	225
Gráfico 10 - Sustentação da Política Científica	240

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Programas e Projetos do CNPq	202
Tabela 2 – Programa de Expansão 2000 – 2001	205
Tabela 3 – Apoio por área de conhecimento	208
Tabela 4 - Apoio à publicação por grande área	214
Tabela 5 – Recortes da Resolução normativa n. 17/1995	215
Tabela 6 – Recortes dos Editais de Editoração de 2003-2010	217
Tabela 7 - As atividades da CAPES	223
Tabela 8 - Artigos científicos em periódicos	226
Tabela 9 - Produção Técnico-Científica por tipo de produção	226
Tabela 10 – Produção e produtividade dos doutores – censo 2000 a 2008	227
Tabela 11 - Programas dos PPA de 2000 a 2011 para a Pós-Graduação. Retirado de Silva <i>et al</i> (2010).	231
Tabela 12 - Evolução do orçamento da Capes no período de 2000 a 2010. Retirado e Silva <i>et al</i> (2010)	232

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ABF	Academia Brasileira de Filologia
ABL	Academia Brasileira de Letras
ABRALIN	Associação Brasileira de Linguística
ALFAL	Associação de Linguística e Filologia da América Latina
ANPOLL	Associação Nacional de pesquisa e pós-graduação em Letras e Linguística
BIREME	Centro Latino Americano e do Caribe de Informação Ciências da Saúde
C&T	Ciência e Tecnologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDAE	Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Pesquisa
FAP's	Fundação de Amparo à Pesquisa
FFCL	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras
FI	Fator de Impacto
FINEP	Financiadora Nacional de Estudos e Pesquisa
FPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
GEL	Grupo de Estudos Linguísticos
IEL	Instituto de Estudos Linguísticos
LDB	Lei de Diretrizes Bases da Educação
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
NGB	Nomenclatura Gramatical Brasileira
PIB	Produto Interno Bruto
PPA	Plano Plurianual
PRONEX	Programa de Apoio a Núcleos de Excelência
SciELO	<i>Scientific Eletronic Library Online</i>
SPBP	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
UDF	Universidade do Distrito Federal
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	27
INTRODUÇÃO	29
CAPÍTULO I – História das Ideias Linguísticas no Brasil	33
1.1. A área História das Ideias Linguísticas no Brasil	33
1.2. Um breve panorama da Linguística no Brasil	36
1.3. A relação entre Gramática, Filologia e Linguística no Brasil	44
1.4. Institucionalização e representação da Linguística: trabalhos recentes na História das Ideias Linguísticas	48
1.5. A articulação entre a História das Ideias Linguísticas e a Análise de Discurso	61
1.6. Análise de Discurso	63
1.7. Produzindo um efeito de conclusão	67
CAPÍTULO II – Periodização da produção e circulação da ciência da Linguagem no Brasil, no espaço das revistas científicas	69
2.1. Estudos sobre a história dos periódicos científicos	71
2.1.1. Portugal e Brasil: o surgimento dos periódicos científicos	74
2.2. Periodização da produção e circulação da ciência da linguagem no Brasil no espaço das revistas científicas	83
2.2.1. Período Enciclopédico	84
2.2.2. Período Filológico	93
2.2.3. Período Linguístico	111
2.2.4. Período Desdobramento da Linguística	122
2.3. Os periódicos da Ciência da Linguagem no Brasil	138
CAPÍTULO III – Os modos de representação da Linguística na sua relação consigo mesma e com a sociedade nos periódicos científicos	147
3.1. A circulação da Linguística nos periódicos do século XIX	147
3.2. A circulação da Linguística nos periódicos do século XX e início do século	

XXI	154
3.2.1 A circulação da Linguística nos periódicos até a década de 1960	155
3.2.2 A circulação da Linguística nos periódicos dos anos de 1960 e 1970	170
3.2.3 A circulação da Linguística nos periódicos a partir dos anos 1980	177
3.3. Um fecho provisório	183
CAPÍTULO IV – Política científica e circulação do conhecimento	187
4.1. Os periódicos científicos e as instituições de ciência e tecnologia	188
4.2 O lugar da circulação do conhecimento linguístico na Política Científica	193
4.2.1 Política científica - MCT	194
4.2.2 Política de Financiamento do CNPq	199
4.2.3 Política de financiamento e avaliação da CAPES	222
4.2.4 Política de circulação: SciELO e Portal de Periódicos CAPES	233
4.3 Um fecho e sua incompletude constitutiva	239
Um efeito de fecho...	243
Bibliografia	253
Apêndice	263
Anexos	281

APRESENTAÇÃO

Refletir sobre a produção e circulação do conhecimento científico da Linguística foi uma ideia que nasceu no próprio doutorado, nos debates teóricos proporcionados pelas disciplinas História das Ideias Linguísticas e Tópicos em Análise de Discurso, ministradas pelas professoras Claudia Pfeiffer e Suzy Lagazzi; trabalho que se configurou na disciplina Seminário Avançado em História das Ideias Linguísticas com as professoras Claudia e Carolina Rodríguez.

O modo como essa tese se estrutura mostra um pouco o percurso feito para compreender como a Linguística no Brasil foi se instituindo, encontrando lugar para dizer, disputando espaço com outras ciências e ganhando visibilidade pública. Por isso talvez tenha sido necessário, ao menos para mim, um trajeto mais tradicional, que passasse pelo percurso da História das Ideias Linguísticas, apresentando alguns trabalhos desenvolvidos, em especial, aqueles que buscam compreender a institucionalização da Linguística no Brasil.

Ancorados nesse lugar teórico, buscamos compreender um pouco a historicidade dos periódicos científicos, como foram surgindo e percebendo o modo como as revistas mostram esse percurso constituído pelos estudos da linguagem no Brasil. Esse trajeto marcado nos periódicos científicos nos indicou também o processo de criação das instituições de ensino e pesquisa no país e um movimento de institucionalização da política científica.

Esse estudo se localiza no interior da História das Ideias Linguísticas pensando as produções do conhecimento dos estudos da linguagem no período entre os séculos XIX e XXI. Nesse percurso, pôde-se compreender que os estudos linguísticos no Brasil se dão, até a primeira metade do século XIX, ligados, sobretudo, a uma filiação portuguesa e, posteriormente, se dão no interior de processos que implicam a institucionalização da língua nacional e as possibilidades de identificação do brasileiro, que vão até a primeira metade do século XX. A partir desse período, mais especificamente no final do século XX e início do século XXI, pôde-se ver se instituindo a “língua” como objeto de estudo da Ciência da Linguagem, que vai produzir uma série de aberturas de outros domínios disciplinares. A partir dessa compreensão, pôde-se perceber que a relação entre os processos de constituição dos estudos da linguagem com algumas das instituições do Estado brasileiro se dá em relação às

políticas educacional, linguística e científica. E em cada época pôde-se ver surgir uma linguística que se abre para o debate, para as tensões, encontros e desencontros, permitindo um desdobramento interessante que dá lugar para, no século XXI, uma Linguística que se subdivide em muitas outras nomeações, com objetos de estudos, métodos e articulações próprios.

A cada passo da pesquisa novos desafios se impunham. Um deles foi fundamental para a própria organização do trajeto desta tese: a compreensão de que as políticas implementadas a partir da década de 1980 interferiram significativamente para o desenvolvimento da área de estudo da linguagem e de sua circulação. Isso fez com que fosse imperativo estudar os programas de incentivo à publicação com o objetivo de entender o lugar da circulação do conhecimento linguístico na política científica. Para isso foram analisados alguns programas que vêm sendo desenvolvidos pelos órgãos de fomento à pesquisa. A partir dessas discursividades pôde-se perceber que a política científica ganha movimento e contornos sustentando-se em uma rede discursiva constituída pelo discurso do consenso, da internacionalização da ciência e o do planejamento econômico e estratégico, afetando as representações que a Linguística constitui para si e para a sociedade.

Esse trabalho, assim como tantos outros da HIL, nos ajuda a compreender não apenas a história da língua e do conhecimento sobre a língua, mas também a conhecer a história do nosso país, o modo como o Brasil vai se constituindo e se definindo como nação com sua língua, com suas instituições e suas políticas.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca refletir sobre a produção e circulação da linguística no Brasil, a partir de uma ancoragem teórica e metodológica proporcionada pela História das Ideias Linguísticas. Ler o discurso científico da linguística, hoje, é levar em consideração as novas tecnologias de linguagem em sua relação com uma história do conhecimento. Dessa forma, parece importante pensar nos modos de circulação da linguística, a partir de seus instrumentos tecnológicos disponíveis na sociedade, tais como periódicos, eventos, livros, manuais, coletâneas, dentre outros.

Nesse sentido, essa pesquisa busca compreender o modo como essas produções vão se organizando no conjunto das diferentes ordens de discurso científico. O foco de interesse está em analisar o discurso científico para pensar o modo como a linguística se constitui, ou seja, no modo como ela se mostra imaginariamente.

Diante desse tema, a questão que se levanta é: Como vão se organizando as produções científicas da linguística, nos diferentes momentos da história, nesse espaço discursivo específico dos periódicos? O que se tem disponível para se inscrever no discurso científico, quando o olhar se debruça nos periódicos científicos? Qual a fisionomia (ORLANDI, 2002) que a linguística constrói no espaço dos periódicos no Brasil? Para isso, necessário se faz analisar os espaços de circulação da linguística e as orientações que inscrevem um discurso como sendo/pertencendo ao domínio científico.

Essa pesquisa propõe como objetivo geral analisar uma das formas de circulação da produção linguística brasileira – os espaços dos periódicos – que faz parte constitutiva da fisionomia da linguística no Brasil. Para isso busca: compreender como a linguística constrói a sua própria representação; refletir sobre o discurso científico da linguística para pensar como a ciência da linguagem vai se constituindo, o modo como a própria noção de ciência se mostra; refletir sobre as concepções de ciência, de pesquisa, de teorias e métodos que estão sendo construídas nas diferentes temporalidades.

Pelo dispositivo teórico da Análise de Discurso, em que essa pesquisa se inscreve, entende-se que analisar os periódicos científicos é um modo de conhecer como o saber linguístico circula e se estabiliza no Brasil. Uma das questões fundamentais para essa reflexão é observar as condições institucionais em que o trabalho de pesquisa e a sua circulação se desenvolvem.

Diante disso e considerando as representações que a linguística faz de si, busca-se refletir sobre a fisionomia dessa ciência, o modo como ela se configura nos periódicos para compreender como os sentidos e os sujeitos se constituem, como o conhecimento da e sobre a linguagem se formulam e circulam.

Para constituição do arquivo foram selecionados diversos documentos como apresentações, sumários e artigos da área, publicados em revistas de reconhecimento científico nacional e internacional, documentos de fundação de associações e instituições de pesquisa no país, documentos em geral que tratam da história da Linguística no Brasil.

Outro olhar será direcionado para as produções científicas nos periódicos científicos da área da linguística, buscando observar o modo como a ciência da linguagem vai se constituindo aqui no Brasil. Esse trabalho soma-se às pesquisas realizadas em História das Idéias Linguísticas, por compreender que a circulação de sentidos sobre a linguística na sociedade participa da constituição do saber sobre a língua no Brasil.

A análise será desenvolvida em quatro capítulos, além das considerações finais, que cuidarão de abordar o estudo realizado.

No capítulo I, apresenta-se a filiação teórico-epistemológica da pesquisa e alguns desdobramentos de uma reflexão em HIL sobre a institucionalização da linguística no Brasil. Para isso, o capítulo está dividido em quatro partes apresentando: a área HIL, seus objetivos, suas preocupações, seu lugar teórico e sua articulação com a Análise de Discurso; traz ainda um panorama dos estudos da linguagem realizados no Brasil, e breves notas de percursos da institucionalização da linguística no Brasil, apresentando pesquisas realizadas no interior do projeto HIL, que mostram a institucionalização e a representação da linguística no Brasil.

No segundo capítulo, é analisado o arquivo que contém nomes de periódicos, editores, ano das revistas, colaboradores, acontecimentos políticos e institucionais que impactaram a produção e a circulação da linguística. Não se trata aqui de uma listagem com todos os periódicos do Brasil, mas uma relação que mostra um panorama dos estudos da

linguagem nas revistas científicas. Busca-se compreender a história dos periódicos de Linguística no Brasil e a partir do panorama das revistas propõe-se uma periodização para a produção e circulação da Linguística nos periódicos científicos. Em seguida foi analisada a historicidade do arquivo constituído de artigos, documentos das instituições em que os periódicos eram vinculados, como estatuto, relatórios, textos disponibilizados nos próprios sites, apresentações das revistas, dentre outros. Cabe dizer que esse materiais de arquivo foram tomados não como um conjunto de dados objetivos, mas como uma materialidade discursiva, tal como Orlandi a concebe, como gestos simbólicos que se inscrevem na história.

No capítulo três, busca-se compreender como vão se organizando, nos espaços dos periódicos, as produções científicas da linguística, nos diferentes momentos da história e a partir das apresentações, sumários e alguns artigos de diversos periódicos pretende-se perceber a fisionomia da linguística, uma das formas de sua configuração. Nesse sentido, foca-se o olhar para as revistas da área de linguagem; para os autores, os nomes de linguístas que se destacam nas diferentes épocas; para as pesquisas desenvolvidas no Brasil; procurando observar os movimentos, as relações com outras ciências, os embates que a Linguística vai construindo nesse percurso. A grande questão é perceber os modos de representação da Linguística na sua relação consigo mesma e com a sociedade.

Pretende-se, no quarto capítulo, explicitar sobre as instituições públicas de fomento a pesquisa no Brasil, descrevendo de forma breve a função do CNPq, da Capes, do MCT, procurando analisar o que cada uma dessas instituições tem definido como política de fomento para a produção e circulação do conhecimento científico no Brasil, que vão dar as condições de produção da ciência linguística e de sua circulação, como a política de financiamento, de avaliação e de circulação. Além desses órgãos considera-se importante analisar também a SciELO, buscando entender porque foi criada e qual tem sido o seu papel na política científica brasileira. Nesse capítulo pretende-se refletir sobre a política para produção e circulação de periódicos no país, no movimento entre um documento e outro para compreender as contradições, os silenciamentos, os embates, as tensões na constituição da política científica para publicação, procurando identificar na discursividade dessa textualidade o lugar da produção e circulação do conhecimento linguístico na política científica do país.

Este trabalho, tal como ele se apresenta, busca compreender parte do percurso da ciência da linguagem no Brasil, desde o final do século XIX, no que se refere à produção de

espaços de dizer sobre a língua(gem) – especificamente os periódicos – que nas derivas de sentido vão constituir um lugar de discussões teóricas entre os pares. Esse gesto foi importante para instituir uma política científica para produção e circulação do conhecimento no Brasil.

CAPÍTULO I

HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS NO BRASIL

1. 1. A área História das Ideias Linguística no Brasil

A área História das Ideias Linguísticas tem, na base de seu processo de institucionalização no Brasil, projetos de pesquisa inter-institucionais e internacionais sob a coordenação dos professores Eni Orlandi e Eduardo Guimarães que reúnem pesquisadores de várias universidades brasileiras, de diversas regiões do Brasil em torno do mesmo interesse o de estudar/refletir sobre a história dos estudos da linguagem.

Sobre a constituição dessa área HIL, Ferreira (2009) diz:

O processo de constituição da área de história das ideias linguísticas – HIL – remonta à década de 1980, a partir de pesquisas empreendidas por grupos de trabalho de análise de discurso e projetos coletivos com pesquisadores de áreas diversas, coordenados pela professora Eni Orlandi. Vale lembrar aqui o projeto “Discurso, Significação, Brasilidade”, que buscou, entre outras coisas, elaborar reflexões sobre as línguas do/no Brasil, tendo em conta as relações de colonização (p. 37).

O projeto *Discurso, Significação, Brasilidade*, proposto em 1987, pela professora Eni Orlandi, tinha como objetivo

trazer para a reflexão sobre a nossa história a forma de conhecimento produzida pela análise de discurso, articulando análise de discursos distintos mas que se relacionam pela produção da “brasilidade”, ou dos processos identitários que resultam na chamada identidade nacional (o ser brasileiro) quanto: a língua, à cultura chamada popular (cantigas, “cursos”, humor), aos seus aspectos jurídico-políticos (independência, constituições, escravatura etc), a suas determinações religiosas (religiões, crenças, benzeção, catecismo etc), relatos (viajantes, religiosos, naturalistas etc), relação língua/literatura, imigração, colonização, migrações, discursos “sobre” o Brasil etc. (ORLANDI, 2001).

Segundo Orlandi (ibidem), esse trabalho a ajudou na identificação de três temas dominantes: formas institucionais do discurso e a determinação dos seus processos de significação; formas do discurso lúdico e formas de identificação linguística e cultural. O último item que tratava da identidade linguística no Brasil deu realce às questões de natureza histórica e ideológica relativas à língua.

Esses estudos levaram a professora Eni Orlandi a desenvolver o Pós-Doutorado na Universidade de Paris VII, onde conheceu Sylvain Auroux, que dirigia um projeto internacional sobre a história das teorias linguísticas naquela universidade. Desse encontro, nasceu um convênio entre o IEL-Unicamp e a Universidade de Paris VII em que um grupo de pesquisadores coordenado por Eni Orlandi, aqui no Brasil, participasse do Projeto História das Ideias Linguísticas.

A busca de conhecimentos sobre a história da língua e a história do conhecimento sobre a língua levou os pesquisadores dessas duas instituições à constituição de um projeto conjunto franco-brasileiro denominado de *História das Ideias Linguísticas: Construção do Saber Metalinguístico e a Constituição da Língua Nacional*, sob a coordenação de Eni Orlandi no Brasil e de Sylvain Auroux na França e que teve o apoio da CAPES/COFECUB.

A partir do resultado desse projeto nasce um segundo denominado *História das Ideias Linguísticas no Brasil: Ética e Política de Línguas*, coordenado por Eni Orlandi (UNICAMP) e Diana Luz Pessoa de Barros (USP), no Brasil e por Sylvain Auroux, na França.

Segundo registro do projeto:

Este segundo projeto envolveu na França uma outra relação institucional: a École Normale Supérieure Fontenay/Saint- Cloud, hoje École Normale Supérieure de Lettres et Sciences Humaines em Lyon. Ao mesmo tempo os trabalhos dos projetos foram reunindo tanto outras universidades brasileiras (...) quanto européias, como a Universidade de Lausanne, na Suíça, e a Universidade de Paris III na França, além de contatos menos formalizados com pesquisadores de universidades da Alemanha e Itália. (www.unicamp.br/iel/hil/).

Vários projetos coletivos foram sendo desenvolvidos no interior do programa, além dos apresentados anteriormente, são mencionados: *Conhecimento e Política de Língua*, coordenado por Eni Orlandi e *O Controle Político da Representação: Uma História das Ideias* coordenado por Eduardo Guimarães, no Brasil e Jean-Claude Zancarini, na França. Esses projetos contam com um número significativo de pesquisadores de várias instituições do país, pesquisadores associados e alunos de pós-graduação.

Além desses projetos, registra-se um número significativo de pesquisas que foram realizadas na graduação e pós-graduação, por meio de *trabalhos de iniciação científica*,

dissertações de mestrado, teses de doutorado, bolsas de pós-doutorado e projetos do programa de bolsas PQ¹ do CNPq².

Como forma de circular o conhecimento produzido no interior do programa, foram pensadas três publicações correntes, são elas: *Relatos*, *Enciclopédia das Línguas do Brasil* (ELB), e a revista *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, as duas primeiras disponíveis *on line* e a última impressa pela Pontes Editora. A revista *Línguas e Instrumentos Linguísticos* a partir do número 21 começa a ser publicada pela Editora RG e passa também a contar com uma versão *on line*, desde 2009. Alguns livros também foram publicados de modo a dar visibilidade às pesquisas desenvolvidas no Brasil, lista-se abaixo parte significativa deles:

1. *Os Sentidos do Idioma Nacional: as bases enunciativas do nacionalismo lingüístico no Brasil*, de Luiz Francisco Dias, publicado pela Pontes, em 1996.
2. *Língua e Cidadania: o português no Brasil*, organizado por Eni P. Orlandi e Eduardo Guimarães, da Pontes Editora, em 1996.
3. *História das Ideias Lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*, organizado por Eni P. Orlandi, publicado pelas editoras Pontes e Unemat, em 2001.
4. *Institucionalização dos Estudos da Linguagem*, organizados por Eni P. Orlandi e Eduardo Guimarães, publicado em 2002, pela Pontes.
5. *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*, organizado por Margarida Petter e José Horta Nunes, publicado pela Editora Humanitas/Pontes, em 2002.
6. *Língua e Conhecimento Lingüístico: Para uma História das Idéias no Brasil*, de Eni P. Orlandi, publicado em 2002, pela Cortez Editora.
7. *História da Semântica: Sujeito, Sentido e Gramática no Brasil*, de Eduardo Guimarães, publicado em 2004, pela Pontes.
8. *Sentido e Memória*, organizados por Eduardo Guimarães e Mirian Rose Brum de Paula, publicado em 2005, pela Editora Pontes.

¹ Programa de Bolsas Produtividade em Pesquisa (PQ), do CNPq.

² Informações disponíveis no site História das Ideias Linguísticas (<http://www.unicamp.br/iel/hil/index.htm>).

9. *Política Lingüística no Brasil*, organizado por Eni Orlandi, publicado em 2007 pela Pontes Editora.
10. *Língua Brasileira e Outras Histórias: Discurso sobre a língua e ensino no Brasil*, de Eni Orlandi, publicado pela RG Editora, em 2009.
11. *Nomenclatura Gramatical Brasileira*, de Lauro Baldini, em 2009.

As pesquisas desenvolvidas em HIL, segundo Ferreira (2009) colaboraram para instituí-la como disciplina e programa de pesquisa, sobre isso diz:

As pesquisas dos projetos HIL acabaram por contribuir para a institucionalização do nome História das Ideias Linguísticas enquanto disciplina no IEL/Unicamp (na graduação na década de 1990 e na pós-graduação em 2004) e enquanto Programa de pesquisa. Esta área, constituída no interior dos estudos da linguagem, se configura a partir de uma perspectiva materialista da história, tal como ela é formulada pela análise de discurso. Isso não impede que se estabeleçam diálogos teóricos com outras perspectivas, incluindo aquelas que se situam institucionalmente como exteriores aos estudos da linguagem, como a filosofia e a as ciências sociais, por exemplo. O programa HIL se caracteriza por reunir trabalhos de outras áreas afins, buscando estabelecer um diálogo teórico produtivo (p. 39).

Como se pode observar, o projeto História das Ideias Linguísticas que nasce na década de 80 vai se transformando ao longo dos anos em programa e área do conhecimento e se institucionaliza no Brasil. A institucionalização da área, como se pôde ver nesse percurso, se dá no movimento, sobretudo, das pesquisas desenvolvidas, da relevância dos temas e objetos de estudo, das parcerias institucionais nacionais e internacionais, das publicações dos resultados de pesquisa, para ficar apenas com alguns fatores, bem como levantando questões até hoje importantes para compreender a história das ideias linguísticas no Brasil.

1.2. Um breve panorama da Linguística no Brasil

Ao refletir sobre as tendências da Linguística Brasileira na década de 60, Mattoso Câmara (1968) diz que a língua portuguesa sempre foi o foco dos estudos linguísticos no Brasil. Segundo o autor, os campos de interesse dos estudiosos brasileiros eram a história e filologia do português, o estabelecimento de uma língua padrão para o Brasil e a dialetologia

brasileira. Nessa publicação, o autor mostra algumas tendências da linguística que estavam se constituindo no Brasil.

Percebe-se no percurso dos estudos da linguagem no século XIX que os estudos vão se desenvolvendo pelo embate que se estabelece entre a língua que se falava aqui no Brasil e a língua de Portugal. Buscava-se naquele momento uma identidade de língua nacional. No texto de Mattoso Câmara, pode-se verificar que essa institucionalização vai se constituindo nos movimentos entre nomes de estudiosos, áreas de pesquisas, filiações teóricas, obras que circulam os estudos da linguagem, as instituições que sustentam os debates sobre língua e os espaços geográficos em que se dão esses estudos da língua.

Para compreender a linguística no Brasil, serão apresentadas algumas reflexões realizadas por Orlandi (2002), Guimarães (1994-1997), Pfeiffer (2001), que analisam alguns instrumentos linguísticos como gramáticas e dicionários, alguns programas de ensino e algumas instituições como colégios, associações para compreender como se dá o processo de constituição da língua brasileira e a institucionalização dos estudos linguísticos no Brasil.

Guimarães (1994), ao refletir sobre o processo de gramatização do Português Brasileiro, apresenta quatro períodos, a saber:

1. o primeiro que vai da “descoberta” em 1500 até a primeira metade do século XIX;
2. o segundo que se inicia na segunda metade do século XIX e vai até fins dos anos 1930;
3. o terceiro vai do final dos anos 1930 até meados da década de 1960 e
4. o quarto começa em meados dos anos 1960 até hoje.

O **primeiro período** do processo de gramatização do Português no Brasil foi marcado por estudos que se colocavam sob a influência de Portugal, sendo caracterizado como um período que não tinha estudos de língua portuguesa feitos no Brasil (GUIMARÃES, 1994). Segundo Mattoso (1976), se restringia *em imitar o que era dito em Portugal, sem nenhum traço de investigação original*.

O final desse primeiro período, em meados do sec. XIX, coincide com a Independência do Brasil. Para Guimarães (1994), nesse momento, o Brasil passa a aceitar influências de outros países, dando abertura para a entrada de outras ideias, outras filiações que não somente as de Portugal, iniciando, assim, o que ele considera de segundo período.

Guimarães define esse **segundo período** como um período de distanciamento da influência de Portugal e foi também caracterizado por Nascentes (1939) de “período gramatical”. Destacam-se nomes como Brás da Costa Rubim, com a obra *Vocabulário Brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa* (1857); Júlio Ribeiro, com a sua *Grammatica Portuguesa* (1881); Antônio Joaquim de Macedo Soares, com a publicação de *Estudos lexicográficos do português do Brasil* (1880) e *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (1888); *Dificuldades de Língua Portuguesa de Said Ali* (1908); *O Dialeto Caipira de Amadeu Amaral* (1920), dentre outros.

É também desse período a criação do Colégio de Pedro II, em 1837, localizado no Rio de Janeiro, criado a partir do modelo francês, que foi pensado como modelo para a educação do país, a primeira instituição de instrução secundária, instituída para formar a elite na época do império, a fim de prepará-la para o ingresso nos estudos superiores (FÁVERO, 2002).

Várias também foram as polêmicas entre intelectuais brasileiros e portugueses, dentre os quais citamos: José de Alencar X Pinheiro Chagas; Carlos de Laet X Camilo Castelo Branco; João Ribeiro X Carlos de Laet e Carneiro Ribeiro X Rui Barbosa, que eram pautadas acerca do modo de falar a língua que circulava no Brasil. Em análise em torno dessas polêmicas, Pfeiffer (2001) indaga quais foram os sentidos construídos a partir da segunda metade do século XIX, para a língua nacional brasileira.

Conforme Pfeiffer (ibidem), o estudo específico dessas polêmicas mostrou *quatro eixos enunciativos* que marcam o confronto do aspecto espaço-temporal da língua portuguesa, que constrói diferentes sentidos para a língua nacional.

No primeiro eixo enunciativo, em que a autora analisa *o lugar discursivo de nacionalização*, observou-se que a denominação da língua não se dá pela adjetivação “língua brasileira”, mas por “nossa língua”. Percebe-se uma separação em termos de territórios geopolíticos entre Portugal e o Brasil. A língua que se fala no Brasil é significada como uma língua moderna, em transformação, que nasce do povo, diferente da língua de Portugal significada como a língua do quinhentismo, parada no tempo.

No segundo eixo enunciativo, a autora compreende uma *posição-sujeito português que fala da língua do Brasil*, estabelecendo a existência de duas línguas, a língua portuguesa, que pertence ao território de Portugal e a língua do povo, que se refere à língua falada em

Portugal e no Brasil, esta compreendida como língua das transformações e dos desvios e aquela como a língua materna.

Em relação aos *enunciados que criticam as formas linguísticas classificadas como brasileiras*, do terceiro eixo enunciativo, Pfeiffer observa um deslocamento de sentidos que conforma uma unidade linguística para a língua nacional que se constitui na tensão entre a *língua mesma* e a *língua outra*.

Sobre os *enunciados que se marcam por sentidos que tem base referencial interna*, que constituem o quarto eixo, a autora percebe um apagamento de Portugal, em que se estabiliza a evidência de uma unidade linguística interna ao Brasil, disputada e dispersa por/nos espaços-tempos brasileiros que materializam sua diversidade.

Para Guimarães (1996), é no debate tenso entre a língua falada aqui no Brasil e a de Portugal, que se dá o processo de gramatização brasileira a partir dos anos 80 do século XIX. Suas diferenças estão marcadas não por uma discussão teórica e descritiva, mas por uma discussão *política e militante*. Segundo o autor:

esta gramatização está ligada a uma militância a favor da especificidade do Português do Brasil ou contra isso e a favor do classicismo, do purismo. Isto leva a ver, então, que a gramatização brasileira do Português tem em si um efeito contraditório que inclui o efeito imaginário de que no Brasil não se fala corretamente. De um lado, a “independência”, de outro a inferioridade como efeito ideológico da relação do brasileiro com a língua que fala e/ou escreve (p. 137).

A dominância não militante, para Guimarães, vai se desenvolver a partir do terceiro período. Ainda, nesse segundo período, funda-se em 1897 a Academia Brasileira de Letras com a finalidade de cuidar da cultura da língua e da literatura nacional.

Guimarães (1997), em seu artigo “História da Gramática no Brasil e Ensino” publicado na revista *Relatos*, diz que um fato decisivo nesse processo de gramatização brasileira é o programa de português para os exames preparatórios organizados, em 1887, por Fausto Barreto, catedrático do Colégio Pedro II.

Este programa impulsionou o surgimento de um conjunto de gramáticas, que procuravam atender suas indicações. Fausto Barreto, então, passa a ser o centro de onde se irradiam novas doutrinas. Segundo Maciel (*apud* Guimarães, 1997) o método histórico

comparativo passava a ocupar o lugar dos antigos gramáticos portugueses. Sobre isso, Guimarães (1997) observa:

Nota-se que há toda uma mudança que se faz no ensino do português no Brasil que se baseia numa mudança de paradigma de conhecimento. Mas o que levou à mudança foi que este novo conhecimento é formulado como voz oficial do estado através do programa de Fausto Barreto. Ou seja, uma certa posição científica é formulada como posição institucional e isto a partir de uma pessoa destacada, vista, inclusive, como liderança intelectual.

Essa afirmação leva em consideração o fato de que Fausto Barreto escreveu o programa em atendimento à solicitação do diretor geral da Instrução Pública, Emílio Vitório. De outro modo, o conhecimento de Fausto Barreto ganha força quando formulado a partir de uma instituição de Estado. Observa-se também que a solicitação para elaborar o programa pressupõe que Fausto Barreto participava de um grupo de intelectuais que desenvolvia estudos da língua, o que vem legitimar esse saber.

Sobre esses acontecimentos nos estudos do Português no Brasil, Orlandi (2002) observa que:

No século XIX, e com nossa independência, a relação com a língua deixa de ser uma questão de relação com os portugueses para ser de brasileiros para brasileiros. Começamos, então, a produzir os nossos instrumentos linguísticos (gramáticas, dicionários, antologias), nossos programas de ensino (Fausto Barreto), nossas instituições (Colégio Pedro II, Academia de Letras, Biblioteca) o que muda sobremaneira a relação do brasileiro com a sua língua. Ao mesmo tempo criam-se normas de estabilização de uma escrita nossa (acordos ortográficos) e uma escritura (literatura) legitimamente nacional para a nossa língua. Começam-se a praticar nossos modelos de língua não mais diretamente ligados aos de Portugal (2002, p. 203).

Como se pode observar, a sociedade brasileira do século XIX vai se desenvolvendo juntamente com o processo de gramatização da língua portuguesa no Brasil, que se dá por meio da construção de instrumentos tecnológicos como gramáticas, dicionários, antologias, bem como por meio da criação de programas de ensino e a criação de instituições.

Segundo Mattoso Câmara (1976), na década de 1940, com a criação nas universidades brasileiras das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, iniciou-se o que ele chamou de tendências atuais da linguística no Brasil.

O **terceiro período** apresentado por Guimarães (1997) compreende: a criação das Faculdades de Letras (em 1934, na USP; em 1937, na UDF, que depois se constituiu na UFRJ;

em 1938, na UFPR, em 1939, na Universidade do Brasil para mencionar apenas algumas); a criação do Acordo Ortográfico em 1943 (que foi modificado em 1971); as publicações das obras *Princípios de Linguística Geral* em 1941, de Mattoso Câmara; *História da Língua Portuguesa*, em 1952, de Serafim da Silva Neto; *A formação histórica da Língua Portuguesa* de Francisco da Silveira Bueno, em 1958. É também de 1958 a elaboração da *Nomenclatura Gramatical Brasileira – NGB*, que foi patrocinada pelo Ministério da Educação.

Dos trabalhos mais representativos, estão as seguintes publicações: *Atlas Prévio dos Falantes Baianos*, de 1963-1965, organizado por Nelson Rossi; *Uma Política do Idioma* publicação de Celso Cunha, em 1965; *Língua Portuguesa e a Realidade Brasileira*, de 1968 e *Gramática do Português Contemporâneo*, de 1970, modificada em 1985, em coautoria com Lindley Cintra, com outra nomeação *Nova Gramática de Língua Portuguesa*

Para Mattoso (1968), os estudos linguísticos no Brasil até meados de 1960, vão se expandindo em algumas áreas como Linguística Geral, Linguística Descritiva do Português, Linguística Românica, Estudos Diacrônicos, Estudo Histórico do Português, Dialetoлогия e a Filologia.

Um dos fatos importantes registrados na década de 1940 é o debate em torno do nome a ser dado à língua que se fala no Brasil. Dentre muitos que discutiam essa questão, destaca-se o documento *Denominação do Idioma Nacional do Brasil*, que foi elaborado por uma comissão nomeada para esse fim, que ao concluir o trabalho envia ao Ministério da Educação o nome Língua Portuguesa para o idioma nacional do Brasil (GUIMARÃES, 1994).

Mattoso registra em seu artigo que no Brasil o curso completo de linguística se inicia em 1935 na Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro; instituição que foi fechada em 1939. Naquele momento, a linguística era considerada um conhecimento básico para os professores de língua e para os estudos em crítica literária e era ministrada por Mattoso Câmara. Mais tarde ele foi convidado para lecionar essa disciplina na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1950.

Segundo Orlandi (2002), a obra de Mattoso *Princípios de Linguística Geral*, de 1941, tem sido considerada como o início da Linguística Moderna no Brasil, obtendo várias reedições a partir de 1954. Conforme Guimarães (1994), os estudos de Mattoso estão filiados a Saussure, mais fundamentalmente a Sapir e foi a obra *Estrutura da Língua Portuguesa*, de Mattoso Câmara, publicada em 1970, que trouxe para os estudos gramaticais no Brasil o lugar

da descrição científica. Portanto, o lugar da descrição científica vai constituir a posição de linguísta, em oposição a de gramático normativo (Conf. ORLANDI, 2000).

Sobre a NGB, Guimarães diz que ela se marca pela especificidade do português brasileiro, mas se dá como uma ação do Estado para a unificação do ensino da Língua Portuguesa, estabelecendo uma unidade linguística com sua terminologia e metalinguagem, próprias³.

Como explicitado no item anterior sobre o discurso militante e político que pautava os debates sobre língua, o terceiro período foi caracterizado como um período não militante, uma vez que suas reflexões foram pautadas por aportes teórico-metodológicos bem definidos (GUIMARÃES, 1994).

Sobre esse período ainda, Lagazzi (2002) comenta:

A partir de um primeiro olhar, poderíamos dizer que esse terceiro período da gramatização brasileira do português, no qual as pesquisas sobre questões de linguagem são trazidas para o interior das Faculdades de Letras, constitui um intervalo interessante que culmina na introdução obrigatória da disciplina Linguística no currículo mínimo desses cursos. As questões de linguagem que caracterizam esse intervalo, que consolidam a Gramática Normativa e fundamentam aos poucos o que viria a ser denominado Linguística no Brasil, configuram uma materialidade linguístico-histórica importante para, na história das ideias linguísticas no Brasil, compreendermos a institucionalização da Linguística.

As pesquisas em linguística no Brasil acentuam-se ainda mais com a criação de outros espaços institucionais como a introdução da linguística nos cursos de Letras e a criação de cursos de pós-graduação específicos em Linguística.

O **quarto período** dos estudos da linguagem no Brasil é marcado por alguns acontecimentos: o primeiro é a determinação, em 1965, do Conselho Federal de Educação que a Linguística fizesse parte do currículo mínimo dos cursos de Letras e o segundo é a criação de cursos de pós-graduação na área da Linguística na USP (1966), Museu Nacional/UFRJ (1968) e na Unicamp (1971), dentre várias outros que se seguem.

Conforme Guimarães (2004), no quarto período vão se desenvolvendo no Brasil as seguintes linhas de trabalho:

³ Sobre a NGB, destaco aqui o trabalho de Lauro Baldini, que desenvolveu em 1999 sua dissertação de Mestrado na Unicamp “A NGB: Explicada, Comentada, Exemplificada”, que mais tarde, em 2009, originou na publicação do livro “Nomenclatura Gramatical Brasileira: Análise Discursiva do Controle da Língua”, pela RG Editora.

1. Gramaticais: são pesquisas que se inscrevem em uma perspectiva ou estrutural, ou funcional, ou gerativa. Aparecem estudos que analisam vários aspectos da sintaxe do português, sobretudo, de fonologia e de morfologia.
2. Semântica: são trabalhos na perspectiva formal, estrutural e enunciativa, além dos ligados à sintaxe gerativa.
3. Sociolinguística: que se inscrevem na linha laboviana variacionista quanto na interacionista.
4. Linguística Histórica: são trabalhos que se filiam a diversas posições teóricas como variação e mudança; gerativa e do ponto de vista discursivo e enunciativo.
5. Análise do Discurso: dá-se relevo aos trabalhos em análise de discurso de linha francesa. São trabalhos que buscam analisar o funcionamento discursivo próprios da discursividade brasileira.
6. Semiótica: são pesquisas que se desenvolvem em duas vertentes a peirceana e a greimasiana.
7. Pragmática, Análise da Conversação e Linguística Textual: são trabalhos que se inscrevem em uma perspectiva cognitiva da linguagem, que concebe o sujeito como intencional.
8. História dos estudos da linguagem: inicialmente apresentando trabalhos dispersos e posteriormente desenvolvendo-se de modo mais específico na área da História das Ideias Linguísticas no Brasil.
9. Estudos sobre línguas indígenas: são trabalhos que buscam pensar a relação da linguagem e da cultura em um espaço de línguas.
10. Estudos da aquisição da linguagem: como os trabalhos de psicolinguística, neurolinguística e trabalhos que lidam com a inteligência artificial.
11. Estudos normativos sobre o português: são trabalhos de continuidade das gramáticas e dos dicionários. Dá como exemplo o Novo Dicionário Aurélio, de 1975, de autoria de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira que, segundo o autor, *se transformou no dicionário oficial do Português do Brasil* (p.41) e a reedição da *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara, em 1999.

Sobre a periodização dos estudos do português no Brasil, Guimarães (1996) ressalta que o segundo momento, aquele que funda os estudos brasileiros marcando a diferença do Português de Portugal, pauta-se em uma visão purista. O que torna o debate específico sobre o Português do Brasil não apenas teórico e descritivo, mas político e militante. Na passagem desse segundo para o terceiro e quarto períodos o autor observa uma valorização de estudos cuja especificidade é o Português brasileiro, esses estudos vão se desenvolver, sobretudo no quarto período, nos centros de pós-graduação.

A partir dessas considerações e tendo em vista a concepção de história adotada, em que a historicidade não é o tempo, mas a produção de sentidos, Guimarães (1996) apresenta aos estudos do Português do Brasil alguns *recortes de significação*, como seguem: a) primeiro recorte: são estudos que buscam mostrar uma especificidade do Português do Brasil em oposição ao de Portugal; b) segundo recorte: estudos que buscam defender a unidade linguística do português do Brasil e de Portugal; c) terceiro recorte: produção de trabalhos que se dão sem a configuração ou filiação a uma teoria bem definida, como exemplo menciona os trabalhos de autores como os de Cândido de Figueiredo, João Ribeiro, até trabalhos atuais como os de Napoleão Mendes de Almeida, incluindo aqui, também, a NGB; d) quarto recorte: são produções que se fundamentam em um aporte teórico e metodológico, bem definidos, produções como a de Said Ali, Souza da Silveira, Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto, Mattoso Câmara, até os estudos atuais em pós-graduação.

O panorama dos estudos da linguagem no Brasil mostra que os trabalhos vão se desenvolvendo por meio de gramáticas, dicionários, obras e programas de ensino determinados por condições institucionais muito particulares. Essa determinação deu contornos teórico-metodológicos e ideológicos para os estudos da língua e da linguagem, que ao mesmo tempo acompanha o movimento dos estudos da linguagem no mundo e, no Brasil, responde a questões de especificidades dos estudos da realidade linguística brasileira.

1.3. A relação entre Gramática, Filologia e Linguística no Brasil

A relação entre Gramática, Filologia e Linguística nos estudos da linguagem aqui no Brasil se dá por meio do equívoco. E para compreender essa relação será apresentado, a

seguir, um estudo realizado pela professora Eni Orlandi e publicado em 2002, no livro *Língua e Conhecimento Linguístico*.

O estudo do Português realizado pelos gramáticos aqui no Brasil, no século XIX, conforme Orlandi (2002) representou um papel importante para a sociedade, sobretudo por articular o saber da língua com a constituição e legitimação da língua nacional.

Para Orlandi (ibidem) os gramáticos do século XIX se deslocam da reprodução do saber linguístico de Portugal e passam a produzir gramáticas, que dão visibilidade a um saber legítimo, próprio da sociedade brasileira. Isso leva os gramáticos desse período a ocupar um lugar de responsabilidade intelectual e se colocar na posição de autoridade frente à particularidade do português do Brasil, assegurando uma identidade nacional de língua e de cidadania ao povo brasileiro. Os Gramáticos, desse modo, instituem uma posição de autor *gramático brasileiro* e produz um conhecimento específico da língua que se fala no Brasil, que legitima a relação do brasileiro com a sua língua.

No início do século XX, um novo cenário se desenha para os estudos do Português. O país já conta com algumas instituições como a Academia Brasileira de Letras (1897), a criação de Faculdades na década de 1930, a institucionalização do ensino com a implantação dos Colégios e suas políticas. As gramáticas passam a ser produzidas em grande quantidade e as diferenças dessas gramáticas não consiste mais nos gramáticos e nas suas filiações, são diferenças de ordem descritiva e analítica.

Em meados do século XX, a Nomenclatura Gramatical Brasileira (1959) é estabelecida por meio da Portaria nº 36. Conforme Orlandi (ibidem), a NGB impõe uma homogeneidade terminológica que apaga a materialidade da função-autor gramático instituída no século XIX.

Para Orlandi (2002, p. 192-193):

Uma vez que a questão do Estado já estava resolvida com a Independência e a República, a prática da produção das gramáticas toma um outro sentido e outra forma no século XX. Esta abundância é, em certa medida, índice da perda de importância sócio-histórica do gramático, tal como se apresentava no século XIX.

Desse modo, a NGB promove uma intervenção direta do Estado homogeneizando e fixando uma terminologia gramatical no Brasil, um gesto que reduz a gramática a uma nomenclatura fixa. O que isso significa para os gramáticos e para os estudos da linguagem?

Segundo a autora (ibidem) o gramático perde a autoria da gramática conquistada no século XIX, ficando impedido/desautorizado de trabalhar as diferentes filiações teóricas (gramática geral, histórica, analítica, descritiva etc.). No século XX, esse lugar de invenção, de produção do conhecimento científico sobre a língua é transferido aos linguistas. O trabalho do gramático desde então passa a ser sustentado pelo trabalho do linguista dado ao prestígio científico que a linguística adquire perante a gramática.

Ao observar as disciplinas sobre linguagem no processo de institucionalização do conhecimento sobre a língua e a sua constituição como língua nacional, Orlandi (2002) leva em conta a produção desse saber, a função social desse saber em relação à NGB e ao ensino superior. Para a autora, a gramática historicamente está ligada ao ensino de língua na escola, e a universidade organiza o saber sobre a língua e o ensino da gramática em duas disciplinas: a Filologia e a Linguística.

A autora descreve a instalação dos cursos superiores nas universidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal. Observa que a Linguística em São Paulo teve sua origem na Filologia Românica com estudos de Linguística Indo-Européia, enquanto a Filologia Portuguesa, se detinha aos estudos da Gramática da Língua Portuguesa. Na USP foi criado o Curso de Filologia Portuguesa e Clássica (Grego e Latim), na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, mais tarde o filólogo Silveira Bueno cria um curso de Filologia e Língua Portuguesa, ligando a Filologia à Língua Portuguesa, marcando, desse modo, a sua oposição aos estudos realizados na Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, criada em 1939, no Rio de Janeiro, onde havia sido instalado o curso de Língua Portuguesa.

Portanto, cada instituição faz sua inscrição em um dado domínio, os estudos em São Paulo têm uma tradição nos estudos da Gramática Filosófica, a Filologia Românica só se instala na USP, em 1940 e no Rio de Janeiro o direcionamento dos estudos da língua se dá pela Gramática Histórica.

Desse modo, passam a existir em São Paulo dois cursos o de Filologia Românica e Filologia e Língua Portuguesa. A partir da LDB (1961) os cursos passam a se chamar Filologia de Língua Portuguesa e Filologia Românica. Em 1965 é criado um curso de especialização em Letras, no campo da Linguística Geral no curso de Filologia Românica, que no ano seguinte foi transformado em um curso de mestrado. Em 1937, na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Distrito Federal, a Filologia era ensinada por franceses.

Para Orlandi (2002), a Filologia exerce um papel mediador e contraditório entre os estudos da Gramática e da Linguística, ela observa que ainda que o estruturalismo, introduzido aqui no Brasil por Mattoso a partir dos anos 1950, tenha contribuído para o desenvolvimento da Gramática Descritiva, é a Filologia Portuguesa que dá sustentação teórica para inserir a Gramática de Língua Portuguesa no rol das disciplinas na Universidade. Essa contradição é que sustenta todo o ensino de língua na escola “de um lado, a legitimação pela Linguística, do outro, a presença sempre grande da gramática via terminologia (NGB)” (ibidem, p.196). Entre a Linguística e a Gramática está a Filologia, que na forma de comentário, vai intermediar a relação entre saber e prática da língua.

Na passagem dos estudos da Gramática para os estudos Linguísticos, o gramático Said de Ali, em sua *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*, faz uma separação entre *gramática histórica* e *gramática descritiva*, subdividindo os estudos em *prática* e *científica*, a primeira visa à correção e a segunda estuda os fatos da língua à luz da ciência da linguagem e da gramática histórica.

Conforme Orlandi (2002, p. 199) embora:

(...) em nossa história da gramatização, pensando o século XIX e o início do século XX, não haja divisão estrita entre, de um lado, estudos gramaticais exclusivamente normativos, e, de outro, estudos lingüísticos, decididamente apenas descritivos e/ou explicativos, tendencialmente é assim que se dividem estes estudos e é na direção de uma divisão cada vez mais tematizada entre normativo e o descritivo que caminha a discursividade dos estudos da linguagem, produzindo seus efeitos na escola (incluindo a universidade).

A Gramática se volta para a normatividade em busca da correção e a Linguística, por sua vez direciona o seu olhar para a descrição dos fatos da língua. A partir da imposição do decreto de 1939, de que os professores do ensino secundário deveriam cursar o ensino superior na Faculdade de Filosofia, abre-se um interesse pelos estudos filológicos desenvolvidos no interior dos cursos de Letras. A importância desse conhecimento se sustenta em uma discursividade da necessidade de “saber interpretar”, “melhor exprimir”, “formar inteligência sensível”, “sentir esteticamente obras de arte”, “desenvolver leituras de artistas da palavra”, etc. Isso mostra que a produção dos estudos linguísticos e seu ensino são afetados pela separação da ciência e da arte, do conhecimento científico da língua e o saber prático.

A autora (ibidem), objetiva mostrar nessa relação da universidade com o ensino de língua:

essa oscilação contínua, essa imprecisão pedagógica que vai da erudição, arte, capacidade de instrumentação da vida intelectual à valorização do espírito ou à normatização do uso social ou ainda da afirmação de uma nacionalidade (p. 201).

Para concluir a autora fala do equívoco que trabalha a ligação entre Linguística, Filologia e Gramática, na relação que se dá entre o saber a língua (prática) e saber sobre a língua (científico). E o que está na base desse equívoco é a polissemia da palavra Gramática: como sistema de regras (Linguística), uma terminologia imposta (NGB) e a gramática como instrumento linguístico em que a identidade linguística, social e histórica forma um todo. Portanto, a relação entre Gramática, Filologia e Linguística não é de acréscimo, mas de contradição.

1.4. Institucionalização e representação da Linguística: trabalhos recentes na História das Ideias Linguísticas

A História das Ideias Linguísticas, tal como é realizada aqui no Brasil, objetiva investigar a história do conhecimento da língua procurando relacionar a constituição da língua nacional e a do Estado, atravessadas pela construção de uma história da ciência e suas políticas (ORLANDI, 2002).

A partir de procedimentos metodológicos específicos (AUROUX, 1992 e ORLANDI, 1996) são investigados os processos de gramatização da língua por meio de seus instrumentos tecnológicos como as gramáticas e os dicionários. Algumas pesquisas, nesse domínio além de análises das gramáticas e dicionários, analisaram obras de grande representatividade para a história do conhecimento linguístico, como é o caso de pesquisas que analisam as obras de Mattoso Câmara Jr. *Princípios de Linguística Geral* (1941) e *História e Estrutura da Língua Portuguesa* (1972) (LAGAZZI, 2002). Outros estudos analisam instituições como o Colégio Pedro II (ORLANDI, 2002), as Academias (MARIANI, 1996), as Associações (PFEIFFER, 2007 e 2012), os Congressos (ORLANDI, 2002), em todas essas

pesquisas os objetos de estudo foram concebidos como materialidades (objetos históricos) que dão formas às relações sociais.

Conforme Nunes (2008), ler a textualidade desses objetos de estudo é compreender o processo de construção dos saberes, que institui os sentidos e os sujeitos na relação com a língua. Essa perspectiva *histórico-discursiva* se preocupa com a história do processo de produção, institucionalização, disciplinarização, gramatização do conhecimento linguístico no interior da história das ciências.

A seguir serão apresentadas algumas pesquisas como as de Lagazzi (2002, 2007), Pfeiffer (2007), Orlandi (2002), que fazem parte de um número significativo de pesquisadores que buscam estudar as produções dos estudos da linguagem, a sua representação e a sua circulação para compreender como a linguística se constitui aqui no Brasil e como ela se dá a conhecer.

No livro *Institucionalização dos Estudos da Linguagem: A Disciplinarização das Ideias Linguísticas*, organizado por Eni Orlandi e Eduardo Guimarães, publicado em 2002, Lagazzi discute a nomeação “língua portuguesa” frente à institucionalização da linguística. A questão que a autora levanta é reconhecer qual o recorte que configura na memória discursiva o percurso da legitimação científico-institucional nos estudos, aqui no Brasil, sobre a língua. Para isso, a autora seleciona como ponto de partida para a sua análise os livros *Princípios de Linguística Geral* (1941) e *História e Estrutura da Língua Portuguesa* (1972), ambos de Mattoso Câmara. Essas obras são referência para os estudos Linguísticos no Brasil e quando se pensa a disciplina Linguística.

Os títulos das duas obras analisadas trazem a perspectiva da linguística geral como determinação dos estudos sobre a linguagem. Esses estudos são marcados pelo movimento do geral (linguística) para o específico (língua portuguesa), uma característica do estruturalismo, um modo interessante para se pensar a institucionalização da Linguística.

Ao analisar o índice geral de *Princípios de Linguística Geral*, a autora diz:

Observamos, no conjunto dos capítulos, os princípios estruturalistas que delimitam a reflexão sobre a língua(gem). Do fonema à frase, o estruturalismo demarca os limites. Podemos observar, também, que a língua portuguesa não aparece na formulação dos nomes dos capítulos, o que nos permite perguntar como marca a relação entre a linguística e a língua portuguesa. É quando estendemos nosso olhar para o interior dos capítulos que encontramos a língua portuguesa permeando a discussão, sempre

exemplificando os vários conceitos, tomados em sua generalidade e explicados por Mattoso, com base nos grandes nomes legitimados pela ciência Linguística (LAGAZZI, 2002, p.17).

A primeira referência que Mattoso traz de “língua portuguesa” é na primeira seção do primeiro capítulo, no momento em que ele equipara “sistema linguístico” e “língua portuguesa”. Na formulação de Mattoso em que aparece a “língua portuguesa”, a língua portuguesa é colocada no lugar da demonstração. Para visualizar melhor o que Lagazzi verifica, apresenta-se a seguir um exemplo em que isso ocorre.

Cada comunidade de homens serve-se de um sistema de linguagem, ou LÍNGUA, cuja propriedade essencial é a de ser representativa.

Assim, no sistema português, ou a língua portuguesa, os fenômenos que impressionam os nossos sentidos são interpretados, e REPRESENTADOS, - ora consubstanciados num “ser”, não raro meramente convencional, como morte (nomes substantivos), ora como “processos” em desenvolvimento (verbos) [...],(LAGAZZI, 2002, p.17), (destaque da autora).

Nesse e em outros recortes analisados, a autora observa que a língua portuguesa ocupa o lugar da demonstração, do preenchimento; o autor instala uma reflexão estrutural sobre as línguas, sobretudo, a língua portuguesa. Sobre isso, a autora (2002) diz:

No geral, eu diria que as formulações produzem a evidência das línguas como sistemas e, o que importa na história das idéias linguísticas no Brasil, a evidência da língua portuguesa como sistema. Por consequência, agora na mão contrária, a evidência da reflexão linguística no Brasil. Produz-se a legitimação da reflexão linguística no Brasil na medida em que ficam evidentes na língua portuguesa os conceitos teóricos que sustentam a perspectiva estruturalista (p.21).

Outra questão importante observada pela autora, é que Mattoso, além da citação de vários autores, faz referência as suas próprias obras, ou seja, faz auto-citação. Dos autores citados encontram-se, além de Mattoso Câmara, autores como Capistrano de Abreu, Said Ali, Antenor Nascentes, Theodoro Sampaio, Serafim da Silva Neto e Sousa da Silveira. Segundo Lagazzi, são nomes legitimados e que legitimam a linguística no Brasil.

Nas obras *Estrutura da Língua Portuguesa* (1970) e *História e Estrutura da Língua Portuguesa* (1972) a autora observa que a língua portuguesa não é mais formulada *num mecanismo de demonstração e exemplificação dos conceitos teóricos gerais* e também não é mais colocada ao lado de vários outros sistemas linguísticos, o que se vê é a própria

língua portuguesa sendo descrita no seu sistema. Para Lagazzi (ibidem) isso vem consolidar o lugar da língua portuguesa como lugar de descrição linguística. É essa descrição que vai constituir o lugar do analista como linguista no Brasil. Para a legitimação científico-institucional da linguística aqui no Brasil e para o seu reconhecimento, foi decisivo o sentido de língua portuguesa como *evidência de um espaço estrutural de descrição e análise* observado nos trabalhos de Mattoso.

Com o mesmo intuito de refletir sobre a institucionalização dos estudos linguísticos no Brasil, Orlandi (2002), no artigo “Ir ao Congresso: fazer a história das ideias Linguísticas?”, busca compreender como a linguística se dá a conhecer entre seus pares. Para desenvolver esse estudo, a autora seleciona dois textos de linguistas que fazem estudos sobre Congressos (J. Mattoso Câmara Jr e J-C. Chevalier) e programas de todos os anais e boletins de Congressos de Linguística, em nível nacional, como Abralín e Anpoll, e o GEL-SP, em nível regional, buscando observar a representação que a linguística dá de si mesma. Os objetivos da pesquisa foram o de observar a posição sujeito-linguista, constituída a partir da leitura que os dois autores selecionados fazem de congressos e observar os congressos visando situar a relação do conjunto de pesquisadores de linguagem e sua produção.

Orlandi (2002) primeiramente apresenta uma descrição da palestra realizada por Mattoso Câmara sobre Congressos Internacionais de Linguística (CÂMARA JR, J.M, 1972), realizada no *Sedes Sapientiae*, que segundo ela, Mattoso:

Ao mesmo tempo dá-nos informações abundantes, rápidas e precisas, desde as mais elementares (datas e locais), até as mais elaboradas sobre a constituição dos comitês, sua ligação à Unesco, a natureza dos cargos, entregues a que pessoas, quais eram as tendências teóricas da época, grupos influentes, a sua constituição, localização teóricas da época, grupos influentes, a sua constituição, localização teórica e institucional. Com brevidade, mostra-nos um modelo de Congresso e de Associação científica (p. 45).

Em seguida a autora apresenta os estudos de Chevalier sobre congressos (o artigo “Os Congressos Internacionais e a Linguística” (2000), onde Chevalier, antes mesmo de falar sobre os congressos internacionais, apresenta os congressos que não são internacionais. Para Chevalier, os congressos se desenvolvem no século XIX, primeiramente nacionais, depois internacionais, ele atribui a iniciativa dos congressos aos ingleses. Segundo o autor, os

congressos, exclusivos em Linguística, vão surgir a partir de 1928 com os holandeses, e o francês passa a ser a primeira língua do congresso.

Segundo observa Orlandi (2002) há dois modos de presença nas discursividades que contam a história dos congressos. A primeira diferença é que Chevalier:

fala do início dos congressos, relatando o surgimento dos congressos nacionais, de várias ciências, primeiramente na França, mostrando quando se iniciam os congressos de filologia e linguística, e depois ele discorre sobre o aparecimento dos congressos internacionais de linguística. Dando-nos notícias de congressos já no século XIX, e da dinâmica intelectual francesa, faz-nos saber que, já em 1914, aparece o sucesso afirmado da linguística com o Congresso de Fonética em Hamburgo (p. 51).

Mattoso, no entanto, “Fala diretamente dos Congressos internacionais de linguística, começando com o primeiro em 1928 e não refere à participação de nenhum brasileiro nesses congressos, a não ser ele mesmo, no último, o nono, na época em que fez a palestra” (p.51).

Orlandi (2002) pontua que das muitas diferenças entre as duas discursividades se dão pelo “modo de interlocução”, tendo em vista que Chevalier escreve um artigo sobre a história das teorias Linguísticas e Mattoso, uma palestra sobre os congressos internacionais em Linguística para alunas do *Sedes Sapientiae*.

Para além das informações que cada um traz para a história dos congressos em Linguística, tanto nacionais como internacionais, Orlandi (2002) observa que Mattoso se mostra como linguista, segundo ela, separado da dinâmica dos congressos internacionais dos linguistas, portanto não ocupa uma posição de quem conta de dentro essa história dos congressos (internacionais), mas de quem divulga o interesse necessário para a criação de congressos de linguística no Brasil. Observa que Chevalier, ao contrário, ao falar sobre congressos, conta uma história bem mais oficial, com passagens pelas associações, academias e até pelo Ministério, colocando-se, portanto, no interior dessa história.

Para a autora essa é a principal diferença dessas discursividades sobre a importância dos congressos de Linguística para a história das ideias linguísticas. Considerando os fatos narrados pelos dois linguistas as informações não diferem, o que se distingue é “o sentido dado à relação da Linguística feita no Brasil com esses fatos, no caso de Mattoso, e na França, no caso de Chevalier, é que é diversa” (p.52).

É importante dizer que a autora analisa que mesmo que Mattoso não se coloque no interior da história da linguística, ele vai colocando aos poucos a história da linguística no Brasil de forma casual, como quando traz em cena o brasileiro Said Ali e a Revista Brasileira de Filologia, sob a direção do Professor Serafim da Silva Neto.

Para Orlandi (2002), Mattoso se coloca na posição de quem é linguista, de quem, com outros linguistas “daqui e de lá”, faz essa história, mas não afirma sua posição como participante, do ponto de vista dos congressos brasileiros. Desse modo, Mattoso está preparando a vinda dos congressos brasileiros. A hipótese da autora é que Mattoso se coloca como quem faz a história, mas não como quem participa dessa história, através dos congressos internacionais. Como diz Orlandi (2002), a palestra de Mattoso projeta a necessidade de associações e seus congressos no Brasil.

A seguir a autora descreve o surgimento das associações brasileiras em Linguística, com a criação, em 1969, da Associação Brasileira de Linguística – Abralin, em 1968/1970 do Grupo de Estudos Linguísticos em São Paulo – GEL e em 1983 a fundação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística – Anpoll.

Para Orlandi (2002), no contexto em que a Abralin foi criada embora houvesse uma unanimidade entre os estudiosos da língua quanto a sua criação, havia uma discussão de quem seriam os seus membros. Para a autora, a questão:

Não era a do ensino de linguística, mas uma questão posta sobre a legitimidade que dividia linguistas e linguistas, não partindo da discussão de uma produção de trabalho efetivo, segundo o que se dizia, insuficiente, na época. Havia a inclusão da linguística pelo Conselho Federal da Educação, no curriculum de Letras, e procurava-se definir previamente uma “competência” legitimada, entre outros, por instrumentos como os congressos, sustentados por associações, como a própria Abralin. Em suma: uma questão de poder institucional disputado, na época (p. 54).

A autora observa a falta da universidade no gesto de criação da associação. E diz que o próprio debate em torno da legitimidade do linguista e da linguística deve-se a “uma descontinuidade histórica – um imaginário mal definido” dos profissionais da língua no Brasil em relação a sua representação. Observa ainda um discurso que não afirma a existência de massa crítica sobre os estudos linguísticos no Brasil.

Em relação aos documentos analisados sobre a criação da Abralin e seus congressos, Orlandi (2002) observa que a primeira reunião da Abralin não foi realizada no

prédio que acolheu a linguística institucionalmente; descreve a primeira diretoria da Abralín, bem como ressalta outros profissionais importantes para essa história dos estudos linguísticos no Brasil e a importância do mapeamento que a Abralín faz sobre os trabalhos representativos da linguística na época, que contribuiu para a história da linguística brasileira como a geolinguística no Brasil, os projetos Atlas Linguísticos, Norma culta urbana, a obra de Mattoso Câmara, etc. Sobre isso, diz:

Em geral, observamos temas e trabalhos de uma certa natureza e que mostram um dos objetivos de sua criação: organizar a área, relativamente ao fato de que a Linguística passa a fazer parte do curriculum de letras. Os pesquisadores presentes aos congressos não são muito variados. Repetem-se nomes e muito raramente vemos algum linguista diferente fazer parte dos grupos que ficam assim mais ou menos previstos, em seus objetivos e funcionamentos, desde seu início. O cuidado formador “do” linguista mostra-se pela proposta de mini-cursos que acompanham os congressos (p.56)

O GEL, segundo Orlandi (2002), também foi criado na mesma época que a Abralín. Em 1969 o prof. Ataliba de Castilho inicia uma discussão sobre a necessidade de criar associações regionais para sustentação da associação nacional. Contou, então, com o apoio do prof. Salum, este da Filologia Românica da USP e aquele da FFCL de Marília. Orlandi observa uma divisão dos argumentos dessas relações, e os significa da seguinte maneira:

de um lado os que se preocupavam em dar uma representação, uma visibilidade social à linguística visando a organização do seu campo, seu aprimoramento no Brasil, e, de outro, os que se dedicavam ao processo de sua consolidação institucional (uma disciplina autônoma, com seus programas, seus objetivos, seu lugar institucional preciso) (p. 58).

O GEL é uma iniciativa que frutifica em todo Brasil, isso se deve, sobretudo, a linguistas de todo país que frequentaram os congressos do GEL e depois constituíram grupos em outras regiões. No entanto a autora diz que “(...) essas iniciativas não se integram em função da Abralín. Ao contrário, penso que chegam mesmo a rivalizar com ela, havendo uma profusão de produção que se apresenta mais nessas reuniões regionais (é o caso do GEL em São Paulo, do Rio, do Sul, do Nordeste etc.) do que na própria Abralín” (p.58).

A Anpoll nasce na década de 80, em um momento em que as produções, segundo Orlandi (2002), estão mais maduras, e traz muitas diferenças em relação às outras associações.

Destaca o modo como a Anpoll se organiza em torno de grupos de trabalho de diferentes áreas, garantindo a representação de cada uma. Segundo Orlandi (2002):

Na Anpoll são discutidas as políticas científicas para os programas de pós-graduação, mas também propostas para as áreas de Letras e Linguística, planos de ação, projetos de cooperação internacional, programas de intercâmbio nacional, proposta para novas políticas de ensino superior, democratização das informações, das publicações nas áreas em questão, havendo, dada a relação dos GTs diversos com seus projetos de pesquisa, uma grande dinâmica teórica e metodológica em função da pesquisa (p. 59).

Em relação aos congressos, a autora pôde perceber que eles se distinguem em relação ao alcance e modalidade devido às associações a que eles se vinculam. Cada um desses congressos constitui-se de uma maneira diferente na relação de seus membros com as ciências da linguagem. Desse modo, a análise mostrou que: a Abralin investe mais no perfil que o linguista deve ter; o GEL centra-se na relação da linguística com o ensino e a Anpoll concentra-se na articulação de docentes e pesquisa, em torno da pós-graduação.

A autora pontua que na Abralin e no GEL há uma tendência de incluir cursos e mini-cursos, reforçando uma inclinação de linguistas, sugerindo *a ideia inicial que no Brasil não tem Linguística e, depois, do que deve ser a Linguística que o Brasil teria/tem* (ORLANDI, 2002, p.61). Ao contrário, a Anpoll não parece preocupada com a formação dos linguistas, mas em estabelecer o lugar da linguística no cenário da produção do conhecimento no Brasil, constituindo-se como um espaço de formulação de políticas científicas. Os congressos, nessa perspectiva, são concebidos como lugares de traçar a fisionomia da linguística no Brasil, uma vez que nesses espaços a linguística constrói a sua própria representação.

Todas as associações objetivam a divulgação dos conhecimentos linguísticos, cada uma a partir de instrumentos que se distinguem como “GTs, Conferências, Comunicações”, pelo tipo de publicações que pode ser regional e nacional, pelo alcance institucional que cada uma delas atinge e pela natureza de seus programas. Observa a autora que para as ciências humanas o interesse em divulgar trabalhos em congressos e publicação de artigos diminui para ceder o lugar a “publicação de livros, de coletâneas, de obras coletivas, o que determina um maior incentivo aos eventos menores e à formação de grupos de pesquisa (e não de associações), não regionais, mas temáticos, pluri-disciplinares, multi-institucionais” (p. 61).

Lagazzi (2007) apresenta uma discussão sobre a relação entre representação, legitimação e institucionalização no percurso delineado pela Linguística no Brasil e reflete sobre a importância da autoria nesse percurso político de conhecimento.

A instituição é concebida pela autora como *uma organização discursiva resultante de processos e percursos de institucionalização dos sentidos*. A relação entre instituição e legitimidade será abordada pela autora em termos de processos e percursos de institucionalização de sentidos para a disciplina e a área de pesquisa em Linguística e processos de legitimação e efeito de legitimidade de um saber linguístico. Segundo Lagazzi, nessa relação entra em questão a cientificidade do trabalho do linguista sobre a língua.

Para pensar na cientificidade que concerne à Linguística, a autora indaga: é possível falar em processo de identificação do sujeito com o saber linguístico? Segundo a autora, a Linguística é legitimada por quem institui, pratica, ensina e divulga uma ciência, cuja especificidade produz diferentes relações com a legitimidade e com a representação.

Segundo a autora, filiar-se a uma teoria é colocar-se frente a determinadas condições de produção, com suas perguntas e suas práticas científicas. Uma filiação se dá por um processo de identificação. Para isso, no campo científico é preciso fazer essa filiação trabalhar em termos de uma prática científica, legitimando um saber linguístico e sustentando sua representação. Quando um saber é instituído, o trabalho do linguista vai circular em termos de função autor, essa é uma questão de reconhecimento e representação. Segundo Lagazzi:

A autoria se apresenta e se representa em nomeações: nome do saber e nome de quem produz esse saber e o ratifica, sendo ratificado como autor. A legitimação científico-institucional se faz pela afirmação da autoria, ou seja, pela representação e circulação dessas nomeações (p. 13)

Para explicar a questão da autoria, Lagazzi diz que os nomes “Linguística”, “Mattoso” e “Estrutura da Língua Portuguesa” estão na fundação da Linguística no Brasil. Além de Mattoso estão outros autores como Capistrano de Abreu, Said Ali, Antenor Nascentes, Theodoro Sampaio, Serafim Silva Neto e Souza da Silveira. Esses autores brasileiros compõem um conjunto de nomes que representam a linguística no Brasil, que foram legitimados pela citação. Para Lagazzi, “a citação é, portanto, uma forma de representação que funciona legitimando-se pela reafirmação” (p.13).

Em relação à produção, expansão, circulação e representação do saber linguístico no Brasil, as instituições universitárias desempenharam papel importante. A disciplina Linguística ao se tornar obrigatória nos cursos de Letras (1965)⁴, traz uma preocupação com o ensino, o que faz Lagazzi (*ibidem*) levantar algumas questões como a concorrência entre “ciência Linguística” e “disciplina Linguística” na divisão entre produção científica, prática científica, divulgação científica e o ensino dessa ciência. Essas questões levantadas direcionam à seguinte indagação: Como a autoria interfere nesse processo e como as nomeações circulam e representam a Linguística?

A autora passa a analisar, então, os catálogos de graduação do curso de Bacharelado em Linguística da Unicamp. E observa que a Linguística teve sua inserção institucional na Unicamp no curso de Bacharelado em Linguística, criado em 1970; as disciplinas se dividem em básicas, obrigatórias, complementares e optativas, além de disciplinas de caráter geral e disciplinas de caráter específico; percebe-se, dentre as disciplinas de caráter específico, a ausência da representação de outras áreas de pesquisa, como Variação Linguística, Sociolinguística, Dialetologia Social, Psicolinguística, Linguística Histórica do Português. Essa ausência deve-se ao fato de que o currículo estava sendo pautado pela presença ou ausência da pesquisa na instituição; há um curso de Linguística em formação e um Departamento de Linguística em contratação.

Conforme a autora, a Linguística circula representada por nome de disciplinas, nomeações que se ancoram na prática científica que vai legitimando nomes de autores. As disciplinas do curso configuram-se no cruzamento entre docência e produção científica da linguística e as ementas marcam a presença da pesquisa. O processo de determinação na formulação das ementas que se faz pela prática científica, segundo a autora, é um convite à autoria científica por demandar que as especificidades das pesquisas se apresentem no ensino, uma conjunção entre o discurso sobre a Linguística e o discurso da Linguística, constituindo-se assim um espaço para a consolidação e a legitimação da posição linguista na história das ideias linguísticas no Brasil. A cientificidade, então, se faz em um lugar institucional.

⁴ Isso não significa dizer que antes da obrigatoriedade da inclusão da linguística no currículo dos cursos de Letras, não houvesse disciplinas de Linguística sendo ministradas. Com certeza em algumas instituições a linguística já começava a fazer parte dos cursos.

Lagazzi chama a atenção para a estreita relação entre produção científica, produção de um saber e legitimação desse saber, o que se faz institucionalmente, por uma relação de autoria e de representação. E é nessa relação entre instituição, legitimidade e autoria que a autora comenta sobre a importância em compreender as possibilidades abertas pela institucionalização e seus diferentes modos de representação e diferentes espaços de circulação.

Por outro lado Pfeiffer (2007), buscando compreender a relação entre os processos e os percursos de institucionalização da Linguística no Brasil, bem como observando como o saber linguístico circula e se estabiliza no Brasil analisa documentos que circulam na instituição de três associações da área dos estudos da linguagem – Anpoll, Abralín e GEL.

Pfeiffer (ibidem) faz uma narrativa discursiva a partir da análise de diversos documentos como atas fundacionais, atas dos primeiros anos de gestão das associações, relatórios, dentre outros. Pode perceber que: a Abralín é lançada em julho de 1968 e fundada em janeiro de 1969, por Mattoso Câmara; a Associação interrompeu suas atividades de janeiro de 1970 a 1973, por várias circunstâncias, dentre elas o “desaparecimento do seu inspirador e animador”; em 1973, Nelson Rossi envia uma circular a todos os associados propondo uma nova eleição de nova Diretoria e parte do conselho, a Abralín passa a ser presidida por Ângela Vaz Leão da UFMG, e pela primeira vez se reúne na USP, na Faculdade de Educação; em 1974 ocorre uma assembleia que decide pela continuidade da associação e é a primeira vez que a Abralín participa de um encontro da SBPC, em Recife, sistemática exclusiva que manterá até janeiro de 1983, quando ocorrerá o primeiro encontro da Abralín independente. A autora destaca, no entanto, que a demanda por esse tipo de encontro se dá muito tempo antes, documentos de 1978 já registravam esse interesse. Observa ainda que em 1978 o debate que girava nas discussões daquela época era da criação de secretarias regionais, com isso, a realização de encontros regionais.

Em relação ao GEL, ele foi fundado em 1969 e realiza vários encontros pelo interior de São Paulo. O Gel coloca em pauta de sua discussão a possibilidade de constituir-se enquanto núcleo regional da Associação Nacional. Pfeiffer observa que alguns nomes coincidem com os mesmos nomes na fundação da Abralín e do GEL. No período do interstício da Abralín de 1970-1973, o GEL realiza 9 seminários. Na reunião preliminar em Brasília para discutir a reforma no estatuto, os participantes não entraram em acordo sobre a criação de

secções regionais, aprovando mais tarde em caráter experimental em 78 e aprovada a criação de secretarias regionais, em 79. Como não se encontram no estatuto atual, essas secretarias regionais foram dissolvidas.

Para Pfeiffer,

há um contínuo movimento dentro de um mesmo grupo, já que coincidem fortemente os nomes que estão dentro da fundação da Abralin e na do Gel, entre uma representatividade nacional – que interfira na relação com o Estado e produza o efeito de preenchimento de uma função social para a Lingüística -, de um lado, e o funcionamento de uma inserção regional – que produz o efeito da quantidade, da evidência da produção, para seus pares mais próximos, para os professores (universitários e não), para os alunos – que se dá, de meu ponto de vista, pelo funcionamento do GEL, justamente em razão da quantidade enorme de eventos que o GEL promove em seus anos iniciais. (2007, p. 23-24).

Ao analisar as atividades desenvolvidas pela Abralin em 74 na SBPC, a autora percebe uma Abralin marcada por um funcionamento mais *universal* que *familiar*. Observa na designação “Linguística Portuguesa” que a Abralin qualifica uma linguística praticada no território brasileiro, deixando em aberto uma determinação na qualificação/definição dessa linguística (p.24).

No encontro da Abralin, em 1975, na Reunião da SBPC em Belo Horizonte é realizado as conferências “Lingüística e Matemática” e “Lingüística e Antropologia” e o simpósio “O ensino de Lingüística nos cursos de Licenciaturas” com as seguintes apresentações: “Objetivos da Lingüística na Graduação”, “Conteúdo Programático das disciplinas Lingüísticas na Literatura”, “Métodos e Técnicas de ensino aplicáveis nos cursos de lingüística” e “Situação da Lingüística nos Currículos de Letras”. Pfeiffer observa um desdobramento dos nomes dos simpósios, que ela representa da seguinte forma:

De lingüística → da Lingüística → disciplinas lingüísticas → cursos de lingüísticas → da Lingüística

Licenciatura → Graduação → Licenciatura → Currículos de Letras
(PFEIFFER, 2007, p.25)

Segundo Pfeiffer:

Se de um lado vemos um funcionamento de contínuo movimento da Linguística para ela mesma – na tensão da busca por uma unidade, enquanto

disciplina, enquanto ciência, enquanto curso, sempre na relação também tensa e contraditória com a licenciatura/Letras/Linguística. De outro, as conferências nos mostram que estas tensões passam sempre por uma relação com o que não está na Linguística, e, por isso, a necessidade de seu estatuto interdisciplinar: Linguística e matemática/antropologia (2007, p. 25).

O relatório traz informações de 1975, em que a Abralin participa do II Seminário de Estudos sobre o Nordeste patrocinado pelo Departamento de Assuntos Culturais do Ministério de Educação e Cultura e pela Coordenação Central de Extensão da Universidade Federal da Bahia, trazendo 21 comunicações com a rubrica “língua”. Em 1976, em Brasília, o relatório descreve as seguintes comunicações e simpósios: “Linguística e Filologia”, “Línguas minoritárias no Brasil” com as seguintes apresentações “Línguas Indígenas”, “Línguas Asiáticas”, “Línguas Européias” e “Línguas Africanas”. Em 1977 a Abralin relata que possuía 254 associados, distribuídos em 16 estados brasileiros, sendo que a maior concentração se dava em São Paulo.

Com a análise dos documentos, a autora percebe três funcionamentos: o primeiro é a frequência de temas da Abralin na SBPC relativos ao que se poderia de maneira breve chamar de variação/preconceito linguístico; o segundo funcionamento é a presença do questionário que foi realizado junto com a fundação da Abralin que pergunta a professores sobre sua conduta relativa aos erros de português, à norma padrão e às variantes culturais; e finalmente, o terceiro presente no artigo 3º do estatuto, de 76, que trata do caráter da associação que vai mostrando uma visibilidade pública. Com isso, a autora chama a atenção para o fato discursivo de que a Abralin vai se instituindo junto com uma certa visibilidade pública.

A autora observa que a Abralin e o Gel apresentam uma diferença de alcance no que será promovido e desenvolvido pelas associações. A Abralin vai dar uma abertura maior à constituição de um espaço um pouco mais estável de atuação, como um lugar de referência para a comunidade científica que representa.

Na assembleia de 79, segundo Pfeiffer, além de ser aprovada a inserção de secretarias regionais e tratar-se da programação da SBPC, marca-se fortemente a atuação da Associação junto a organismos públicos como o MEC, a Funai e o CNPq. Na ata de 1984 discute-se a criação da Anpoll. Pfeiffer observa que nas atas anteriores não houve nenhuma referência à criação do GEL ou sobre sua forma de atuação. Nota ainda a autora que, na

textualidade dos documentos analisados, há uma diferença entre docente e pesquisador de linguística. Pfeiffer observa a proximidade requerida da Abralín com os pesquisadores; a configuração que a linguística vai tomando socialmente em seus encontros, que a representam politicamente no cenário científico, social, público e governamental.

1.5. A articulação entre História das Ideias Linguística e Análise de Discurso

Pensando na relação da História das idéias Linguísticas com a Análise de Discurso, procura-se nesse item explicitar como essa articulação, aqui no Brasil, vai sendo construída nos estudos desse domínio. Embora a Análise de Discurso não esteja diretamente relacionada à História das Ideias Linguísticas, ela *dá apoio metodológico que alarga nossa capacidade de compreensão, já que nos permite pôr em relação diferentes ordens de discurso: a do saber “sobre” a língua e a do saber “a” língua* (ORLANDI, 2002, p. 124).

A História das Ideias Linguísticas se inscreve em uma visão historicista das Ciências da Linguagem, concebendo a materialidade produzida pelos estudos da linguagem, a exemplo das gramáticas, dos dicionários, dos manuais, como instrumentos linguísticos (AUROUX, 1992).

Conforme Nunes (2008) é justamente essa visão histórica da ciência que é um dos pontos de contato da articulação entre a Análise de Discurso e História das Ideias Linguísticas. Para o autor esses dois domínios têm métodos específicos, mas o contato entre eles e as questões que cada um coloca ao outro, produz ressonâncias tanto em uma quanto em outra direção.

A expressão no plural “ciências da linguagem” marca a diversidade dos estudos da linguagem na história, sobre isso o autor explica:

Embora a chamada linguística moderna, tal como iniciada pelos comparatistas no século XIX e depois por Saussure no século XX, seja contemplada, ela não é considerada um ponto de início das ciências da linguagem, que têm uma história bem mais longa e plural. Assim, quando utilizamos o adjetivo linguístico, ele se refere a qualquer saber produzido sobre a linguagem na história (NUNES, 2008, P. 109)

Como se vê, a definição de ciências da linguagem em História das Ideias Linguística é bastante ampla, abarcando uma variedade de conhecimento sobre a língua(gem),

bem como o seu modo de aparecimento no tempo e no espaço. Do encontro desses dois campos do saber, um leque de possibilidades de pesquisas se abre ao analista-historiador (NUNES, 2008). Os objetos de estudos, as gramáticas, os dicionários, os manuais, dentre outros são vistos como parte da relação com a sociedade e a história, ou seja, são considerados como objetos vivos, para usar um termo da professora Eni Orlandi (2001b).

A Análise de Discurso como uma disciplina de interpretação, que considera a historicidade dos sujeitos e dos sentidos, pode contribuir para pensar os estudos em HIL. Sobre esse modo de leitura, Nunes diz:

Tomando as diversas formas de discurso sobre a(s) língua(s) para análise, efetuam-se leituras que remetem esses discursos a suas condições de produção, considerando-se a materialidade linguística na qual eles são produzidos e evitando-se tomá-los como documentos transparentes ou simplesmente como antecessores ou precursores da ciência moderna. Tais discursos atestam, de fato, modos específicos de se produzir conhecimento em determinadas conjunturas históricas (2008, p. 110).

Quando a Análise de Discurso se posiciona na relação de entremeio com a História das Ideias Linguísticas, pode-se dizer que:

esse modo de fazer história da ciência tem consequências para a leitura e mesmo para a produção de arquivos relativos às ciências da linguagem. Isso inclui tanto os trabalhos de análise dos textos de arquivos, dos gestos de leitura que deles se depreendem, quanto à proposição de novas formas de escrita do arquivo, sensíveis à historicidade dos sentidos, à pluralidade dos domínios das ciências da linguagem, à espacialidade e à temporalidade do conhecimento, às formas de autoria, aos funcionamentos institucionais, aos acontecimentos, enfim, a tudo aquilo que compreende as condições de produção dos discursos científicos (NUNES, 2008, p. 111).

São grandes as contribuições que a Análise de Discurso traz para as pesquisas em Histórias das Ideias Linguísticas. Dentre elas, está a possibilidade de colocar o objeto de estudo em relação à história, à ideologia, enfim em relação às condições de produção.

Para concluir sobre a articulação da Análise de Discurso com a HIL, Nunes (ibidem) remete a articulação que Pêcheux e Fuchs (1990) propõem entre três regiões de conhecimento: o materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso, que na opinião dos autores, são atravessadas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica. Desse

modo, Nunes vai mostrando que: *o campo de “uma” ciência não é um espaço homogêneo, mas sim constituído a partir de diferentes discursos* (p. 121). Essa articulação entre os diferentes domínios defende o autor, não é construída aleatoriamente, é resultado de um contínuo trabalho acadêmico de configuração das fronteiras do conhecimento. Dentre essas fronteiras, está colocada a Análise de Discurso no entremeio com a História das Ideias Linguísticas.

1.6. Análise de Discurso

Como a ancoragem teórica desse trabalho se dá na articulação entre a História das Ideias Linguísticas e a Análise de Discurso, nesse item aborda-se o surgimento da disciplina e de seus dispositivos de interpretação. Essa teoria nasce na década de 1960, na França, num espaço criado pela relação entre três domínios disciplinares. Segundo Orlandi (1999), a análise do discurso para se constituir como disciplina que problematiza a interpretação busca artefato teórico em alguns autores:

Althusser escreve sobre a leitura de Marx, Lacan propõe uma leitura de Freud que é um aprofundamento na filiação da Psicanálise, Barthes considera a leitura como escritura, Foucault propõe a arqueologia. A leitura mostra-se como não transparente, articulando-se em dispositivos teóricos (p. 25).

Desse modo, conforme Orlandi (1999) a teoria é considerada uma disciplina de entremeio, pois trabalha com três regiões do conhecimento: a Psicanálise, a Linguística e o Marxismo. Portanto, não trabalha esses campos do saber, de uma forma servil. Ao contrário,

Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialidade relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. (ORLANDI, 1999, p.20).

A Análise de Discurso trabalhando na articulação desses domínios produz um novo recorte de disciplina, constituindo um novo objeto de estudo – o discurso – que vai afetar esse conjunto de conhecimentos. Para a análise de discurso, a língua não é apenas um código

usado para comunicação, pois em um dado processo de comunicação não se trata apenas de transmissão de informação, mas de produzir efeitos de significação.

Nesse sentido, esse domínio toma a linguagem em seu funcionamento, e isso coloca a relação entre sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história. Segundo Orlandi (1999), retomando Pêcheux, a língua serve para comunicar e para não comunicar. As relações de linguagem, segundo a autora, são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Nessa perspectiva, discurso é considerado “efeito de sentidos entre locutores”. Discurso é a linguagem na boca do homem, uma linguagem em movimento. Nessa direção, analisar um discurso é procurar compreender o sentido da língua em uso, considerando seu aspecto social e histórico, ambos constitutivos do sujeito. É isto que faz com que a linguagem seja a mediação do sujeito com o social (Idem, 1990).

Essa perspectiva teórica, além de considerar o homem em sua relação com a linguagem e sua história, importa-se com as condições de produção do discurso. Procura relacionar a linguagem produzida pelo sujeito com aquilo que lhe é exterior. Todavia, esse processo não ocorre de forma independente, pois tanto a linguagem, quanto o sujeito e a história são constitutivos um do outro. Dessa forma, para a teoria, o funcionamento da linguagem se dá na relação entre os sujeitos e os sentidos, estes por sua vez, são afetados pela língua e pela história.

As condições de produção de um discurso compreendem sujeitos, situações e memória. As condições de produção se dão em sentido estrito e sentido amplo:

Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico (ORLANDI, 1999, p. 30).

A memória pensada em sua relação com o discurso é concebida como interdiscurso, ou seja, é uma memória discursiva, um saber que torna possível todo o dizer. Isto é, uma memória que sustenta o dizível, é o já-dito que está na base de todo dizer. Essa noção é fundamental para compreender o funcionamento do discurso. Para Pêcheux (1997), interdiscurso é o efeito da interpelação ideológica, o “pré-construído” no nível da memória, a imaterialidade dos saberes. Pêcheux define o intradiscurso como a materialidade discursiva. Diz, ainda, que é no interdiscurso que reside a identidade presente, passada e futura dos

enunciados. Essa noção será muito importante para compreender o funcionamento do discurso da ciência, do discurso das políticas científicas.

Segundo Pêcheux (1997), os sujeitos que se inter-relacionam num dado processo discursivo, não são ‘organismos humanos individuais’, mas ‘lugares determinados na estrutura de uma formação social’. Isto é, os lugares que os interlocutores ocupam na esfera econômica como, por exemplo, patrão, chefe, funcionário, operário etc. Afirma o autor, que esses lugares funcionam nos processos discursivos como uma série de ‘formações imaginárias’ em que cada um dos interlocutores atribui a si mesmo e ao outro.

Outro conceito desenvolvido em Análise do Discurso que será fundamental no estudo que faremos, diz respeito à noção de sujeito. Para Orlandi (1999), o sujeito:

(...) é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos (p. 49)

O sujeito discursivo, dentre outras coisas, é pensado como “posição”. É por meio de um “lugar”, uma “posição” que o sujeito enuncia. Então, o sujeito na posição “pesquisador”, “gestor”, “governo” produz sentidos diferentes a partir da formação discursiva em que se inscreve. Por essa razão, as palavras significam de modo diferente para os vários sujeitos que ocupam a mesma posição.

Uma vez que a unidade de análise, na perspectiva da análise do discurso é o texto, compreendido como uma unidade significativa, uma vez que ele é tomado como um objeto linguístico-histórico, Orlandi (2001, p. 116) o define:

não como unidade formal, mas pragmática, ou seja, aquela em cujo processo de significação também entram os elementos do contexto situacional. Dessa forma, posso dizer que texto e discurso se equivalem, entretanto em níveis conceituais diferentes: discurso é conceito teórico e metodológico e texto é conceito analítico (cf. gramática de texto).

Vê-se, então, que o texto é também concebido como um espaço significante, um lugar do jogo de sentidos, de trabalhos com a linguagem, de funcionamento da discursividade. Assim, o texto é concebido como objeto simbólico de interpretação. O texto na sua apresentação empírica é um objeto com começo, meio e fim. Porém, se o concebemos como discurso, instala-se a sua incompletude (ORLANDI, 2006 p.22).

Conforme a autora, o texto é a materialidade do discurso, pois uma vez realizada a análise,

não é sobre o texto que falará o analista mas sobre o discurso. Uma vez atingido o processo discursivo que é responsável pelo modo como o texto significa, o texto ou textos particulares analisados desaparecem como referências específicas para dar lugar à compreensão de todo um processo discursivo do qual eles – e outros que nem conhecemos – são parte. Eles tampouco estão relacionados apenas aos processos discursivos que eram objeto daquela análise em particular e permanecem abertos a novas análises. O que temos, como produto da análise, é a compreensão dos processos de produção de sentidos e de constituição dos sujeitos em suas posições (ORLANDI, 1999, p.72).

Para a análise do discurso, é condição do texto, a textualidade, ou seja, aquilo que diz da relação que ele (texto) estabelece consigo mesmo e com a exterioridade. Desse modo, o texto, ao mobilizar diferentes contextos, textos, intertextos dá visibilidade ao forte atravessamento de subjetividades, fazendo ressoar diferentes sentidos decorrentes de formações discursivas distintas.

É por meio de uma ancoragem histórico-discursiva proposta pela articulação entre a História das Ideias Linguísticas e a Análise de Discurso que se propõe a analisar um arquivo constituído de: sumários, apresentações, artigos científicos de periódicos científicos brasileiros que circulam os estudos da linguagem, bem como relatórios, estatutos, editais de instituições de pesquisa com o objetivo de compreender os processos de produção de sentidos na constituição desse espaço de circulação do conhecimento sobre a linguagem que são as revistas científicas, bem como compreender como a política científica vai se estruturando para a difusão do conhecimento científico no país.

Busca-se compreender os vários sujeitos envolvidos no processo discursivo: autores, leitores inscritos no discurso de circulação da linguística, as instituições que se inserem, suas filiações políticas, filosóficas, procurando analisar o discurso de circulação científica na relação da ciência e saber (ORLANDI, 2001).

O dispositivo teórico/metodológico de interpretação nos possibilitará relacionar língua e discurso, isto é, a discursivização das teorias linguísticas e suas implicações sobre os objetos de pesquisa em relação com a história das ideias linguísticas.

Nessa ancoragem, o analista-historiador não conta com um método pronto, fechado, que pode ser aplicado para dar visibilidade aos funcionamentos da linguagem, ao

contrário ela propõe alguns dispositivos teóricos de interpretação, para se olhar para o texto-objeto, uma vez que para esta filiação não existe um sentido único e verdadeiro. O trabalho do analista é procurar compreender como os sentidos se organizam na base do texto para poder significar. Seu objetivo é explicitar como o texto organiza gestos de interpretação marcados por uma relação singular entre sujeitos e sentidos.

1.7. Produzindo um efeito de conclusão

A história do saber linguístico tem sido tema de estudo de uma série de trabalhos nas últimas décadas, como vimos nos itens anteriores. Aqui no Brasil, o interesse se deu inicialmente sobre a produção do saber linguístico em sua articulação com a constituição da língua nacional. Para isso, vários foram os objetos de estudo, especialmente, as gramáticas e os dicionários, tomados como objetos históricos, concebidos como instrumentos linguísticos tais como definem Auroux (1992) e Orlandi (2001).

Como se pôde ver, os estudos sobre a linguagem e sua representação, realizados no Brasil mostraram que a linguística foi se constituindo por meio de nomes de linguistas, obras, cursos de graduação e pós-graduação, pesquisas, associações, congressos, políticas linguísticas, dando aberturas para se pensar outros espaços.

O desenvolvimento dos estudos da História das Ideias Linguísticas aqui no Brasil contribuiu para legitimar esse domínio e sua institucionalização como área do conhecimento linguístico. Esse campo do saber se desenvolveu por meio de uma articulação com outros domínios como a Análise de Discurso e a Semântica. Ressalta-se que essa articulação não se deu por meio de acréscimo ou complementaridade. Como se pode ver, a articulação da História das Ideias Linguística brasileira tem se dado por meio de uma relação de entremeio com esses outros domínios.

Pensando na constituição, formulação e circulação dos sentidos, tal como proposto por Orlandi (2001b), a leitura desse material buscou compreender a constituição desses estudos, olhando para o processo de periodicização, e percebendo como esse espaço de circulação dos estudos da linguagem foi sendo construído aqui no Brasil, bem como foi importante observar o processo de transformação desse instrumento na história.

Quanto à formulação, foi observado em apresentações, documentos de fundação, relatórios de gestão de órgãos de fomento os discursos que instituem a necessidade desse lugar de publicidade e visibilidade da ciência da linguagem, bem como se buscou perceber os discursos que afetam essas discursividades. Depois, em um movimento de retorno para o interior das revistas, olhou-se para os sumários, artigos, autores, referências bibliográficas, pretendendo compreender como o cientista da linguagem foi formulando uma reflexão sobre a língua(gem) aqui no Brasil, e quais as relações institucionais e filiações teóricas que foram sendo construídas para sustentação desse dizer. Observou-se ainda os nomes, as áreas e subáreas, as filiações, as obras, as instituições, que afetam a produção do conhecimento, buscou-se compreender como foram sendo legitimados (ou não) os estudos realizados e como autores e obras das ciências da linguagem foram se consagrado nos vários períodos dos estudos da linguagem no Brasil.

Em relação à circulação do conhecimento científico, foi analisado o modo como se deu a circulação, e por quais instituições, assim como quem financia a publicidade da ciência no Brasil. Pensar sobre a circulação possibilitou refletir sobre a constituição de uma política científica para circulação do conhecimento.

Os estudos sobre a produção e circulação da ciência da linguagem nos periódicos científicos da área buscam compreender primeiramente a institucionalização desse espaço de discussão como o surgimento das primeiras revistas de linguagem e em seguida observar a fisionomia da Linguística nos espaços dos periódicos científicos, mais especificamente entre os séculos XIX e XXI. Fazer história da constituição de saberes sobre a linguagem, em uma articulação da HIL com a Análise de Discurso, implica considerar que a produção de conhecimento está determinada historicamente por condições materiais específicas que envolvem o político, o institucional, o ideológico.

A seguir apresenta-se um estudo sobre os periódicos científicos de linguagem, as instituições, os acontecimentos políticos e institucionais, procurando mostrar como a Ciência da Linguagem vai se instituindo aqui no Brasil.

CAPÍTULO II

PERIODIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DAS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM NO BRASIL NO ESPAÇO DAS REVISTAS CIENTÍFICAS

Tomando como base o domínio histórico-discursivo apresentado no capítulo anterior, objetiva-se, neste capítulo, pensar discursivamente a relação da circulação das Ciências da Linguagem no Brasil no batimento entre, de um lado, as instituições em que esse saber se constitui e de outro, os acontecimentos políticos e institucionais que afetam as produções do conhecimento. Esse capítulo se constitui, portanto, de uma narrativa discursiva sobre a circulação dos conhecimentos sobre a língua, buscando compreender a historicidade dos periódicos científicos de linguagem aqui no Brasil.

Os trabalhos que contam a história dos conhecimentos linguísticos remontam ao início do século XIX. Para Auroux (1992), esses trabalhos podem ser classificados em três categorias: aqueles que constroem uma base documentária para a pesquisa empírica; os que se pautam em práticas cognitivas e aqueles trabalhos que se voltam para o passado para legitimar uma prática contemporânea.

Segundo Auroux (1992):

Todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber. Porque é limitado, o ato do saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de retrospectção (Auroux, 1987b), assim como um horizonte de projeção (1992, p. 11).

Como se pode observar, fazer uma história das idéias para o autor é considerar que o saber possui um *horizonte de retrospectção* e de *projeção*, ou seja, compreender as ideias de um dado período na história é contar com um passado, um presente, que projeta para um futuro. Nessa compreensão, Orlandi, para refletir sobre a história das idéias linguísticas no Brasil, concebe o conhecimento como discurso e, valendo-se do dispositivo da análise de discurso francesa, introduz nos modos de se contar a história das ideias, apresentados por

Auroux (1992), uma quarta categoria, que, segundo ela, não objetiva a *reconstrução de uma história, mas o processo pelo qual ela se conta* (2002, p.12).

Com os dispositivos teóricos da análise de discurso o analista se coloca no lugar de pesquisador, um lugar em que ele coloca a alteridade do cientista, possibilitando uma leitura outra mediada pela teoria, que ele pode produzir para compreender o processo de significação, inscrito no seu objeto de análise. O analista frente ao seu objeto de estudo procura compreender as condições de produção, os sujeitos, afetados pela história e pela ideologia, desse modo o pesquisador pode, então, *contemplar (teorizar) e expor (descrever) os efeitos de interpretação* (ORLANDI, 1999, p. 61).

Uma análise discursiva dos instrumentos linguísticos permite relacionar o dizer com o não dizer, o discurso⁵ com o interdiscurso⁶. E nesse domínio da história das ideias, o pesquisador procura analisar os sentidos que sustentam a produção de conhecimento da e sobre a língua no Brasil.

Para Guimarães, retomando Chevalier e Delesalle (1986), pensar a história do saber sobre a língua envolve uma reflexão sobre três elementos: *as instituições, os acontecimentos nas instituições que organizam as práticas de produção de conhecimento, as obras que formulam este conhecimento produzido* (2004, p. 11).

O autor (ibidem) concebe acontecimento como aquilo que faz diferença na sua própria ordem, aquilo que produz temporalidade própria, constituindo-se em um presente, um passado e um futuro. De outro modo ele diz que fazer história é:

poder acompanhar como certos conceitos, certas noções, certas categorias se constituíram e como ao permanecerem mudaram, ou ganharam contornos específicos, ou seja, em que momento encontramos acontecimentos pelos quais um conceito se constitui, permanece ou se torna outro (p.13).

O funcionamento dos periódicos, assim como o funcionamento dos congressos (ORLANDI, 2002) e das associações (PFEIFFER, 2007), constitui-se como lugar de representação da Linguística. Segundo Pfeiffer (2007) as associações e os congressos, também são lugares em que a linguística constrói a sua própria representação:

⁵ A noção de discurso para a Análise de Discurso é *efeito de sentidos entre locutores* (ORLANDI, 1999, p. 21). Pensar, então, a linguagem nesse domínio é pensar nas relações entre sujeitos e sentidos, afetados pela história, pela ideologia.

⁶ O interdiscurso é uma memória pensada em relação ao discurso. É o que se chama de memória discursiva, um saber discursivo que sustenta todo o dizer, o pré-construído, o já-dito (ORLANDI, 1999)

Pensar os Congressos como lugar de representação que a Linguística dá de si mesma, produzindo também uma visibilidade pública da sua atuação, traz para a reflexão uma questão que inaugura a própria configuração das pesquisas trabalhadas no interior do Programa História das Ideias Linguísticas no Brasil proposto por Eni Orlandi já nos finais dos anos 80: a indissociabilidade entre ciência, Estado e formação social. Desse modo, buscar compreender a História das Ideias Linguísticas, a partir dessa relação constitutiva, permite-nos justamente colocar o político como estruturante do conhecimento científico, contribuição indiscutível da Análise de Discurso para a História das Ideias (PFEIFFER, 2007, p.20-21).

É nesse domínio teórico que se toma, nessa pesquisa, o periódico científico como espaço de representação da ciência da linguagem, como lugar de legitimação de ideias, de sua manutenção e de sua reprodução. É na relação constitutiva entre produção do conhecimento, instituição e acontecimentos que se procura fazer uma leitura discursiva dos periódicos de linguagem, aqui no Brasil.

Nesse sentido, com base em diversos documentos, foi elaborada uma listagem contendo periódicos científicos, instituições em que foram produzidos, editores responsáveis e acontecimentos relacionados ao domínio do saber linguístico, entre os séculos XIX e XXI. Uma lista que não pretende representar a totalidade das revistas científicas, mas de conceder um panorama desse instrumento linguístico que possa dar visibilidade aos estudos da linguagem no Brasil.

2.1. Estudos sobre a história dos periódicos científicos

Várias são as pesquisas realizadas sobre periódicos científicos no Brasil, nos mais diferentes domínios do conhecimento. Um pequeno levantamento realizado na rede mundial de computadores mostrou algumas teses, dissertações, artigos científicos e livros sobre pesquisas que tomam os periódicos científicos como objeto de estudo. A grande maioria foi de trabalhos na área da Ciência da Informação, embora se verifique também em outras áreas como História, Psicologia, Medicina, Contabilidade, Letras e Linguística, dentre outras.

Essas pesquisas podem ser divididas pelo menos em cinco grupos, que tematizam: as dinâmicas de acesso e uso de periódicos científicos; a bibliometria de um determinado

periódico científico; a política científica de instituições de fomento, do mercado de Periódicos Científicos e de sua avaliação e classificação; a história de um determinado periódico científico, sua função, seus problemas, sua importância, suas características; e pesquisas que analisam os periódicos eletrônicos e seus efeitos para a produção do conhecimento científico.

Nesse levantamento pôde-se perceber rapidamente que as pesquisas sobre periódicos científicos fundamentam-se em autores como Ornstein (1913), Kronick (1976) e Meadows (1998), que contam uma história das revistas científicas, o seu surgimento no mundo. A partir de estudos desenvolvidos por Barata (2010), Stumpf (1994, 1996, 2003) e Freitas (2005), realizados aqui no Brasil sobre essa temática, apresenta-se a seguir, sucintamente, uma narrativa discursiva sobre a história dos periódicos científicos.

Como uma necessidade de dar visibilidade as pesquisas e aos debates proporcionados pelos intelectuais, os periódicos científicos surgem no século XVII. Antes do surgimento das revistas especializadas, a correspondência pessoal foi um dos primeiros meios para a circulação das ideias de cientistas. As atas das reuniões das sociedades científicas foram um outro meio de circulação e elas transcreviam descobertas relatadas pelos membros durante as reuniões que posteriormente, de forma resumida, eram impressas para servirem de fonte de consulta e referência aos membros dessas sociedades (STUMPF, 1996).

As cartas e as atas eram enviadas pelos cientistas a amigos para participar de suas descobertas mais recentes e eram discutidas em pequenos grupos de interessados. Esse modo de circulação por várias razões tornou-se ineficaz para a socialização dos estudos, dentre elas pode-se mencionar que a divulgação era lenta e limitada a um número muito pequeno de pessoas. Essas dificuldades na circulação do conhecimento acabaram contribuindo para o surgimento das revistas que, com o tempo, assumiram o papel de principais divulgadores das investigações (STUMPF, 1996).

Segundo Kronick (apud BARATA, 2010), o primeiro periódico científico foi publicado na França em 5 de janeiro de 1665, com o título de *Journal des Sçavans* (Figura 1), sob a edição de Jean-Denis de Sallo. O *Journal des Sçavans* foi uma publicação semanal, constituída basicamente por *resumos de livros, obituários de homens ilustres das ciências, experimentos de física e química, descrição de observações astronômicas, novas descobertas da anatomia e máquinas úteis, reprodução de decisões de tribunais e universidades, além de informações sobre eventos da academia* (BARATA, 2010).

Para Kronick (apud BARATA, 2010), De Sallo, editor da revista, pode ser considerado o inventor do periódico científico. Esse modo de circulação do conhecimento nasce a partir de outras práticas sociais da época. Por exemplo, o conteúdo das publicações é resultado dos conteúdos das cartas, das atas e dos catálogos de livros, e o formato das revistas e os métodos de distribuição foram inspirados pelos jornais e almanaques.

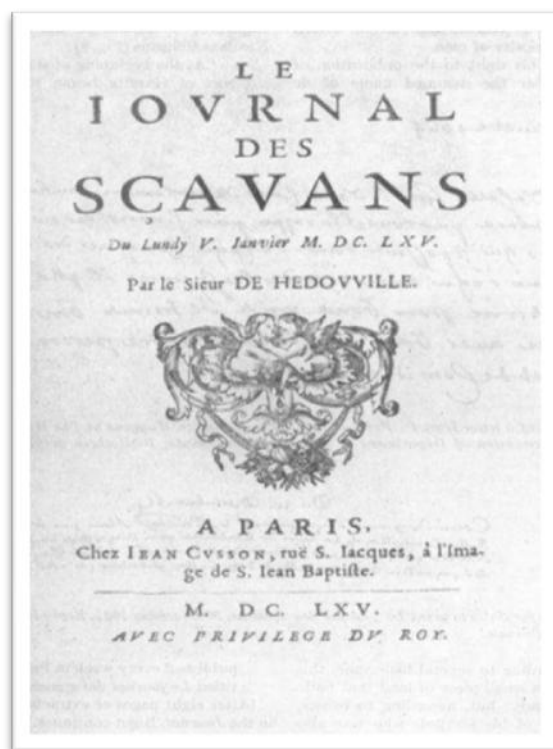


Figura 1: Contra-capas do *Journal des Sçavans*, Vol.2, de 1667, imagem retirada da tese de Barata, 2010.

Em 6 de março de 1665, a Royal Society inglesa lançou também seu periódico, o *Philosophical Transactions of the Royal Society* (Figura 2), com o objetivo de divulgar artigos apresentados à sociedade inglesa, ou outras contribuições.

As duas revistas contribuíram para a literatura científica, o *Journal des Sçavants* abriu caminhos para o desenvolvimento das revistas dedicadas à ciência em Geral, sem se restringir a uma área específica e o *Philosophical Transactions* foi considerado modelo para as sociedades científicas, que apareceram em grande número na Europa, durante o século XVIII. Conforme Stumpf (1994), não havia diferença entre periódico de circulação da ciência

(circulação entre os pares) e divulgação da ciência (divulgam o conhecimento para a sociedade). Assim, tanto o *Journal des Sçavans* quanto o *Philosophical Transactions* visavam à circulação do conhecimento científico para especialistas e interessados (STUMPF, 1994).

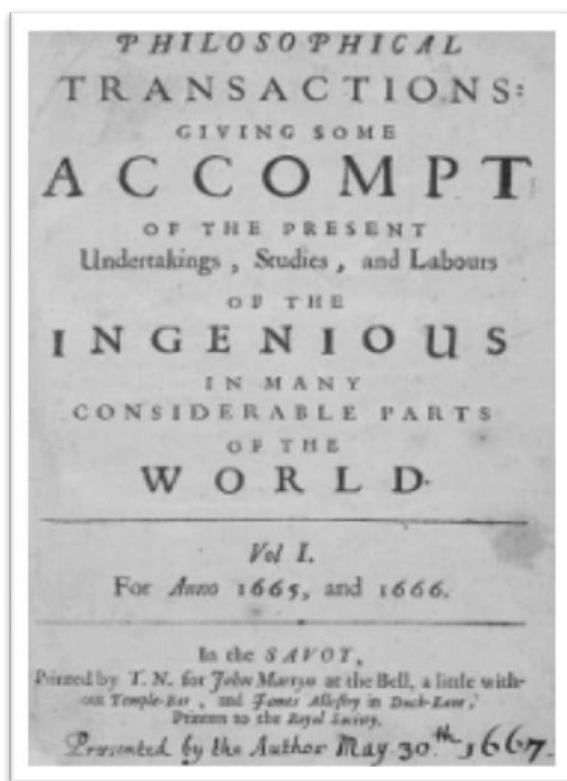


Figura 2: Capa do *Philosophical Transactions*, Vol.1, 1665, imagem retirada da tese de Barata, 2010.

Nos Estados Unidos, o primeiro periódico médico, surge em 1797, publicado pela Columbia College de Nova York. Os artigos eram avaliados pelos três editores da revista. Esse gesto, ainda que precário, dá início ao que viria a ser, muito mais tarde, uma avaliação por pares (STUMPF, 1994).

2.1.1. Portugal e Brasil: o surgimento dos periódicos científicos

Em Portugal, o primeiro periódico que divulgou temas científicos e técnicos foi o *Jornal Enciclopédico*, em 1779, que foi dedicado à Rainha Nossa Senhora e destinado a instrução geral, noticiando os novos descobrimentos em todas as ciências e artes.

A conjuntura que movimenta o surgimento do periodismo científico é resultado de uma transformação promovida pelo Marquês de Pombal, que ao expulsar a Companhia de Jesus do país e de suas colônias, promove uma reforma na educação, especialmente a reforma da Universidade de Coimbra. Portugal, afetado pelo Iluminismo, coloca a educação em condições de ser útil ao esforço de recuperação econômica. Mas as publicações periódicas em ciência somente terão oportunidade de se desenvolver no início do século XIX, com o liberalismo. Os periódicos científicos em Portugal surgem ligados à fundação de agremiações científicas, aliado ao desenvolvimento da imprensa e à diminuição da censura estatal sobre a produção impressa (FREITAS, 2005).

Levando em consideração outros centros europeus e mesmo Portugal, as publicações periódicas surgiram a partir das seguintes condições: *o surgimento das tipografias, o desenvolvimento do comércio livreiro e a formação de grupos com competência e interesse em discutir questões afeitas a determinados assuntos, o que se deu, geralmente, nas academias* (FREITAS, 2005, p.33).

No Brasil Colônia, até o século XIX eram proibidas a imprensa, a posse de prelos e a maioria das atividades científicas e educacionais. No entanto, o Brasil também contou com a criação de agremiações científicas durante o século XVIII. Em 1724 foi fundada, na Bahia, a *Academia Brasílica dos Esquecidos*, que encerra suas atividades no ano seguinte. Em 1736 surge a *Academia dos Felizes*, tendo funcionado até 1740, no Rio de Janeiro, instalada no Palácio do Governo. Em 1752 é fundada, no Rio de Janeiro, a *Academia dos Selectos*. Em 1759, na Bahia, é criada a *Academia Brasílica dos Renascidos*. Em 1772 é criada a *Academia Científica do Rio de Janeiro* pelo médico José Henrique Ferreira, sob a proteção do vice-rei Marquês do Lavradio, atuando por oito anos. Em 1779, surge a *Sociedade Literária*, nascida também sob a proteção do vice-rei. As produções desenvolvidas por membros dessas sociedades permaneceram manuscritas ou foram impressas em sua maioria em Portugal dada a proibição e censura de impressos no Brasil (FREITAS, 2005).

Sobre isso, mencionamos o trabalho de Mariani (1996), que ao desenvolver um estudo sobre o discurso das academias do século XVIII percebe que a presença das Academias Científicas e Literárias se marca quase sempre apenas pela literatura. São mais de vinte academias voltadas para a história, a literatura e a ciência, algumas, segundo a autora, com finalidade apenas festiva ou comemorativa.

No início do século XIX, no Rio de Janeiro, havia três livrarias, mas como a atividade tipográfica ainda era proibida, esse ramo do comércio custou alguns anos para se desenvolver. Somente com a chegada do Rei Dom João VI, na Bahia, em 1808:

é que as instituições educacionais, científicas, políticas e comerciais de toda ordem foram autorizadas a existir. Inclui-se nessa liberação, a tipografia. A política cultural imposta pela coroa portuguesa no Brasil nos três séculos anteriores produziu um círculo vicioso que somente pode ser rompido à beira do século XX (FREITAS, 2005, 43).

Conforme Freitas (2005) é de 13 de maio de 1808 o decreto para a abertura da primeira tipografia brasileira, a *Impressão Régia*, para atender à necessidade do governo em imprimir seus atos e decretos. As publicações periódicas da Impressão Régia foram inauguradas com a publicação do jornal a *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1808 (Figura 3), considerado um diário oficial. No mesmo ano, surge também o *Correio Brasiliense*, publicado em Londres, sob a direção do brasileiro Hipólito José da Costa, mas teve a sua circulação proibida em 27 de março de 1809 (Figura 4). Em 1811, é fundado na Bahia *A Idade d'Ouro do Brasil*, de propriedade de Manuel Antônio da Silva Serva (Figura 5). Em 1813, surge aqui no Brasil a revista *O Patriota* (Figura 6).



Figura 3: *Gazeta do Rio de Janeiro*, imagem retirada do acervo digital da Biblioteca Nacional.



Figura 4: *Correio Brasiliense*, 1818, retirado do site www.brasiliana.usp.br



Figura 5: *Idade D'Ouro*, retirado do acervo digital da Fundação Biblioteca Nacional

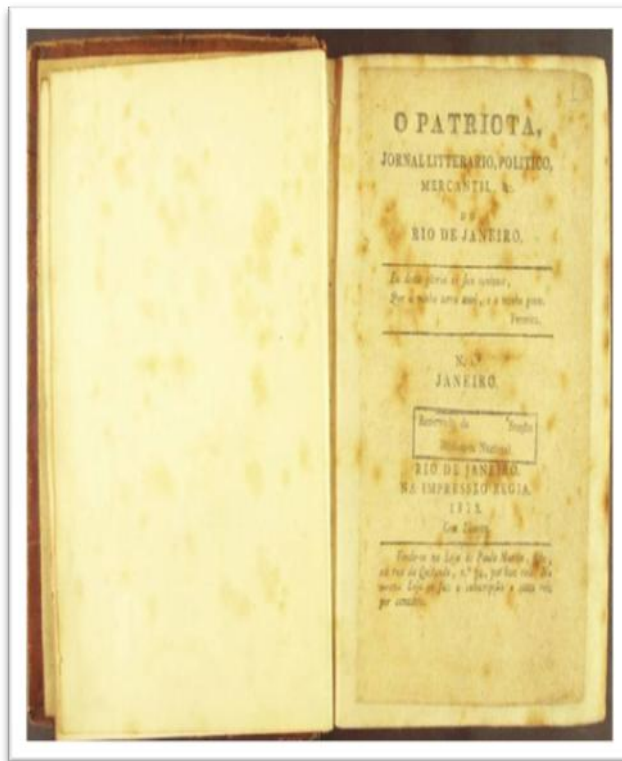


Figura 6: *O Patriota*, retirado do acervo digital da Fundação Biblioteca Nacional.

Freitas (ibidem), em sua pesquisa sobre a origem dos periódicos científicos no Brasil diz que *O Patriota, Jornal Litterario, Politico, Mercantil &c. do Rio de Janeiro* (editada de 1813 a 1814) foi considerado por muitos a primeira revista brasileira a publicar textos de ciência, entre história e literatura. Esses estudiosos, conforme a autora, desconsideram a publicação da revista *As Variedades ou Ensaaios de Literatura* (1812), da Bahia, a primeira revista produzida no Brasil, impressa pela tipografia de Silva Serva, editada e redigida por Diogo Soares da Silva de Bivar, que obteve apenas dois números.

A revista *O Patriota* chegou a publicar 18 números, começou com uma periodicidade mensal e passou no ano seguinte a bimestral, tendo em média de 100 a 120 páginas. Conforme Freitas (ibidem) tinha o mesmo estilo do *Journal des Sçavans*.

Ressalta-se que o desenvolvimento do periodismo no Brasil era dificultado pela censura prévia existente, as poucas publicações que mantinham uma certa regularidade no Rio

de Janeiro e na Bahia eram consideradas *oficiosas* ou *inofensivas*. A *Impressão Régia* entre 1821 e 1822, considerando o debate travado pela Independência só imprimiu panfletos, proclamações, cartas e jornais. A liberdade de imprensa vai se dar em 1821, melhorando as perspectivas financeiras do ramo, fazendo com que várias tipografias fossem abertas. No entanto, outro tipo de coerção aparece: a censura dos manuscritos foi modificada pela censura das provas tipográficas. Mesmo nesse cenário, o mercado tipográfico era considerado um bom empreendimento, fazendo surgir a partir de 1821 novas tipografias (FREITAS, 2005).

Para a autora (ibidem):

Embora a maior parte dos impressos seja vinculada à publicidade, ao comércio e ao debate político, a impressão de textos científicos vai, timidamente, aumentando. A impressão de livros científicos e escolares é bem mais comum que de jornais e revistas, que somente surgirão com grande força após a década de 1830, com o aumento, expansão e estruturação das instituições científicas e escolares (p. 59).

Vários são os conflitos enfrentados pelo Brasil. Em 1822, o país conquista a sua independência, mas acabou demorando um pouco mais para se livrar do império português colonialista; somente em 1840 mudanças significativas serão sentidas. Segundo Freitas (ibidem): *A questão é que não foi se livrar ou não de Portugal, mas, sobretudo, livrar-se da política adotada por Portugal para sua colônia americana; política essa aprisionadora, que procurava fazer com que o Brasil somente servisse aos interesses portugueses* (p. 65). Vários foram os problemas que o país teve que enfrentar, dentre eles, o analfabetismo, a comunicação difícil em um imenso território, a falta de escolas e de estrutura geral.

É diante desse quadro político que se desenvolveu a imprensa no país, voltada mais para as questões sociais e políticas, portanto, à frente de questões científicas. Esse movimento interferiu na produção do periodismo no Brasil de 1808 a 1830.

As publicações que divulgavam as ciências surgem nos chamados jornais literários, segundo a autora esses periódicos foram:

na época, nomeadas de “jornais literários”, entre outras denominações, mas com um significado totalmente diverso de nossa compreensão atual. Os jornais literários traziam artigos técnico-científicos redigidos na linguagem própria da ciência, com várias observações sobre experimentos realizados, gráficos, tabelas e fórmulas. Traziam também vários artigos traduzidos de outros periódicos estrangeiros, comentários de outras obras e resumos de textos (FREITAS, p.72).

Um dos primeiros periódicos a publicar ciências no Brasil, além dos já mencionados, os divulgadores das artes e das ciências, segundo Freitas (2005) foram: os *Annaes Fluminenses de Sciencias, Artes e Litteratura*, Publicados por huma Sociedade Philo-Technica no Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, 1822), o *Jornal Scientifico, Economico e Literario* (Rio de Janeiro, 1826) e *O Beija-Flor: Annaes Brasileiros de Sciencia, Politica, Litteratura* (Rio de Janeiro, 1830-1831); *Ephemerides Náuticas* (1810-1820); *Annaes Fluminenses de Sciencias Artes e Litteratura* (1822); *Jornal Scientifico, Economico e Literario* (1826); na década de 1830 destacam-se os periódicos *Revue Bresilienne* e *O Beija-flor*.

Alguns outros periódicos chegaram a publicar algumas notas de fatos científicos, mas não se pode chamá-los de jornais voltados às ciências e às letras. *O Espelho*, publicado no Rio de Janeiro em 1821, *A Malagueta*, publicada também no Rio de Janeiro, de 1821 a 1832, e *a Abelha do Itacolomy*, publicada em Ouro Preto, de 1824 a 1825, entre vários outros publicados na época (FREITAS, 2005, p.93).

Freitas observa que até a década de 1830, a comunicação da ciência no Brasil por meio de periódicos dependia de iniciativas isoladas e particulares, isso porque ainda não havia se estruturado no Brasil um espaço para atividades dessa natureza com a criação de instituições administrativas, educacionais e científicas, o Estado brasileiro estava em processo de formação, não havendo completado sequer uma década de sua independência.

Algumas sociedades começam a surgir e acabam instituindo os seus próprios periódicos, dando visibilidade aos estudos realizados pelos membros dessas sociedades. A autora menciona algumas dessas sociedades:

1. A Sociedade Auxiliadora Nacional (1824), lançou o periódico *O Auxiliador da Industria Nacional* (1833-1892), cujo interesse centrava no desenvolvimento da agricultura nacional.
2. A Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, criada em 1829, que publicou vários periódicos no decorrer do século e que foram sendo substituídos por outros periódicos, com outros nomes, novos redatores e financiadores. Lança os periódicos:
 - a) *Semanário de Saúde Pública* (1831-1833);
 - b) *Revista Médica Fluminense* (1835-1841);
 - c) *Revista Médica Brasileira* (1841-1845);

- d) *Annaes de Medicina Brasiliense: Jornal da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro* (1845-1849);
- e) *Annaes Brasilienses de Medicina: Jornal d'Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro* (1849-1885);
- f) *Annaes da Academia de Medicina do Rio de Janeiro* (1885-1902).

Ressalta-se que pouco depois do lançamento do segundo periódico, em 1835, a Sociedade foi extinta, transformando-se na Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, passando, portanto, a ser patrocinada e controlada pelo Estado Imperial.

- 3. A Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia (1832) publica o *Jornal da Sociedade de Agricultura Comercio e Indústria da Província da Bahia* (1832-1836).
- 4. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, que lança a *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil* em 1839 que é publicada até hoje;
- 5. O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, fundada em 1860, publica a *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura* em 1869.

Diante da análise dos primeiros periódicos científicos, Freitas (2005) conclui que mesmo que tenha surgido uma Revista como *O Patriota*, que divulgasse a ciência no Brasil nos anos 1813-1814, o periodismo científico no Brasil só se desenvolveu a partir da institucionalização das instituições científicas e que foram as sociedades científicas que instituíram a comunicação da ciência no Brasil. Os periódicos que nasceram das sociedades científicas mostram *que a comunicação da ciência, sistemática, organizada, estável e duradoura, somente foi possibilitada com a institucionalização das atividades científicas* (FREITAS, 2005, p. 116).

Percebe-se nos estudos sobre os primeiros periódicos científicos brasileiros, que os periódicos em destaque se voltam para algumas áreas do conhecimento como as áreas de Agricultura, Medicina, História e Geografia. Diante disso, pode-se questionar: e as outras áreas do conhecimento não criaram os seus espaços de reflexão? E os estudiosos das outras áreas, não existiam? Não se reuniam? Não produziam? Outros questionamentos podem ser levantados: o que é considerado ciência nas diferentes conjunturas aqui no Brasil? O que é ciência para o pesquisador do periodismo no Brasil?

A partir desses questionamentos e do interesse dessa pesquisa e direcionados, ainda, por uma visão histórico-discursiva investiga-se a seguir os periódicos científicos de linguagem. Não se pretende fazer uma pesquisa exaustiva, mas tão somente mostrar que a linguagem também produziu e publicou seus estudos sobre língua e linguagem, como tantas outras ciências que ficaram de fora. Não se trata de fazer uma historiografia das revistas de linguagem no Brasil, buscando reconstruir a história dos periódicos; ao contrário, visa-se a focar na textualidade do arquivo e ler a historicidade dos estudos da linguagem para compreender o modo como foi se instituindo, aqui no Brasil, uma prática de circulação do conhecimento sobre a língua.

Os periódicos científicos quando concebidos como discurso levantam algumas questões, a primeira é que os periódicos científicos significam em sua relação com locutores e a segunda é que eles são resultados de práticas sociais, apresentando um funcionamento distinto para os periódicos e sua circulação. O que isso significa? Significa que em cada conjuntura as condições de produção afetam a formulação do saber e sua circulação.

Por exemplo, no século XIX, quando ainda não se tinha periódicos próprios de linguagem, como se verá no próximo item, os estudos dos “homens de letras” eram publicados em periódicos de cultura geral. Esses “homens de letras” formavam um grupo de estudiosos, constituídos de pessoas cultas, muitas vezes de outras áreas como advogados, engenheiros, políticos, além de interessados pelas questões da língua. No início século XX, com o aparecimento dos primeiros periódicos de linguagem, até a década de 1960, pode-se perceber o surgimento de especialistas da língua, na maioria eram gramáticos, lexicógrafos, filólogos, professores de língua, que ganharam prestígio na sociedade da época por legitimar um saber produzido aqui no Brasil como Laudelino Freire, João Ribeiro, Souza da Silveira, M. Said Ali, Mario Barreto, Maximino Maciel, Antenor Nascente e Mattoso Câmara, para mencionar apenas alguns.

No debate em torno da língua que se fala no Brasil, esses estudiosos valiam-se dos periódicos para defender a língua nacional, opondo-se aos escritores portugueses. Desse modo foram construindo um espaço de visibilidade aos estudos sobre a língua/linguagem desenvolvidos aqui no Brasil. Com a constituição da língua nacional definida e com a formulação de políticas de ensino pode-se perceber que o funcionamento dos periódicos se dá como um lugar de formação da língua nacional. As revistas abordavam questões de língua e de

literatura, assim como algumas revistas criaram uma sessão para responder as dúvidas de seus leitores, os chamados “consultórios gramaticais”, desse modo, orientavam o leitor sobre a língua portuguesa, as normas do “certo” e do “errado”. É por meio da criação desses espaços que se pode dizer que as revistas de linguagem, do início do século XX, eram direcionadas para um público geral, interessado nas discussões em torno da língua.

A partir da década de 1940, quando a política científica ainda estava em formação, observa-se um grupo de intelectuais em busca de outro desafio: o de colocar os estudos da linguagem no cenário internacional. Surgem as revistas especializadas de linguagem, estudos que são produzidos no interior das academias e dos grupos de pesquisas e pós-graduação. Com a criação das instituições científicas de pesquisa, juntamente com as associações de linguística e o crescimento da pós-graduação na década de 1980 há uma explosão de periódicos científicos especializados ligados as mais diversas instituições de ensino e pesquisa do país. As revistas científicas passam a ser avaliadas por pares, destinando os estudos desenvolvidos a um público constituído de especialista da linguagem, pesquisadores, professores, alunos de graduação e pós-graduação.

Foi se definindo nesse período uma política para circulação, bem como uma exigência por produtividade provocando impactos significativos na produção de estudos da linguagem. Observa-se que os editores de revistas iniciam um trabalho no sentido de atender aos parâmetros de exigências impostos pelas políticas públicas para circulação, como o de inserir os periódicos em bases de dados internacionais, entre outras questões.

Para constituir um arquivo sobre periódicos esta pesquisa recorreu a várias bibliotecas brasileiras, como a Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem, da Unicamp; O Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio - CEDAE, do IEL/Unicamp⁷; as bibliotecas digitais da Fundação da Biblioteca Nacional; o Projeto Brasiliana da USP⁸; Arquivo Público do Estado de São Paulo; estudos do GT de Historiografia de Linguística

⁷ O IEL por meio do CEDAE é o depositário do acervo das associações de Linguística: A Associação Brasileira de Linguística – ABRALIN, Associação Nacional de Pesquisa em Letras e Linguística -ANPOLL, Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo-GEL e Associação de Linguística e Filologia da América Latina-ALFAL. O CEDAE reuniu ao longo de sua história alguns fundos documentais da cultura, da literatura e da linguística brasileiras. Site: <http://www.iel.unicamp.br/cedae/>.

⁸ O Projeto Brasiliana da USP guarda um acervo bibliográfico e documental sobre assuntos brasileiros no País e no mundo. Desde 2009 oferece acesso a seus arquivos por meio da rede Internet. Possui 1447 livros, 1225 periódicos e 453 imagens digitalizados, que podem ser filtradas por título, autor, assunto, ano de publicação no site: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd>.

Brasileira da Anpoll⁹, bem como as obras: *História da Imprensa de Santos*¹⁰ e *Tendências Atuais da Linguística e da Filologia no Brasil*, organizado por Anthony Julius Naro .

A análise desse arquivo permitiu refletir sobre os periódicos científicos de linguagem, as instituições que formulam o conhecimento e que dão visibilidade a esse saber; bem como possibilitou observar os acontecimentos políticos e institucionais que estão em torno da produção e circulação do conhecimento, estruturante da política científica. Permitiu também refletir sobre o surgimento e a consolidação dos periódicos da área além de organizar uma periodização da produção e circulação em revistas especializadas dos estudos da linguagem desenvolvidos aqui no Brasil.

2.2. Periodização da produção e circulação das ciências da linguagem no Brasil no espaço das revistas científicas

Como se veio mostrando no decorrer da tese, a História das Ideias Linguística desenvolvida no Brasil tem procurado refletir acerca da constituição do pensamento sobre a linguagem e sobre as políticas de línguas que foram desencadeadas a partir dessas ideias. Nesse direcionamento, indaga-se: como vão se organizando as produções científicas de linguagem, nos diferentes momentos da história, nesse espaço discursivo específico dos periódicos? Para responder a esse questionamento, será realizado a seguir um estudo sobre um

⁹ A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Letras e Linguística – Anpoll – criou um GT de Historiografia de Linguística Brasileira, para desenvolver o Projeto de Índice Crítico Analítico das Revistas de Filologias Brasileiras do Século XX - ICAREFILBRAS – XX – cujo objetivo é o de “selecionar e localizar os estudos filológicos e linguísticos dos periódicos brasileiros novecentistas especializados, investigando: Os principais campos de abrangência da Filologia; A evolução de nossos estudos gramaticais no século passado; Os primeiros estudos de Linguística no Brasil”. O grupo de pesquisadores tem desenvolvido um trabalho de indexação de revistas de linguagem, elaborado um índice crítico analítico das revistas brasileiras de Filologia do século XX, tais como: Revista de Língua Portuguesa, Revista Filológica, Jornal de Filologia, pretendem indexar ainda as seguintes revistas: Ibérica (RJ), Revista do Brasil (RJ), Revista de Filologia Portuguesa (SP), Boletim da Sociedade de Estudos Filológicos (SP), Boletim de Filologia Portuguesa (RJ), Confluência (RJ) e Revista de Cultura (RJ).

¹⁰ O livro *História da Imprensa de Santos* foi publicado em 1979 pelo jornalista Olao Rodrigues, a obra aborda o desenvolvimento da imprensa santista, para isso faz um mapeamento dos periódicos de Santos. Essa obra em sua versão digital pode ser encontrada no site: *Novo Milênio*, <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0318z01.htm>.

conjunto de fatos políticos e institucionais correlacionados com os estudos do Português no Brasil, publicados em periódicos científicos.

A partir dessa abordagem histórica foi possível perceber alguns funcionamentos no processo de periodicização da produção e circulação da ciência da linguagem, que levou à elaboração de uma proposta de periodização, dividindo-a em quatro períodos, a saber.

2.2.1. Período Enciclopédico

O primeiro período das publicações periódicas das ciências da linguagem no Brasil vai do início do século XIX ao início do século XX. Esse período caracteriza-se por não haver periódicos específicos para os Estudos da Linguagem. O acontecimento que marca o início desse período é a liberação da imprensa no Brasil, em 1808. Isso não significa que antes desse período não existiam estudos sobre a linguagem, mas para atender aos objetivos desse trabalho, serão analisados apenas os estudos da linguagem publicados em periódicos científicos da área.

A nomeação de *Período Enciclopédico* deve-se a um tipo de revistas que busca publicar um conhecimento geral, considerado importante para a sociedade da época. Essa ideia estabelece uma relação de sentido com o pensamento iluminista de que o progresso da humanidade só seria possível a partir do acesso livre e irrestrito ao saber, o que resultaria em uma sociedade mais livre e igualitária. O Projeto Enciclopedista de Diderot e D'Alembert era o símbolo do século das luzes. Apenas para ilustrar se faz referência ao que diz Dias (2009) sobre isso: a palavra “enciclopédia” vem do grego *eu-kuklios Paidéia* que significa “círculo (kuklios) perfeito (eu) do conhecimento ou da educação (paideia), que Rabelais deu ao conjunto de conhecimentos a forma do círculo”. Explicando sobre essa educação circular, Dias (2009) vai dizer que o conhecimento desse modo é compreendido como delineável, demarcável, fronteiro de modo que poderia ser localizado em um mapa. O período enciclopédico mostra uma divisão dos saberes.

As revistas do período enciclopédico consistem, portanto, em um conjunto de textos, cujo objetivo principal é fazer circular um saber ilustrado que representa imaginariamente todas as ciências, as letras e as artes. Como se pode observar nos nomes das revistas desse período, essas palavras se repetem: “literário”, “sciencias”, “letras”, “história” e

“artes”. Esses termos voltam a aparecer nos índices das revistas, subdividindo em temas os assuntos a serem tratados. Essas subdivisões apontam para uma divisão entre ciência/não ciência nos periódicos de linguagem, o que vem diferenciar-se das gramáticas que também se diziam científicas. Ciência para os periódicos do século XIX são estudos sobre medicina, química, história natural, geografia e agricultura; não-ciência significa cultura, ou seja, literatura, arte e historiografia.

Observa-se que a expressão “Ciências e Letras” surge nos nomes de periódicos muito antes da criação das universidades no Brasil e de suas Faculdades de Filosofias Ciências e Letras. O interesse pelas Letras pode ser efeito da política de ensino com estudos das Letras Humanas (gramática, retórica, poesia), Latim, Grego e Hebraico, estudos que continuavam na Universidade de Coimbra (TEIXEIRA, 1989).

A liberação da imprensa em 1808 foi um marco importante na história do país, sobretudo, pela transferência da corte portuguesa para o Brasil, desencadeando mudanças significativas no cenário político-cultural. Destaca-se a criação nesse mesmo ano da Fundação Biblioteca Nacional e da Impressão Régia pelo príncipe regente D. João, que detinha o monopólio das publicações oficiais, instalando um processo de censura que perdurou até 1821, como já foi mostrado no item anterior. Esse acontecimento, ainda que timidamente, introduz no Brasil a palavra impressa e movimenta a sociedade em busca de informação sobre as coisas da colônia, de Portugal e do mundo. Esses acontecimentos produzem ressonância significativa na sociedade, abrindo caminhos para que mais tarde o Brasil não só rompesse o seu vínculo com Portugal, mas, sobretudo, trabalhasse no sentido de produzir o seu próprio conhecimento.

Depois da primeira tipografia instalada no Rio de Janeiro (1808) começaram a surgir outras, em vários lugares do país, a exemplo da Bahia (1811), Pernambuco (1816), Pará (1820), Maranhão (1821), mais duas tipografias no Rio de Janeiro, em 1821, em Minas Gerais (1822), Ceará (1824), Paraíba (1826), Rio Grande do Sul (1827) e São Paulo (1827)¹¹.

Além dos acontecimentos já mencionados no início do século XIX, destacam-se outros como a independência (1822), a criação do Colégio de Pedro II (1837) e mais tarde a

¹¹ Informações retiradas do site www.observatoriodaimprensa.com.br, uma entidade civil, não-governamental, não-corporativa e não-partidária que pretende acompanhar, junto com outras organizações da sociedade civil, o desempenho da mídia brasileira, enfim, é um espaço que funciona como um fórum permanente de discussão sobre a mídia.

constituição da República (1889), acontecimentos políticos e institucionais importantes para a história da língua (ORLANDI, 2002; GUIMARÃES, 2004). Como se observou no capítulo anterior, a sociedade vai se desenvolvendo e constituindo os seus próprios instrumentos tecnológicos.

Pode-se dizer que as publicações sobre linguagem nesse período deram-se fundamentalmente por meio de obras como gramáticas e dicionários, conforme afirma Guimarães (2004) e artigos publicados, sobretudo em jornais na Província de São Paulo (desde 1875), como menciona Joanilho (2005), e no Jornal do Comércio (desde 1900), Correio da Manhã (desde 1903), conforme estudos realizados por Dela-Silva (2008).

Desse período, foram selecionados alguns periódicos que traziam em seu nome indícios de que eram periódicos científicos da área da linguagem: Bussula da Liberdade: periódico político e literário (1832); Niteroy: Revista Brasiliense Sciencias Lettras e Artes (1836); A Epocha Litteraria: periódico scientifico, Literario, Historico, De Bellas Artes (1850); Revista Brasileira: Jornal de Literatura, Teatro e Indústria criada em 1855, depois mudou o nome para Revista Brasileira: Jornal de Ciências, Letras e Artes (1855-1899); O Futuro: Periódico Litterario (1862); A Idea: jornal de sciencias e lettras (1874); Revista Nacional de Ciências, Artes e Letras (1877) e Revista Ciencia e Lettras (1880).

As informações levantadas sobre esses periódicos foram poucas, como se pode ver a seguir:

- a) Bússula da Liberdade: periódico político e literário (1832), figura 7, foi impresso em Pernambuco, por Antonio José de Miranda Falcão, na tipografia do Diário.



Figura 7: *Bússula da Liberdade*: periódico político e literário n. extraordinário, 1.1835, retirado do site www.brasilana.usp.br

- b) Niteroy: Revista Brasileira Sciencias Lettras e Artes (Figura 8), criada em 1836, publicada pela Dauvin et Fontaine, Libraires, Paris. Traz como slogan “Todo pelo Brasil, e para o Brasil”. A revista traz artigos extensos sobre Agronomia, Economia, Escravidão, História da Literatura, Ideias sobre Música, discute assuntos da indústria, da agricultura como a Fábrica de Açúcar, dos escritores brasileiros que foram colaboradores destacam nomes como os de Domingos José Gonçalves de Magalhães, considerado o introdutor do romantismo no Brasil e Francisco de Sales Torres Homem.



Figura 8: Capa da *Niteroy: Revista Brasiliense Sciencias Lettras e Artes* (1836), retirada do livro *A História da Imprensa de Santos*, disponibilizada no site: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0318z03.htm>

- c) A *Epocha Litteraria*: periódico científico, Literário, Histórico, De Bellas Artes (Figuras 9 e 10) publicada em 1850 na Bahia, na Tipografia de Carlos Poggetti. É um periódico vinculado a uma sociedade ligada ao Visconde de Pedra Branca, que era brasileiro, membro de diversas sociedades científicas e literárias de Paris e membro do Instituto Histórico Brasileiro. A revista apresenta várias sessões assim divididas: ciência, história, literatura, belas artes e variedades.

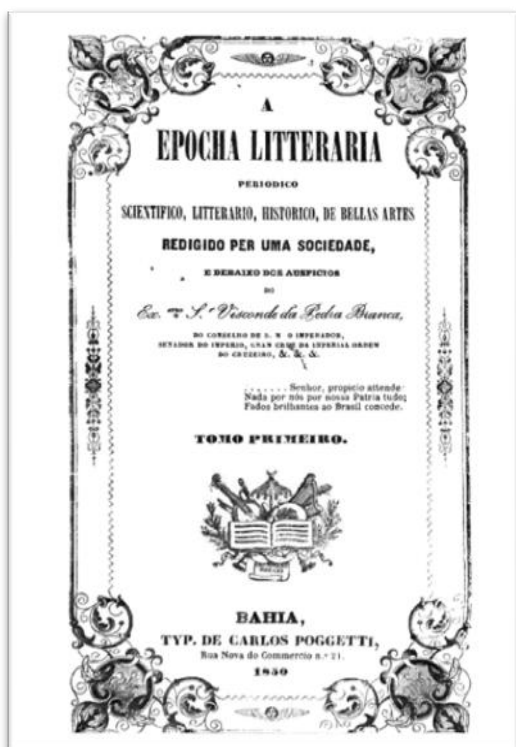


Figura 9: Capa da A Epocha Litteraria periódico Científico, Litterario, Historico, de Bellas Artes, nº 1, de 1850, publicado na Bahia, Typ de Carlos Poggetti.

INDEE DAS MATERIAS DESTE VOLUME.	
Lide.	PAGINAS
Sciencia.	
Os sonhos considerados sobre o ponto de vista physiologico, e pathologico	18, 33, 46
Varias observações de chimica, e historia natural	97
Hydrographia (longitudes e latitudes dos principaes pontos maritimos do Brasil)	100, 137
Resumo chorographico da provincia da Bahia	159
Aurora Boreal.	190
Historia.	
Nascimento de D. Pedro, o cruel	7, 42
As cruzadas	63, 102, 147
Conquista da Bahia pel-a Hollanda, e sua Restauração.	169
Litteratura.	
Os dous rivais (romance)	34, 53, 75, 131, 135
Paseios de dous amigos	48, 81
O prepo da vida	175
Bellas Artes.	
A flor do deserto.	50
O Feragido.	60, 90
Saudades d'ella	95
Ode.	107
Soneto.	110
D. João d'Ario (drama).	111, 165, 185
Descripção de uma tempestade	161
O vale e a lyra	180
Variedades.	
Meio de restaurar-se a brancura do alvaiz de n'os quadros alterados	146
Pensamentos	168
Noticia biographica (D. Maria Ursula de Abreu Lencastre)	196
Novo instrumento para escrever	198
Heroismo de Maria de Sousa	190

Figura 10: Índice do periódico Epocha Litteraria, nº 1.

- d) A Revista Brasileira publicada pela primeira vez em 1855 (Figura 11) teve várias fases nos vários períodos que foram editados, cada fase recebe o nome de seu diretor. A primeira vez que apareceu foi em 1855 com o nome de *Revista Brasileira: Jornal de Literatura, Teatro e Indústria*, sob a direção de Francisco de Paula Meneses, publicando apenas o número 1. A segunda vez que a revista apareceu surgiu com outro nome a *Revista Brasileira: Jornal de Ciências, Letras e Artes* (Figura 11), que vai de 1857-1865, dirigida por Cândido Batista de Oliveira, publicando quatro volumes. As publicações desse período foram consideradas a Fase I, recebendo o nome de “fase Batista de Oliveira”. A Fase II da *Revista Brasileira*, também conhecida como “fase Midosi” foi editada de 1879 a 1881, sob a direção de Nicolau Midosi, publicando trinta números reunidos em dez volumes. A Fase III, chamada de “fase José Veríssimo”, corresponde a publicações do período de 1895 a 1899, publicando 19 tomos com 93 fascículos sob a direção de José Veríssimo. A Fase IV, também conhecida como a

“fase Batista Pereira”, sob a direção de Batista Pereira vai de 1934 a 1935, publicando 10 números. A partir da Fase V passou a ser publicada pela Academia Brasileira de Letras, sob a direção de Levi Carneiro que vai de 1941 a 1966, com uma interrupção de 10 anos de 1948 a 1958. A ABL continuou a nomear as fases da revistas com o nome de seus diretores. A Fase VI, sob a direção de Josué Monteiro, publicou seis volumes de 1975 a 1980. A Fase VII sob a direção João Scantimburgo vai de 1995 a 2006, publicando 44 números (RLP, apresentação de Evanildo Bechara).

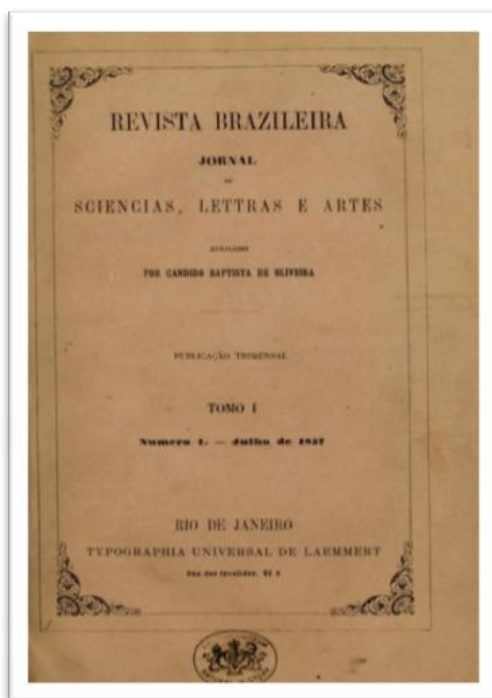


Figura 11: Revista Brasileira, 1857, retirado do link:
<http://arquivodigital-7cv.blogspot.com.br/2012/03/revista-brasileira-jornal-de-ciencias.html>

- e) *O Futuro: Periódico Litterario* (Figura 12), de Faustino Xavier de Novaes, foi publicado quinzenalmente de 1862 a 1863, no Rio de Janeiro, pela Tipografia de Brito & Braga. Conforme Oliveira (2010) o periódico tinha o objetivo de promover a manutenção das relações literárias entre Brasil e Portugal, procurando se colocar como ponte entre as duas nações. O estudo mostra um periódico fortemente marcado pelo modo francês de uma sociedade oitocentista, importando o modelo de publicação, com

ilustrações, figurinos e romances publicados em fatias. Esse periódico contou com a colaboração de escritores brasileiros e portugueses: Joaquim Pinto de Campos, Reinaldo Carlos Montoro, Faustino Xavier de Novaes, Machado de Assis, Camilo Castelo Branco, Guilherme Bellegarde, León de la Vega, Antônio Feliciano de Castilho, Macedo Soares, Simões de Cabedo, F. Muniz Barreto, Miguel Novaes, Anna Augusta Plácido, Eduardo Laranja, E. Lima, T. de Mello, A. de M. Muniz Maia, A. R. de Torres Bandeira, Luiz Delfino, José Pereira da Silva, M. Reis Fojo Seabra, Augusto Soromenho, A. E. Zaluar, S., Nuno Álvares, J. de B. Pinto, Leonel de Sampaio, Ernesto Cibrão, Dr. Jacy Monteiro, Brito Aranha, Ferreira Neves, Alexandre da Conceição, A. C., A. Moutinho de Souza, J. D. Ramalho Ortigão, Sotero de Castro, F. J. Bittencourt da Silva, J. M. Andrade Ferreira e “Ninguém” (pseudônimo de Joaquim Nabuco) (MIRANDA, 2007, p. 198).



Figura 12: Capa da revista *O Futuro: Periódico Litterario*, retirado do site www.brasiliana.usp.br

- f) A Idea: jornal de sciencias e letras (1874), do Rio de Janeiro, impresso na Tipografia Cosmopolita, fundado por Joaquim E. Teixeira de Souza e Miguel Lemos¹².
- g) Revista Nacional de Ciências, Artes e Letras 1877 (figuras 13 e 14), um periódico que tinha a redação em São Paulo e impressa em Santos, na Tipografia a Vapor do Diário de Santos. Editada por Herculano Marcos Inglez de Souza e Antonio Carlos de Andrade. Tinha uma periodicidade trimestral e apresentava trabalhos científicos e literários.

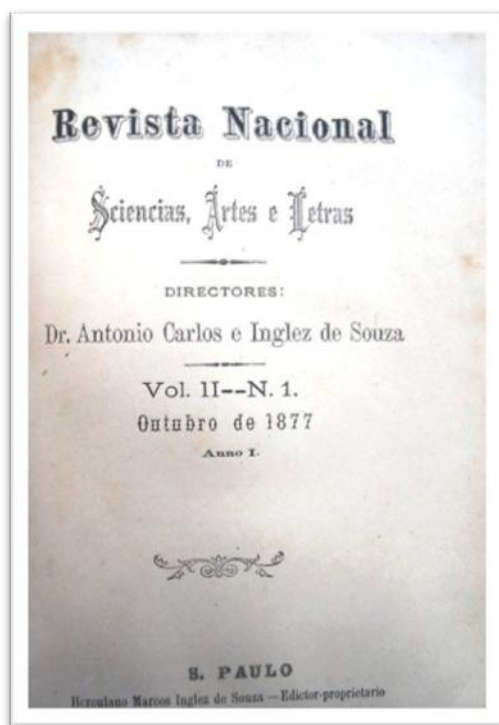


Figura 13: Capa da *Revista Nacional*, n. 2, de 1877
Retirado da Obra História da Imprensa de Santos

INDICE	
do	
SEGUNDO VOLUME	
(OUTUBRO A DEZEMBRO DE 1878)	
O Coronel Sangrado, romance de costu- mes Amazonas pelo Dr. INGLEZ DE SOUZA (Luiz Dolzani)	Pag. 5 e 182
Alberto, drama em cinco actos (conclu- são) pelo Sr. PEDRO DE OLIVEIRA.	33, 95 e 179
A' Carlos Ferreira, poesia inédita do finado Dr. JOAQUIM XAVIER DA SILVEIRA.	55
Chronica pelo Sr. CARLOS FRANÇA	58
Estudos sobre a Poesia Popular Brazileira pelo Dr. CELSO DE MAGALHES	61 e 139
Faculdade de Direito do Recife— Breve elogio academico do Dr. VICENTE PEREIRA do Rego pelo Dr. AFRIGIO GUIMARÃES	84
O Trabalho, poesia do Dr. ANTONIO DU SOUZA PINTO	121
Chronica	125
José de Alencar	129
Discurso da Abertura da Sociedade Emancipadora Onze de Agosto, pelo Dr. AFRIGIO GUIMARÃES	193

Figura 14: Índice do número 2 da *Revista Nacional*
retirado da obra História da Imprensa de Santos.

- h) Revista Ciencia e Lettras (1880), impressa em São Paulo, na Tipografia da Tribuna Liberal, tendo como redatores Raymundo Correa, Alexandre Coelho, Randolpho Fabrino e Augusto de Lima¹³.

¹² Não foram encontradas imagens desse periódico.

¹³ Não foram encontradas imagens desse periódico.

Desses periódicos, o que mais discutiu estudos sobre a língua foi a ***Revista Brasileira*** (1855-1899), em suas várias fases. Nas demais revistas prevaleceram os estudos literários, as crônicas e as poesias.

Em 1897 é criada a Acadêmica Brasileira de Letras (ABL), que nasce nas dependências da Revista Brasileira, sob a direção de José Veríssimo, onde se reunia um grupo de intelectuais considerados “homens de letras”. É interessante observar o vínculo que permaneceu entre esse grupo e a Academia Brasileira de Letras, que em 1940 encampou a *Revista Brasileira*.

A ABL lançou em 2006 a obra *A Língua Portuguesa na Revista Brasileira*, dois tomos organizados pelo Professor Evanildo Bechara, reunindo em *fac-símile* artigos sobre Língua Portuguesa, publicados pela revista. A partir de um breve olhar sobre os artigos de Língua Portuguesa, publicados na primeira fase da revista, a “fase Midosi” (1879 a 1881), pode-se encontrar discussões em torno da lexicografia, com nomes como os de A. J. Macedo Soares, Nicolao Midosi, José Baboza Leão, Pacheco Junior, Baptista Caetano, José Jorge Paranhos da Silva, dentre outros. Na segunda fase, conhecida como a fase José Veríssimo, entre 1895 e 1899, aparecem temas ligados a ortografia e morfologia, com autores como M. Said Ali, Pacheco Junior, Silva Ramos, José Veríssimo e outros.

2.2.2. Período Filológico

O período Filológico da periodicização dos estudos da linguagem no Brasil vai do início do século XX até meados dos anos 1960. O acontecimento que marca o início desse período é o surgimento das primeiras revistas de linguagem: a *Revista da Academia Brasileira de Letras* (1910) sob a direção de J. Ribeiro dos Santos, momento em que começam a aparecer as primeiras revistas da área de linguagem e a Revista de Língua Portuguesa (1919), de Laudelino Freire, considerado um importante periódico da época.

A nomeação desse período de *Filológico* na primeira metade do século XX deve-se pelo gesto de inserir o nome da disciplina Filologia nas nomeações das revistas, com exceção apenas das duas primeiras, que foram as que deram início as revistas específicas de linguagem. O quadro abaixo mostra as revistas do período:

REVISTA	INÍCIO
Revista da Academia Brasileira de Letras	1910
Revista de Língua Portuguesa	1919
Revista de Filologia Portuguesa	1924-1925
Revista Filológica	1940
Boletim de Filologia	1946-1949
Jornal de Filologia	1953-1961
Revista de Letras da UFPR	1953
Revista Brasileira de Filologia	1955-1961
Ibérica Revista de Filologia	1959
Revista de Letras de Assis ¹⁴	?
Alfa Revista de Letras	1962

Como se pode observar no quadro acima o nome da disciplina “Filologia” se apresenta nas revistas *Boletim de Filologia*, *Ibérica* e *Revista de Filologia*. Outras trazem o nome da disciplina em sua forma derivada como a *Revista Filológica*; adjetivada a exemplo da *Revista de Filologia Portuguesa*, ou ainda com a marca da sua territorialidade como a *Revista Brasileira de Filologia*. A inclusão da Filologia nos nomes de revistas vai se dando a partir de 1924 com a designação *Revista de Filologia Portuguesa* e *Revista Filológica* em 1940. Com a criação da Academia Brasileira de Filologia em 1944 pode-se ver o adjetivo “portuguesa” ceder lugar para “brasileira” como na revista da própria academia *Revista Brasileira de Filologia*, ou ainda a omissão do adjetivo como no caso das demais revistas desse período.

A Filologia nos nomes das revistas desse período deve-se a entrada da Filologia (românica e portuguesa) na organização dos estudos da gramática e do seu ensino no Brasil, que vai produzir efeitos nos periódicos até a década de 1960¹⁵. Mesmo que alguns artigos da Linguística já tenham sido publicados em periódicos científicos brasileiros, o nome “linguística” nos títulos de periódicos só aparece a partir de 1966, quando a linguística ganha força e prestígio em relação à gramática (ORLANDI, 2002), conforme se verá no próximo item.

¹⁴ Não encontramos informações a respeito da Revista de Letras de Assis, mas sabemos que ela publicou alguns trabalhos de Mattoso Câmara, na década de 1960.

¹⁵ Verifica-se no levantamento feito, que depois desse período poucas revistas voltaram a incluir a Filologia nos nomes: a *Revista Philologus – O Filólogo de plantão*, em 1995, e a revista *Filologia e Linguística Portuguesa*, em 1997. Segundo alguns Filólogos, existe uma discussão no sentido de fortalecer a área, já que ela perdeu espaço com a inclusão da Linguística no currículo dos cursos de Letras.

O que se observa é que essa mudança de nomeação não é aleatória, ao contrário é resultado do cenário que se configura aos estudos do Português no Brasil. Conforme Orlandi (2002), os autores de gramáticas no século XX interferem no processo de legitimidade social e nacional da língua falada no Brasil, ou seja, o surgimento da posição-autor *gramático brasileiro* produz um conhecimento legítimo da língua que corresponde a um gesto de apropriação da própria língua, e legitima a relação do brasileiro com a escrita. A seguir será apresentada uma descrição das revistas desse período.

A *Revista da Academia Brasileira de Letras* (Figura 15) nasce depois de treze anos de fundação da academia com o objetivo de “cooperar de modo ativo e eficaz no desenvolvimento da cultura literária do Brasil” e pretende ser: *a expressão da sua atividade e o meio de comunicá-la a todo o país e de facilitar ao mesmo tempo aos que cultivam as letras, o mutuo conhecimento, raramente logrado pelos embaraços das grandes distâncias e a falta de um centro literário* (apresentação da obra, 1910).

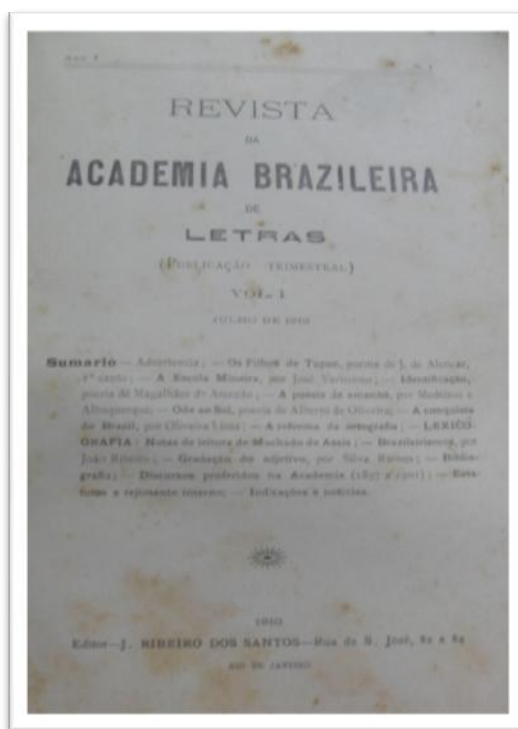


Figura 15: Sumário da Revista da Academia Brasileira de Letras (1910), do acervo da Biblioteca do Instituto de Linguagem da Unicamp, fotografado em junho de 2011.

O primeiro número trazia artigos como “A reforma da ortografia” e “Lexicografia: notas de leituras”, ambos de Machado de Assis; “Gradação do Adjetivo”, por Silva Ramos e “Brazileirismo”, por João Ribeiro.

Em 1913 surge no Acre o periódico *O Paladino*, que foi impresso em Xampuri, tinha como redator-chefe Antonio Carneiro Meira e redator-secretário Rubens Thaematurgo, um periódico que atuava nas áreas de Letras, Artes e Ciências. Em 1919, é criada a revista *O tentame: ciências, artes e letras*, sob a direção de Carlos Derrossi, tendo como redatores Sandoval Palhardes e Leo d’Arezzo, sendo impressa em São Luiz, Maranhão.

Em 1919 surge também a *Revista de Língua Portuguesa – RLP* (Figura 16), que foi idealizada e dirigida por Laudelino Freire. Ele era advogado, político, crítico literário, mas, sobretudo, foi professor catedrático do Colégio Militar do Rio de Janeiro, lexicógrafo, autor do *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa* (1939-1944), de publicação póstuma, em cinco volumes. Foi também membro da Academia Brasileira de Letras.

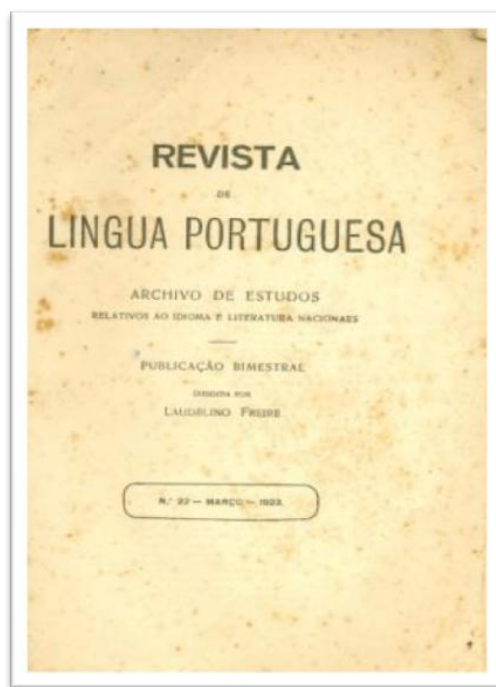


Figura 16: Imagem fotografada em julho de 2011, do acervo particular do Prof. Ms. Marcelo R. B. Gonçalves da UFMS

Segundo Laudelino Freire:

A “Revista de Língua Portuguesa”, cujo primeiro número apresentamos em público, é empreendimento que tem por fim cooperar no desenvolvimento literário, apontando a não menor alvo que a cuidar no cultivo e conservação

da lingua, estudá-la nos seus monumentos, commentá-la nos seus modelos, interpretá-la nas suas normas, venerá-la no trato de seus representantes e propagá-la qual a menearam os mais versados exemplares das boas letras. (Intenções, de Laudelino Freire: nº 1, p. 5)¹⁶

Alguns trabalhos, dada a sua extensão, foram divididos em vários volumes dentre eles: a “Réplica do Senador Rui Barbosa: às defesas de redação do Projeto do Código Civil Brasileiro da Câmara dos Deputados”; o “Dicionário da língua tupi”, de Gonçalves Dias; as “Lições de português: dadas no terceiro ano da Escola Normal, de acordo com o programa vigente no ano letivo de 1920”, de Sousa da Silveira; ou o “Regime dos verbos portugueses”, de Hélio Ribeiro.

O livro *Lições de Português* (1923), de Sousa da Silveira foi constituído com artigos publicados na RLP no período de 1921 a 1923. Dois artigos de M Said Ali: “Emprego do Gerundio” (nº 4, 1920) e “Verbos transitivos e intransitivos” (nº 11, 1921) fizeram parte da sua *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*.

É interessante observar que o embate teórico se dá pela circulação. Poderia se perguntar qual o papel dos periódicos científicos de linguagem no Brasil? Apesar de não ser o foco desse trabalho, e acreditando que isso mereceria uma pesquisa específica, pode-se lançar como hipótese que os artigos publicados em periódicos no início do século XX parecem instituir um debate produtivo sobre um pensamento sobre a linguagem, que pode dar legitimidade (ou não) a uma dada reflexão sobre a língua, a um determinado autor, a uma determinada teoria, podendo vir a se desdobrar em livro, como os exemplos apresentados anteriormente. Isso não é regra geral, e pode se modificar nas diferentes épocas, pelo modo como cada período, cada revista, desenvolve a sua *função pública*.

A RLP dependia das assinaturas de seus leitores e da inserção de algumas páginas publicitárias, estas sempre colocadas ao final da revista, embora muitas vezes para divulgar livros e coleções publicadas pela própria revista, além de outras empresas¹⁷. Integraram a

¹⁶ FREIRE, Laudelino. Intenções nº1, p. 5. Retirado: http://amaraujo.pro.br/Revista_LPPortuguesa.htm. Acesso em 27/08/2011.

¹⁷ Entre seus patrocinadores, figuraram firmas e empresas bastante tradicionais do comércio, da indústria e da economia, como a Sul América Cia. Nacional de Seguros de Vida, a Integridade - Cia. de Seguros Marítimos e Terrestres, L'Union - Cia. Francesa de Seguros, a Anglo Sul Americana Cia. de Seguros Terrestres e Marítimos, a Internacional Cia. de Seguros, a Atlântica - Cia. Nacional de Seguros, os Estaleiros Caneco, o Banco Alemão Transatlântico, a marca Synoról (sabonete, pó e elixir dentifício), a Papelaria Villas Boas, a Livraria Francisco Alves, a Livraria Acadêmica, a Livraria Cruz Coutinho, a Litho-Tipographia Fluminense,

redação da *RLP* setenta e seis colaboradores efetivos, como Afrânio Peixoto, Cândido de Figueiredo, Carlos de Laet, Carlos Góis, Daltro Santos, João Ribeiro, José Joaquim Nunes, Júlio Nogueira, Leite de Vasconcelos, Mário Barreto, Maximino Maciel, Ramiz Galvão, M. Said Ali, Silva Ramos, Sousa da Silveira, para citar alguns, cuja contribuição foi igualmente relevante.

Um fato interessante da *RLP* é que a revista tinha uma seção de consultas, aberta aos leitores, que poderiam enviar dúvidas à redação para serem respondidas pelos colaboradores da revista. As consultas centravam-se em questões gramaticais. Algumas matérias assinadas por Mário Barreto, na seção consulta, fizeram parte de seus livros da série “Estudos de Língua Portuguesa”, “Através do Dicionário e da Gramática” e “De Gramática e de Linguagem” publicados entre 1920 e 1928.

Outra revista que circulou nessa época foi a *Revista do Brasil* (1916 – 1943), um periódico de cultura geral idealizado por Júlio de Mesquita e gestado na redação do Jornal *O Estado de São Paulo*, foi criado sob a forma de sociedade anônima, composto por sessenta e seis acionistas em sua maioria da elite paulista. No primeiro editorial da revista, em 1916, estabelece um perfil para seus trabalhos: “uma coisa simples e imensa: o desejo, a deliberação, a vontade firme de construir um núcleo de propaganda nacionalista” (*Revista do Brasil*, 1º editorial, 1916).

Como aponta a pesquisa realizada por De Luca (1999), a *Revista do Brasil*, na sua primeira fase de 1916 a 1925, debateu assuntos sobre língua, história, geografia e questão étnica. Todos esses temas foram afetados por uma visão nacionalista da época, mostrando uma nação brasileira em formação. Os debates sobre a língua centraram-se em questões da ortografia e prosódia da língua falada no Brasil. Segundo a autora, a *Revista do Brasil* debate a inexistência de normas ortográficas, considerando que na época havia uma multiplicidade de grafias para a mesma palavra.

Um projeto brasileiro de simplificação ortográfica foi apresentado, em 1907, à Academia Brasileira de Letras por Medeiros e Albuquerque, que tinha como base a *Ortografia*

O. Mínnich (firma de artes gráficas), a Cia. das Loterias Nacionais do Brasil, a Drogaria Legey, a Casa Heim (especializada em comestíveis), a metalúrgica Soares de Sampaio & Cia. Ltda., a Marcenaria Brasil e a Companhia Fornecedora de Materiais (para construção), entre outros. (Conf. Regina Maria de Souza – UERJ).

Nacional, de Gonçalves Viana, de 1904. Essas duas propostas de reforma não tiveram apoio dos governos brasileiro e português, ficando, portanto restritas as academias desses dois países. Mesmo sem ter respaldo oficial a ABL continuou promovendo uma série de reformas e que por falta de autoridade não chegaram a ser difundidas. Com o objetivo de resolver o problema da falta de um padrão ortográfico, a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa resolveram, em 1931 firmar um acordo de unificação da grafia entre Brasil e Portugal.

Conforme Mariani e Souza (1996), a partir de então as reformas propostas pelas duas academias passaram a ser oficiais. Dois decretos de 1931 e 1933 fixaram a ortografia, bem como a tornavam obrigatória. Desse modo a ABL passa a ter autoridade oficial, cabendo a ela a feitura do *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa*, que se torna vigente a partir de 1932, com sua publicação.

Nesse segundo período ainda ressalta-se a circulação da *Revista de Filologia Portuguesa* (1924-1925), figura 17, de São Paulo, sob a direção de Silvio de Almeida, de propriedade da Nova Era Editora, de Paulino Vieira e Companhia.

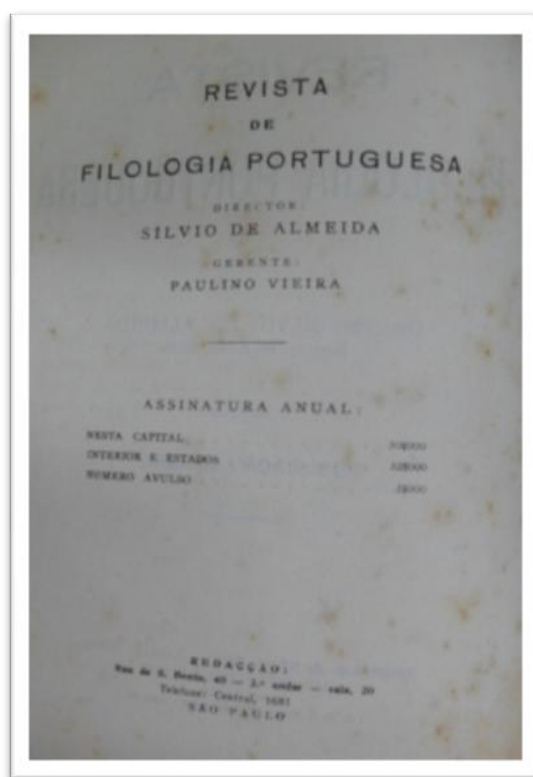


Figura 17: Contra capa da Revista de Filologia Portuguesa do acervo da Biblioteca do Instituto de Linguagem da Unicamp, fotografada em junho de 2011

É desse período também a criação das primeiras universidades e início do processo de estruturação da ciência e da tecnologia. Surgem instituições voltadas para atividades científicas, como a Sociedade Brasileira de Ciências (1916); a Universidade de São Paulo (1934); a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1948; em 1951, criam-se o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Todo esse movimento mostra um país preocupado em estruturar-se como uma nação independente, que também produz a sua própria ciência.

Em 1944 é fundada a Academia Brasileira de Filologia - ABF. Conforme Azevedo Filho (2002)¹⁸:

A Academia Brasileira de Filologia, fundada no dia 26 de agosto de 1944, em reunião realizada no Colégio Militar do Rio de Janeiro, com a presença de 30 estudiosos da língua portuguesa, exatamente os que assinaram a ata de Fundação, mais tarde registrada pelo eminente filólogo Sousa da Silveira, desde as suas origens se caracterizou como “entidade cultural voltada para o trato dos assuntos concernentes à Filologia e à Linguística sob seus vários aspectos”. (Azevedo Filho, 2002: 6 apud José Pereira da Silva).

Sua primeira diretoria foi constituída por nomes como Sousa da Silveira (Presidente), junto com o Padre Augusto Magne, Modesto de Abreu, Serafim da Silva Neto, o coronel Jarbas C. da Aragão e J. L. de Campos como diretor da Revista. O autor (ibidem) diz ainda que:

Bem certo é que a Academia Brasileira de Letras, por disposição estatutária, já revelava o seu interesse específico pela “cultura da língua e da literatura nacional”¹³¹. Com o tempo, entretanto, a nossa Academia Brasileira de Letras passou a valorizar a inteligência nacional em sentido amplo, acolhendo em seus quadros expoentes das diferentes áreas culturais do Brasil, além de filólogos e escritores da literatura brasileira. Mas o estudo específico da língua, como tarefa e ocupação essencial do especialista, estava a reclamar a existência de uma Academia própria. E dentro desse espírito é que, há mais de meio século, funciona a entidade a que hoje temos a honra de presidir. (2002, p. 2).

¹⁸ Retirado do artigo “Uma breve história da Academia Brasileira de Filologia”, de autoria de José Pereira da Silva, em que o autor faz uma leitura do Editorial nº 1, da nova fase da RBF, escrito pelo Prof. Leodegário Azevedo Filho. Disponível no site <http://www.filologia.com.br/histresum.htm>.

O que se observa é que a Academia Brasileira de Filologia se coloca como um espaço de estudo específico da língua, em especial assuntos concernentes à Filologia, sob seus vários aspectos. Nesse gesto da busca pela especificidade a Academia de Filologia para se instituir se marca como diferente da ABL, que tem um caráter mais amplo e diversificado. Figuram como membros fundadores nomes como os professores Manoel Said Ali, Álvaro Ferdinando Sousa da Silveira, Antenor Nascentes, Jacques Raimundo, Augusto Magne, José Rodrigues Leite e Oiticica, Rodolpho Garcia, Miguel Daltro Santos, Clóvis Monteiro, Alcides da Fonseca, Júlio Nogueira, Padberg Drenkpol, David José Perez, José de Sá Nunes, João Guimarães, Cândido Jucá (filho), Renato Almeida, Joaquim Mattoso Câmara Júnior, Serafim da Silva Neto, Ragy Basile, Júlio de Matos Ibiapina, Charles Fredsen, Ismael de Lima Coutinho, Quintino do Valle, Artur de Almeida Torres, Jonas Correia, Jarbas Cavalcante de Aragão, Modesto de Abreu e Altamirano Pereira (CHEDIAK, 1999).

Quando foi criada a Academia Brasileira de Filologia (1944), já existia a *Revista Filológica* (1940-1956) idealizada por Rui de Almeida e dirigida por ele com a colaboração de Cândido Jucá (Filho), Serafim da Silva Neto, Antonio J. Chediak, Artur de Almeida Torres e Nilza Passos. Alguns desses nomes pertenceram a ABF. Três anos após a sua fundação, a ABF dá início a sua primeira publicação periódica a revista *Língua e Literatura* (1947), mas que só teve um único número publicado, com 163 páginas e sob a direção do acadêmico Altamirano Nunes Pereira. Conforme a história da ABF narrada no site, o título da *Revista Filológica* seria transferido para a academia, onde mais tarde Rui de Almeida se tornaria membro e depois presidente.

A *Revista Filológica* (Figura 18) deixa de ser editada após a morte de seu idealizador. Segundo Araujo (da ABF) a *Revista Filológica* trouxe contribuições para os estudos Linguísticos brasileiros.

Foram publicados na *Revista Filológica* alguns artigos cujos títulos mostram bem a dualidade entre a língua de Portugal e a língua portuguesa como: “Palavras que não são palavras”, de Basílio Magalhães; “A língua portuguesa no Brasil”, “A origem do dialeto brasileiro”, “O português quinhentista e o português brasileiro”, de Serafim da Silva Neto, “Estudinhos em vocábulos”, de Pedro Pinto, “A margem de provérbios de frases populares”, de Lindolfo Gomes, “Estrangeirismo”, de A. Tenório d’Albuquerque. Observa-se nos termos

“dialeto brasileiro”, “português brasileiro”, “língua portuguesa no Brasil”, expressões que vão marcando a diferença da língua do Brasil em relação à língua de Portugal.

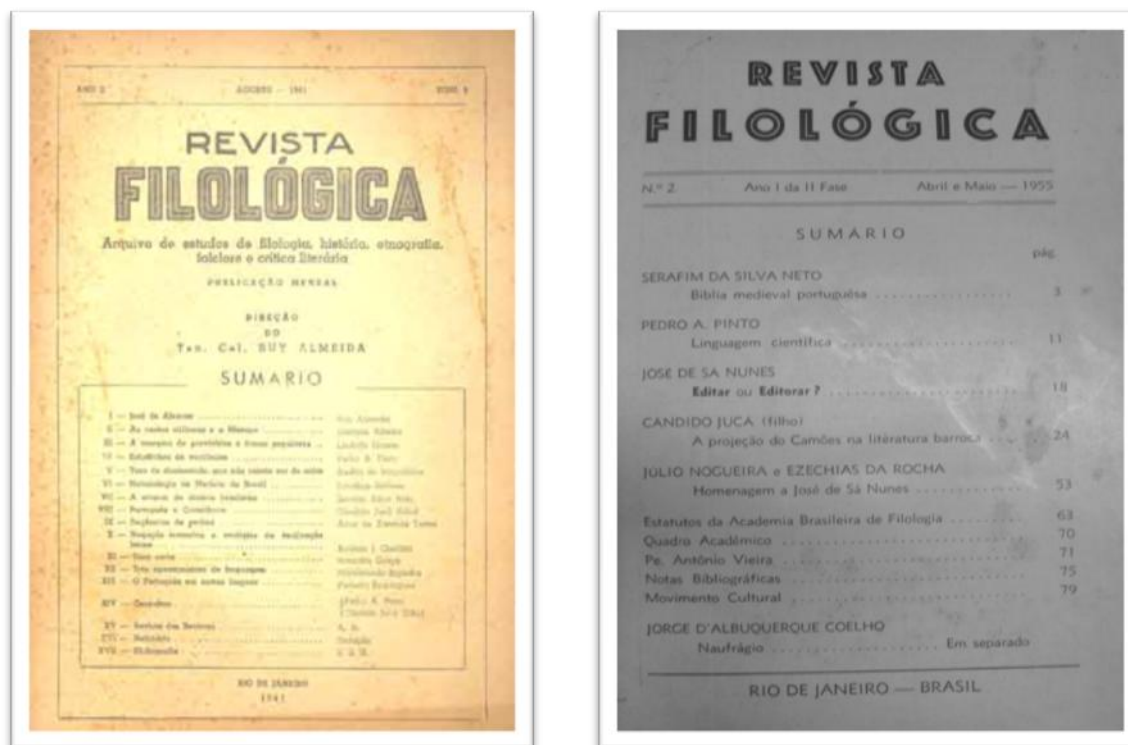


Figura 18: Capa e sumário da Revista Filológica ano 1941 e 1955, do acervo da Biblioteca do Instituto de Linguagem da Unicamp, fotografada em junho de 2011.

Na seção resenhas da Revista Filológica, encontram-se obras como: *Fondation of language*, de Louis H. Gray, elaborada por Mattoso em 1944; “Questões Filológicas”, de Artur de Almeida; “O problema da língua brasileira”, de Sílvio Elia, dentre outras. Na seção consultas, os vários colaboradores respondiam a dúvidas de ortografia, pronúncia e de regência dos leitores. Isso mostra uma preocupação com a formação do leitor, ensinam-se a norma culta e a correção gramatical, preocupações que centravam os estudos do português no Brasil.

Somente em 1955, é que a Academia Brasileira de Filologia vai retomar as publicações lançando a *Revista Brasileira de Filologia- RBF* (1955-1961). A *Revista Brasileira de Filologia* (Figura 19) foi fundada e dirigida por Serafim da Silva Neto, que foi professor Catedrático de Filologia Românica da Universidade do Brasil e da Pontifícia

Universidade Católica. A revista foi publicada pela Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro. Conforme Naro (1976), a revista RBF, depois da *Revista de Língua Portuguesa*, foi a que mais se destacou nesse período, talvez tenha sido a mais conhecida e a de maior circulação.

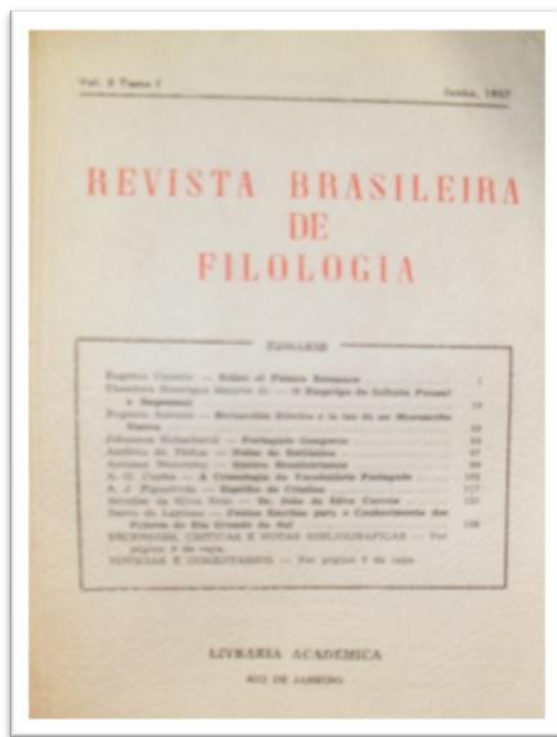


Figura 19: Capa da Revista Brasileira de Filologia do acervo da Biblioteca do Instituto de Linguagem da Unicamp, fotografada em junho de 2011.

Depois da morte de Serafim da Silva Neto a *Revista Brasileira de Filologia* foi editada com menos regularidade por uma comissão constituída por Nascentes, Lima Coutinho, Mattoso, Silvio Elia, chegando a ser publicada até 1967. Na opinião de Eugenio Coseriu (1976), a RBF foi considerada na época a principal revista filológica linguística do Brasil. Essa revista, contou, em alguns volumes, com a colaboração de vários estudiosos estrangeiros, embora prevalecessem os linguistas brasileiros do Rio, Porto Alegre e São Paulo.

O *Jornal de Filologia* (1953-1961), figura 20, dirigido por Francisco da Silveira Bueno, filólogo, jornalista e professor titular de Filologia e Língua Portuguesa, a revista estava ligada à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Ele foi autor de várias obras como *Estudos de Filologia Portuguesa* (1946) e *Estilística Brasileira* (1964) e de várias obras didáticas, como *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, *Páginas*

Floridas, A Arte de dizer, A Arte de Escrever e A Arte de Falar em Público. Foram publicados 13 volumes.

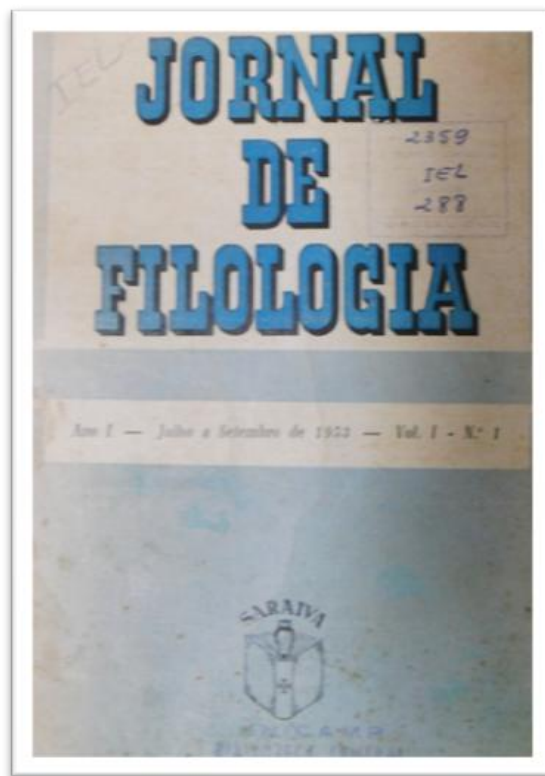


Figura 20: Capa do Jornal de Filologia n. 5, de 1953. Acervo próprio, fotografada em julho de 2012.

Silveira Bueno, na direção da revista, contou com a ajuda de dois outros professores, Dinorah da Silveira Pecoraro e José Cretella Júnior e com muitos colaboradores, o Prof. Antenor Nascentes, da Universidade do Distrito Federal; Augusto Magne, da Universidade do Brasil; Herbert Baldus, do Museu do Ipiranga, Isaac Salum, da Universidade de São Paulo, Cândido Jucá Filho, do Colégio Pedro II, Serafim da Silva Neto, da Universidade Católica, ambos do Rio de Janeiro; e Mansur Guérios, da Universidade do Paraná, para mencionar apenas alguns (Conf. Leonor Lopes Fávero).

A USP também contou com o Boletim da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (figura 21), que publicou vários números monográficos que desenvolveram pesquisas com a língua indígena como as desenvolvidas com o Tupi-Guarani e Uáiuái.



Figura 21: Capas dos Boletins da FFCL da USP, do acervo da Biblioteca do IEL/Unicamp, fotografada em julho de 2012.

Alguns estudos linguísticos começam a surgir por meio de artigos científicos em periódicos de temas gerais e por meio da publicação de obras traduzidas. Conforme conta Baldini (2005), em 1934 circulam textos do professor de Português J. Mattoso Câmara Jr. como “Pequenas Lições de Português”, publicados no *Correio da Manhã*, assinando apenas “C”. Sobre isso comenta o autor: *Ora, nosso homem não ousava assinar seu nome. Percurso interessante: ele começa escrevendo sem se nomear e termina assinando um livro incompleto depois de morto*. Baldini falava da obra *Estrutura da Língua Portuguesa*, uma obra inacabada que foi editada depois da morte de Mattoso.

Mattoso, em 1935 participa do debate sobre a denominação do idioma nacional via jornais e cartas abertas, conta Baldini (2005), e por meio de seus artigos publicados no *Jornal do Brasil* Mattoso vai defendendo a denominação “Língua Portuguesa” para a língua brasileira. Aos poucos, Mattoso vai marcando o seu lugar como linguista, quer como professor quer como autor, ou ainda como participante na direção de algumas revistas científicas como referido anteriormente. Para usar uma expressão de Baldini, Mattoso (Figura 22) marca o seu lugar como “um linguista na terra das gramáticas”.

Em relação à formação de Mattoso, é importante dizer que em 1937 ele assiste o curso de Filologia Latina de Georges Millard na Universidade do Distrito Federal (UDF). Esse curso vai abrir portas para que ele seja professor de Latim e Linguística na UDF, a convite de Millard.



Figura 22: Foto do Prof. Mattoso Câmara, retirado do link <http://www.filologia.org.br/xicnlf/homenageado.htm>.

Conforme apontou Baldini (2005) Mattoso vai para os Estados Unidos em 1943 e conhece Jakobson. Para Baldini, Millardet e Jakobson são os responsáveis pela entrada e permanência de Mattoso na Linguística. Mattoso Câmara traduz algumas obras como *A Linguagem* (1954), *Linguística como Ciência* (1961), de Edward Sapir. Ele publica vários de seus artigos “Lições de Linguística Geral” na Revista de Cultura entre 1939 e 1940, que se tornaram um embrião do que se tornaria mais tarde o livro *Princípios de Linguística Geral*, publicado em 1941.

Ainda nesse segundo período da periodicização dos estudos da linguagem no Brasil, outras revistas começam a surgir como o ***Boletim de Filologia*** (1946-1949), figura 23, no Rio de Janeiro, que foi dirigido por Antenor Nascentes, Mattoso Câmara, Silva Neto e Silvio Elia. Esse periódico editou 10 volumes. Nele se encontram recensões da obra estruturalista de Swadesh, Jakobson, Trubetzkoy, publicadas por Mattoso.

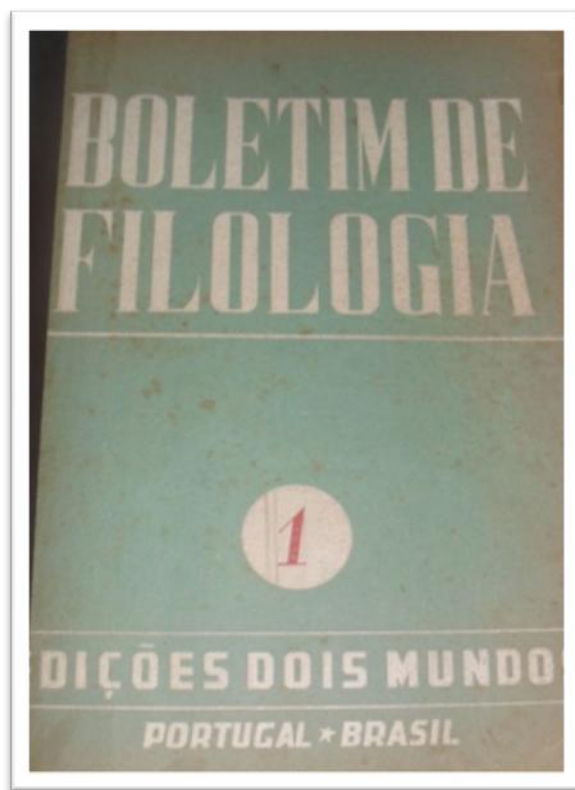


Figura 23: Capa do Boletim de Filologia, n. 1, 1946, Edição Dois Mundos, do acervo próprio, fotografada em julho de 2012.

A nomeação Boletim de Filologia já era conhecida no Brasil, porque já circulava por aqui um periódico científico do Centro de Estudos Filológicos, um centro criado em 1932 pelo governo em Lisboa, era uma publicação que saía a cada um ou dois anos e que manteve a sua regularidade até a década de 1960, depois disso e com muitas interrupções conseguiu chegar até o final dos anos 1980. Hoje o Boletim do Centro de Estudos Filológicos encontra-se on line no portal da Biblioteca Digital Camões.

Em 1959 sai o primeiro número de *Ibérica*, Revista de Filologia, do Rio de Janeiro, conforme figura 24.

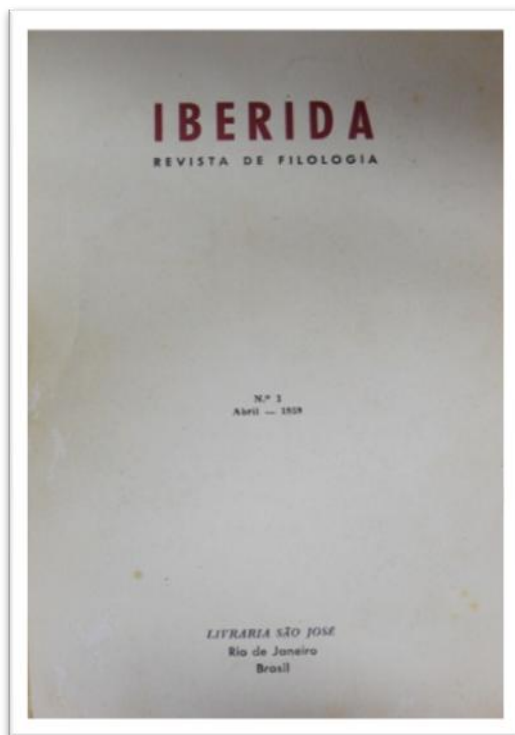


Figura 24: Capa da Revista *Ibérica*: Revista de Filologia, n. 1, 1959, Livraria São José, Rio de Janeiro, do acervo da Biblioteca do IEL/Unicamp, fotografada em julho de 2012.

Conforme Naro (1976), *Ibérica* se dedicou mais à Filologia que à Linguística, detendo-se mais na Linguística Histórica, era uma revista que ele considerou de “alto padrão”, que “tinha uma orientação mais internacional”, sendo que a maioria dos artigos vinha em espanhol.

A *Revista Brasileira*, na fase Levi Carneiro (1944-1966), que nesse período já estava vinculada à Academia Brasileira de Letras, trazia artigos de autores como Antenor Nascentes, Silveira Bueno, A. Tenório de Albuquerque, Aires da Mata Machado, dentre outros. No século XX, o Estado brasileiro já tinha se definido, como também já havia resolvido as suas diferenças linguísticas, com suas políticas em relação a Portugal, o que propicia o surgimento de muitas gramáticas (ORLANDI, 2002). Isso, juntamente com a necessidade de estabelecer um fórum de debates sobre as questões de língua (lexicologia, morfologia, sintaxe) leva os intelectuais da época a promoverem um movimento que possa dar

visibilidade aos estudos desenvolvidos no Brasil. A circulação desse saber, como se viu, se dá primeiramente via jornais, depois revistas de cultura geral e posteriormente revistas especializadas. Muitos artigos publicados em revistas científicas, mais tarde foram organizados em livros, a exemplo dos mencionados anteriormente.

Com o estabelecimento da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), em 1959, o Estado impõe a homogeneidade terminológica e apaga a materialidade da função-autor gramático conquistada no século XIX. Como consequência, a gramática torna-se reduzida a uma nomenclatura fixada e o trabalho do gramático subordinado ao Estado. Esse gesto do Estado concede prestígio científico à Linguística. A gramática institucionaliza uma terminologia padrão nos moldes da língua nacional, oficial que serve como política de língua e, de outro lado, a linguística produz uma metalinguagem com fins explícitos de reflexão, que institui um olhar teórico, relacionado aos fatos linguísticos, que também trabalha a objetivação da língua com sua unidade (ORLANDI, 2002).

Logo após a aprovação da NGB (1958), a Linguística é incluída nos cursos de Letras por meio da Resolução do Conselho Federal de Educação (1962), no ano seguinte são criados cursos de pós-graduação em Linguística (a partir de 1963). Esses acontecimentos atestam o fortalecimento da Linguística nos estudos sobre a língua no Brasil, bem como promovem um enfraquecimento dos estudos filológicos. Esse movimento da política linguística vai desenvolver um novo cenário para os estudos da linguagem e consequentemente aos periódicos científicos da área.

Nesse período, vários artigos de Mattoso Câmara ganham espaço nos periódicos científicos como os artigos: “Linguística e Etnografia” publicado na *Revista do Museu Nacional* em 1944; “Otton Jespersen” publicado no *Boletim de Filologia* em 1946; “Recensão de N. S. Trubetzkoy, Principes de Phonologie” no *Boletim de Filologia* em 1949; os artigos “O sexto congresso internacional de Linguística” e “A conferência de indiana entre Antropólogos e Linguistas”, ambos publicados na *Revista Brasileira de Filologia* em 1955; os artigos “Roman Jakobson” e “A teoria sintagmática de Mikus”, igualmente publicados pela *Revista Brasileira de Filologia*, em 1956; “Classificação das línguas indígenas brasileiras” publicado na *Revista de Letras de Curitiba* em 1959; “Said Ali e a Língua Portuguesa”, pela *Vozes* em 1961 e o artigo “As ideias gramaticais em João Ribeiro” publicado na *Revista de Letras*, em 1961.

A vasta produção de Mattoso contribui para a institucionalização da linguística no Brasil. Conforme Orlandi (2002), “Nele, a Linguística se realiza e faz tradição” (p.58). Pode-se dizer que essas produções movimentam a Linguística no Brasil e introduzem um novo momento para a história da circulação das Ciências da Linguagem.

Algumas revistas ligadas a departamentos de Letras também foram criadas em várias regiões do país a exemplo da **Revista de Letras** (figura 25) da Universidade Federal do Paraná, desde 1953, da **Alfa** revista do Departamento de Letras da Unesp/Marília (1962), e da **Revista de Letras** de Assis¹⁹.

A **Revista de Letras** da UFPR além da versão impressa conta com uma versão eletrônica e divulga a partir de 2011 trabalhos de Linguística, Literatura e Letras.



Figura 25: Capa da Revista de Letras (1953), retirada do site <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/letras>

A **Revista Alfa**, que nasce em 1962, desde os seus primeiros números trazia trabalhos de Linguística e Literatura. Como o volume de produções na área de Linguística em relação à Literatura começou a aumentar significativamente no final da década de 1970, os

¹⁹ Não foram encontradas maiores informações dessa revista.

organizadores decidiram pela constituição de duas revistas, uma para cada área do conhecimento, fato que será discutido mais adiante.

2.2.3. Período Linguístico

O acontecimento que marca o início do período linguístico é a publicação da revista *Estudos Lingüísticos: revista brasileira de lingüística teórica e aplicada* (1966), inaugurando, assim, a inclusão do nome da disciplina “linguística” nas nomeações das revistas, que vai produzir uma diferença em um determinado modo de nomear periódicos da área.

O período Linguístico recebe esse nome porque nele encontra-se o movimento de institucionalização da linguística nos periódicos no Brasil, com a construção de espaços de reflexão e de política científica que vão dar nova direção aos estudos da linguagem.

Apresenta-se a seguir algumas revistas desse período que mostram que a partir da Revista Estudos Linguísticos de 1966 institucionaliza-se a Linguística nos nomes das revistas:

REVISTAS	LOCAL	INICIO
Estudos Lingüísticos: revista brasileira de lingüística teórica e aplicada	Centro de Linguística Aplicada	1966
Letras de Hoje	PUC-RS	1967
Littera, Revista para professores de Português e de Literatura de Língua Portuguesa	Editora Grifos	1971-1976
Língua e Literatura	USP	1972
Construtura	UCPR	1973
Boletim de Linguística	UEL	1974
Revista de Estudos Anglo-Americanos ABRAPUI	ABRAPUI	1977
Acta Semiótica et Lingüística	SBPL/FFCL/USP	1977
Caderno de Estudos Linguísticos	UNICAMP	1978
Estudos Linguísticos do GEL	GEL	1978
Ensaio de Linguística		1978
Revista de Letras	UFC	1978

Segundo Naro (1976), a primeira revista exclusivamente linguística²⁰ na época foi a revista *Estudos Lingüísticos* (1966-1968), figura 26, publicada conjuntamente por Francisco Gomes de Mattos, do Centro de Linguística Aplicada; Mattoso Câmara, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Aryon D. Rodrigues do Museu Nacional. A revista contou com financiamento do Instituto de Idiomas Yázigi e foi publicada pela Editora Habitat, de São Paulo.



Figura 26: Capas das revistas *Estudos Lingüísticos: revista brasileira de lingüística teórica e aplicada* (1966), do acervo da Biblioteca do IEL/Unicamp, fotografada em junho de 2011.

Os primeiros estudos de Mattoso, como mostrados anteriormente, surgem inicialmente em periódicos, fomentando junto à comunidade científica e nas instituições o debate teórico em torno da língua. As reflexões sobre a língua na perspectiva estruturalista,

²⁰ Toma-se aqui então como critério desse período revistas que trazem no nome a marca da disciplina Linguística. Isso não significa que antes da Revista Estudos Lingüísticos não se tenha revistas que discutiam questões de linguística, mas é somente a partir da revista de Mattoso que o nome Linguística começa a fazer parte do nome dos periódicos de linguagem e a ser exclusivamente de Linguística.

introduzidas por Mattoso nos periódicos científicos, precedem a publicação de suas obras. Conforme pesquisas realizadas por Orlandi, Guimarães, Lagazzi e Baldini, Mattoso Câmara introduz os estudos linguísticos no Brasil, por meio do estruturalismo.

É desse período a criação do Centro de Linguística Aplicada. Em março de 1966 a Linguística Aplicada chega ao Brasil nas dependências do Instituto de Idiomas Yázigi (fundado em 1950). O prof. Dr. Francisco Gomes de Mattos foi o idealizador desse projeto e mais tarde se tornou o Centro de Linguística Aplicada do Instituto (Conf. Prof. Dr. Marcos César Polifemi - diretor do CLA).

A Revista *Estudos Lingüísticos* foi uma publicação semestral (julho e dezembro) e contava com três seções, uma destinada à publicação de artigos, outra de resenhas e a última de notícias. O periódico trazia como objeto de interesse estudos sobre todos os aspectos da linguística teórica e aplicada, dando-se preferência a contribuições de interesse geral em português, inglês ou qualquer outra língua moderna. As publicações deveriam ser de artigos originais, resenhas de livros recentes e notícias sobre atividades linguísticas de caráter notável e relevante. Nomes como os de Mattoso, Aryon Rodrigues, Gomes de Matos, Geraldo Cintra, Margot Mattoso e Rosalva do Valle estão presentes na publicação de artigos e resenhas da revista *Estudos Lingüísticos*.

A Revista *Estudos Lingüísticos* traz no primeiro número um artigo de Mattoso sob o título “Para o estudo descritivo dos verbos irregulares” e no segundo número, o artigo “Considerações sobre o gênero em português”, ambos de 1966. Desse mesmo período são os artigos “Antenor Nascentes e filologia brasileira”, pela Revista Vozes n. 60 (1966) e “O estruturalismo linguístico” (1967), publicado pela revista *Tempo Brasileiro*, do RJ.

No terceiro período dos periódicos, a língua no Brasil já está legitimada e como se viu anteriormente a NGB (1959) padroniza uma terminologia para a gramática, levando o gramático a perder o “seu estatuto de Autor” ou uma de sua “forma de autoria” (ORLANDI, 2002). Esse gesto do Estado interfere no modo de produção do conhecimento sobre a língua no Brasil, uma vez que coloca o linguista como responsável pela produção do conhecimento científico sobre a língua. O estudo da língua, então, passa a se desenvolver nesse outro domínio, o da linguística. Isso vai produzir consequências significativas para a produção do conhecimento sobre a língua, assim como para a circulação desse saber em periódicos científicos.

A revista *Estudos Lingüísticos*, constituída exclusivamente de artigos de Linguística, inaugura uma reflexão sobre a língua com base científica, que se inscreve na teoria estruturalista, usando a descrição como método de investigação. A formulação “linguística teórica e aplicada” como se pode observar, que surge na nomeação da revista *Estudos Lingüísticos*, materializa a articulação de Mattoso com Francisco Gomes Mattos e a instalação da Linguística Aplicada no Instituto Yázigi a partir de 1966.

A formulação “linguística teórica e aplicada” mostra também um desdobramento da linguística, pois não se trata apenas da linguística introduzida por Mattoso, a linguística descritiva teórica, mas mostra um deslizamento da linguística para pensar a relação com o pedagógico, a prática do ensino da língua, considerada Linguística Aplicada. Com isso, a revista *Estudos Lingüísticos* (teóricos e aplicados) convoca a comunidade para pensar cientificamente: a língua portuguesa (Mattoso); a língua estrangeira e seu ensino (Francisco Gomes Mattos) e a língua indígena (Aryon Rodrigues). E outros nomes daqui do Brasil e de fora comparecem em um movimento que produz efeitos nas articulações teóricas e institucionais. Aryon, por exemplo, ao trabalhar na Divisão de Antropologia do Museu Nacional estabelece parceria com linguístas do *Summer Institute of Linguistics* (SIL) para desenvolver estudos com línguas indígenas, recebendo apoio da Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

Pode-se dizer ainda que o sintagma “linguística teórica e aplicada” materializa uma dicotomia entre “teoria” e “prática” para os estudos linguísticos no Brasil, que remete a divisão entre “pesquisa” e “ensino”. Pesquisa, entendida como teórica e ensino entendido como prática. Esses sentidos vão se desdobrar nos estatutos das associações de linguísticas como se pode observar nos objetivos da Abralín: “congregar os profissionais da Linguística e promover, desenvolver e divulgar entre os interessados os estudos de **Lingüística teórica e aplicada** no Brasil” (grifos meus). Esse sintagma ainda pode ser visto nas nomeações de outras revistas científicas a exemplo da revista *DELTA – Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada* (1985).

Em 1969 é estabelecido o Sistema Nacional da Pós-Graduação – momento em que a expansão da pós-graduação deixa de ser demanda espontânea e passa a ser gerida e planejada pelo Estado. Nesse movimento, a pós-graduação ganha fôlego e criam-se alguns cursos de pós-graduação em Linguística, para mencionar apenas alguns: USP (1966), Museu Nacional do

Rio de Janeiro/UFRJ (1968), UNICAMP (1971), e ainda em 1971, na UFSC, que passam a dar uma direção aos estudos linguísticos no Brasil²¹.

A Pós-Graduação passa a integrar as políticas de desenvolvimento social e econômico do país. Havia uma demanda no sentido de “formar, em volume e diversificação, pesquisadores, docentes e profissionais e encaminhar e executar projetos de pesquisa, assessorando o sistema produtivo e o setor público” (I PNPG/MEC, 1975:12). As primeiras metas desse sistema foram a implantação de três programas: Concessão de bolsas para alunos de tempo integral; Extensão do Programa Institucional de Capacitação Docente que era recente e realizado em pequena escala pelo MEC e Admissão de docentes, de forma regular e programada, pelas instituições universitárias, em função da ampliação da pós-graduação.

Com a institucionalização dos estudos linguísticos surgem outras revistas científicas como: *Littera: Revista para professor de Português e de Literatura de Língua Portuguesa* (Figura 27), publicada no período de 1971-1976, no Rio de Janeiro, dirigida por Evanildo Bechara, pela Editora Griffo; chegou a lançar 16 números entre trabalhos de língua e literatura, segundo Coseriu (1976) cobriu a ausência da Revista Brasileira de Filologia e Ibérica. Conforme Naro (1976), essa revista atendia uma gama de especialidades que vai da linguística moderna até estudos literários tradicionais de vários autores.

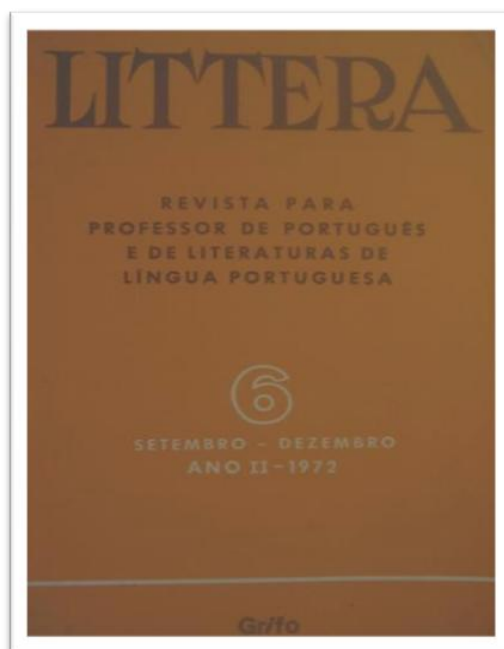


Figura 27: Capa da Revista Littera (1972), do acervo da Biblioteca do IEL/Unicamp, fotografada em 06/2011.

²¹ Dados retirados da tese de FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes (2009).

A entrada do “professor” no escopo das revistas, ocorre em 1971, provavelmente como efeito das políticas científicas e educacionais implementadas no país como a aprovação da NGB (1959), a inclusão da linguística nos cursos de Letras (1962), a aprovação da LDB (de 1961 e de 1971) e dos debates teóricos travados no interior das associações de linguística (instituições que nascem a partir de 1969). Conforme Orlandi (2002), o GEL, por meio de sua atuação mais regionalizada, obteve uma adesão muito grande em todo o país, vindo a representar o que ela denomina de uma “linguística de massa” e por tematizar com muita frequência em seus congressos estudos relacionados ao ensino. Outro fator que deve ser levado em consideração é a criação em 1966 do Centro de Linguística Aplicada. Todos esses fatores desencadearam um movimento específico da linguística que aponta para uma reflexão do ensino de língua e linguagem.

Surgem algumas revistas de Letras ligadas a cursos de graduação e pós-graduação como *Letras de Hoje* (figura 28) uma revista ligada à Faculdade de Letras e ao Programa de Pós-Graduação em Letras da PUC-RS (1967). A revista divulga trabalhos de Linguística, Teoria da Literatura, Literatura e Língua Portuguesa.

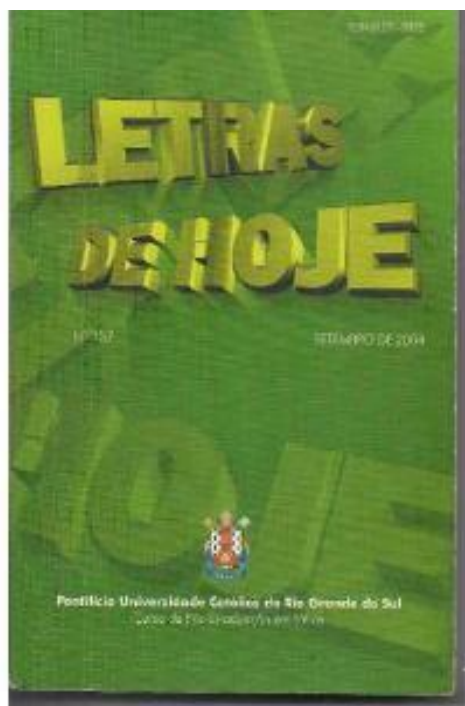


Figura 28: Capa da Revista Letras de Hoje da PUC-RS

Podem-se ver também revistas que tematizam a língua e a literatura como *Língua e Literatura* (1972), ligada ao Departamento de Letras da USP; *Construtura: Revista de Linguística, Línguas e Literatura* (Figura 29), publicada pela Universidade Católica do Paraná e sob a direção do Prof. Geraldo Mattos; *Investigações Linguísticas e Teoria Literária* (1979), ligada a pós-graduação em Letras e Linguística da UFPE.

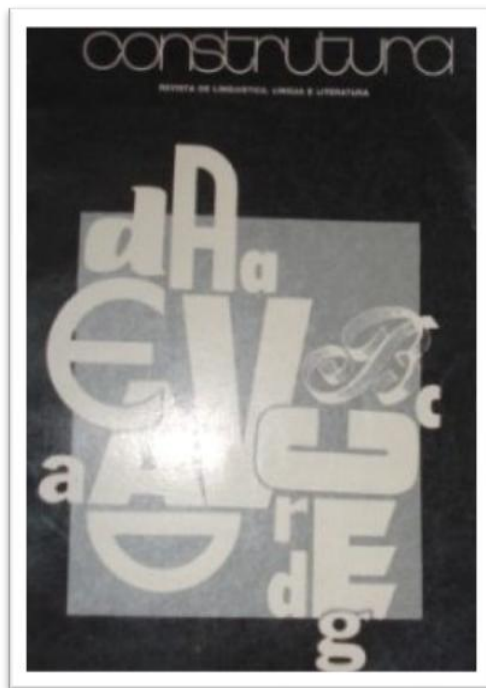


Figura 29: Capa da Revistas Construtura, do acervo da Biblioteca do IEL/Unicamp, fotografada em 06/2011.

Na década de 70, a *Revista de Cultura Vozes* (Figura 30), da Editora Vozes, chegou a publicar vários números exclusivos de temas da Linguística, tais como “Análise da Linguagem Epistemológica”, “Estudos sobre a problemática do texto”, “Semântica Estrutural”, “Semântica Conceitos Básicos”, “Panorama da Sociolinguística”, “Teoria da Linguagem”, “Estudos Linguísticos em homenagem a Mattoso Câmara”, cobrindo assim a ausência da revista *Estudos Linguísticos*, que se encerrou com a morte de Mattoso Câmara em 1970.



Figura 30: Capas da Revista de Cultura Vozes do acervo da Biblioteca do Instituto de Linguagem da Unicamp, fotografada em junho de 2011.

A Revista de Cultura Vozes na sua primeira edição em 1907 recebeu o nome de Revista Vozes de Petrópolis, ligada à Editora Franciscana Vozes, conhecida também por Editora Vozes de Petrópolis, que se localizava em Petrópolis. Essa editora nasceu com uma pequena tipografia para impressão de livros para a *Escola Gratuita São José*, fundada em 1897. A Revista de Cultura Vozes nasceu principalmente para divulgar os produtos da própria editora e é em 1961 que a editora muda o nome da revista. A partir da gestão de Frei Clarêncio Neotti em 1968 a editora mudou o aspecto da revista introduzindo temas científicos e culturais, algumas vezes, como foi mencionado elas trouxeram números exclusivos de linguagem²².

Essas várias temáticas que circulavam nos periódicos científicos de linguagem mostram o movimento da linguística no Brasil. Conforme Ferreira (2009), a linguística que se configurou inicialmente como a “ciência da linguagem” começa na década de 70 a ser designada como “ciências da linguagem”, sobre isso a autora diz:

²² Sobre a Revista de Cultura Vozes ler: TANNÚS, Fabiana Vilela (Unitri) e ROTHEN, José Carlos (Unitri). **A Revista de Cultura Vozes na década de 1960: uma proposta de investigação**. Disponível em: www.rothen.pro.br/documentos/rac-revistavozes46127.pdf

A meu ver, a formulação ciências da linguagem possibilitou a realização de outros recortes entre os domínios de saber, produzindo efeitos interessantes sobre a, até então, relação inequívoca de sinonímia entre lingüística e ciência da linguagem. Ou seja, nesses deslocamentos teórico- epistemológicos – que tocam, sempre, de uma forma ou de outra, na tensão entre a lingüística, ‘seu domínio próprio’ (J-C. Milner) e aquilo que foi dela excluído por Saussure, mas que retorna sob diversas formas na disputa por um espaço no domínio do científico – entra em jogo o processo de questionamento da evidência da lingüística como a ciência da linguagem: ela passa a ser considerada como uma ciência da linguagem, ao lado de outras. A meu ver, a possibilidade histórica da passagem da expressão ciência da linguagem, no singular, para ciências da linguagem, no plural, significa um acontecimento discursivo sem dúvida decisivo para o conjunto dos estudos sobre a linguagem de modo geral (p. 196).

Não se trata, todavia, apenas de questão do domínio teórico-epistemológico, mas nessa nova configuração para os estudos da linguagem estão colocadas as condições históricas e políticas que envolvem o Estado e as instituições (FERREIRA, 2009).

Com o objetivo de acompanhar os cursos na formação de profissionais nas universidades e instituições de pesquisa, buscando a qualidade dos cursos ofertados e dos profissionais formados, no final do terceiro período a CAPES implanta o Sistema Nacional de Avaliação da Pós-graduação (SNPG), em 1976 com o surgimento de exigências por produtividade.

As revistas *Caderno de Estudos Linguísticos* (1978) da Unicamp e *Estudos Linguísticos do GEL* (1978) são algumas das revistas que surgem no final desse período, ligadas a instituições acadêmicas de pesquisa e pós-graduação.

A Unicamp lança em 1978 o *Caderno de Estudos Linguísticos* (Figura 31), que pretende ser um periódico semestral financiado pelo Departamento de Linguística, do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL). A revista recebe preferencialmente artigos originais de qualquer subárea da Linguística em português, inglês, francês ou espanhol.

O objetivo do Departamento de Linguística na época era o de “preencher uma necessidade no contexto dos estudos universitários de linguística, fazendo circular no meio universitário hipóteses, resultados e questões relativas à pesquisa linguística”²³.

²³ Retirado do site <http://www.iel.unicamp.br/publicacoes/revistas.php>.



Figura 31: Capa do Caderno de Estudos Linguísticos da Unicamp, n. 1, fotografia do acervo da Biblioteca do IEL/Unicamp.

Outra revista que surge em 1978 é a *Estudos Linguísticos do GEL* (Figura 32), uma revista ligada ao Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, com o objetivo de publicar artigos que tenham sido apresentados durante os Seminários realizados pelo GEL, por professores, pesquisadores e alunos de pós-graduação. A revista aceita artigos em diversas áreas dos estudos da linguagem, preferencialmente nas subáreas da Linguística, Linguística Aplicada e Letras²⁴.

²⁴ Informações retiradas do site oficial da revista: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/>



Figura 32: Capa da revista Estudos Linguísticos do Gel (1978), retirada do site do GEL.

Além da revista *Estudos Linguísticos do GEL*, a associação mantém ainda os *Anais dos Seminários do GEL* (on-line) e a *Revista do GEL*, lançada em 2002. O objetivo era criar, segundo ela, um *espaço para todas as vozes, orientações teóricas, nuances metodológicas, ou posições acadêmicas, e serviu de balão de ensaio para muitos outros planos e iniciativas*²⁵. Os nomes dessas duas revistas - da Unicamp e do GEL - coincidem com o nome da revista *Estudos Lingüísticos* de Mattoso Câmara. A nomeação “Estudos Lingüísticos” promove igualmente um desdobramento não apenas nas nomeações de revistas, mas também em nomes de associação (como o GEL), disciplina, institutos de pesquisas e programas de pós-graduação. Hoje se pode ver o desdobramento de *Estudos Lingüísticos* para Estudos da Linguagem.

Sobre isso, Ferreira (2009), ao refletir sobre os nomes da linguagem, inicia pelo nome linguística ao lado de outros nomes de linguagem conforme abaixo:

²⁵ Retirado da apresentação da Revista do GEL, 2002.

Linguística ⇔ Ciência da Linguagem ⇔ Ciências da Linguagem ⇔
⇔ Estudos Linguísticos ⇔ Estudos da Linguagem ⇔ Linguagem ⇔ Linguagens

Para isso ela passeia pelos nomes de áreas, de disciplinas, de institutos, de cursos, de obras e de programas de pós-graduação. De uma forma interessante ela vai mostrando o movimento da Linguística como ciência da linguagem em sua relação de encontro, deslocamento, deslizamento, ruptura com outros domínios, com as instituições, com as políticas de línguas construindo, desse modo, uma história da Linguística e sua institucionalização no Brasil.

A partir dessas reflexões proporcionadas por Ferreira (2009) pode-se compreender o desdobramento da nomeação “Estudos Linguísticos” para “Estudos da Linguagem” como, por exemplo, o nome do Instituto de Estudos da Linguagem do IEL, da Unicamp. O nome Estudos da Linguagem no IEL abre possibilidades na década de 70, segundo a autora (ibidem), para outros domínios da Linguística *científicos, não científicos e mais ou menos científicos*. Isso não só porque o instituto abrange os estudos literários, mas por domínios dentro da linguística que ainda não haviam se estabilizado como ciência na época de criação do IEL. Outra coisa a se considerar nessa nomeação é que não se trata apenas de realizar estudos sobre uma linguagem, mas sobre várias linguagens.

2.2.4. Período Desdobramento da Linguística

O quarto período, que recebe o nome de Desdobramento da Linguística, é resultado de um conjunto de políticas científicas de financiamento, de avaliação e de circulação para produção e circulação do conhecimento no país, dentre eles menciona-se: a instalação do Programa de Apoio a Publicações científicas (1982) que recebe o nome de “Auxílio à Editoração” do CNPq e FINEP; a criação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística - ANPOLL (1984); a consolidação da pós-graduação na década de 1990; a institucionalização de programas de avaliação das

Universidades e dos cursos oferecidos, bem como dos altos investimento do MEC/CAPES na pós-graduação.

O nome Desdobramento da Linguística para esse período deve-se à abundância de revistas nesse quarto momento da periodicização. É nesse quarto período que se instala uma corrida pela publicação fazendo surgir vários nomes de linguagem para os estudos linguísticos como se verá no decorrer desse item.

O programa “Auxílio à Editoração” nasce para incentivar as publicações científicas no país e a ANPOLL surge com a finalidade de representar politicamente os programas de pós-graduação em Letras e Linguística. Dois acontecimentos políticos e institucionais que reverberam na produção e circulação dos Estudos da Linguagem no Brasil.

A década de 1990 também vai apresentar outros acontecimentos para o desenvolvimento da Linguística como a criação de programas de avaliação das universidades brasileiras, em conjunto com uma necessidade de qualificar em nível de mestrado e doutorado os professores das universidades que estão localizadas em regiões distantes dos grandes centros, inaugurando o programa de Mestrado Interinstitucional - MINTER e pouco tempo depois criam também o Doutorado Interinstitucional – DINTER.

A partir de 1997 o país começa a estabelecer uma política de acessibilidade e de avaliação dos periódicos científicos. Um projeto piloto de publicação eletrônica para periódicos científicos na internet, que deu início ao SciELO – *Scientific Electronic Library Online* (Biblioteca Científica Eletrônica em Linha), implantado em 1997, como política de circulação na medida em que dá visibilidade e acessibilidade a produções científicas por meio da internet, funcionando ainda como política de indução e formulação para criação de periódicos. O Qualis, também desse período, foi criado em 1998, funcionando como um sistema de avaliação de periódicos da CAPES que formula uma política de periódicos, uma vez que os critérios estabelecidos funcionam como um perfil a ser atingido pelas instituições e ou grupos de pesquisadores. Além dessas duas ações, a CAPES a partir de 2000 disponibiliza o Portal de Periódicos, que funciona como uma biblioteca digital de informações científicas com textos completos. Esses programas podem significar a democratização do conhecimento, ampliação da formação, bem como a restrição da legitimidade da autoria.

Para Marcuschi (2001) a partir da aprovação da GED²⁶ (1998) as instituições de ensino e pesquisa e órgãos de fomento exerceram até 2008 uma grande pressão em torno das publicações, o que de certo modo contribuiu para o crescimento de revistas, segundo ele esse crescimento aconteceu sem controle e de qualidade discutível. Na reflexão que o autor faz sobre os periódicos de linguagem, ele questiona a quantidade em detrimento à qualidade das publicações de periódicos que surgem nesse período.

Destaca-se, no entanto que a GED, assim como o aumento significativo de número de mestres e doutores, e ainda a consolidação de instituições e grupos de pesquisa em Linguística desenham um novo cenário para as revistas científicas de linguagem no Brasil.

A consolidação da pós-graduação na década de 1990 é em parte decorrente da ampliação do número de programas no Brasil e do aumento de recursos da CAPES para o fortalecimento dos programas. Recurso que impulsionou também o desenvolvimento dos periódicos científicos. No quarto capítulo dessa tese pode-se ver que o MEC e a CAPES têm destinado recursos expressivos aos programas de pós-graduação, garantindo inclusive a circulação do conhecimento produzido por meio da publicação de periódicos específicos da área.

Além dos recursos financeiros decorrentes do Apoio à Editoração do CNPq, o que movimenta a questão de periódicos científicos é resultado dos investimentos da CAPES para a o fortalecimento dos programas de pós-graduação. Os recursos nessa direção agregam qualidade aos programas, às pesquisas, às publicações. Observa-se que a qualidade tanto dos programas quanto dos periódicos é atestada pelo sistema de avaliação instituído pelo Estado, que é realizada pelos próprios órgãos que financiam a produção e circulação da ciência. O que está impactando a produção e circulação do conhecimento nesse período é a política científica por meio do financiamento e da avaliação.

Além das revistas que já foram mencionadas, a seguir será apresentada uma pequena descrição de alguns periódicos que ganharam reconhecimento pelos seus pares e pelos sistemas de avaliação do país, respeitando um critério de ano de publicação:

²⁶ A Gratificação de Estímulo à Docência do Magistério Superior – GED, instituída pelo governo em 1998, por meio da Lei nº 9.678 de 3/07/98 foi revogada pela Medida Provisória nº 431/2008.

A **Revista Alfa** (Figura 33) do Departamento de Letras, da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, da Unesp/Marília, nasce em 1962²⁷, para divulgar trabalhos de Linguística e Literatura. A partir do número 25, de 1980 a revista divide as publicações em duas, separando a Linguística da Literatura, a Linguística permanece com o nome **Revista Alfa** e para a área de Literatura é criada a **Revista de Letras**. Mas é só a partir de 1981 que a nomeação “Alfa: revista de linguística” começa a aparecer, uma vez que em 1980 a linguística comparece ainda timidamente na formulação “Série Lingüística”.

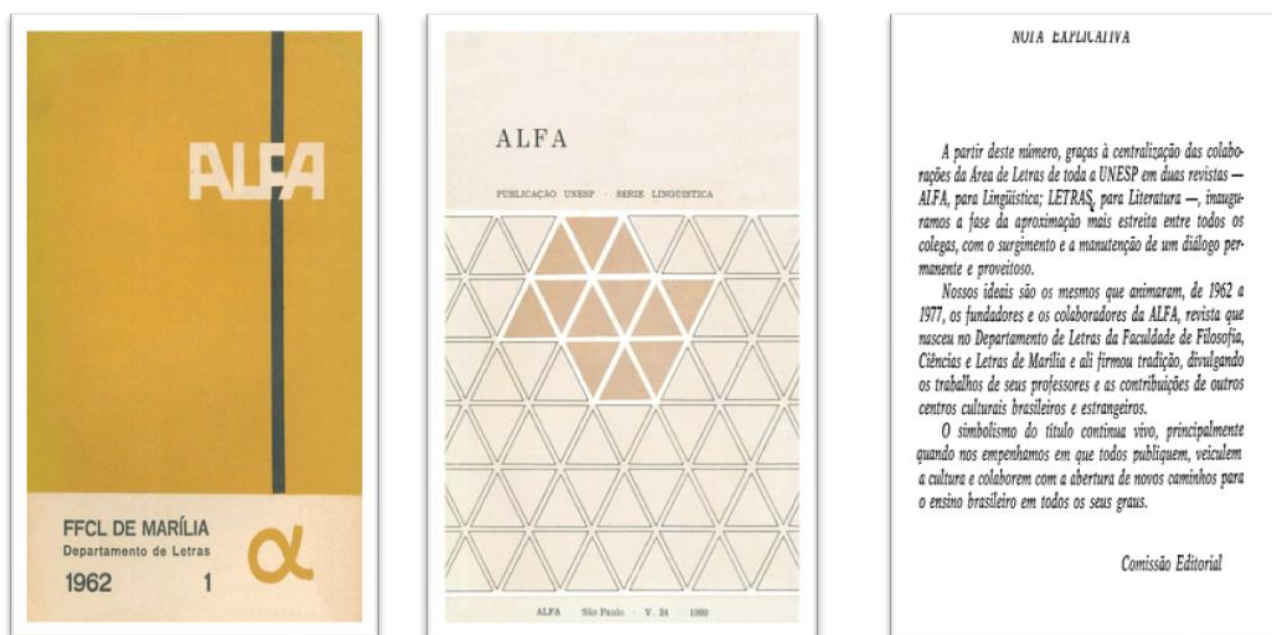


Figura 33: Capas nº 1 e nº 25 da Revista ALFA e a Nota Explicativa de 1980 expondo os motivos de ter sido desmembrada. Imagem retirada do site www.alfa.com.br, acesso em julho de 2011

Em 1983 o Instituto de Estudos da Linguagem lança o periódico **Trabalhos em Linguística Aplicada** (Figura 34) do Departamento de Linguística Aplicada – IEL/UNICAMP, que a partir de 2009 passa a ter uma versão *on line* no site da Scielo.

²⁷ A Revista Alfa da Unesp, como já foi dito anteriormente, nasce em 1962, trazendo artigos com abordagens em Linguística, mas somente em 1980 é que ela vai trazer o nome da disciplina Linguística na nomeação do periódico. Isso justifica inseri-la no período de Desdobramento da Linguística por considerar que ela se torna um importante periódico de Linguística na avaliação de seus pares e dos instrumentos de avaliação instituídos.

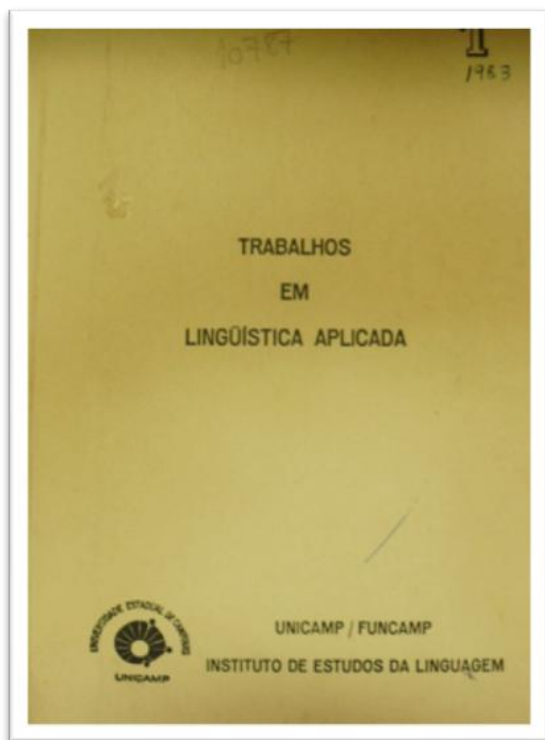


Figura 34: Trabalhos em Linguística Aplicada, n.1, acervo da Biblioteca do IEL/Unicamp.

A revista *Estudos Linguísticos e Literários* (1984), figura 35, está ligada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia, divulgando trabalhos das áreas de Letras e Linguística.



Figura 35: Revista Estudos Linguísticos e Literários, retirado do site <http://www.estudos.ufba.br/>

A *Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada* – **DELTA** (Figura 36), da PUC/SP, desde 1985 lança dois volumes ao ano e um volume temático. Conta com contribuições da comunidade acadêmica nacional e internacional e é uma das poucas revistas disponíveis, desde 2001, no Portal SciELO.

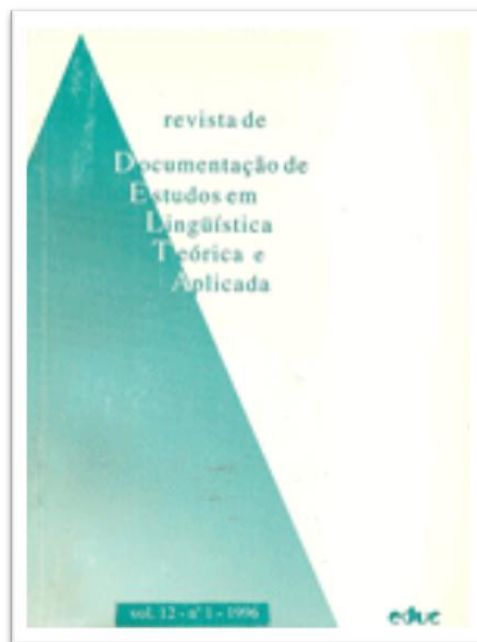


Figura 36: Capa da revista DELTA retirado do site www.scielo.br, acesso em setembro de 2011.

A **Revista Fragmentos de Língua e Literatura Estrangeira**, figura 37, da Universidade Estadual de Santa Catarina se propõe divulgar trabalhos recentes de Linguística e Literatura desde 1986.



Figura 37: Imagem retirada do site <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/fragmentos/index>

A **Revista Investigações** (1987), figura 38, está ligada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Publica artigos das áreas Teoria Literária e Linguística.



Figura 38: Capa retirada do site: <http://www.revistainvestigacoes.com.br/volume-24-N1.html>

Em 1987, surge a **Revista Signótica** (figura 39), da Universidade Federal de Goiás, está vinculada ao Programa de Pós Graduação em Letras e Linguística, publicando trabalhos teóricos e aplicados na área de linguagem. A partir de 2007 passa a possuir, além da versão impressa, uma versão *on line*.

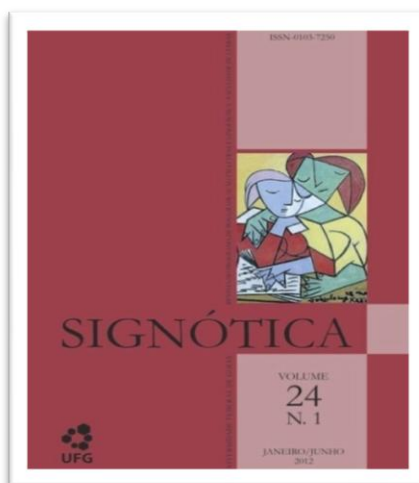


Figura 39: Capa da Revista Signótica V. 24, nº 1, retirada do site <http://www.revistas.ufg.br/index.php/sig/index>

Em 1991, a Universidade Federal de Santa Maria lança a sua revista **Letras** (Figura 40) ligada ao Programa de Pós-Graduação em Letras. É uma revista de caráter temático que alterna estudos de linguística e de literatura.

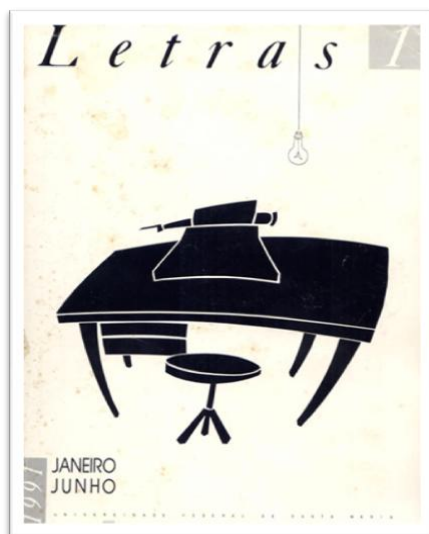


Figura 40: Capa da revista Letras da UFSM, imagem retirada do site www.ufsm.br/revistalettras

Em 1989 nasce a **Revista do IL** (Figura 41), periódico vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Instituto de Letras da UFRGS, que se propõe a publicar artigos inéditos de todas as áreas dos Estudos da Linguagem e dos Estudos Literários.

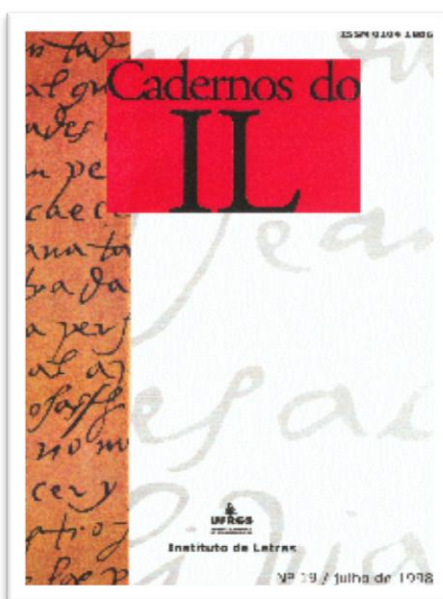


Figura 41 – Caderno do IL, v. 1, imagem retirada do site: <http://www.ufrgs.br/ppgletras/>

O Cadernos de Letras (Figura 42), nasce em 1991, no Departamento do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, e, a partir de 2008, passou a ter também uma versão eletrônica.



Figura 42: Cadernos de Letras, imagem retirada do site <http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/> Acesso em 28/09/2012

A **Revista da Anpoll** (Figura 43), da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Letras e Linguística, lança o primeiro número em 1995.



Figura 43: Capa da Revista da Anpoll, número 1, ano 1995, retirado do site www.anpoll.org.br,

No site da Anpoll, conta-se sobre o surgimento da revista:

A proposta de sua criação veio da professora Sônia Maria van Dijck Lima, presidente da ANPOLL no biênio 1994-1996, e foi, imediatamente, aceita pelos demais membros da Diretoria e do Conselho. Em seguida, a constituição de uma Comissão Editorial e de um Conselho Editorial revelou o alto grau de receptividade da idéia: pesquisadores brasileiros e estrangeiros acolheram com simpatia e entusiasmo o convite para participar da publicação.

No primeiro número, impresso pela Gráfica da UNICAMP, a revista apresentou as pesquisas realizadas nos diferentes Grupos de Trabalho desenvolvidos pela ANPOLL. Nomes como Sônia Van Dijck, Carlos Miotto, Freda Indursky, Luiz Antônio Marcuschi, Maria Aparecida Barbosa, Regina Célia Pagliuchi da Silveira, Roxane Helena Rodrigues Rojo, Silvia Figueiredo Brandão e Zélia de Almeida Cardoso circularam em torno das apresentações dos trabalhos dos GTs de: Teoria da Gramática, Análise do Discurso, Linguística de Texto e Análise da Conversação, Lexicologia, Lexicografia e Terminologia, Fonética e Fonologia, Linguística Aplicada em Língua Materna, Sociolinguística, Latim e Grego. A partir do XII Encontro da Anpoll em 1997, realizado em Campinas a Revista da Anpoll passa a ter dois números por ano.

A revista *Filologia e Linguística Portuguesa* (1987), figura 44, ligada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, publica trabalhos teóricos e aplicados sobre a Língua Portuguesa.

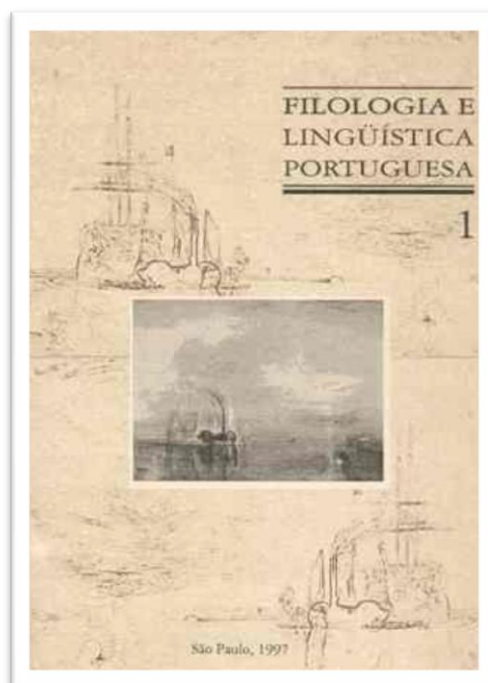


Figura 44: Capa da Revista Filologia e Linguística Portuguesa, retirada do site http://www.fflch.usp.br/dlcvlport/flp/index.php?option=com_content&view=category&id=7&Itemid=5

Em 1998, o Programa HIL do IEL/Unicamp lança o primeiro número da Revista **Línguas e Instrumentos Linguísticos** (Figura 45), publicada pela Pontes Editores.

Na apresentação do primeiro número trazia como objetivo:

(...) publicar textos que apresentam reflexão teórico-metodológica na área dos estudos da linguagem; estudos de história das idéias lingüísticas e de políticas das línguas; análises lingüísticas de línguas diversas; estudos sobre as variadas instrumentações da linguagem como dicionários, gramáticas, artefatos pedagógico, bem como outros aspectos de interesse aos estudos lingüísticos (LIL, n. 1, 1998, p. 5).

A revista conta com três secções, uma destinada a artigos, outra com o nome de *Crônica e Controvérsias*, que publica relatos sobre fatos científicos importantes e a outra secção *Resenhas*, um espaço para publicar críticas de obras relevantes.



Figura 45: Capa do primeiro número da Revista Língua e Instrumentos Linguísticos, retirado do site <http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/lil.html>, acesso em 26 de setembro de 2011.

Fórum Linguístico: Revista Eletrônica de Linguística Teórica e Aplicada (figura 46) é uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina desde 1998.



Figura 46: Imagem retirada do site <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/forum>

A ***Revista Brasileira de Linguística Aplicada*** (2001), figura 47, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFMG, prioriza trabalhos que tratam de

fenômenos relacionados *a problemas de linguagem da vida real relacionados à língua em uso em contextos diversos ou à aprendizagem.*

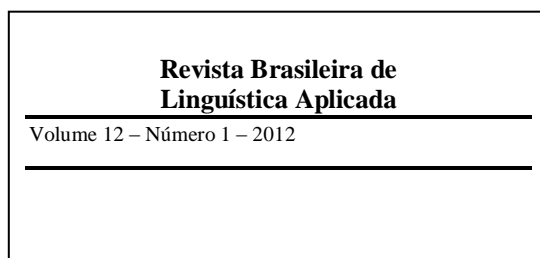


Figura 47: Capa da Revista Brasileira, retirada do site <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/rbla/>

Analisando o arquivo da pesquisa, pode-se ver que a partir da década de 1990 começam a surgir na nomeação dos periódicos científicos a expressão “Estudos da Linguagem”. Para visualização, serão apresentados a seguir alguns exemplos:

1. *Revista de Estudos da Linguagem* (1992), figura 48, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da UFMG.

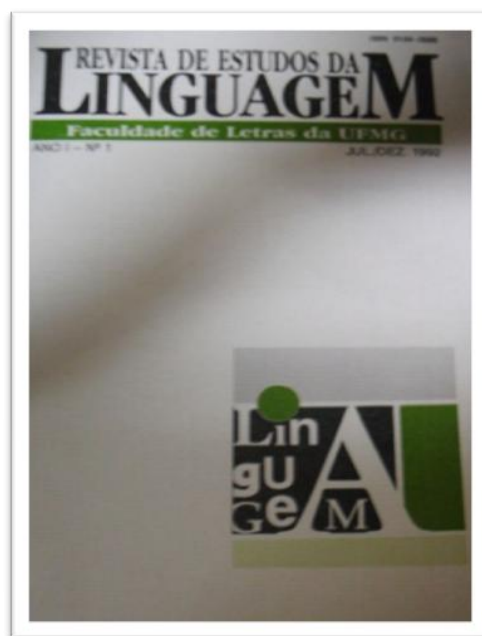


Figura 48: Capa da Revista de Estudos da Linguagem, fotografada do acervo da Biblioteca do IEL/Unicamp

2. *Signum: Revista de Estudos em linguagem e Tecnologia* (1998), figura, 49, está ligada a Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina.



Figura 49: Capas das revistas de nº 1, de 1998 e a nº 2, v.14, de 2011, retiradas do site www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum

3. *Estudos da Língua(gem)* (2005), figura 50, do Programa e Pós-Graduação em Linguística da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.



Figura 50: Capa da revista *Estudos da Língua(gem)*, retirada do site: www.estudosdalinguagem.org/

4. **ReVEL Revista Virtual de Estudos da Linguagem** (2003), figura 51, publicado pela Cortez Editora e Editora Vozes e Mercado de Letras. Editor responsável, Prof. Dr. Gabriel de Ávila Othero, ele é professor do instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

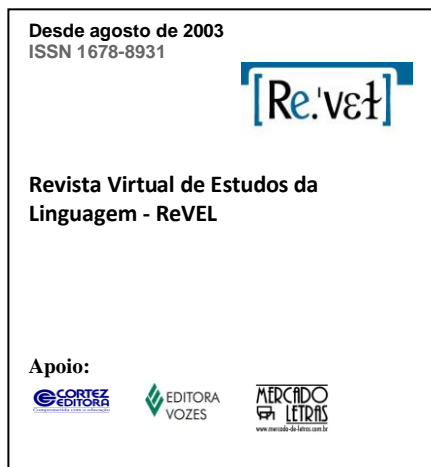


Figura 51: Capa da ReVEL, adaptada do site <http://www.revel.inf.br/pt/>

5. **Linguagem em (Dis)curso**, figura 52, é uma publicação do Programa e Pós-graduação em Ciência da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, lançada em 2000. Possui uma versão impressa e outra eletrônica e publica trabalhos relacionados a textos e discurso.

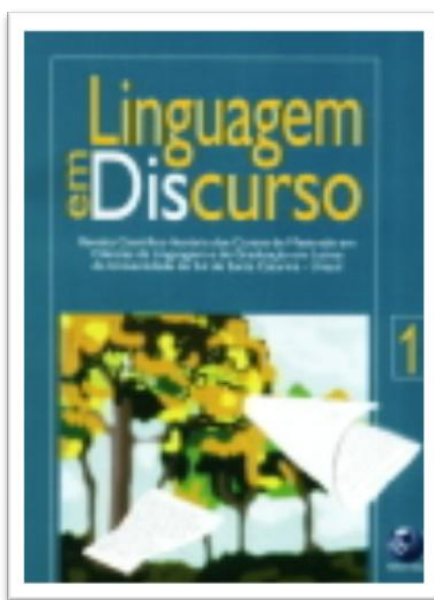


Figura 52: Capa da Revista Linguagem em (Dis)Curso, n. 1, 2000. Retirado do site www3.unisul.br

6. *Linguagem: estudos e pesquisa* (2004) da UFG, figura 53, revista do curso de Letras da UFG, do campus de Catalão para as áreas de Letras, Linguística e Artes.

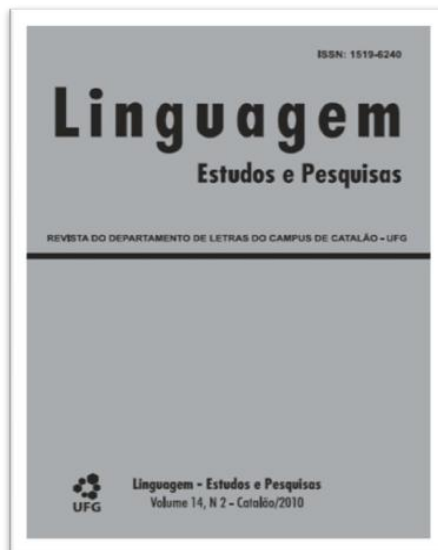


Figura 53: Capa da Revista Linguagem: Estudos e Pesquisa, n. 14, retirada www.revistas.ufg.br

7. *Revista Ecos* (figura 54) é um periódico ligado ao Instituto de Linguagem da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, criado em 2004 com o objetivo de publicar trabalhos de Linguística, Letras e Artes. A revista nasceu de uma iniciativa do Centro de Pesquisa em Literatura (CEPLIT), Grupo de Pesquisa em Estudos da Arte e da Literatura Comparada e do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Literários (PPGEL).

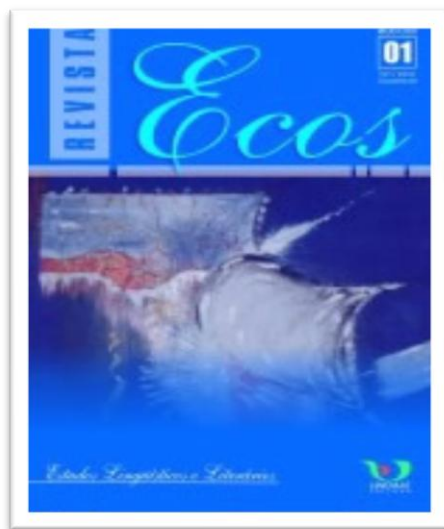


Figura 54: Capa da Revista Ecos VI. 01 nº 01, de 2004, retirada do site http://www.unemat.br/revistas/ecos/?link=edicoes_antiores

Essas revistas apresentadas acima são apenas algumas do total de periódicos das Ciências da Linguagem, já que são muitos. Com o avanço da pós-graduação e a política de avaliação no país é grande o número de periódicos que surge ano a ano no Brasil.

Como se pôde ver anteriormente, essa abundância de periódicos é resultado de vários fatores dos quais se podem mencionar: a criação de financiamento incentivando a publicação; o aumento do número de curso de pós-graduação em Linguística; a pressão exercida pelas avaliações como a produtividade exigida dos docentes e as exigências impostas às instituições, aos programas de pós-graduação; as exigências dos critérios estabelecidos pela CAPES para qualificar os periódicos em Qualis A e B, que se discute no capítulo quatro; o complexo processo de indexação de revistas em bases de dados internacionais; e o recobrimento das ciências humanas pela cultura científica das áreas da física/química/biologia/medicina; os recursos do MEC e CAPES destinados aos cursos de pós-graduação, bem como o desdobramento da linguística para outros domínios .

Esses fatores têm possibilitado a criação de muitas revistas bem como aponta para o fortalecimento de outras iniciativas que dêem publicidade aos estudos da linguagem como a publicação de livros e coletâneas.

2.3. Os periódicos da Ciência da Linguagem no Brasil

Como se pôde ver nesse capítulo os periódicos científicos da área de linguagem desenvolvidos no Brasil nascem no início do século XX. Antes desse período pode-se dizer que as produções eram feitas por cartas, compêndios, gramáticas, dicionários, jornais e revistas de caráter enciclopédico.

No processo de periodicização das revistas científicas de linguagem pôde-se ver quatro períodos para os estudos do Português do Brasil. A produção/circulação do conhecimento da linguagem do primeiro período ocorreu, como foi mostrado, muitas vezes por meio de revistas científicas de cultura geral, as de caráter enciclopédico, uma vez que ainda não havia revistas especializadas na área. Já o segundo período nasce com o surgimento das primeiras revistas especializadas. A *Revista da Academia Brasileira de Letras* (1910) e a

Revista de Língua Portuguesa (1919) são revistas que estavam ligadas aos intelectuais da época, autodidatas, homens formados em outras áreas do conhecimento, que faziam parte da Academia de Letras, a maioria formado em Coimbra, uma vez que as universidades brasileiras só surgiram no início do século XX.

A Lexicologia é o grande destaque dos estudos do período filológico, o debate em torno da língua consistia em diferenciá-la de Portugal. Desse período é o surgimento dos dicionários e das gramáticas feitos no Brasil. Com o surgimento das universidades e consequentemente dos cursos de Letras vão aparecer revistas ligadas à Filologia a exemplo de *Revista Filológica*, *Revista de Filologia*, *Boletim de Filologia*, dentre outras, que vão até a década de 60, isso decorrente da abordagem histórica cuja filiação se dá principalmente entre a filologia e gramática, em São Paulo, na USP (Guimarães, 2004).

O que marca a passagem do período filológico para o período linguístico é o surgimento de revistas da área de Linguística em 1966, com a publicação do primeiro número da Revista *Estudos Lingüísticos: revista brasileira de linguística teórica e aplicada* de Mattoso Câmara, Francisco Matos e Aryon Rodrigues. Como dito anteriormente, o sintagma “lingüística teórica e aplicada” mostra um deslizamento da linguística para outros domínios como a Linguística e o ensino de língua e a Linguística e a Antropologia. Promove também uma bifurcação na linguística, uma linguística considerada teórica e outra considerada aplicada, que vai ganhar desdobramentos na nomeação de outras revistas e no movimento de fundação das associações de Linguística.

Ressalta-se aqui que o surgimento da revista *Estudos Lingüísticos* é um acontecimento que produz ressonância no funcionamento da produção de periódicos no Brasil, marcando um antes e um depois nas nomeações de revistas dos estudos da linguagem.

As revistas de Letras são as revistas departamentais, surgindo nos anos de 1950 elas dão visibilidade aos trabalhos de língua e literatura desenvolvidos nos departamentos. Antes delas as nomeações de periódicos se restringiam a Língua Portuguesa e Filologia, como resultado de suas filiações teóricas.

A partir do surgimento da revista *Estudos Lingüísticos* começa a reduzir significativamente o número de periódicos de Filologia que dão lugar para as revistas de Linguística. Essa passagem de Língua Portuguesa/Filologia/Letras/Linguística é tensa e convive até hoje no meio acadêmico. Mas pode-se dizer que é muito significativo o número de

periódicos que incluíram “Linguística” no nome, e isso demonstra que a Linguística vai se legitimando no Brasil com os seus desdobramentos como as expressões “Estudos Linguísticos” e “Estudos da Linguagem” presentes nos nomes de algumas revistas desse momento. Nessas nomeações afirmam-se ainda as muitas articulações teóricas que a Linguística vai estabelecendo com outros domínios.

O crescimento da pós-graduação em Linguística e o fortalecimento da pesquisa proporcionada pelas condições dadas à ciência e a tecnologia a partir dos anos 1980, demonstra igualmente o aumento de revistas de Linguística no Brasil, um gesto que mostra a legitimidade da área e um desdobramento de subáreas dentro da Linguística.

Em relação ao vínculo dos periódicos, observa-se que as revistas científicas da área de linguagem vão se configurando e se consolidando nos espaços das diferentes instituições, que também vão surgindo no mesmo movimento da institucionalização das ciências da linguagem. Os periódicos científicos são pensados, idealizados e organizados por diferentes lugares: nomes de pessoas, academias, editoras, cursos/departamentos, universidades e faculdades, grupos de estudos, institutos e centros de pesquisas, associações e programas de pós-graduação.

A produção e circulação dos periódicos das Ciências da Linguagem nascem até a década de 60, ligados a nomes de pessoas, a academias e a editoras, momento em que o país estava ainda estruturando as instituições científicas. Com a expansão do ensino superior, as publicações em periódicos começam a se vincular a departamentos, universidades e institutos, indo até a década de 1970. Com o fortalecimento da pós-graduação a partir da década de 80 há uma grande concentração de revistas vinculadas aos cursos de pós-graduação, intensificando-se a partir dos anos 1990. Isso indica que a circulação do conhecimento da língua e sobre a língua nasce e se consolida, como se mostrou anteriormente, no embate entre a criação das várias instituições de produção do conhecimento como academias, universidades, grupos de pesquisa, associações e dos acontecimentos institucionais que desenham, nos vários períodos, a política científica no país.

Algumas revistas do segundo período surgem vinculadas ora à academia como a *Revista da Academia Brasileira de Letras* (1910), ora a nome de pessoa, geralmente o editor do periódico, a exemplo da *Revista de Língua Portuguesa* (1919), de Laudelino Freire. A Academia Brasileira de Letras nomeia a sua revista com o nome da instituição. Esse gesto dá

credibilidade à revista, como um espaço autorizado para debater questões sobre a língua. A *Revista de Língua Portuguesa* vincula-se por sua vez a uma autoridade intelectual da área de linguagem, a um professor reconhecido pela sociedade, dando, portanto, legitimidade as discussões sobre a língua no Brasil. Para citar outro exemplo, a Revista Brasileira, que na época era uma revista de cultura geral, nasce no seio de um grupo de intelectuais, designados na época como “homens de Letras”, responsáveis, anos mais tarde, pela criação da Academia Brasileira de Letras, como apresentado anteriormente.

Ressalta-se que, no surgimento das revistas científicas aqui no Brasil, elas se mantinham com apoio de empresas e com a venda de assinaturas, ainda não se tinha as instituições de pesquisa no país, nem as instituições de fomento. O CNPq e a CAPES só foram criados na década de 50. Muitas revistas para se manter dependiam de auxílio financeiro de empresas de diversos ramos, dentre eles destacam-se seguradoras, farmácias, editoras, expondo as obras lançadas. Por isso as revistas eram recheadas de anúncios publicitários. Isso de certo modo dificultava a regularidade dos periódicos científicos, por isso a maioria deles tinha uma curta existência. Hoje a maioria das revistas são financiadas pelas agências de fomento, o Estado financia e regula as publicações.

Os intelectuais da época eram convidados inicialmente para fazer parte como colaboradores da revista, os artigos para publicação seriam remunerados. Na textualidade das revistas podem ser encontradas formulações como: *Toda colaboração inédita será paga, segundo critério pré-estabelecido. No entanto, os Srs. colaboradores conservarão os respectivos direitos autorais* (Conf. item 7 das orientações da *Revista Filológica*).

A questão que se coloca aqui é quem pode/deve dizer sobre a linguagem? O que pode/deve ser dito sobre a linguagem? Nas vários períodos puderam-se ver professores, pesquisadores, especialistas produzirem conhecimento sobre a língua. Eram gramáticos, filólogos, linguístas, cientistas da linguagem, cada época se instituía um nome para o especialista e para o campo do saber. Pode-se ver ainda o modo como o saber foi sendo construído e para quem foi construído esse saber, que efeito leitor cada período produziu?

Quanto à estrutura das revistas se observa que as mais antigas não apresentavam um padrão editorial, o sumário ficava muitas vezes na contra capa ou na última capa, como a *Revista Brasileira de Filologia*. No formato das revistas desse período eram destinados um espaço para notícias de eventos, reuniões, homenagens e acontecimentos da área. As revistas

traziam textos em vários idiomas: português, inglês, espanhol, francês. Esse gesto mostra uma vontade dos intelectuais da época de se inserir no debate internacional, a exemplo da *Revista Estudos Lingüísticos* (1966).

Para De Luca (1999), no final do século XIX a imprensa inicia um processo de transformações aceleradas, sob a lógica do capital. Os jornais que eram feitos em pequenas tipografias cedem lugar para as máquinas e novos métodos para atender o “imperativo da produtividade e de oferecer ao público uma mercadoria visualmente aprimorada, que incorporasse os rápidos avanços registrados nos processos de impressão” (p.36).

Nesse cenário, o jornal ditava modas e estilos, consagrava certos autores, desprezava outros, segundo a autora:

Nas primeiras décadas do século XX, parte considerável da vida brasileira gravitou em torno da imprensa, encarada como uma atraente oportunidade de trabalho para os homens de letras. Ela era capaz de trazer fama, prestígio e lucros para os que caíssem no gosto do público, um gosto volátil, que deveria ser reconquistado a cada dia, a cada edição (De Luca, 1999, p. 36-37)

Com o crescimento das grandes cidades e o aumento da população crescia também uma demanda de leitores e assinantes, em decorrência disso os periódicos foram transformados em uma fonte de lucro e prestígio, de modo que parecia subordinar os produtos culturais a uma lógica de cunho empresarial. Algumas revistas desse período nascem no interior de redação de jornais e editoras, por exemplo, a *Revista do Brasil* (1916), que foi idealizada por Júlio de Mesquita e produzida na redação do Jornal *O Estado de São Paulo*. A *Revista de Filologia Portuguesa* (1924) de Silvio de Almeida de propriedade da Nova Era Editora é outro exemplo disso.

A partir do crescimento das editoras no Brasil nas décadas de 30 e 40, as editoras exerceram um papel importante para os estudos da realidade nacional (NUNES, 2002). Gramáticas, dicionários, livros e revistas passam a ser um investimento das editoras. Para as revistas especializadas menciona-se aqui a *Revista de Cultura Vozes*, da Editora Vozes; *Boletim de Filologia*, da Edição Dois Mundos; *Revista Brasileira de Filologia*, da Acadêmica Editora; *Ibérica Revista de Filologia*, da Livraria São José, dentre outras.

A partir da criação das universidades brasileiras e das faculdades de Ciências e Letras na década de 30, surgem movimentos solicitando a expansão do ensino superior na

década de 40, fazendo surgir alguns poucos cursos de Letras, na década de 50. A concentração urbana e a exigência de melhor formação para a mão-de-obra industrial e de serviços forçaram o aumento do número de vagas. Após a aprovação da LDB em 1961, surge universidades públicas e particulares praticamente em todos os estados, mas a explosão de cursos superiores só ocorre na década de 1970.

Nessa conjuntura da expansão das universidades e das Faculdades de Ciências e Letras percebe-se um Brasil preocupado em estruturar as suas instituições científicas – o CNPq e a Capes – na década de 1950, e no início da década de 1960 ocorre a inclusão da Linguística nos cursos de Letras apresentando assim um novo cenário político e institucional para desenvolvimento dos estudos da linguagem e a sua circulação. Na década de 50 até a década de 90 observa-se que muitos periódicos científicos surgem no interior dos cursos de Letras, e nas décadas de 1960 e 1970 esse vínculo se acentua nas universidades e faculdades, assim como na década de 1980 começa a surgir um outro movimento, que vai mostrar revistas que estão ligadas não apenas a instituições, mas a grupos de pesquisa, programas, áreas, laboratórios.

Em 1969, a Linguística brasileira começa a se desenvolver, esse movimento é desencadeando com a criação de associações que se iniciam com a Abralin e o GEL, abrindo caminhos para outras associações nacionais e estaduais. Essas instituições criam espaços a fim de promover debates sobre estudos e pesquisas na área da linguagem, bem como estimulam a circulação das pesquisas desenvolvidas na área.

Observa-se que muitos periódicos científicos a partir da década de 1990 surgem vinculados à pós-graduação. Isso é resultado do avanço da pós-graduação no Brasil e a exigência das instituições de ensino e agências de fomento por produtividade, somado com um rigoroso sistema de avaliação das universidades brasileiras e dos programas de pós-graduação no país.

Outro fator importante que se observa quando se olha para todo processo de periodicização das revistas de linguagem desde o seu surgimento é o desdobramento da área nos nomes das revistas que vai de Língua Portuguesa a Estudos da Linguagem, como representado no *Gráfico 1* abaixo:

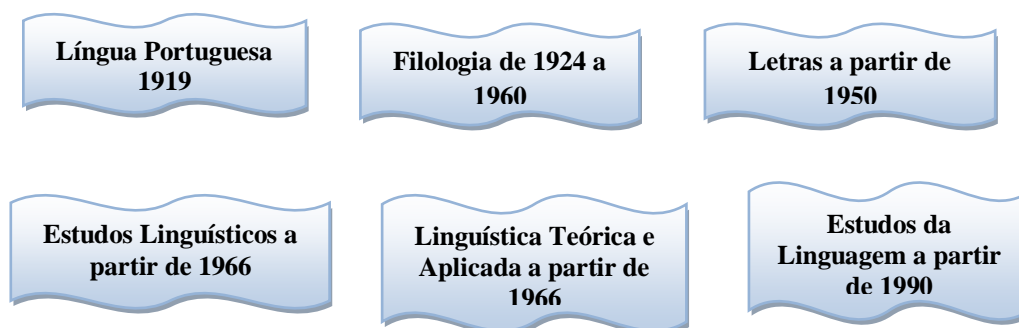


Gráfico 1 - O desdobramento da área nos nomes das revistas

As revistas filológicas se localizam no segundo período da periodicização, estando, desse modo, mais presentes até a década de 1960, a partir desse período começam a perder espaço com a institucionalização da Linguística no Brasil e o surgimento de periódicos na área da Linguística. A Revista *Estudos Linguísticos* inaugura o termo Linguística no nome, decorrente do avanço dos estudos linguísticos no Brasil, isso mostra de certo modo um divórcio, uma ruptura dos estudos da linguagem com a Academia Brasileira de Letras.

O surgimento das várias nomeações para os estudos da linguagem no Brasil mostrados nos nomes dos periódicos a partir do século XX demonstra o movimento das filiações teóricas de cada período, bem como o desdobramento, os encontros e desencontros que a Linguística têm consigo mesma e com outras áreas do conhecimento. Esse movimento mostra ainda que as Ciências da Linguagem no Brasil se dá sempre na relação tensa e contraditória entre Gramática/Filologia/Linguística. No embate teórico que cada uma dessas áreas tem estabelecido e que mostra o modo como cada um desses domínios compreende a língua, define a escolha do método e do seu objeto de estudo. A Gramática preocupada com a normatização das regras, a Filologia intermediando o estudo da gramática com o ensino e a Linguística problematizando a língua e propondo-se a descrevê-la.

As nomeações das revistas aqui estudadas que começam com a *Revista da Academia Brasileira de Letras*, passando pela *Revistas de Língua Portuguesa*, as revistas de Filologia, de Letras até chegar às revistas de linguística, mostram o desenvolvimento dos estudos da linguagem no Brasil.

Os estudos aqui realizados demonstram que o processo de periodicização se dá no batimento entre os sujeitos, a sociedade, o Estado, as instituições, os sentidos e os debates sobre a língua. Os estudos da linguagem são afetados ora pelas ideias de Portugal, ora por uma vontade de independência, nacionalidade, ora por uma necessidade de produzir ciência, construir política científica e política linguística para o Brasil, nos diferentes brasis que se desenham e que são atravessados pelas questões históricas, políticas e ideológicas. É nesse cenário efetivamente que a Linguística se instala, produz conhecimento sobre a língua, se estabiliza no Brasil e se mostra para a sociedade (divulgação científica) bem como constrói um modo de circular esse saber entre seus pares.

A reflexão aqui desenvolvida proporcionou compreender parte da história dos periódicos científicos de linguagem no Brasil, o surgimento das primeiras revistas, os vínculos institucionais, seus objetivos, a sua importância para a circulação do conhecimento sobre a língua, bem como saber as consequências e os desdobramentos da produção e circulação desse saber.

No próximo capítulo, a pergunta que norteia a reflexão é: como a Linguística, nos espaços dos periódicos, constrói a sua própria representação? Quem são os autores dos periódicos e para quem direcionam o seu dizer? O que dizem? Como dizem? Como os periódicos vão se instituindo no Brasil? Procurando responder a essas indagações selecionamos algumas apresentações e sumários de alguns periódicos científicos, assim como alguns artigos para mostrar o efeito leitor, os objetivos das revistas, os autores, as reflexões, as filiações que foram se constituindo nesse processo de periodicização das revistas brasileiras especializadas.

CAPÍTULO III

OS MODOS DE REPRESENTAÇÃO DA LINGUÍSTICA NA SUA RELAÇÃO CONSIGO MESMA E COM A SOCIEDADE NOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

Nesse capítulo será analisada, de uma forma pontual²⁸, parte de um dos modos de circulação da produção linguística brasileira, na sua relação consigo mesma, com os pares e com a sociedade, no espaço dos periódicos, que fazem parte constitutiva da fisionomia da linguística no Brasil. Esse estudo vai mostrar um pouco de como vão se organizando nas revistas as produções científicas da linguística, nos séculos XIX, XX e início do século XXI.

Com esse objetivo estende-se para o interior dos periódicos, procurando observar os autores lidos, os nomes de linguístas que se destacam nas diferentes épocas, as pesquisas representadas nesses periódicos enquanto aquelas que desenvolvidas no Brasil, procurando observar os movimentos, as relações com outras ciências, os embates que a Linguística vai construindo nesse percurso e o modo como ela mesma se representa nos periódicos científicos.

A seguir pretende-se analisar apresentações e sumários de alguns periódicos especializados, procurando compreender como vai se constituindo a representação dos estudos da linguagem nesse espaço das revistas. Para isso, alguns exemplares são apresentados, seus artigos, seus autores com objetivo de compreender os movimentos e os contornos dados pelos estudos da linguagem.

3.1 A circulação da Linguística nos periódicos do século XIX

O processo de gramatização no Brasil, como foi apresentado no primeiro capítulo desta tese se dá no século XIX com a produção de gramáticas e dicionários. Desse modo, a gramática e o dicionário foram alguns dos instrumentos linguísticos que deram lugar para uma representação do conhecimento legítimo sobre a língua.

²⁸ Não desconhecemos os inúmeros trabalhos na área HIL que vêm tomando como objeto de análise em profundidade uma ou outra revista, um ou outro período, um ou outro autor. Nosso intuito não é o de fazer uma análise exaustiva dos periódicos, mas sim apontar para algumas pistas que um olhar panorâmico e estrito pode permitir recortar para colocar em relação.

Os gramáticos brasileiros, ao escreverem suas gramáticas, deslocam-se dos estudos realizados pelos portugueses, uma vez que assumem para si a responsabilidade de dizer como é a língua que se fala no Brasil; para isso eles assumem o lugar de intelectual como alguém que conhece a especificidade dessa língua com suas diferenças da língua de Portugal.

Estudos desenvolvidos por Orlandi (2001, 2002, 2003, 2007) e Guimarães (2001, 2004) mostram que os primeiros gramáticos brasileiros²⁹, como Júlio Ribeiro, João Ribeiro, Maximino Maciel, entre outros, participam da construção do Estado brasileiro e a gramática que eles desenvolveram produz a historicização da língua no território nacional. Conforme Orlandi (2007):

A gramatização do português brasileiro, além de ser um processo de construção de um saber sobre a língua nacional, tem como consequência algo mais substancial e definidor: a construção de um sujeito nacional, um cidadão brasileiro com sua língua própria, visível na gramática. Individualiza-se o país, seu saber, sua língua, seu sujeito político social e suas instituições (p. 55).

Circulou aqui no Brasil, no final do século XIX, a *Revista Lusitana: Archivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal*, um periódico criado por José Leite de Vasconcelos em 1889. Era uma publicação de Portugal que contava com escritores portugueses e estrangeiros, trazendo estudos de filologia, estudos que produziram efeitos nas produções aqui desenvolvidas. Essa revista encontra-se hoje disponível em versão digitalizada na Biblioteca Digital Camões, no site do Instituto Camões de Portugal.

Das revistas de cultura geral que circularam nesse período, a Revista Brasileira foi talvez uma das que mais divulgou estudos de linguagem. Na primeira fase da revista, conhecida como a Fase Midosi, que vai de 1879 a 1881 pôde-se ver artigos que discutiam a reforma da ortografia portuguesa, estudos de etimologia e ortografia. São estudos sobre a etimologia fonética de vocábulos que eram falados no Brasil da época. Havia artigos discutindo a falta de uniformidade padrão para a língua escrita; alguns defendiam que a língua escrita devia ser idêntica à da pronúncia. Além dessas discussões, no final da primeira fase e mais incisivamente na segunda fase, a fase José Veríssimo, que vai de 1895 a 1899, começam

²⁹ Está se tomando aqui enquanto as primeiras gramáticas no sentido dado por Guimarães (2004), em sua periodização, isto é, instrumentos linguísticos produzidos por autores que realizaram estudos da língua fora dos domínios portugueses.

a aparecer estudos que foram desenvolvidos sobre a colocação de pronomes e os modos e os tempos verbais, procurando marcar em cada discussão a diferença com as regras do Português.

As línguas que despertavam o interesse dos intelectuais da época era denominada pelos escritores de “língua tupi”, “português”, “língua geral”, “língua portuguesa”, “dialeto brasileiro”. Nomeações que mostram uma tensão entre pontos de vistas e filiações diferentes para estudos da língua. Escritores travam debates sobre a língua materializando suas concordâncias e discordâncias sobre os trabalhos uns dos outros, e isso é muito visível devido ao modo como esses conflitos são formulados, mostrando um gesto exagerado de elogios e/ou depreciações. Isso se torna ainda mais intenso quando a disputa do conhecimento sobre a língua se dá entre brasileiros e portugueses, aqueles em defesa de uma identidade linguística nacional e estes em defesa da tradição do português.

O que sustenta os trabalhos sobre língua são as mais diversas filiações, que nesse período aparecem com as seguintes nomeações: Tradição Gramatical, Glotologia, com o historicismo comparativista, assim como a Filologia e a Linguística.

Os escritores brasileiros e portugueses se repetem na Revista Brasileira, na primeira fase são: H. de Beaurepaire Rohan; Pacheco Junior; Franklin Távora; Baptista Caetano; A.J. de Macedo Soares; Nicolau Midosi; José Barbóza Leão; J.Z.M. Brum; Visconde de Araguaiya; Arthur Barreiros; Manuel de Mello; José Jorge Paranhos da Silva, entre escritores brasileiros e portugueses. Os três primeiros escreveram sobre a reforma ortográfica portuguesa, além de muitos outros trabalhos como mencionados acima.

O português José Barboza Leão (professor, linguista, filólogo e pesquisador da língua portuguesa no Brasil do século XIX) propõe uma reforma ortográfica em sentido sônico³⁰ e Pacheco Junior (filólogo brasileiro, professor do Colégio Dom Pedro II)³¹ ao contrário do autor português, defendia uma ortografia no sentido etimológico. A revista abriu espaço para esse debate que foi também discutido por outros autores, H. de Beaurepaire Rohan, Visconde do Araguaya, Balduino Coelho, Candido Rosa, Franklin Távora, Moreira

³⁰ A reforma ortográfica em sentido sônico defendia uma só letra para cada som e um só som para cada letra, Leão publicou sua proposta em 1878 na *Coleção de Estudos e Documentos a favor da Reforma Ortográfica em Sentido Sônico*. Sobre as reformas ortográficas consultar Aguiar (2007) e Mariani e Souza (1996).

³¹ Pacheco Junior é autor de várias obras como *Noções de Gramática Portuguesa*, *Noções de Semântica*, *Estudos de Língua Vernácula*, *Gramática I, Histórica da Língua Portuguesa*, *Noções de Análise Gramatical*, *Fonética, Etimológica e Sintática*, *Estudos Filológicos de João Ribeiro*.

Sampaio e Nicolao Midosi. Estudos (AGUIAR, 2007 e MARIANI, 1996) mostram que o que acabou sendo aprovado na academia foi uma reforma “ortográfica simplificada” que conciliava os dois sistemas, o etimológico e o fonético.

O filólogo brasileiro A.J Macedo Soares desenvolveu vários estudos na primeira fase da Revista sobre a etimologia das palavras: *boava ou emboaba, peão ou pião, capão, capoeira, restinga* dentre outras como *samba* e *tanga* e com isso foi marcando o seu lugar em defesa da língua que ele foi denominando de “Português que se fala no Brasil” e “dialeto brasileiro”. São reflexões que tratam, dentre outras coisas, da influência das línguas indígenas e africanas no português.

A passagem da primeira fase da revista para a segunda se dá em um interstício de quatorze anos e se marca por várias questões, dentre elas na primeira fase os estudos da língua centrava no domínio das palavras e na segunda fase a ênfase se dá no domínio da frase, mostrando a passagem dos estudos da linguagem não apenas pela fonética, fonologia, morfologia, ortografia, mas também da sintaxe.

Na segunda fase surgem artigos de M. Said Ali, Pacheco Junior, Silva Ramos, João Köpke, J. J. Oliveira Fonseca, Fortunato Duarte e resenhas elaboradas por Alberto Löfgren, Silva Ramos, José Veríssimo. Destes nomes o que mais publicou trabalhos na revista foi M. Said Ali. Eram trabalhos que traziam estudos atuais e uma reflexão de língua com base na linguagem corrente, ora trazia estudos sobre verbos sem sujeito, colocação de pronomes pessoais, ora acentuação e ortografia. Percebe-se nos trabalhos desse autor um efeito de novo, atualizado na medida em que a formulação dos títulos dos artigos é marcada com a expressão “segundo publicações recentes”. Suas reflexões se inscrevem em obras de E. Sievers, *Grundzug der Phonetik*, que segundo ele fundamentou trabalhos sobre acentuação de gramáticas comparadas de Brugmann e em trabalhos como os de Sweet, Storm, Passy, Victor Henry e muitos outros. Os seus estudos sobre verbos pautaram em trabalhos de Iena B. Delbrück 1871-1888, na obra *Investigações Syntacticas*.

A Revista Brasileira em suas duas primeiras fases se insere no debate de construção de uma política linguística discutindo a “Reforma Ortográfica”; “Ensino das línguas”, de João Köpke; “Carta de nomes para se ensinar em pouco tempo a ler e a escrever figurando a pronuncia do Brazil”, de José Jorge Paranhos da Silva além de resenhar obras consideradas pedagógicas.

Na primeira fase da revista, aparecem notas, comentários e resenhas das seguintes obras: *Biblioteca da Infância e Noções de gramática*, 1881, do Collegio Menezes Vieira; *Novissimo Diccionario Latino-Portuguez*, de F. R. dos Santos Saraiva; *Novo Methodo de Analyse pela theoria das elipeses e dos pleonasmos*, de Emílio Allain. Na segunda fase, *Ensaio para synonymia dos nomes populares de plantas indígenas do Estado de São Paulo*, de Alberto Löfgren; *Grammatica Portugueza* (1897) de Hemeterio José dos Santos; *Apontamentos sobre composição portugueza* (1898), de José Fialho Dutra; *Diccionario Encyclopedico da Língua Portugueza* (1898), de Simões da Fonseca; *Prática de língua Portugueza* (1899), livro de composição para o curso complementar das escolas primárias de O. Bilac e M. Bonfim.

Teixeira e Schueler (2009), analisando a produção e a circulação de textos escolares adotados nas escolas no século XIX, observam que muitos professores de escolas primária e secundária produziam compêndios para adotarem em suas salas de aulas. As autoras contam que a Corte por meio do Regulamento de 7 de fevereiro de 1854 cria a *Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária* cuja atribuição era de analisar e corrigir os compêndios adotados nas escolas e substituí-los se fosse necessário. Esse órgão contava com o *Conselho de Instrução Pública* que deveria examinar os melhores métodos adotados para o ensino. Além de exercer um controle das produções, o governo incentivava a produção desses compêndios, realizando concursos com premiações para pessoas que produzissem ou traduzissem livros escolares.

Conforme as autoras:

Nesse período, tanto o Estado quanto as instituições escolares estavam se constituindo, juntamente com novas representações sobre a *nação* e a educação brasileiras. Tais transformações repercutiram, por exemplo, na ampliação das demandas do ensino primário e secundário e também no mercado editorial, com investimentos em produções de livros, textos e materiais escolares. Cabe lembrar que para que pudessem ser utilizados nas escolas públicas e particulares, primeiramente, os livros e materiais de ensino deveriam ser previamente aprovados pelo governo imperial. Além de avaliar as obras, aprovando-as ou não, os órgãos responsáveis pela instrução pública também selecionavam e recomendavam aquelas que seriam adotadas nas escolas e instituições educacionais mantidas pelos cofres públicos (TEIXEIRA E SCHUELER, 2009, p.139).

A Revista Brasileira cobrava em seus artigos e resenhas por essas obras pedagógicas, mas também elas não ficavam imunes ao crivo de análise dos colaboradores da revista. Do mesmo modo que elogiavam o compêndio e falavam da necessidade de obras para esse fim, denunciavam os “erros” cometidos em relação à abordagem de algum conteúdo.

Por meio das resenhas toma-se conhecimento das obras lançadas na sociedade da época, mostrando os estudos sobre língua e reflexões sobre obras denominadas “publicações pedagógicas” a exemplo de *Noções de gramática*, publicada no Rio de Janeiro em 1881, na tipografia do Collegio Menezes Vieira.

Conforme Bittencourt (2004):

Menezes de Vieira, antes de tornar-se diretor do *Pedagogium*, era conhecido na capital do Império pelo seu colégio, famoso por ter introduzido o método Fröebel no Brasil, incentivando a criação dos "Jardins de Infância". Menezes Vieira aliava a direção escolar com a produção de obras didáticas para o ensino primário, que ele próprio se encarregava de publicar, tendo inclusive criado a Tipografia do Colégio Menezes Vieira.

Bittencourt (2004) conta que vários compêndios para ensino de língua foram lançados no Brasil, no final do século XIX, cada um adotava um método, Menezes Vieira, por exemplo, valeu-se do método racional do ensino intuitivo e positivista.

A partir da publicação da *Grammatica Portuguesa* de Júlio Ribeiro (1881), que criticando as gramáticas antigas diz que elas eram mais dissertações de metafísica que exposições dos usos da língua, ele desenvolve um trabalho que rompe com essa tradição portuguesa e se filia a Becker da Alemanha, Madson da Inglaterra e Whitney dos Estados Unidos. Outros trabalhos como a *Grammatica Historica da Língua Portuguesa* de Pacheco Silva (1879) e *Estudos Philologicos* de João Ribeiro (1884), são, para Guimarães (2004), um conjunto de ensaios que configuram este momento específico dos estudos do português no Brasil.

Esses estudos, conforme Guimarães (2004) estão na base do Programa de Português para os Exames Preparatórios, elaborado por Fausto Barreto, em 1887. Um programa que foi elaborado conforme determinação de Emidio Vitorio, diretor geral da Instrução Pública. Com isso, as produções de gramáticas e compêndios escolares a partir daí vão se intensificar.

Uma análise dos artigos e resenhas publicados na Revista Brasileira mostra que as publicações dos estudos da linguagem primeiramente discutiam temas relacionados à diferença da língua que se fala no Brasil em relação à língua de Portugal, como no caso das polêmicas travadas entre escritores brasileiros e portugueses. Pode-se perceber que predominava no Brasil um ideal nacionalista e de constituição da língua nacional, por isso os escritores procuravam marcar a língua como diferente “língua portuguesa”. E não é por acaso que esse debate se dá em uma conjuntura como a chegada da família real no Brasil (1808) e, no mesmo ano, a liberação da imprensa e a fundação da Biblioteca Nacional, e, posteriormente, em 1822, se dá a independência do Brasil e, em 1889, a proclamação da República, é o momento em que o Brasil cria as suas primeiras instituições.

Segundo Antenor Nascentes (1937), Macedo Soares publicou na Revista Brasileira estudo lexicográficos do português do Brasil sobre algumas palavras africanas introduzidas na língua. Para Nascentes (*ibidem*), Macedo Soares introduziu os estudos dessa natureza, sendo considerado como o primeiro lexicógrafo brasileiro.

Analizando as condições de produção dos periódicos científicos do século XIX, e refletindo sobre quem produz os periódicos e para quem eles são produzidos, foi possível perceber que no final do século XIX o enunciador dos periódicos eram “homens de Letras”, um grupo de intelectuais constituído de advogados, médicos, historiadores, engenheiros que se dedicavam ao estudo e ensino de língua, à produção de instrumentos linguísticos e à publicação de trabalhos procurando dar visibilidade pública aos estudos da língua desenvolvidos no Brasil.

Com a chegada da família real no Brasil é que as instituições educacionais, científicas, políticas e comerciais foram autorizadas a existir, isso colocado em relação à liberação da imprensa, dá-se início a um processo de gramatização da língua portuguesa no Brasil com a produção e circulação do saber. O leitor do século XIX diante das publicações periódicas sobre os acontecimentos da Colônia, de Portugal e do resto do mundo procura se inteirar dos mais variados assuntos de interesse geral, mesmo porque a escola da época promovia uma formação clássica de cultura geral.

A Revista Brasileira, como tantas outras desse período, trazia no nome da revista a expressão “Ciências, Letras e Artes”, divulgando conhecimento de vários campos do saber

produzindo um efeito enciclopédico, como foi mostrado no primeiro período das revistas científicas, apresentado no segundo capítulo.

Com a análise dos artigos publicados na Revista Brasileira pode-se dizer que a linguística do século XIX mostra um período de transição dos estudos do português. Estudos que se colocam em uma perspectiva nacionalista, buscando marcar a língua falada no Brasil de maneira distinta da língua de Portugal. Percebe-se nos estudos uma vontade de ruptura com Portugal e ao mesmo tempo de constituição de uma língua nacional para o Brasil, um idioma próprio, com uma identidade de língua, de nacionalidade e de sujeito brasileiro, mostrando a construção e representação dessa unidade/identidade na relação constitutiva entre língua/nação/Estado.

Pôde-se ver também em um primeiro momento estudos que se articulam com a pedagogia (com Fröebel) para pensar o ensino da língua na educação infantil, como em *Noções de Grammatica* de Meneses Vieira, adotado no seu próprio colégio. Mas, sobretudo viram-se escritores brasileiros procurando lugar de sustentação para romper com os estudos portugueses. M. Said Ali, por exemplo, ao se inscrever em autores como E. Sievers e Iena B. Delbrück, dentre outros encontra lugar para pensar a língua portuguesa. Com a articulação entre o Estado e Fausto Barreto, esses estudos acabaram norteando a elaboração de uma política de língua, que foi o Programa de Português para os Exames Preparatórios, em 1887, que deu direcionamento para várias publicações, que foram ponto de discussão na Revista Brasileira, conforme comentou-se anteriormente.

Todo esse debate abre caminho para o século XX, um novo tempo dos estudos linguísticos no Brasil, inaugurando assim a constituição de um novo instrumento linguístico para circulação da ciência da linguagem: os periódicos especializados.

3.2 A circulação da Linguística nos periódicos do século XX e início do século XXI

Na história dos estudos da linguagem podem-se ver vários modos de representação da linguística nos periódicos. Para abordar sobre a circulação da Linguística nos periódicos

será mantido o mesmo critério da periodização das revistas: até a década de 1960; os anos 60 e 70 e a partir de 1982.

3.2.1 A circulação da Linguística nos periódicos até 1960

São duas as formas (das mais representativas) que a Linguística se mostra nesse espaço no início do século XX até a década de 1960, uma linguística normativa e uma linguística pedagógica, na medida em que define as regras da língua e as ensina para a sociedade. Há uma preocupação com a correção gramatical, em como falar bem. É isso que se observa nesse gesto de olhar para o interior dos periódicos.

Esse estudo fará uma análise de algumas revistas com o objetivo de perceber como a ciência da linguagem vai se constituindo e se dando a conhecer em alguns periódicos analisados, de modo a compreender a representação da linguística aqui no Brasil.

A primeira revista de linguagem a *Revista da Academia Brasileira de Letras* (1910) – editada por J. Ribeiro dos Santos – trazia no seu primeiro número os seguintes artigos: *A reforma da ortografia*; *Lexicografia: notas de leitura*, de Machado de Assis; *Brazileirismo*, de João Ribeiro e *Gradação de Adjetivo*, de Silva Ramos. Esses artigos dividiam espaços com as atas e discursos proferidos na academia, indicações e notícias.

Pelos títulos dos artigos pode-se ver no início do século XX que a revista da Academia se insere na discussão da reforma ortográfica e mostra estudos sobre a língua falada no Brasil. Em *Brazileirismos*, João Ribeiro faz alguns apontamentos sobre estudo dos vocábulos brasileiros. Diz que a língua portuguesa foi enriquecida com vocábulos americanos, europeus, africanos e da Índia. Afirma que desde o século XVII já se encontravam vários brasileirismos na literatura como nas obras de Gregório de Mattos. Em seguida vai comentar alguns dicionários e listas de vocábulos publicados, em que os brasileirismos aparecem.

Na apresentação do primeiro número da revista, a Academia expressa o seu objetivo de “cooperar de modo mais ativo e eficaz no desenvolvimento da cultura literária do Brasil”. A revista se coloca como um modo de “expressão” das atividades da Academia, uma forma de “comunicar” o conhecimento ali produzido “a todo o país e de facilitar ao mesmo tempo aos que cultivam as letras, o mútuo conhecimento”.

Pode-se perceber que o leitor que a academia espera é a sociedade culta, pessoas que liam os “bons” escritores, as “boas” obras, os clássicos, para isso a revista torna-se um instrumento facilitador, dadas as dificuldades de acesso ao conhecimento que se impunham na época.

A *Revista de Língua Portuguesa - RLP* (1919-1935) cujo subtítulo era *Arquivo de estudos relativos ao idioma e literatura nacionais*, dirigida por Laudelino Freire, apresentava uma variedade de assuntos. Trazia publicação de discursos, conferências e algumas atas de academias, artigos³² originais e reproduções de textos divulgados em jornais, contava com uma seção de homenagem³³ e chegou a divulgar algumas teses de concursos³⁴. Observa-se na relação de homenageados que não há uma distinção entre portugueses e brasileiros. Quanto ao subtítulo da revista, se o pensar em relação à Língua Portuguesa, esta é pressuposta em idioma e literatura nacionais.

Muitas seções de colaboradores foram regulares, como a *Réplica do Senador Rui Barbosa às defesas de redação do Projeto do Código Civil Brasileiro da Câmara dos Deputados*. Esse trabalho foi dividido em quarenta e uma matérias, do nº 1 ao nº 43. O *Dicionário da língua tupi*, de Gonçalves Dias foi publicado em vinte partes, do nº 1 ao nº 43. Igualmente foram as *Lições de português: dadas no terceiro ano da Escola Normal, de acordo com o programa vigente no ano letivo de 1920*, de Sousa da Silveira e o *Regime dos verbos portugueses*, de Hélio Ribeiro, sete artigos, do nº 32 ao 42 (Conf. Regina Maria de Souza, indexadora da RLP).

³²Alguns dos trabalhos publicados na *Revista de Língua Portuguesa* foram depois reunidos em livros a exemplo de *Lições de Português*, de Sousa da Silveira (1923); dois artigos de M. Said Ali *Emprego do gerúndio* (nº4, 1920) e *Verbos transitivos e intransitivos* (nº11, 1921) foram incorporados em sua *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*; e alguns artigos da seção *Consultas* de Mário Barreto também foram incluídas em seus livros da série *Estudos de Língua Portuguesa, Através do Dicionário e da Gramática e De Gramática e de Linguagem* publicados entre 1920 e 1928.

³³A RLP tinha uma seção para homenagear pessoas consideradas importantes nos estudos da linguagem, que recebeu o nome de *Os Mestres da Língua*. Foram homenageados nomes como Rui Barbosa, Santa Rita Durão, Pe. Antônio Vieira, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, Gonçalves Dias, Machado de Assis, Carlos Góis, Eduardo Carlos Pereira, Pe. Magne, Cândido de Figueiredo, Filinto Elísio, Mário Barreto, Silva Ramos, Carlos de Laet, Rafael Bluteau, Maximino Maciel e João Ribeiro.

³⁴A RLP deu visibilidade a algumas teses de concursos a cadeira de professor, como a de Aureliano Pereira Correa, pleiteando a cadeira de Português do Colégio Pedro II. Assim como a tese de Artur de Oliveira pleiteando a cadeira de Professor Substituto de Retórica, Poética e Literatura Nacional no Imperial Colégio de D. Pedro II, apresentada à defesa em 1879, como tantas outras.

O periódico criou um espaço, a seção *Consultas*, para sanar as dúvidas de seus leitores sobre a língua, momento em que os vários colaboradores eram acionados para responder as indagações vindas do leitor da revista. Para usar a expressão usada pela própria revista, os editores procuravam dizer “o que é correto” como os exemplos que seguem: *carroçar ou carrocear; abraço-o ou abraço-lhe; porque ou por que; assim como análise da conjunção que; os verbos em iar e ear etc.*

A seguir foram selecionados alguns artigos publicados na Revista de Língua Portuguesa, de Laudelino Freire:

Título do artigo	Autor
Formas Correntes: na grafia do infinitivo seguido de pronome	Laudelino Freire
Emprego do sufixo isar ou izar	Laudelino Freire
Nomes de terras e povos	
Questões de Português	Carvalho Melo
Ensaio de polissemia na língua vernácula	Maximino Maciel
Estudos de fraseologia sobre modismos populares	João ribeiro
Emprego do gerúndio	M. Said Ali
Notas e fragmentos acerca de alguns vocábulos brasileiros	João Ribeiro
Debates sobre a escrita sônica	Domingos de Castro Lopes
Os estrangeirismos em nosso teatro: proposta de exclusão do uso de palavras estrangeiras	Claudio de Sousa
Dicionário da língua tupi: chamada língua geral dos indígenas do Brasil	
Reparos Filológicos: o verbo agir	Jorge Jobim
Coisas de língua: estudos lexicológicos	Otoniel Mota
O sentimento na linguagem	Joaquim José Nunes
O dialeto caipira	Alvaro F. de Sousa Silveira
Linguística e Filologia: distinção entre as duas palavras e as duas ciências	Domingos de Castro Lopes
Regras Ortográficas	Laudelino Freire
Lições de Português	Souza da Silveria
Verbos transitivos e intransitivos	M. Said Ali
A língua Nacional	João Ribeiro
Prática de colocação de pronomes	Brito Mendes
Breves Esclarecimentos: apóstrofo, as grafias de ão, am, ã, na; ditongos; o “z” final; o emprego do “h”; nomes próprios; crase; acentuação gráfica etc.	Laudelino Freire
Lendo o dicionário: leitura e comentário crítico de algumas palavras listadas no Dicionário de Moraes, observando sua evolução etimológica na língua.	João Ribeiro
A filologia portuguesa seus atuais e maiores representantes	Mendes Remédios
Estudo as oratória clássica no Brasil “O púlpito no Brasil”	Antonio Carmelo
O púlpito no Brasil	Pe. Conrado Jacarandá

Como se pode ver nos títulos dos artigos, muitos tratam de questões gramaticais. Esses títulos mostram a preocupação dos estudiosos da época com a gramática da língua brasileira.

Laudelino (1919) ao lançar a revista dizia:

Aspiramos a fazê-la um órgão de publicidade útil aos estudiosos e, do mesmo passo, torna-la o ponto de convergência da elaboração, até aqui dispersa, em pró da defesa do idioma patrio, que, como nunca tem que zelar os seus thesoiros, e jamais se arrastou tão desestimado, tão descurado, tão corrompido e, sobretudo, tão desnacionalizado, qual nos tempos que correm. (Intenções, de Laudelino Freire: nº 1, p. 5)

A RLP coloca-se como um órgão que dará publicidade aos estudos dos intelectuais da época, de modo a concentrar estudos em defesa do idioma nacional. Por isso é que abre uma seção para responder as dúvidas sobre a língua, uma possibilidade de estabelecer o “certo” e o “errado” e de ensinar essa língua aos cidadãos. Por isso a cada volume a revista vai normatizando as regras dessa língua, bem como solucionando as dúvidas de seus leitores. Na revista de Laudelino o efeito leitor se difere da Revista da Academia. Enquanto naquela o leitor era o homem letrado e culto, na RLP é aquele cidadão brasileiro que não sabe a língua, mas no imaginário da revista ele quer aprender essa língua, com suas regras, para poder “zelar os seus thesoiros” e a revista coloca-se no lugar de instrumento para que ele possa resolver as suas dificuldades, as suas dúvidas. Mas também se pode ver na RLP trabalhos destinados a estudiosos.

Na RLP, pode-se ver nos títulos dos artigos o nome *Filologia* aparecer timidamente a partir de 1920 nos títulos dos artigos. Segundo Nascentes (1939), foi Julio Ribeiro o primeiro gramático a romper com a orientação portuguesa, pautando suas reflexões em autores como Guardia, C. P. Mason e Bergmann. Em 1884, aparece a obra Estudos Filológicos de Júlio Ribeiro.

As revistas do final do século XIX e início do século XX publicaram várias polêmicas em torno da língua que se falava no Brasil e em defesa de uma correção gramatical. Pfeiffer (2000) desenvolveu uma análise sobre algumas dessas polêmicas, como já se comentou em capítulo anterior, mas considera-se interessante ressaltar aqui o que ela vai dizer

sobre essas polêmicas. Para a autora essas práticas discursivas vão construindo sentidos para a língua nacional brasileira e para os sujeitos nacionais, essas práticas se dão no interior do processo de gramatização da língua aqui no Brasil e produz um efeito de apagamento de outras línguas que estão presentes no espaço enunciativo brasileiro na medida em que produzem uma unidade para a língua nacional.

Os estudos sobre a língua desenvolvido no final do século XIX abriam caminhos para a criação da Academia Brasileira de Letras, bem como despertaram interesse do grande público pelas questões da língua. Conforme Nascentes (1939), no início do século XX, Cândido de Figueiredo mantinha uma coluna de consulta no *Jornal do Commercio* no Rio de Janeiro sob o título *O que não se deve dizer*, Cândido Lago também nessa época mantinha uma coluna no *Correio da Manhã* intitulada *O que é correto*.

Essa prática encontra ressonância até os nossos dias, porque a memória discursiva sobre a língua no Brasil é de que a língua portuguesa “é difícil” e de que as pessoas “não sabem a língua”, “não sabem o português”. Essa rede discursiva se sustenta no imaginário de língua como gramática e gramática como prescrição. A gramática instaura uma divisão de “quem sabe” e de “quem não sabe”, já para a linguística há uma compreensão de que aqueles que “não sabem” passam, necessariamente, por outros trajetos. A questão da unidade da língua que perpassa essa discussão é um sentido estabilizado que mantém ainda hoje as colunas gramaticais da mídia em geral como no jornal impresso, *on line*, rádio e TV. A coluna *Ao pé da Letra* do jornal *O Povo on line*; o *Jornal do Comércio em Recife* com sua *Coluna de Gramática*, a TV Cultura de São Paulo com a coluna *Nossa Língua Portuguesa*; bem como alguns sites como *Sua Língua* do Prof. Claudio Moreno e *Gramática On line* de Dilson Catarino, são alguns exemplos que podem ser mencionados.

Voltando à Filologia aqui no Brasil, várias outras obras deram conta de difundir os estudos filológicos. Segundo Nascentes (ibidem), a *Revista de Língua Portuguesa* foi uma revista consagrada especialmente à Filologia, antes da revista, o autor registra que artigos de Filologia foram publicados em *A Semana* e na *Revista Brasileira*.

Em 1924 Silvio de Almeida lança a *Revista de Filologia Portuguesa* que vai até 1925. Na apresentação do primeiro número, o diretor da revista diz que São Paulo necessitava ter a sua própria revista filológica. Um dos motivos por que Silvio de Almeida idealizou a

Revista de Filologia Portuguesa, segundo ele, foi o crescimento de São Paulo, que *atraia toda leva de gente estranha, e fazem bater nas nossas praias ondas humanas de todos os pontos do globo* e segundo o autor no vocabulário e na sintaxe estavam sob uma ameaça de um caos de *falas exóticas*. A revista nasce, então, com o objetivo de colocar *embargo nas influências corruptoras e de entrar de guarda ao patrimônio da língua, que é o sacrário que encerra a alma imortal da nossa raça*. A revista era o veículo que se colocava em defesa do português *de uma confusa Babel*. Propondo-se a defender/proteger a língua das influências do imigrante.

A revista nasce para os leitores de São Paulo, que era lugar que congregava *centro universitário de altos estudos, superiores e técnicos, com suas escolas normais, com seus ginásios, umas e outros servidos por sabedores de comprovada idoneidade*. Percebe-se no discurso da revista que o leitor é o estudioso, os professores e os alunos, pessoas cultas ligadas às instituições educacionais.

Na *Revista de Filologia Portuguesa* figurou nomes como o de Vicente de Carvalho, Mário Barreto, Silvio de Almeida, Jorge Guimarães Daupias, Paulino Viena, José de Sá Nunes, Liberato Bittencourt, José Oiticica, José Patrício de Assis, Afrânio Peixoto, Souza da Silveira, Silva Ramos, dentre outros. Alguns artigos que circularam estudos sobre linguagem foram: “Notas Lexicográficas”, “A Gramática e a língua”, “Estudinhos de Português”, “Palestras Filológicas”, “Brasileirismos, Ditongos e Tritongos, Através do dicionário e da gramática”, dentre outros. Analisando os índices das revistas desse início do século XX podem-se ver disciplinas se constituindo como Lexicografia, Morfologia, Filologia e Linguística em meio a discussões sobre ortografia, brasileirismos, galicismos, etc. Os estudos do português concentram-se na distinção dessa língua que se fala no Brasil, procurando marcar essa diferença na fonologia, lexicografia a partir de estudos como brasileirismo, africanismo e indigenismo.

A *Revista de Filologia Portuguesa* do mesmo modo como a *Revista de Língua Portuguesa* dá início a partir do volume III a uma seção de consultas que é respondida por Silvio de Almeida.

É importante lembrar aqui que nesse momento surge a fundação da Universidade de São Paulo, em 1934, com a criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, esse acontecimento reverbera nos estudos da língua no país. É um momento importante para os

estudos da língua uma vez que professores de fora vem lecionar aqui e muitos profissionais do Brasil vão se qualificar no exterior.

No século XX, conforme Orlandi (2002) há uma grande produção científica sobre a língua e a linguagem, isso vai produzir efeitos no conhecimento sobre a língua, no mercado e no interesse. Os periódicos especializados, constituindo-se em nova tecnologia de linguagem, trazem novo sentido sobre a linguagem e sobre a sua importância e isso mostra um movimento produtivo na formação do profissional da linguagem e na constituição de disciplinas que concorrem entre si como a Gramática, a Glotologia, a Filologia e a Linguística.

A *Revista Filológica* (1940-1956) traz como subtítulo o enunciado *Arquivo de estudos de filologia, história, etnografia, folclore e crítica literária*. A revista foi dirigida por Ruy de Almeida e contou como colaborador com Antenor Nascentes, Augusto Magne, Basílio de Magalhães Cândido Jucá Filho, Clovis Monteiro, Jacques Rimundo, Joaquim Ribeiro, Jônatas Serrano, José Oiticica, Júlio Nogueira, Luiz da Camara Cascudo, Manoel Plínio Ayrosa, Souza da Silveira e outros.

Algumas cartas endereçadas à revista em 1940 e 1941, publicadas na revista nº 5 de abril de 1941, assinadas por “Dom Casmurro” e “Prof. Antonio de Carvalho”, dizem que a Revista Filológica é um *instrumento de trabalho* ao professor de todo o país, uma vez que na época os livros técnicos eram muito caros e que os livros didáticos eram muito simplificadores para abordar fatos de linguagem, nesse sentido a revista vem contribuir, a custos baixos, para auxiliar os professores. Dizem que a revista é uma boa publicação que *há de ensinar aos brasileiros como é que se ensinam as questões da língua portuguesa* (Dom Casmurro, 1941, Revista Filológica). O efeito leitor produzido na Revista Filológica é o professor, que precisa de um suporte para sanar as suas dúvidas e preparar as suas aulas. A revista ao discutir a língua colabora para a formação dos professores, uma vez que se coloca como um instrumento pedagógico. A revista também mantém uma seção consultas para resolver problemas e dúvidas de seus leitores.

O interesse pelos estudos linguísticos e filológicos desenvolvidos nos cursos de Letras deve-se, sobretudo ao Decreto de 1939, em que os professores de ensino secundário deveriam realizar o ensino superior nas Faculdades de Filosofia. Nesse período, Mattoso já realizava seu Curso de Linguística, segundo ele, a Linguística passou a ser considerada um saber básico para professores de língua e literatura.

Dentre tantos artigos, mencionam-se apenas alguns: *Palavras que não são palavras*, de Basílio Magalhães; *A língua Portuguesa no Brasil*, de Serafim da Silva Neto; *Alterações Fonéticas*, de B. Sampaio; *A margem de provérbios e frases populares*, de Lindolfo Gomes; *Estudinhos de vocábulos*, de Pedro A. Pinto; *A origem do Dialeto Brasileiro*, de Serafim da Silva Neto; *Geografia Lingüística*, de Nicolae Turcan; *Dicionário das Particularidades Lingüísticas*, de Arnold Van Buggenhagem; *Psicanálise e Filologia*, de Artur de Almeida Torres, dentre muitos outros.

No artigo de 1941, *A língua Portuguesa no Brasil*, Serafim da Silva Neto faz uma reflexão sobre a língua portuguesa, mais especificamente sobre a diversidade da língua falada aqui no Brasil – a língua escrita e a língua literária – para isso traz autores e obras como *Estudos Filológicos* (1939) de Nascentes; *Linguistique historique et linguistique générale* (1939), de Meillet; *Cours de linguistique générale* de Saussure e muitos outros. Desse modo, observa-se nos periódicos especializados a linguística circulando entre os nomes de linguagem, influenciando nos estudos da língua portuguesa no Brasil.

Em 1946, é lançado o *Boletim de Filologia* que era uma publicação trimestral das edições Dois Mundos e tinha como redatores: Antenor Nascentes, Joaquim Mattoso Câmara Junior, Serafim da Silva Neto e Silvio Elia.

Na apresentação do primeiro número da revista os editores dizem que:

O Boletim de Filologia é o fruto de vários esforços no sentido do aperfeiçoamento dos métodos filológicos em voga no Brasil. É o resultado da boa vontade e da dedicação de meia dúzia de especialistas, empenhados, além do mais, em desenvolver o intercambio cultural entre os dois países de língua portuguesa (1941, p.3).

Em seguida os editores acrescentam:

O Boletim de Filologia tem, ainda, as atenções voltadas para o fato de que indispensáveis aos estudos filológicos é a Linguística Geral. Teremos, portanto, o máximo empenho em contribuir para o desenvolvimento dessas pesquisas que, verdadeiramente, conferem ao estudioso a boa orientação necessária às investigações filológicas (1941, p.3).

O que move *meia dúzia de especialistas* é a compreensão de que a Linguística Geral vem aperfeiçoar os métodos filológicos. O leitor virtual inscrito na revista é o estudioso da língua, que os editores pretendem orientá-los nas investigações filológicas a partir de uma

inscrição na Linguística Geral. Eles pretendiam também orientar professores oferecendo um levantamento bibliográfico das obras julgadas mais importante aos estudos a língua. Para isso pretendiam nos quatro fascículos de 1946, trazer a bibliografia filológica luso-brasileira de 1940 a 1946. Nessa direção, várias resenhas apresentaram obras de autores como Roman Jakobson, linguista russo; Morris Swadesh, linguista norte-americano com a sua obra *A nova filologia*; o linguista holandês Jacques Van Ginneken, dentre outros, introduzindo autores da linguística moderna. Para os editores, as resenhas seriam *absolutamente honestas e objetivas sem nunca descambar para casos pessoais, e sem escala pelo elogio mútuo ou pela diatribe*. Nesse dizer percebe-se um deslizamento para o científico, a busca dos editores pela objetividade simbólica da ciência, vindo, desse modo, se diferenciar das revistas que circulavam na época e com as quais disputava espaços de sentidos sobre os estudos sobre a linguagem. Essa revista marca a passagem do público geral, constituído de interessados nas questões de língua para o público específico, constituído de estudiosos da língua, professores e pesquisadores.

O periódico também contava com uma seção intitulada *Através das Revistas*, um espaço para apresentar revistas nacionais e internacionais que circulavam na época, os editores mencionam as seguintes revistas: *Biblos*, *Boletim de Filologia*, *Revista de Cultura*, *Revista de Filologia Hispânica*, *Revista Brasileira de Geografia*, *Hispanic Review*, *Portucale*, *Modern Language Journal*, *Hispania*, *Revista do Arquivo Municipal e São Paulo*, *Revista da Academia e Letras*, *Revista do Museu Histórico Nacional*, *Anales de La Facultad de Filosofia y Educación de La Univerisdad de Chile*. Nos sumários de algumas dessas revistas pode-se ver a entrada da Linguística nos estudos da linguagem, a exemplo dos artigos de Mattoso Câmara, Said Ali e Antenor Nascentes.

É importante lembrar que a obra *Princípios de Linguística Geral* de Mattoso nesse período já tinha sido lançada, assim como já circulavam artigos de Linguística de sua autoria na *Revista de Cultura*, *Revista do Museu Nacional*. Embora nas revistas especializadas o nome de Mattoso só surja no *Boletim de Filologia*, do qual ele era um dos editores, logo depois, podem-se ver os artigos dele circular na *Revista Brasileira de Filologia*, em 1955, momento em que escreve “O sexto congresso internacional de Linguística” e “A conferência de indiana entre Antropólogos e Linguistas”. Ainda a mesma revista publica em 1956 os artigos de “Roman Jacobson” e “A teoria sintagmática de Mikus”. Na *Revista de Letras de*

Curitiba, em 1959, publica o artigo “Classificação das línguas indígenas brasileiras” e, em 1961, publica “As ideias gramaticais em João Ribeiro”.

O *Jornal de Filologia* (1953), dirigido por Silveira Bueno foi uma publicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em parceria com a Editora Saraiva. Ele trazia no primeiro número artigos como “Influência Italiana na fala de São Paulo”, de Silveira Bueno; “Unidade semântica da România ocidental”. “Os empréstimos de sentido”, do Prof. T. H. Maurer. Em 1955, aparece o artigo “Morfologia e Sintaxe”, de Mattoso Câmara Jr; em 1956, “Os Dias da Semana nas línguas Românicas”, Isaac Nicolau Salum; “Influência Vergilianas em Os Lusíadas”, Silveira Bueno; “Como se traduz o Inglês para o nosso idioma”, Alípio Silveira; “Dicionário do Português Arcaico”, de José Crettella Junior; “Como atua o substrato linguístico”, de Ramon Menéndez Pidal; “O Dialeto Paulista”, de Silveira Bueno, etc.

Na apresentação do primeiro número os editores registram:

Destina-se a revista a divulgar estudos de filologia, tomado o vocabulário em seu mais vasto sentido. Especialmente, porém, traz em mira as pesquisas do Brasil, do seu substrato tupi-guarani, das influências de outros idiomas aqui trazidos e mantidos pelas coletividades estrangeiras bem como das línguas africanas dos tempos coloniais (Apresentação do *Jornal de Filologia*, 1953).

Conforme os editores, no Brasil havia um campo muito grande de observações linguísticas e tudo estava ainda para ser feito. Isso demonstra que a FFCL da USP estava interessada em avançar nas pesquisas linguísticas e que a revista se constituía também em um espaço aberto para conhecer trabalhos diversos dessa natureza, inclusive buscava uma relação com outros domínios como se observa em outro trecho da apresentação:

Acolhemos as contribuições dos falares regionais, dos vocabulários técnicos dos estudos sobre as variantes fonéticas prosódicas e semânticas em face da língua de Portugal a fim de que possamos construir o arquivo da língua do Brasil, essencialmente portuguesa, mas já muito diferenciada, em seus elementos de idioma. A toponímia, os nomes de família, as vastas contribuições indígenas da fauna e flora esperam os pesquisadores nacionais e estrangeiros. A todos oferecemos as páginas da nossa revista bem como aos etnólogos, aos antropólogos, aos estudiosos da sociologia e da psicologia, naqueles problemas grandemente relacionados e entrelaçados aos da ciência da linguagem (Apresentação do *Jornal de Filologia*, 1953).

Nesse trecho são observados trabalhos que interessam à Faculdade, bem como as relações que a instituição, que a linguística vão procurando estabelecer com outros domínios

do saber, nos encontros possíveis com a linguagem, como a Etnologia, a Antropologia, a Sociologia e a Psicologia.

Pode-se perceber também que essa revista fala de uma instituição universitária, lugar que exige que os artigos tenham um valor científico como se verifica a seguir:

Aceitamos todos os debates, sempre de nível elevado e cultural, ausentes os motivos políticos, religiosos e pessoais. As questões meramente gramaticais, de nível expositivo só serão publicadas quando trouxerem qualquer contribuição nova e original. As colaborações deverão ser previamente solicitadas. As que vierem espontaneamente oferecidas passarão pelo crivo da comissão redatorial, e, se forem aprovadas, virão à luz no momento oportuno. Os originais, publicados ou não, pertencerão ao arquivo da revista. (Apresentação do *Jornal de Filologia*, 1953).

Nesse trecho são observadas algumas questões importantes. A Faculdade está preocupada com a diversidade linguística, abrindo espaço para conhecer essa língua na sua especificidade própria, que foi se constituindo no território nacional em contato com tantas outras línguas. Interessante é perceber que nessa “nova publicação”, se constitui um espaço para o novo, para pesquisas originais, não há mais lugar, segundo os editores, para as questões *meramente gramaticais, de nível expositivo* que não trazem nenhuma contribuição. Há uma forte crítica aos estudos gramaticais; esse imaginário sobre os estudos gramaticais vai produzir efeitos de sentidos nas políticas linguísticas, uma vez que poucos anos depois, em 1959 a NGB vai padronizar por meio de Decreto uma terminologia para a gramática, colocando a linguística como responsável de investigar os fatos de linguagem. O *Jornal de Filologia* introduz a avaliação dos pares, por meio da comissão de redatores. Ou seja, não são todos os artigos enviados que serão publicados, eles são submetidos ao julgamento de uma comissão técnica, que analisará desde a escrita com padrão científico, quanto à área de interesse do periódico.

O *Jornal de Filologia*, produz um efeito leitor distinto, ele não é mais apenas interessado na linguagem, letrado, culto, ou professor precisando de orientação. O periódico destina-se para seus pares, pesquisadores, professores e alunos das instituições de ensino superior em todo o país. Percebe-se que o interesse não é mais ensinar a língua e a literatura, agora o interesse era ensinar um método científico de pensar a língua, era o de circular o conhecimento produzido na universidade para seus pares, era, ainda, de incentivar jovens a serem pesquisadores.

A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo realizou também a publicação de trabalhos de pesquisa desenvolvidos pelos seus professores e alunos, lançando o *Boletim da FFCL da USP*. Alguns volumes traziam pesquisas na área de Etnografia de línguas indígenas como a Tupi-guarani, coordenados por Plínio Aryrosa. Em 1952, foi lançado no Boletim nº 157 um estudo sobre *A Fonologia da língua Uáiuái*, de W. Neill Hawkins, uma monografia prefaciada pelo professor Theodoro Henrique Maurer Jr.

No prefácio do *Boletim da FFCL* (1952), Maurer aborda sobre o crescimento da linguística descritiva, sobretudo nos Estados Unidos e menciona que Leonard Bloomfield (que ele considera o linguista do século) ressaltou a importância desse campo do conhecimento como exposição rigorosamente exata dos fatos e das categorias de uma língua. Maurer teve oportunidade de frequentar aulas na Universidade de Yale em 1945 e 1946 com Bloomfield, o que o levou a conhecer os métodos de trabalho dessa escola americana. Em seguida Maurer fala sobre o método de pesquisa descritiva, que considera o ponto de vista fonético, morfológico e sintático. Conforme Maurer, a análise descritiva das línguas tem sido muito usada para estudo das línguas indígenas e faz um chamamento para que jovens pesquisadores se empenhem nesse tipo de investigação. A descrição dessas línguas pode contribuir para estudos linguísticos, etnográficos e antropológicos.

Percebe no dizer de Maurer um campo de investigação se constituindo aqui no Brasil, ligado a USP em sua relação com a linguística descritiva de Bloomfield. A concepção de língua que se trabalha nesse domínio é compreendida como organismo, afetada pelas ideias evolucionistas, uma língua que se modifica, que também evolui. Conforme Maurer, esse tipo de pesquisa:

(...) se procura fazer sem pressuposições filosóficas ou mesmo linguísticas que possam desfigurar a imagem real do que é a língua estudada. Só desta maneira se poderão observar os fatos linguísticos com a mesma objetividade com que o físico descreve os fatos por ele estudados no laboratório (1952, p.3)

Analisar a língua nesse domínio é procurar a objetividade da pesquisa, sem interferência do analista, uma concepção de ciência naturalista, que está atrelada à lógica e à matemática. Essas são as ideias que norteiam as pesquisas sobre linguagem. Como diz Orlandi (2002) a cientificidade ganha legitimidade. Sobre isso a autora diz:

A questão apresentada pela língua adquire foro cada vez mais explicitamente científico. Há um trajeto marcado pelo crescimento da cientificidade. À medida que o Estado se desenvolve e a sociedade brasileira adquire forma mais definida, o argumento científico ganha legitimidade. Isso não significa que o argumento da cientificidade não estivesse presente nas gramáticas do século XIX. O estudo científico da língua sempre é base de sua reivindicação. Mas era uma reivindicação que dizia respeito ao gramático. No século XX, ela está diretamente afeita à própria gramática. As disputas dar-se-ão sobre a sua cientificidade (2002, p. 193)

Nessa busca pela cientificidade dos estudos da linguagem pode-se ver constituir uma relação forte entre Língua/Estado/Ciência, na medida em que o Estado intervém por meio de Decreto e estabelece a Nomenclatura Gramatical Brasileira (1959), homogeneizando uma terminologia para a gramática e o seu ensino, um gesto que produz um efeito sobre o conhecimento da língua, abrindo espaço para o fortalecimento da linguística nos estudos sobre a linguagem.

Depois das revistas ligadas a FFCL da USP convém mencionar outras duas revistas filológicas que surgiram nesse mesmo período, a *Revista Brasileira de Filologia* (1955-1961) e a *Ibérica Revista de Filologia Ibéro-Americana* (1959).

A *Revista Brasileira de Filologia* (1955) dirigida por Serafim da Silva Neto contou com a colaboração de Eugênio Coseriu, Antenor Nascentes, Ismael de Lima Coutinho e Joaquim Mattoso Câmara Junior e muitos outros. Pode-se observar que são nomes de autores que se movimentam entre uma revista e outra, tanto na direção da revista, quanto na produção de conhecimento sobre a língua.

Na apresentação da revista, Serafim da Silva Neto deixa explícito o desejo de *contribuir para o desenvolvimento dos estudos científicos da Língua Portuguesa*, dando, segundo ele, *atenção especial ao português do Brasil*. Conforme o autor, a língua *ganha várias matizes, de acordo com as ocasiões, as classes sociais e as regiões, a língua escrita (literária ou cuidada) língua corrente (familiar, popular e gírias) e falares regionais*. Com isso o autor vai marcando o foco da revista e do seu interesse nos estudos filológicos, por meio das disciplinas Estilística e a Dialectologia. Na seção Notícias e Comentários traz a notícia da criação do Centro de Estudos de Dialectologia Brasileira fundado em 14 de novembro de 1953, em reunião realizada no Museu Nacional sob proposta de Serafim da Silva Neto. Nesse texto o autor aproveita para fazer um apelo pedindo aos Colegas (leitores e estudiosos da

língua em todo o país) que enviem ao centro uma lista tão grande e tão minuciosa quanto possível, de palavras e expressões populares, acompanhadas dos respectivos significados. Para isso ele em seguida descreve o método que deve ser utilizado para realização desse levantamento. O objetivo era de construir um Atlas Linguístico do Brasil.

A revista de Serafim da Silva Neto a *Revista Brasileira de Filologia* também segue a linha do Jornal de Filologia, da USP, preocupada com o desenvolvimento dos estudos científicos da língua se destina para os pares uma vez que se insere em uma linha de investigação da Dialetoлогия, buscando construir um Atlas Lingüístico do Brasil.

Segundo Coseriu (1976) o conteúdo da RBF é mais dirigido à Linguística que à Filologia, sobre isso diz:

A RBF é o periódico latino-americano que mais se dedica à lingüística histórica. Suas resenhas são numerosas e geralmente longas. Apesar de sua orientação fundamentalmente tradicional (histórica), é o periódico latino-americano que dedica maior espaço ao estruturalismo, tanto em seus artigos quanto em sua seção de resenhas (p.22).

É na RBF que Mattoso publica muitas de suas resenhas intituladas de “Crônica Linguística” e Notas Bibliográficas, um espaço onde dá visibilidade a trabalhos de linguistas como Joseph Niedermann, Edgar H. Sturtevan, bem como sobre o relatório do VI Congresso Internacional de Lingüística realizado em Paris em 1948.

A revista *Ibérica* foi dirigida por Celso Cunha e Antônio Houaiss, publicada pela Livraria São José do Rio de Janeiro. Na apresentação do primeiro número diz que não pretende ser a revista que faltava, porque considera que ainda faltavam muitas revistas científicas, mas a pretensão da revista era a de realizar a publicação regular de estudos de Filologia *em torno do complexo ibero-românico e suas projeções extrapeninsulares, sobretudo americanas*. Segundo os editores, o nome da revista *Ibérica* é um neologismo *que quer significar o foco de irradiação e a descendência ibéricos dentro da Românica*.

Ao olhar para os artigos publicados pela *Ibérica*, percebe-se que a grande maioria foi produzida por escritores de fora e o foco da revista eram os estudos historiográficos sobre a língua, que se denominou Linguística Histórica, como se pode observar a seguir: *Gran innovación em El habla común Del siglo XVII. Los diversos gustos lingüísticos*, de Ranón Menéndez Pidal; *Um nuevo romance fronterizo*, de Diego Catalán; *La “Cronica Geral de*

Espanha” Del Conde Don Pedro de Barcelos (1344) y los Orígenes de La Historiografia portuguesa, de Diego Catalán; *Um “Agrajes sin obras” entre los conquistados de Méjico*, de Juan Martinez Ruiz; e *La Sintaxe de El Victorial*, Antonio Torres; *Manuel Fernandes Vilareal adversaire et victime de l’Inquisition portugaise (II)*, de I. S. Révan, dentre outros.

No início do século XX, com o surgimento das revistas de linguagem, como se pôde ver anteriormente surge um leitor interessado nos estudos da linguagem, valorizando a correção gramatical, tanto que vários periódicos disponibilizavam um espaço para esclarecer dúvidas dos leitores sobre a língua. Observa-se que o público leitor era o cidadão brasileiro e que a revista era o instrumento para ensinar a gramática dessa língua, um quadro impulsionado pelo processo de gramatização da língua.

Com a criação do ensino superior e com a vinda de vários intelectuais do exterior para trabalhar nas universidades brasileiras foi-se abrindo caminhos para a entrada da Filologia Portuguesa, Filologia Românica e Linguística no país. Essas mudanças não se deram de forma estanque, mas por um bom tempo conviveram em meio a tensões, concorrendo entre si e disputando sentidos e espaço para dizer e se estabilizar. É importante registrar que vários intelectuais brasileiros também foram enviados para fora do país para realizarem suas qualificações. Registra-se também a expansão dos cursos de Letras em todo o país, bem como a criação de várias revistas departamentais, que em sua maioria mesclavam estudos linguísticos e literários.

Com esse novo cenário, percebe-se uma mudança de público das revistas, elas passam a ser direcionadas aos professores primários e secundários, funcionando como um instrumento de estudo e de trabalho, como foi mostrado nas análises que antecedem. Os periódicos tornam-se, portanto um modo de levar o conhecimento produzido nas universidades para a escola.

Nessa relação entre conhecimento linguístico/leitor/periódicos, foi possível perceber a construção de um instrumento linguístico que se movimenta ora para um público geral, ora para um público específico. Nesse funcionamento pode-se perceber a passagem de uma revista mais geral para uma revista de caráter científico, a passagem do público leigo, culto, interessado em adquirir conhecimento da língua, para um público específico, o profissional da linguagem. Em suma, o que se pode observar é a mudança de interesse “**em** saber a língua” e “saber **sobre** a língua”.

Nessa historicidade das revistas de linguagem foi possível perceber dois efeitos de sentidos na constituição dos estudos da linguagem: o de (in)formação (divulgação) e o de circulação/publicização entre pares do conhecimento linguístico. Os autores da produção linguística do final do século XIX e início do século XX, conforme observou Orlandi (2002), são intelectuais na maioria de outras áreas, autodidatas que são capazes de uma escrita jornalística que promovem uma divulgação do conhecimento sobre a língua num tempo em que havia interesse em acolher essa saber. A partir da década de 1930 há um deslocamento desse gesto informativo para um gesto reflexivo, uma vez que começam a surgir revistas com estudos que são significados como de caráter mais científico, com critérios mais elaborados para publicação e com o objetivo de atender um leitor especialista. Para isso a linguagem também se modifica, os estudos do português são feitos por meio de uma metalinguagem própria, técnica, com termos que associam o dizer a um dizer científico. Isso só é possível, porque já havia se configurado uma memória que inscrevia esse dizer no discurso científico, designificando outros dizeres nesse discurso.

Ressalta-se aqui que a passagem de um tipo de público para outro, de informação/formação/divulgação para publicização/circulação entre especialistas, do cunho informativo/formação para o reflexivo/pares, do caráter mais ou menos científico não se dá de forma automática. A passagem tem um movimento que obedece a uma ordem do seu em torno, das filiações, das políticas, das instituições, das concepções de língua, de ciência que sustentam o modo como cada periódico se insere no debate sobre os estudos da língua. Há uma relação de força, de disputa por espaços, tanto que algumas características e objetivos permanecem, se fortalecem, enquanto outros se enfraquecem.

Até a década de 1960 no Brasil, a Linguística vai se expandindo em outras áreas como Linguística Geral, Linguística Descritiva do Português, Linguística Românica, Estudos Diacrônicos, Estudo Histórico do Português, Dialetoлогия e a Filologia.

3.2.2. A circulação da Linguística nos periódicos dos anos 1960 e 1970

Em relação à história dos estudos da linguagem, Guimarães (2006) no artigo “O Conhecimento sobre a linguagem” diz que a linguística no século XIX vai nascer no cenário

naturalista e histórico do conhecimento científico, elegendo como seu objeto a mudança linguística e para isso adota o método comparatista. Essa posição naturalista sobre a linguagem se caracteriza pelas leis fonéticas.

No século XX, as ciências da linguagem vão se desenvolver de modo diverso, então no início do século XX a linguística se constitui por um afastamento do naturalismo e a partir de Saussure a língua é pensada como um fato social, como sistema. Desse modo Saussure institui o método descritivo ao lado do estudo da mudança do método comparatista. Na metade do século XX, Benveniste vai procurar incluir o sujeito no linguístico, estabelecendo uma relação entre o locutor e a língua. No Brasil, conforme Guimarães (ibidem) vão surgir no Brasil alguns desdobramentos que instituem a Semântica Argumentativa; paralelo a esses trabalhos vão aparecer estudos de significação, que filiam à filosofia analítica inglesa (como Austin, 1962) que vão se desenvolver em trabalhos de Pragmática, Semiótica.

Outro desdobramento da linguística de Saussure são os estudos de Jakobson e Martinet. No Brasil, o trabalho de Jakobson produziu ressonância em vários estudos que envolveram a linguagem como instrumento de comunicação. Outro autor que Guimarães menciona é Hjelmslev que afetou o estudo da semântica estrutural como a Semântica de Greimas, também com frutos no Brasil. O Linguística como ciência piloto das ciências humanas faz avançar o estruturalismo para outros domínios como a antropologia, sociologia, psicanálise, filosofia, que, segundo o autor, configuram o pensamento de autores a exemplo de Levi-Struss, Lacan e Althusser.

Em seguida o autor vai abordar três outras posições da linguística do século XX, que ele divide em: a gramática da mente, o linguístico e a sociedade e o linguístico e o histórico. Em gramática da mente o autor fala de uma linguística que mantém uma relação com o racionalismo, com o pensamento, que está ligada ao trabalho de Chomsky. Entre o linguístico e a sociedade ele explica as posições que estão ligadas à antropologia e à sociologia. Com a antropologia menciona o caso de Sapir para quem a língua é parte da cultura de um povo. Como diz Guimarães (ibidem) *a linguagem nessa concepção é pensada a partir de elementos exteriores que a constituem*. Com a sociologia, menciona a sociolinguística derivada de Labov, que pensa a variação linguística. Duas posições que trazem para os estudos linguísticos o *contato de línguas*. Sobre o último movimento dos

estudos linguísticos, surge a análise de discurso, uma posição que pensa a relação constitutiva entre a exterioridade e o linguístico.

Para concluir, o autor diz que as disciplinas linguísticas se mantêm em um proveitoso debate entre um cognitivismo, posições derivadas do estruturalismo, posições que derivam da filosofia da linguagem, posições que procuram estabelecer diálogos com disciplinas das ciências humanas e posição como a análise do discurso que discute a língua em relação ao social, histórico, ideológico e político.

A obra de Mattoso *Princípios de Linguística Geral*, como já se mencionou aqui, marca a entrada da Linguística no Brasil. Essa obra lançada em 1941, juntamente com a aprovação da NGB (1959) e a inclusão da Linguística nos cursos de Letras (1961) vão produzir ressonâncias nos estudos da linguagem. Nessa direção se propõe a analisar os efeitos desses acontecimentos no espaço dos periódicos a partir da segunda metade do século XX.

No Brasil, na segunda metade do século XX, pode-se ver uma linguística sendo representada pela descrição. As pesquisas pelas próprias condições de produção foram se dando aqui no Brasil de modo um pouco mais esparso. Isso devido a vários fatores como: a falta de profissionais na área, a ausência de cursos de pós-graduação no Brasil, a dificuldade de circulação do conhecimento produzido, a falta de mercado e lentidão de comercialização de livros e revistas no país. Mas ainda com todos os entraves logísticos e burocráticos pode-se ver um processo em contínuo movimento na ciência da linguagem aqui no Brasil na década de 1950 e 1960, que posteriormente ganha vários contornos com desdobramentos diversos.

Com o estabelecimento da NGB, em 1959, pode-se perceber as revistas de Filologia perderem espaço para as revistas de Linguística. Pode-se dizer que a NGB abre caminho para a disciplina Linguística, que desencadeou alguns anos depois na reestruturação dos cursos de Letras e na inclusão (em caráter obrigatório), a partir de 1963, da linguística nos cursos de Letras, acontecimentos, dentre outros, que colaboraram para o fortalecimento da Linguística no Brasil.

Nos periódicos científicos, a revista *Estudos Lingüísticos* (1966-1968) marca a entrada da disciplina Linguística na nomeação de periódicos científicos de linguagem. Ela foi também a primeira revista exclusivamente de linguística. Antes dela pode ter havido revistas que continham estudos/conteúdos de Linguística, mas foi a *Estudos Lingüísticos* que rompeu

com um tipo de nomeação e instituiu uma outra maneira de nomear, instaurou uma diferença que produziu ressonância.

Como foi dito no capítulo anterior essa revista é resultado da relação entre Mattoso Câmara, da UFRJ; Francisco Gomes de Mattos, do Centro de Linguística Aplicada e Aryon D. Rodrigues do Museu Nacional.

Na apresentação (em inglês) do primeiro número há uma forte crítica às revistas da época. Dizem que depois da *Revista Brasileira de Filologia* ter encerrado suas publicações surgiram alguns trabalhos de Linguística publicados de forma dispersa em jornais. Em geral eram publicações de Faculdades de Filosofia, no entanto, eram trabalhos que apresentavam tópicos periféricos da linguística. Nessa conjuntura, os editores, ao lançarem a *Estudos Lingüísticos*, dizem pretender aumentar o padrão de qualidade das publicações. Dizem que a *Estudos Lingüísticos* é a primeira revista desse tipo, que se propõe a trabalhar a Linguística Teórica e Aplicada. O objetivo da revista era suprir uma lacuna muito importante na contribuição de especialistas ou estudantes brasileiros que se dedicam à Ciência da Linguagem, que procuram evoluir/melhorar/investir nos seus estudos.

Alguns artigos publicados pela revista foram: “Para o estudo descritivo dos verbos irregulares” e “Considerações sobre Gênero em português” ambos de Mattoso Câmara; “*Comparative Jê Phonology*”, de Irvine Davis; “A entonação do português do Brasil”, Cléa Rameh; “Nota sobre alofones surdos das vogais na fala do Rio de Janeiro”, de Mirian Lemle; “Língua e Estilo”, de Eurico Back; “*La gramática transformacional y La lingüística aplicada*”, de Heles Contreras; “Para o estudo da gramática transformacional”, de Anthony Naro; “Lingüística Matemática e Computacional”, de Maria Tereza C. Biderman, “Novos rumos da Sincronia e Diacronia”, Paulo A. Froehlich, dentre outros.

Das recensões menciona-se: “O modernismo brasileiro e a língua portuguesa”, de Luis Carlos Lessa; “*What is Language? A new approach to linguistic decription*”, de Robert M. W. Dixon; “Introdução às línguas indígenas brasileiras”, de Mattoso Câmara; *Lenguaje*, de Leonard Bloomfield; “*Cartesian linguistic*”, de Noam Chomsky; “*Algumas tendências e perspectivas da Linguística Moderna*”, de Monoel de Paiva Boléo, etc.

Além da Linguística Descritiva e da Linguística Aplicada, os nomes dos artigos já mostram alguns desdobramentos da linguística para outros domínios, outros modelos teóricos, a exemplo de: Gramática Transformacional, Linguística Matemática Computacional e

Linguística Descritiva e da Linguística Genética. As resenhas são obras lidas na época e que produziram efeitos e desdobramentos nas pesquisas linguísticas no Brasil como Bloomfield e Chomsky.

Na década de 1970, a revista Alfa do Departamento de Letras da FFCL de Marília traz alguns artigos que debatem as reformas nas universidades brasileiras e os cursos de Letras com Ataliba Castilho e Gomes de Matos. Coloca-se naquele momento a importância da Linguística no currículo dos cursos de Letras, mas também demonstram preocupações com a falta de profissionais qualificados para atuarem nas disciplinas. Defendem a intervenção do Estado para a criação de cursos de pós-graduação na área de Linguística e formação de linguistas.

No artigo de Aryon Rodrigues “A Pós-Graduação em Linguística no Museu Nacional”, publicado pela Alfa na década de 1970, ele descreve que o Brasil contava com cerca de 90 cursos de formação de professores de língua para o ensino médio nas faculdades de filosofia ou de Letras. Segundo o autor desde então, o número de cursos ou faculdades subiu para cerca de 140, o que aumentava a necessidade de mais de 100 professores de Linguística no país.

Aqui no Brasil somente três turmas de mestrado em Linguística tinham sido formadas pela Universidade de Brasília de 1963 a 1965, quando a universidade foi fechada. Depois desse curso, nasce em 1968 por solicitação do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, um curso de pós-graduação em Linguística com o objetivo de:

(...) formar linguistas, pesquisadores e potencialmente professores de linguística; promover a pesquisa lingüística básica; tornar acessíveis os resultados da pesquisa básica relevantes para o ensino do Português e das línguas estrangeiras; contribuir para o treinamento avançado dos professores de língua portuguesa e de línguas estrangeiras (Alfa, 1972/1973, p. 473).

Pode-se ver nesse recorte a função pública da Linguística que é de formar pesquisadores e professores de Linguística para promover pesquisas básicas relevantes para o ensino da língua, da portuguesa e da estrangeira, bem como venha contribuir com a formação dos professores de línguas. Há aí um movimento de sentidos que desloca a informação/formação para um outro espaço: o pedagógico e não mais o cidadão como se via anteriormente.

Observa-se ainda na criação do curso de pós-graduação do Museu Nacional um eixo que sustenta a proposta: uma Linguística teórica e uma Linguística prática, uma *Lingüística Pura* e uma *Lingüística Aplicada*, para usar o termo dado por Aryon. Em artigo anterior que abre a revista *Estudos Lingüísticos* (1966), o mesmo autor publica o artigo *Tarefas da Linguística no Brasil* (1966) Nesse artigo ele apresenta a distinção entre as duas linguísticas:

A lingüística pura é pròpriamente a ciência da linguagem: a investigação destinada a adquirir e ampliar o conhecimento a respeito das línguas e da linguagem ao passo que podemos chamar de lingüística aplicada todo trabalho de aplicação daqueles conhecimentos a resolução de problemas práticos ou de problemas de outras ciências. Quem faz lingüística pura faz lingüística em si e por si, para descobrir como são as línguas, qual a natureza de cada idioma em particular, quais as características gerais das línguas e do fenômeno de linguagem. Quem faz lingüística aplicada faz uso desses conhecimentos em atividades práticas como o ensino de línguas, a resolução de problemas de tradução automática ou de alfabetização, a análise de estilos literários e de documentação arcaicos, etc. (1966, p.4)

Nesse trecho pode-se ver uma concepção de pesquisa funcionando no sentido de aplicar um conhecimento para propor solução, levar resposta a um problema do ensino de línguas.

Nesse mesmo artigo o autor expõe os trabalhos que a linguística desenvolvia e deveria desenvolver no Brasil. Segundo o autor, a Linguística Pura cuidava da investigação descritiva: das línguas indígenas; da língua portuguesa; das línguas de minorias européias e asiáticas e de línguas africanas. Enquanto a Linguística Aplicada cuidava da aplicação: do ensino do português como língua materna e como língua estrangeira; ao ensino da língua estrangeira; ao estabelecimento e reforma de ortografia, ortografia indígena; para alfabetização e à tradução entre outras possibilidades de contribuir para resolução de problemas de outros domínios. Em duas palavras pode-se dizer que a linguística pura é *descrição* e a linguística aplicada é *aplicação*.

Como se discutiu no segundo capítulo o sintagma “linguística teórica e aplicada” era um dizer estabilizado e comparecia nos estudos da linguagem nos periódicos desde a entrada da linguística no escopo das revistas especializadas em 1966.

Na Unicamp os artigos mostram desdobramentos com pesquisas sobre a língua indígena, a variação dialetal, sobre o atlas linguístico, na área da Semântica Argumentativa das conjunções e em Aquisição da Linguagem.

Pode-se ver no Brasil a partir das décadas de 1960 o crescimento da linguística estruturalista, bem como se pode ver a partir de 1970 e 1980 o desdobramento da Linguística em vários ramos dos quais se faz menção: Semântica Argumentativa, Sociolinguística, Aquisição da Linguagem, Psicolinguística, Linguística Textual, Semiótica, Análise de Discurso, dentre outras. Esse direcionamento mantém relação com as áreas dos departamentos e institutos em que estão vinculadas as pesquisas desenvolvidas, quer sejam individuais ou coletivas, e, posteriormente, os programas de pós-graduação.

As revistas departamentais, chamadas em grande parte Revista de Letras, surgem em todo o país e trabalham tanto a Linguística como a Literatura. Ampliam-se o número de revistas no país, bem como o interesse mercadológico. Nesse quadro, na década de 1970 e 1980 editoras demonstram interesse na publicação de trabalhos de autores e áreas já legitimados nas academias. Cita-se como exemplo a *Revista Tempo Brasileiro*, que eram temáticas, sob a direção de Eduardo Portella. Outro exemplo é a *Revista Brasileira de Linguística* da Sociedade Brasileira para Professores de Linguística - SBPL com a Editora Vozes, e a *Revista de Cultura* que na década de 1970 publicou várias revistas temáticas de linguagem. Outro exemplo é a *Linguagem: revista para estudos de língua e literatura* (1983) editada pela Editora Presença, sob a direção de Evanildo Bechara. Na apresentação da revista pode-se ver o interesse em abordar as áreas de língua, literatura e de glotodidática em nível internacional, para isso a revista criou uma Assessoria Editorial composta com *mais de 100 professores e escritores, representando pontos estratégicos da batalha intelectual e espalhados desde o Campus do Amapá até o Campus de Brasília e Porto Alegre* (Apresentação de Grigore Dobrinesco, 1983).

Das revistas lançadas em parcerias com editoras, de língua e literatura percebe-se que elas na maioria são voltadas para professores. Outro exemplo é a LITERA: Revista para professores de português e de literatura de língua portuguesa, também sob a direção de Evanildo Bechara. Nessa linha, pode-se dizer que o interesse mercadológico deve estar ligado, sobretudo às políticas para ensino, tanto de currículo dos cursos, quanto de formação de professores. A LDB 4029 de 20/12/1961, por exemplo, determina que a formação de

professores do ensino médio seja feita pelas faculdades de filosofia ciências e letras e os professores primários pelos cursos ginasiais. Com a LDB 5.692 de 11/08/71, o governo no seu art. 4 estabelece um núcleo comum para os currículos do 1º e 2º graus, que foi fixado e definido pela Resolução nº 8 de 01/12/71. Essas discursividades em torno do currículo dos cursos e da formação de professores reverberam na circulação dos estudos da linguagem e colocam o professor e o ensino no foco que movimenta o mercado editorial de gramáticas, dicionários, livros e revistas e que também produz efeitos na circulação dos estudos da linguagem.

3.2.3. A circulação da Linguística nos periódicos a partir dos anos 1980

É importante salientar que a divisão que se faz aqui não significa que são períodos fechados, não existe essa fixidez temporal e absoluta que separa os estudos linguísticos. Além disso, ressalta-se que, conforme se discutiu no capítulo anterior, pôde-se ver que a década de 1980 mostra um crescimento e um desdobramento da Linguística proporcionados pelo fortalecimento da Linguística no Brasil e por uma política de editoração promovida pelo Estado.

Nesse sentido, convém retomar aqui que acontecimentos que marcam esse momento de desdobramento da Linguística: a aprovação do programa de Auxílio à Editoração do CNPq, incentivando as publicações de periódicos científicos; a criação da Anpoll; a implantação da avaliação da pós-graduação; a avaliação do GED, do Qualis/Capes exercendo muita pressão por publicação, fazendo desencadear um processo de multiplicação de revistas.

Pode-se dizer que essa política ao induzir as publicações por meio de financiamento e da avaliação acaba por abrir um campo de embate entre as disciplinas que vão se configurando no interior da própria linguística. O que está em jogo a partir da década 1980 é uma política científica de Estado que fomenta as publicações e um pouco mais adiante passa a cobrar dessas publicações um tipo de qualidade estabelecida por critérios de avaliação. Isso aponta para uma necessidade de investigar as instituições de fomento à pesquisa, em especial os programas em torno da produção e circulação do conhecimento no Brasil, procurando compreender ao menos em parte o funcionamento da política científica para publicação, reflexão que será feita no próximo capítulo.

Considerando a profusão de revistas que nascem a partir da década de 1980 e levando-se em conta a proximidade histórica desses periódicos, serão analisados os nomes das revistas, bem como serão abordados tópicos que foram observados no panorama das revistas como relevantes na constituição do conhecimento da Linguística. Essas discussões apontam para uma necessidade de investir especificamente, e de uma forma mais aprofundada, em um dado periódico, tomando-o como um instrumento linguístico, tal como ele é concebido na História das Ideias Linguísticas.

No capítulo anterior pôde-se ver que o quarto período das revistas de linguagem, que se nomeou de Desdobramento da Linguística, deve-se, sobretudo, pela ampliação da área Linguística em vários nomes de linguagem. O quadro abaixo mostra uma pequena seleção de nomes das revistas desse período retirados da listagem dos periódicos apresentada no apêndice desse trabalho, mas que está sujeita a falha como também o são a língua, o sujeito, a memória.

NOMES	VÍNCULO	CRIAÇÃO
The Specialist	PUC-SP	1980
Trabalhos de Linguística Aplicada	UNICAMP	1983
Linguagem Revista para estudos de língua e literatura	PUC/SP	1983
Revista de Estudos da Linguagem	UFMS	1984
Estudos Linguísticos e Literários	UFBA	1984
Fragmento	UESC	1986
Revista Brasileira de Linguística	SBPL	1987
Investigações	UFPE	1987
Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada	PUC/SP	1985
Signótica	UFG	1987
Revista IL	UFRGS	1989
Revista de Letras	UFMS	1991
Caderno de Letras	UFF	1991
Revista de Estudos da Linguagem	UFMG	1992
Revista da Anpoll	Anpoll	1995
Interface	UFRJ	1995
Cadernos e Linguagem e Sociedade	UNB	1995
Sínteses	UNICAMP	1995
Revista de Filologia e Linguística Portuguesa	USP	1997
Veredas: Revista de Estudos Linguísticos	UFJF	1997
Línguas e Instrumentos Linguísticos	UNICAMP	1998
Working Papers em Linguística	UFSC	1998
Fórum Linguístico	UFSC	1998
<i>Signum</i> : Revista de Estudos em Linguagem e Tecnologia	UEL	1998

<i>Revista do GELNE</i>	GELNE	1999
Revista Brasileira de Letras – Linguística e Literatura	UFSCAR	1999
Avepalavra	UNEMAT	1999
Linguagem em (Dis)curso	UNISUL	2000
Littera Linguística e Literatura	RS	2000
Revista Brasileira de Linguística Aplicada	UFMG	2001
ReVEL Revista virtual de Estudos da Linguagem		2003
Revista Ecos: Linguística e Literatura	UNEMAT	2003
Linguagem: estudos e pesquisa	UFG	2004
Estudos de Linguagem	UESB	2005
Estudos Semióticos	USP	2005
<i>Hipertextus</i> Revista Digital	UFPE	2007

O gráfico abaixo procura representar a multiplicidade de nomes das revistas de Linguística a partir da década de 1980, que aponta para o desdobramento da Linguística e para o surgimento de outros nomes de linguagem, que será analisado a seguir:



Gráfico 2: Nomes de linguagem nas nomeações de revistas científicas de Linguística

Entre os vários nomes de linguagem das revistas científicas há relações importantes a serem observadas como a relação entre “Linguística”, “Linguística Aplicada” e “Linguística Teórica e Aplicada” onde se vê um deslizamento da Linguística descritiva, estruturalista para uma tendência pedagógica, que pensa a aplicação da Linguística ao ensino de “língua materna”³⁵ e estrangeira”. Uma linguística que se divide em teórica e prática, produzindo desdobramentos, em nomes de outras revistas e nas associações de Linguística.

Pode-se ver ainda uma relação entre “Letras” e “Letras e Linguística”, essas nomeações mantêm relações com a história da instituição a que estão ligadas, no gesto de constituição dos estudos da linguagem. Por exemplo, a Revista de Letras da UFSM nasceu ligada ao mestrado em Letras, assim como tantas outras que nasceram de cursos de Letras em todo o país e que também se articulam à literatura. Os nomes dessas revistas estão presos à tradição de sua própria história de constituição. Essa articulação entre língua e literatura promove um deslizamento para outros nomes de revistas como “Letras e Linguística”, “Linguística e Literatura”, “Estudos de língua e literatura”. A circulação desses nomes de linguagem ao lado da linguística no espaço dos periódicos científicos mostra a articulação da linguística com outros domínios, literatura e letras, mostrando dentre outras coisas a tradição aos estudos do Português e da Literatura, que se insere no Brasil pelo sintagma “Ciências, Letras e Artes”. Além da tradição, observa-se também que essa articulação da Linguística com a Literatura aponta os estudos da linguagem para uma relação com o ensino, mas especificamente destinam-se a professores do ensino básico que trabalham com a língua e literatura nas escolas, bem como a alunos de graduação e pós-graduação em Letras com vínculo nas “Ciências”, nesse caso, a “Linguística”; afinal, conforme diz Ferreira (2009), a Linguística é concebida como a “Ciência da Linguagem”.

A relação entre “Estudos de Linguagem”, “Estudos em Linguagem” e “Linguagem” que se observa nas nomeações de revistas desse período mostra o desenvolvimento da Linguística. Essas nomeações mostram o desdobramento da Linguística para outros domínios, não se trata mais da Linguística descritiva tal qual foi introduzida por Mattoso, trata-se de um deslizamento da linguística, para outros domínios constituindo-se em vários estudos de linguagem.

³⁵ Não será foco desse trabalho, mas não se pode deixar de marcar aí a relação parafrástica estabelecida entre Língua Portuguesa e Materna como se fossem equivalentes (quanto a isso cf. Pfeiffer, 2005)

Podem-se ver ainda nos vários nomes de revistas o desdobramento do objeto da linguística, a língua, produzindo deslocamentos para outros objetos de estudo, como nos casos: “instrumentos linguísticos”, objeto da História das Ideias Linguísticas; “discurso”, objeto da Análise de Discurso; “*Hipertextus*”, tem sido objeto de estudo de vários domínios disciplinares, para a Linguística Textual, para estudos sobre letramento e tecnologias, assim como na Linguagem e Tecnologias, Linguagem e Comunicação, dentre outros. Os desdobramentos dos objetos de estudo mostram o movimento contínuo da Linguística e sua expansão/desdobramentos. Uma expansão/desdobramento que se dá em conflito com outros domínios disciplinares.

Além da multiplicidade de derivas do nome Linguística para outros *nomes de linguagem* (FERREIRA, 2009) nos periódicos científicos e outros domínios disciplinares, esse período mostra uma ampliação no número de revistas de linguagem, fruto de vários fatores que serão expostos a seguir.

No final do século XX e início do século XXI algumas revistas foram mostrando uma especificidade ainda maior, em uma determinada filiação, como surgem as revistas *Trabalho de Linguística Aplicada* (1983), *Língua e Instrumentos Linguísticos* (1998), *Revista Brasileira de Linguística Aplicada* (2001), *Estudos Semióticos* (2005).

Percebe-se também, que embora algumas revistas não especifiquem esse direcionamento de maneira explícita, uma análise dos sumários mostram por um gesto de repetição de áreas, autores e temas, bem como pelo apagamento de estudos de algumas áreas do conhecimento. Só para ilustrar o que foi dito, muitas revistas de linguística se propõem a publicar estudos de caráter teórico e aplicado, oriundos de qualquer área referente ao fenômeno linguístico, desde que sejam contribuições inéditas. No entanto quando se olha para os sumários dessas revistas muitas áreas são silenciadas. Essa questão merece ser levantada em outro momento, em pesquisa específica para esse fim, até para se conhecer a legitimidade ou não de determinadas área para um dado veículo, as concorrências entre elas e o que isso significa para a historicidade das ciências da linguagem.

No início do século XX, a partir de 2004, a política científica inicia um incentivo para produção de periódicos eletrônicos e, a partir de 2010, elas são colocadas como prioridade. As revistas são colocadas em acesso livre em vários indexadores e portais institucionais de dois modos, algumas além da versão impressa disponibilizam a mesma

versão digitalizada; outras passam a ter uma versão *on line* e outras, ainda, já nascem exclusivamente eletrônicas. Essa prática discursiva de circular o conhecimento é resultado em parte do desenvolvimento mundial da tecnologia e da informatização no mundo contemporâneo, que por meio da rede mundial de computadores, institui uma necessidade de tornar ágil o acesso à informação, estruturante das questões sociais do mundo globalizado e da sociedade do conhecimento³⁶.

Com o aumento significativo de programas de pós-graduação em Linguística e com a pressão exercida para publicação (pelos órgãos de avaliação) cresce em todo o país a publicação de periódicos científicos, bem como outros ramos da Linguística que vão instituindo estudos que discutem questões de língua para além da palavra e da frase e vão pensar o texto, o discurso, dois objetos de estudo que, segundo Indursky (2010), vão desencadear em várias perspectivas teóricas de observação. A autora apresenta um estudo da concepção de texto e discurso para quatro domínios como a Linguística Textual, Teoria da Enunciação, Semiótica e Análise de Discurso. Essas disciplinas que vão surgindo e se institucionalizando nos cursos de Letras e Linguística vão disputando espaços nas instituições, nos periódicos especializados sempre em tensão, debate e questionamento com outros domínios disciplinares ou consigo mesmas, e vão produzir uma nuance particular, específica.

As revistas das associações de linguística (GEL, Abralín e Anpoll) e as revistas ligadas a programas de pós-graduação no país como as Estudos Linguísticos e Estudos de Linguagens vão mostrar bem essa variedade de temas, disciplinas e ramos da linguística, mostrando estudos de objetos variados como a fala, a escrita, a variação, o texto, o discurso, que se inserem em correntes diversas como o estruturalismo, o funcionalismo, o materialismo histórico só para mencionar algumas.

Com o aumento do número de revistas, há por um lado uma discussão em torno da qualidade desses periódicos e, de outro, há um questionamento das instituições de pesquisa sobre o lugar das publicações de linguística e ciências humanas na política científica no Brasil, uma vez que elas não fazem parte das pesquisas das chamadas ciências duras (consideradas

³⁶ Conforme Dias (2009) o que se tem chamado de “Sociedade do Conhecimento” está relacionado a “novas tecnologias da informação e comunicação”. A “Sociedade do Conhecimento” é a chamada era pós-industrial que se pauta no padrão de informação e no desenvolvimento tecnológico. Hoje o que marca a mudanças no mundo das novas tecnologias é a velocidade, isso tem ditado a nova ordem das coisas, até do conhecimento.

áreas estratégicas como as tecnologias, engenharias, biologia, saúde etc.) por isso, fazem parte apenas de uma política de circulação que se convencionou apenas em âmbito nacional.

3.3 Um fecho provisório

Ao se analisar alguns periódicos de linguagem entre o final do século XIX e início do século XXI, pode-se perceber algumas regularidades que apontam para representações dos estudos linguísticos. A noção de representação é concebida como uma configuração imaginária atravessada por processos de identificação (LAGAZZI, 2007). Segundo Lagazzi (ibidem) a Linguística é legitimada por quem institui, pratica, ensina e divulga uma ciência, nesse processo é que se vão construir relações de legitimidade e de representação. No que diz respeito aos periódicos científicos de linguagem, pôde-se ver a Linguística circular entre as instituições de ensino e pesquisa, entre os nomes de disciplina, nomes de artigos, nomes de revistas e em políticas científica e educacional, construindo uma visibilidade pública, legitimando autores e obras da linguagem, construindo nesse movimento uma fisionomia para a Linguística.

O sentido de fisionomia não é o de corpo físico dado pela Biologia, mas o sentido metafórico que mostra a configuração, a representação de um determinado discurso. Orlandi (2001) ao pensar em tipos de textos diz que toda vez quando se diz algo se estabelece uma fisionomia, uma configuração do discurso, de modo que uma reflexão sobre um determinado discurso possibilita o reconhecimento dessa fisionomia que representa um dado funcionamento discursivo. Mais tarde, em 2002, a autora ao analisar alguns congressos de Linguística vai dizer que os congressos são um lugar de traçar a fisionomia da ciência da linguagem. É nessa direção que se toma os periódicos científicos de linguagem, como espaço que possibilitam reconhecer algumas formas da fisionomia da Linguística aqui no Brasil, formas que não são excludentes, concorrem entre si e que marcam a historicidades da ciência da linguagem nesse instrumento linguístico:

► Fisionomia nacionalista:

A fisionomia nacionalista são ideias em defesa da língua nacional. Estas ideias estão presentes na *Revista Brasileira*, que mostra o período de transição, em que os autores passam a ter uma consciência nacional e identidade linguística com o Brasil, portanto mostra um período de ruptura com Portugal. Podem-se ver, ainda, em revistas no início do século XX como a *Revista da Academia Brasileira de Letras* e a *Revista de Língua Portuguesa*, quando surge o debate em torno do nome que se deve dar a língua que se fala no Brasil.

► Fisionomia normativa:

Na fisionomia normativa a Linguística se mostra preocupada em descrever a língua nacional, em normatizar a unidade da língua. Esse caráter normativo/prescritivo pode ser observado no final do século XIX com a preocupação de marcar a distinção entre a língua brasileira e o português de Portugal. Posteriormente, no início do século XX, os artigos conforme análise anterior procuram prescrever a língua padrão, buscando a correção da língua, com ênfase a uma erudição, promovem uma arte de falar e escrever bem.

► Fisionomia didática:

A fisionomia didática se mostra preocupada com o ensino da língua. Ora se preocupa com a formação do cidadão, ensinando a arte de falar e escrever como nas revistas do início do século XX a *Revista de Língua Portuguesa*, a *Revista de Filologia Portuguesa*, dentre outras, em que o objetivo era constituir uma língua nacional aos cidadãos. Ora surge uma linguística que se direciona aos professores, no sentido de ensinar as tendências atuais dos estudos da linguagem, como a *Revista Ibérica*, *Revista Brasileira de Filologia*, mais especificamente as revistas do final da década de 40. Assim como a partir da década de 60 e 70 surgem revistas destinadas a ensinar as novas tendências da linguística moderna aos professores e alunos das academias com temas como a contribuição da linguística ao ensino do português, ou da língua estrangeira, ou ainda do texto, da leitura dentre outras.

► **Fisionomia Científica:**

A fisionomia reflexiva se mostra preocupada com o questionamento das línguas. Uma Linguística que se estabelece como lugar de indagação, procurando, por meio de um método científico, como no caso de Mattoso, que descreve a língua portuguesa, em vários de seus artigos em periódicos. Assim como foi mostrado no Boletim da FFCL da USP, por Maurer, em que ele apresenta um estudo que se vale de uma metalinguagem específica da linguística para o estudo da fonologia da língua Uáiuái e em outros momentos como por meio da Linguística Aplicada, em que buscou refletir sobre o ensino da língua estrangeira, dentre outros momentos.

► **Fisionomia interdisciplinar/transdisciplinar:**

A fisionomia interdisciplinar/transdisciplinar constitui-se na relação que a Linguística estabelece com outros domínios em que mostra o desdobramento da Linguística. Desde o início da história dos estudos linguísticos no espaço dos periódicos pode-se ver uma linguística que se mostra em relação com outros domínios, constituindo-se, algumas vezes, em novo campo do saber, com objetos e métodos próprios, fruto desse movimento interdisciplinar e ou transdisciplinar. Esse fato pode ser visto nas revistas enciclopédicas na articulação das “ciências, letras e artes”; na articulação com a Literatura, Filosofia, Educação, com a Antropologia, Sociologia, Psicologia, Psicanálise, em vários momentos construindo em cada relação um modo particular de articulação, a exemplo da Sociolinguística, Aquisição da Linguagem, Linguística Textual, Linguística Histórica, Semântica, Análise de Discurso, História das Ideias Linguísticas, para mencionar apenas algumas.

Essas representações, como se pode ver, não se marcam pelo período, por épocas definidas, mas pelo próprio movimento de tensão, de aproximação e de distanciamento consigo mesma, com outros domínios, com seu objeto de estudo, constituindo-se de um modo muito particular.

Nesse estudo panorâmico sobre as revistas mostraram-se algumas formas de representação da Linguística, mas outras fisionomias podem ser analisadas e percebidas em

uma análise mais específica de um dado periódico. As análises da circulação da ciência da linguagem no processo de periodicização aqui desenvolvidas não pretendem esgotar o assunto, mesmo porque ele é amplo e merece ser analisado com maior especificidade nas suas mais diferentes formas, e, porque conta-se com a incompletude da língua, fica a sensação de que se tem muito a ser dito sobre o assunto.

CAPÍTULO IV

POLÍTICA CIENTÍFICA E CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO

Esse trabalho mostrou até aqui a institucionalização de um instrumento linguístico para circulação do conhecimento sobre a língua – o periódico, uma periodização das revistas de linguagem, bem como mostrou a relação que esse conhecimento estabelece com a sua exterioridade constitutiva, as instituições de ensino e pesquisa, as políticas de língua, educação e ciência. Como se pôde ver no segundo capítulo, foi justamente o lançamento inaugural de um programa de incentivo as publicações que marca o acontecimento que instala o quarto período de sua periodização. Momento em que se podem ver as tensões disciplinares modernas se instituindo, brigando por espaços e se estabilizando no Brasil. Diante disso parece imperativo refletir sobre a relação entre política científica e produção e circulação do conhecimento. A indagação que direciona essa reflexão é: qual o papel dos periódicos científicos e qual o lugar da Linguística para a política científica brasileira.

Para Guimarães (2003) falar sobre política científica de algum modo é falar de certo tipo de controle do que se deve ou não pesquisar, ou do que é mais necessário pesquisar. Para o autor, *falar de política científica é colocar em cena uma discussão sobre a independência da ciência e do cientista. Ou em outros termos, o que pode ser tomado como elemento que conforma a ação do cientista* (p. 193).

Compreende-se a partir da afirmação de Guimarães (2003) que há um tipo de controle na política científica, que determina, de certo modo, o que deve ser pesquisado, o que deve ser priorizado. O autor continua:

Nas condições históricas de hoje põe-se para o próprio campo da ciência a questão de seus limites de modo claro. E aqui gostaria de trazer duas questões colocadas também por Hobsbawm. A primeira delas: ..., *como sabiam todos os cientistas, a pesquisa científica não era ilimitada e livre, quando nada porque exigia recursos que eram limitados. A questão não era se alguém devia dizer aos pesquisadores o que fazer, mas quem impunha esses limites e orientações, e por quais critérios* (HOBSBAWM, 1994, p. 535). Ou seja, quem deve formular e realizar políticas científicas e por quais critérios? E nesta questão toma pelo menos dois modos de realização, aquela que tem sido nomeada por “demanda espontânea”, de um lado, e aquela que tem sido nomeada por “induzida” (p.194).

As duas questões levantadas nessa citação são que a pesquisa não é ilimitada e a outra está sobre quem impõem esses limites e critérios para as pesquisas. Hobsbawm diz que: *“Na verdade tornou-se cada vez mais óbvio, pelo menos para os cientistas, que era necessário não apenas financiamento público, mas uma pesquisa organizada publicamente (p.525).* Sobre uma pesquisa organizada publicamente, Guimarães diz que se trata de uma pesquisa organizada pelo Estado, com objetividade, ou visibilidade pública.

Pensando na organização pública da ciência, pretende-se, nesse capítulo, mostrar resumidamente o processo de estruturação da ciência aqui no Brasil, a criação das instituições de ensino e pesquisa, os programas desenvolvidos por órgãos de fomento. Em seguida pretende-se refletir sobre que lugar ocupa a circulação do conhecimento científico nessa discussão.

4.1. O processo de institucionalização da ciência no Brasil

O Brasil, dada a sua constituição histórica, primeiramente como colônia de Portugal, mais tarde conquistando a sua independência, caracterizou-se por um modo muito particular de produzir ciência. Conforme Motoyama (1981) com a vinda da família real para o Brasil dá-se início a um processo de estruturação das instituições do Estado, algumas delas para a formação de especialistas e cientistas aqui mesmo no Brasil, mudando o foco de formação profissional, já que a formação até então era basicamente realizada pela Universidade de Coimbra, em Portugal.

No século XIX, são criadas as primeiras instituições de ensino superior, museus, observatórios, bibliotecas, como a Biblioteca Nacional (1808); Escola Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro (1808); Horto Botânico (1808), atual Jardim Botânico do Rio de Janeiro; Academia Real Militar (1810); Museu Real (1818) tornando-se mais tarde o Museu Nacional; Faculdade de Direito de Olinda (1827); Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838); Faculdade de Farmácia de Ouro Preto (1839); Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1876); Escola de Minas de Ouro Preto (1876); acrescenta-se a estas instituições a criação em 1897 da

Academia Brasileira de Letras, onde se reuniam os intelectuais homens de letras para discutir questões de política de língua.

No final do século XIX e meados do século XX, começam a se desenvolver pesquisas voltadas para a saúde e agricultura com a criação das primeiras instituições universitárias e sociedades científicas. O Instituto Politécnico Brasileiro (1862), o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), em 1887, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), em 1899; o Instituto Soroterápico Federal no Rio de Janeiro (atual Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz), em 1900; o Instituto Serumtherápico (hoje Instituto Butantan) em 1901; e o Instituto de Zootecnia de São Paulo, em 1905; a Sociedade Brasileira de Ciência, criada em 1916, originada nas dependências da Escola Politécnica, no Rio de Janeiro, que passa a se chamar, em 1921, Academia Brasileira de Ciências, funcionando hoje como instância consultiva na elaboração da política científica. Conforme Barata (2010), essas instituições foram criadas para buscar o desenvolvimento econômico do país, sobre isso diz:

Os institutos de pesquisa foram um investimento nessa direção, mas demoraria meio século até que houvesse condições de priorizar um sistema de ciência e tecnologia que culminaria na capacidade de auto-sustentação nacional. Faltava formar massa crítica de cientistas, injetar altos e contínuos investimentos e estabelecer estratégias políticas de longo prazo, para citar apenas os elementos principais (p. 30).

No período que vai de 1891 a 1910 foram criadas 27 escolas superiores no Brasil. Entre 1909 e 1912 foram criadas três universidades, a saber: a de Manaus (1909), que sobreviveu onze anos; a de São Paulo (1911), que durou seis anos e a do Paraná (1912), que durou quase três anos. Somente depois da Reforma Carlos Maximiliano de 1915, o Governo Federal, em 1920, cria a sua primeira universidade, a Universidade do Rio de Janeiro, assegurando-lhe autonomia didática e científica. Em 1927, é criada na esfera estadual a Universidade de Minas Gerais, instituída, também, no mesmo modelo da primeira.

Em 1930, o Governo Federal cria o Ministério de Educação e da Saúde Pública, assumindo Francisco Campos que vai implementar uma reforma de ensino secundário, superior e comercial com o objetivo de desenvolver um ensino mais adequado à modernização do país, dando ênfase à formação de pessoas e à capacitação para o trabalho. Esse momento é marcado por um grande debate sobre a universidade, sobre o seu papel na sociedade, sua

importância na formação de pessoas e sobre ser um *locus* de investigação e produção do conhecimento.

O ano de 1934 seria central nesta história com a criação da Universidade de São Paulo (USP) e a criação, em 1935, da Universidade do Distrito Federal (UDF)³⁷, no contexto de um projeto fortemente vinculado aos interesses do Estado para a formação de profissionais destinados ao ensino, à indústria e à administração pública (FÁVERO, 2006).

Segundo Barata (2010, p. 31) a USP e a UDF:

Entre os anos 1935 e 1945, receberam inúmeros professores estrangeiros, com o objetivo de estabelecer o projeto de universidade, formar massa crítica, ajudando a estabelecer uma geração de cientistas e pensadores brasileiros que influenciaram o desenvolvimento da ciência no país, firmar colaborações internacionais e cultivar a participação em eventos acadêmicos como parte de uma cultura científica (...) Esse não era, no entanto, o padrão das instituições de ensino no país.

As universidades realizavam a formação profissional embora tanto os institutos de pesquisa, quanto as universidades não dispunham de uma estabilidade financeira para promover e sistematizar a ciência brasileira. A institucionalização da ciência brasileira vai sendo construída, a partir do final do século XIX, por meio da criação de institutos de pesquisas, colégios e faculdades, de investimento na formação de especialistas, da criação das universidades no século XX. Multiplicam-se as universidades, no entanto se observa que predominava a formação profissional, sem investir na pesquisa e na produção de conhecimento.

A partir da década de 50, o ritmo de desenvolvimento no país começa a se desenvolver rapidamente fruto da industrialização e do crescimento econômico, que faz surgir um movimento pela modernização do ensino superior no Brasil, e, sobretudo, com a criação de dois organismos oficiais de fomento à pesquisa: o CNPq e a CAPES, criados em 1951.

O Conselho Nacional de Pesquisa- CNPq (1951), em 1974 foi transformado em *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico*; e a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoas de Ensino Superior – CAPES tornou-se, em 1961, a Coordenação

³⁷ A Universidade do Distrito Federal foi extinta e seus cursos foram transferidos para a Universidade do Brasil em 1939.

de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES. Dois importantes órgãos de fomento à pesquisa, criados para estruturar uma política científica no Brasil.

Registra-se a importância da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), criada em 1948 com a principal finalidade de promover o desenvolvimento da ciência no país.

Além do CNPq e da CAPES, outras instituições foram importantes para a institucionalização da ciência no Brasil como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), criada em 1960, e que só entra em funcionamento em 1962, com a finalidade de dar amparo à pesquisa científica no Estado de São Paulo com recursos provenientes do próprio estado, contando com 0,5 % da arrecadação do Estado.

O CNPq e a CAPES investem no desenvolvimento da pós-graduação no país, que na década de 60 marca a sua consolidação a partir de programas de concessão de bolsas de estudo e investimentos em cursos. De acordo com Barata (2010):

Essa foi uma estratégia para melhorar a qualificação profissional das instituições, com crescentes exigências de titulação, ao mesmo tempo em que ampliava, enormemente, a massa crítica para desenvolver e pensar a ciência. Em 1965, há o registro de 41 cursos no país (32 de mestrado e 9 de doutorado) e na década seguinte, um ano antes de se iniciar o sistema de avaliação de cursos de pós-graduação da Capes, o país já registrava 583 cursos.

Na área da Linguística, foram criados os primeiros cursos de pós-graduação nas IES: UNB (1963)³⁸, USP (1966), Museu Nacional/UFRJ (1968), UNICAMP (1971), etc. Esses cursos foram impulsionados inicialmente por um movimento de titulação dos docentes das universidades brasileiras. Hoje além desses, formam pesquisadores e profissionais do ensino fundamental e médio.

Com a criação dos órgãos de fomento CAPES³⁹ e CNPq⁴⁰, bem como o desenvolvimento de suas ações, os cursos acabaram se multiplicando rapidamente no Brasil e com eles um grande número de pesquisadores foram formados para desenvolver a ciência e

³⁸ Conforme Aryon Rodrigues (Revista Alfa, 1972/1973), o primeiro curso de pós-graduação em Linguística no país nasceu em 1963 na Universidade de Brasília e vai até 1965, quando foi obrigado a fechar devido à crise que passou a universidade naquele ano.

³⁹ A CAPES está subordinada ao MEC e foi criada com a finalidade de formar recursos humanos de alto nível.

⁴⁰ O CNPq é subordinado ao MCT e nasce com a finalidade de promover e estimular a ciência e a tecnologia.

tecnologia no país. Em 1985, foi criado o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) incorporando os órgãos de fomento existentes no país.

Ainda que os órgãos de ciência no Brasil não tenham considerado em sua política científica as tecnologias produzidas pelas ciências humanas, sociais, filosofia e linguagem, a partir do século XIX, os estudos da área de linguagem mostram a produção de seus primeiros instrumentos tecnológicos que foram as gramáticas e os dicionários⁴¹ como:

Vocabulário Brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa, de Brás da Costa Rubim (1857); *Grammática Portuguesa* de Júlio Ribeiro (1881); *Estudos lexicográficos do português do Brasil* de Antônio Joaquim de Macedo Soares (1880) e *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (1888); *Dificuldades de Língua Portuguesa de Said Ali* (1908); *O Dialeto Caipira de Amadeu Amaral* (1920), *Princípios de Linguística Geral* (1941), de Mattoso Câmara; *História da Língua Portuguesa* (1952), de Serafim da Silva Neto; *A formação histórica da Língua Portuguesa* (1958) de Francisco da Silveira Bueno, para citar apenas alguns.

Na década de 1960 ainda, surgem as primeiras associações de pesquisa em Linguística, que além de congregar as pesquisas da área e promover a circulação da ciência da linguagem, colaboraram também para o debate de política científica no país. É somente em 1984 que se cria uma associação específica para pensar política de pós-graduação em Linguística, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística – ANPOLL, com o objetivo de representar politicamente os programas.

No próximo item serão estudadas as várias instituições de ciência e tecnologia que estabelecem uma relação com os periódicos científicos, buscando compreender a finalidade e funcionamento de cada uma. Em um primeiro momento objetiva-se descrever de forma breve o surgimento do órgão, finalidade e ações desenvolvidas e em seguida apresentar o que cada um desses órgãos tem desenvolvido para a circulação do conhecimento no país. Busca-se aqui nesse espaço refletir sobre o funcionamento dessas ações para a produção e circulação do saber, bem como o lugar da publicação na política científica no Brasil.

⁴¹ Convém dizer que as obras que foram consideradas aqui são as que produziram uma diferença em sua própria ordem, romperam o vínculo com Portugal e instauraram uma série. Isso não significa dizer que antes dessas obras não houvesse trabalhos publicados, mas tomam-se aqui os estudos realizados por Guimarães (2004) que apresenta em sua proposta de periodização dos estudos do Português algumas obras como instrumentos linguísticos.

4.2. O lugar da circulação do conhecimento linguístico na política científica

O *Gráfico 3* mostra que a Política Científica está em torno da produção e circulação do conhecimento. É preciso analisar o que está em jogo quando se pensa em circulação da ciência brasileira, para isso será necessário entrar nos órgãos de fomento, conhecendo as instituições, seus objetivos e ações, para investigar as políticas que estão se desenvolvendo nesse espaço de produção e circulação do conhecimento científico, que são: MCT, CNPq, CAPES, FAP's e SciELO/ISI.

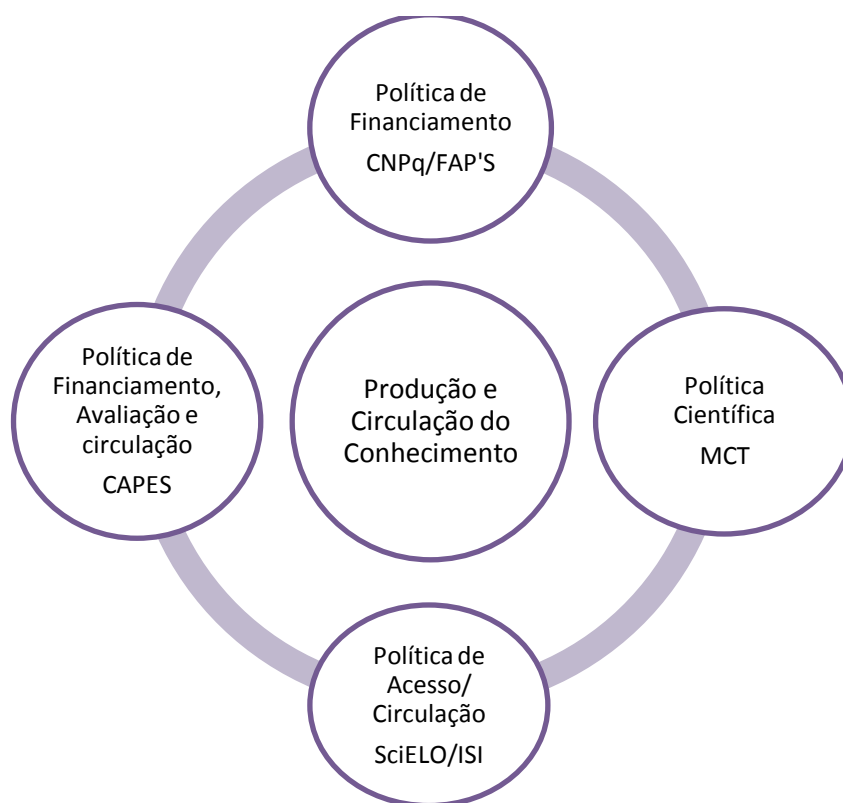


Gráfico 3 - Os periódicos em relação à política científica

A partir da análise da textualidade dos documentos oficiais, como resoluções de fundação, estatutos, portarias, relatórios de gestão, textos publicados nos sites oficiais, pretende-se analisar as instituições em torno dos periódicos científicos para compreender como a ciência, o pesquisador, a publicação foram sendo significados no processo de construção de uma política científica para editoração de periódicos no Brasil. Com isso, busca-

se compreender qual o lugar e o papel dos periódicos científicos para a política científica brasileira.

4.2.1 Política Científica - MCT

Com o objetivo de coordenar o trabalho de execução dos programas e ações que consolidam a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, foi criado pelo Decreto 91.146, em 15 de março de 1985, muito tempo depois da criação do CNPq e da CAPES, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

O site oficial do MCT apresenta como competência os seguintes assuntos:

- ✓ política nacional de pesquisa científica, tecnológica e inovação;
- ✓ planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades da ciência e tecnologia;
- ✓ política de desenvolvimento de informática e automação;
- ✓ política nacional de biossegurança;
- ✓ política espacial;
- ✓ política nuclear e controle da exportação de bens e serviços sensíveis.

O sistema do MCT é composto pelos seguintes órgãos: FINEP e CNPq; Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE); Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN); Agência Espacial Brasileira (AEB); 19 unidades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação; 4 empresas estatais: Indústrias Nucleares Brasileiras (INB); Nuclebrás Equipamentos Pesados (Nuclep); Alcântara Cyclone Space (ACS) e Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec).

A partir das competências do MCT se observa que cabe a ele organizar, planejar e coordenar a política nacional de ciência e tecnologia no país, dentre outras políticas como a de informática, automação, biossegurança, espacial, nuclear. Para isso conta com outros órgãos dentre eles FINEP e CNPq.

O MCT tem desenvolvido ao longo dos anos algumas conferências nacionais para definir o rumo da ciência, tecnologia e inovação no país, a primeira foi realizada em 1985,

contribuindo para a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia; a segunda em 2001, realizada dezesseis anos depois institui um novo modelo de financiamento para C&T por meio dos fundos setoriais⁴² e cria o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, cuja tarefa inicial foi a elaboração do Livro Branco, organizando a discussão da 2ª conferência; a terceira foi realizada em 2005, *com o forte apelo de mostrar a importância da ciência, da tecnologia e da inovação para gerar riqueza e distribuí-la pela sociedade por meio de mecanismos de inclusão social, cujo principal pilar é a educação*⁴³; a mais recente foi realizada em 2010.

A 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, realizada em maio de 2010, em Brasília, contou com um público de aproximadamente quatro mil participantes, que foram convocados para *discutir uma política de Estado para ciência, tecnologia e inovação com vistas ao desenvolvimento sustentável*.

No Relatório do MCT, são descritas a organização e a sistemática adotada para a organização da 4ª conferência:

A 4ª CNCTI – convocada sob o título de Política de Estado para Ciência, Tecnologia e Inovação com vistas ao Desenvolvimento Sustentável – foi precedida de cinco conferências regionais (CO, N, NE, SE, S), realizadas até meados de abril de 2010. Encontros estaduais e municipais e fóruns de discussão por todo o País foram estimulados como importante mecanismo de mobilização e levantamento das principais questões abordadas no evento nacional. Seis seminários preparatórios permitiram uma discussão aprofundada de grandes temas: Desenvolvimento Sustentável; O Papel da Inovação na Agenda Empresarial; Ciência Básica e a Produção de Conhecimento; Educação de Qualidade desde a Primeira Infância: o Papel da C, T&I na Redução das Desigualdades Sociais e na Inclusão Social; e O Brasil na Nova Geografia da Ciência e da Inovação Global (Relatório do MCT, p.21).

Para que a conferência acontecesse, o relatório descreve que foram realizados vários encontros estaduais, fóruns de discussão e conferências regionais. Segundo o MCT isso *reforçou ainda mais seu caráter democrático e participativo*. As discussões foram feitas com base nas prioridades do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o

⁴² Os fundos Setoriais foram criados desde 1999 com o objetivo de ampliar os investimentos na pesquisa científica de algumas áreas como Aeronáutica, Agronegócios, Amazônia, Biotecnologia, Energia, Saúde, Petróleo etc. Esses recursos são provenientes de empresas públicas e privadas. Hoje são 16 os fundos Setoriais.

⁴³ Informações retiradas do Livro Azul, da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. disponível em: www.cgee.org.br/atividades/redirect/6820

Desenvolvimento Nacional no período 2007-2010. As propostas debatidas na 4ª Conferência foram organizadas no Livro Azul, disponível *on line*.

Observa nos documentos a ênfase do democrático no processo de elaboração da política científica. Conforme Orlandi (2010), o sistema democrático coloca como objeto central de discussão o consenso. O consenso na política científica significa um efeito de unidade da comunidade científica e da sociedade como um todo em relação aos rumos dados à C&T, produzindo um efeito de concordância das ações, dos programas, das prioridades, da distribuição dos recursos.

A discursividade do relatório aponta para a realização de várias reuniões regionais (CO, N, NE, SE, S) que precederam a conferência nacional, onde se assenta um imaginário de que se tem uma opinião pública que participou da construção da política científica. Esse tipo de consenso aponta para uma maioria, um “nós” (ORLANDI, 2010).

Para a autora a produção do consenso se sustenta em uma concepção de vínculo social que produz a segregação. Essa segregação pode ser observada na política científica, uma vez que ela ao eleger suas ações prioritárias para distribuição de recursos exclui programas e projetos não considerados essenciais, ao mesmo tempo em que deixa de fora áreas de conhecimento que não foram consideradas de relevo, com isso excluem instituições, pesquisadores e regiões do país.

Voltando ao Livro Azul, do MCT, a política científica aponta alguns desafios para a C&T:

- ▶ O primeiro desafio é dar continuidade ao processo de ampliação e aperfeiçoamento das ações em C,T&I, tornando-as políticas de Estado.
- ▶ Em segundo lugar, precisamos expandir com qualidade e melhorar a distribuição geográfica da ciência.
- ▶ O terceiro desafio é melhorar a qualidade da ciência brasileira e contribuir, de fato, para o avanço da fronteira do conhecimento.
- ▶ Em quarto lugar, é preciso que Ciência, Tecnologia e Inovação se tornem efetivos componentes do desenvolvimento sustentável, com atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas empresas e incorporação de avanços nas políticas públicas.
- ▶ O quinto desafio é intensificar as ações, divulgações e iniciativas de CT&I para o grande público.
- ▶ E, finalmente, o sexto desafio é melhorar o ensino de ciência nas escolas e atrair mais jovens para as carreiras científicas (p.19).

Os dois últimos itens apontam para uma ênfase que a política de estado deve dar à socialização do conhecimento. Observa-se o imaginário de que o conhecimento não só deve circular no meio acadêmico para os pares, mas deve ser divulgado para a sociedade como um todo, para os não produtores do conhecimento. A política científica dá relevo à popularização da ciência, disseminando na sociedade a importância da ciência para o desenvolvimento do país no cotidiano das pessoas. O Livro Azul traz como recomendação o estabelecimento e execução do POP CIÊNCIA 2022 – Programa Nacional de Popularização e Apropriação Social da C,T&I 2011-2022, procurando envolver universidades e instituições de pesquisa, organismos governamentais e da sociedade civil. Para isso, argumentam:

- a) Será necessário o estabelecimento de instrumentos eficazes e ágeis para a popularização e apropriação social da C,T&I, com a criação de uma entidade ligada ao MCT. Propõe-se o fortalecimento do Comitê Assessor de Divulgação Científica do CNPq, com participação de cientistas, jornalistas e comunicadores da ciência, e uma política de editais periódicos em parceria com as FAPs. Outras ações importantes são o estímulo ao envolvimento da iniciativa privada e a criação de mecanismos para apoiar atividades de comunicação pública da ciência em todos os projetos de pesquisa de maior porte.
- b) Valorizar as atividades de popularização da C&T e promover a formação qualificada de jornalistas científicos, comunicadores da ciência e assessores de comunicação, bem como a capacitação de cientistas, professores e estudantes para a comunicação pública da ciência. Criar programas que atraiam jovens de todas as camadas sociais para carreiras de C&T.
- c) Criar uma Rede/Fórum Nacional para a popularização da CT&I, com participação da comunidade de C&T, governos e sociedade civil. Promover a expansão, aprimoramento e integração em rede dos espaços científico-culturais com uma distribuição regional menos desigual e a promoção de atividades de ciência itinerante.
- d) Fortalecer, aprimorar e estender progressivamente a Semana Nacional de C&T para todos os municípios brasileiros.
- e) Atingir uma presença mais intensa e qualificada da C,T&I em todos os meios e plataformas de comunicação na mídia brasileira, inclusive nas redes sociais, e promover a produção/veiculação de programas de divulgação e educação científica na TV, rádio e internet, incluindo a TV Pública Digital.
- f) Estabelecer legislação que promova a popularização da C,T&I no País, que possibilite incentivos fiscais para investimentos nesta área, e que favoreça maior autonomia de gestão e financeira em espaços científico-culturais e órgãos públicos de comunicação.

Percebe-se a preocupação do Estado com a divulgação científica, com a formação de uma cultura científica destinando uma política de disseminação da ciência, com investimentos inclusive na formação de pessoas para a qualidade da divulgação científica.

Conforme Graça Calda (2011), essas medidas são consideradas essenciais para a formação de uma cultura científica e várias dessas recomendações demonstram a valorização da popularização e democratização de CT&I, assim como sua relação com a cidadania.

O que se pode compreender da discursividade desse documento é o papel da divulgação científica sendo construído. Os argumentos são a *popularização e apropriação social da C,T &I*, ou seja, a ciência é tomada como um produto cuja função é beneficiar a sociedade. Para isso, planejam a formação específica dos comunicadores de ciência, nesse gesto a política científica cria um intermediário entre as pesquisas e a sociedade, um lugar ocupado pela mídia, representado pelos seus jornalistas e comunicadores de ciência com o objetivo de tornar a ciência atrativa para a sociedade, com isso aproximar jovens para a carreira. Para que isso ocorra, a política científica planeja promover incentivo à produção/veiculação de programas de divulgação e educação científica nos meios de comunicação.

O Livro Azul como se observa para os próximos anos 2011-2022 não dará relevo à circulação do conhecimento, a difusão da ciência entre seus pares, na comunidade científica nacional e internacional.

O político para o MCT se reduz ao normativo, ao diretivo, aponta Guimarães (2001) ao analisar o modo como o político no domínio das políticas públicas é interpretado pelo MCT no Documento Ciência e Tecnologia de 1996. No Livro Azul, também se vê assim, a política científica é tomada como normativa, se estrutura no planejamento, na organização administrativa dos órgãos oficiais de ciência e tecnologia e no funcionamento de seus programas e ações. O político na política científica se estrutura na produção de um consenso para uma ciência concebida como tradicional, porque é imaginariamente tomada como uma, homogênea, hierarquizada. Exemplo disso é quando o Estado, por meio de suas políticas elege suas áreas prioritárias, consideradas estratégicas, como as ciências da vida, exatas e tecnologias, apagando a diversidade teórica, bem como o modo como cada área concebe seu objeto de estudo, escolhe suas temáticas e direciona suas reflexões, apagando ainda o debate intelectual que move o funcionamento do científico.

Diante disso e tomando os periódicos científicos como interesse desse trabalho, faz-se necessário investigar nas instituições de fomento à pesquisa ações e programas que estão sendo desenvolvidos para difusão do conhecimento científico no país.

No Brasil os periódicos científicos enfrentam vários problemas que acabam comprometendo o seu desenvolvimento e a sua qualidade. As preocupações centram nos seguintes pontos: na irregularidade nas publicações, no sistema de distribuição de revistas, na falta de normalização tanto dos artigos como das revistas, na falta de corpo editorial e de *referees*, assim como baixo grau de originalidade das publicações (BONINI, 2004). Devido a esses problemas na produção e editoração de periódicos científicos o autor sustenta que os órgãos financiadores implantaram programas de incentivo financeiro que auxiliassem a continuidade das revistas.

Os órgãos de fomento a pesquisa desenvolvem algumas ações que buscam mudar o quadro das publicações em periódicos científicos aqui no Brasil, o CNPq desenvolve o programa de *Auxílio à editoração e publicação*; a CAPES investiu na avaliação das revistas com o programa *Qualis* e na acessibilidade com a criação do *Portal de Periódicos*; algumas FAPs têm investido recursos para garantir a periodicidade dos periódicos e a SciELO ao longo dos anos tem desenvolvido uma política de circulação e de indução. Todos esses programas e ações desenvolvidos por essas instituições de pesquisa serão objeto de análise nos próximos itens.

4.2.2. Política de Financiamento do CNPq

No Brasil, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), fundado em 1951, tem sido a agência do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) destinada ao fomento de pesquisa científica e tecnológica e à formação de recursos humanos para a pesquisa no país.

Além do CNPq cada estado tem desenvolvido um modo de investir na pesquisa local, criando uma Fundação de Amparo a Pesquisa (FAP's), destinando recursos da sua própria arrecadação. Hoje, apenas dois estados, Rondônia e Roraima, não possuem FAP's, essas fundações como se viu anteriormente, começam a surgir a partir da década de 60 e muito tem contribuído para o crescimento de ciência e tecnologia no país, sendo que muitas delas financiam publicações científicas em periódicos.

O CNPq conta com uma Diretoria Executiva, um Conselho Deliberativo, dois comitês de assessores, que segundo o conselho:

Além de participar desses órgãos, a comunidade científica e tecnológica do país participa também em sua gestão e política por meio dos Comitês de Assessoramento e da Comissão de Assessoramento Técnico-Científico. (*site do CNPq*)

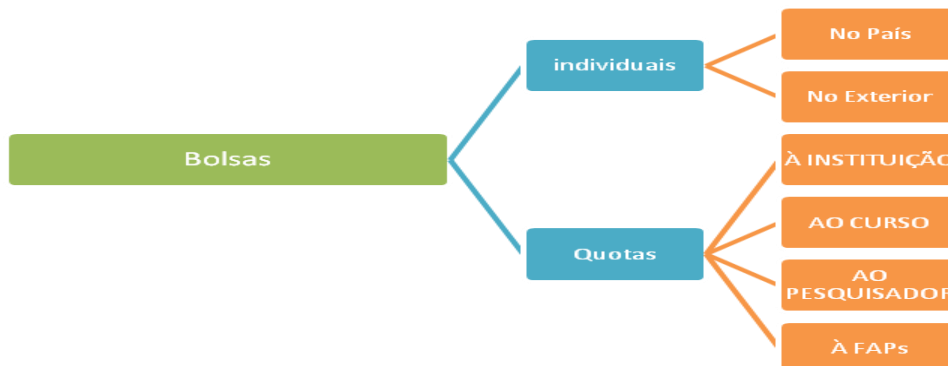
A respeito da participação da comunidade científica na definição de política científica e no julgamento de atribuição de recursos, Guimarães (2001) diz que do ponto de vista enunciativo, o que se vê é um organismo do Estado colocar a comunidade científica para dizer no lugar de enunciação do seu discurso.

Esse processo, segundo o autor, tem duas direções:

Na medida em que a comunidade científica se faz locutor no interior do discurso de um órgão do Estado, ela não só tem a si como interlocutor, mas também o Estado e o Governo. Enquanto interlocutor assim constituído, o Estado e o Governo falam não só para a comunidade científica, mas na comunidade científica. E fala na comunidade científica na medida em que um interlocutor seu, do Governo, fala na comunidade enquanto membro desta comunidade, afetado pelo papel que tem como interlocutor no Governo (p. 99).

Em relação a esse jogo de posições, o autor defende o debate indispensável como forma política da produção do conhecimento, para não deixar a voz da comunidade ser apenas um eco da voz do Estado, *ao inviabilizar o debate, alia-se à voz do Estado como modo de censura teórica no interior do domínio do saber* (p.100)

O site oficial divulga as ações que o CNPq desenvolve, conforme representado no *Gráfico 4*:



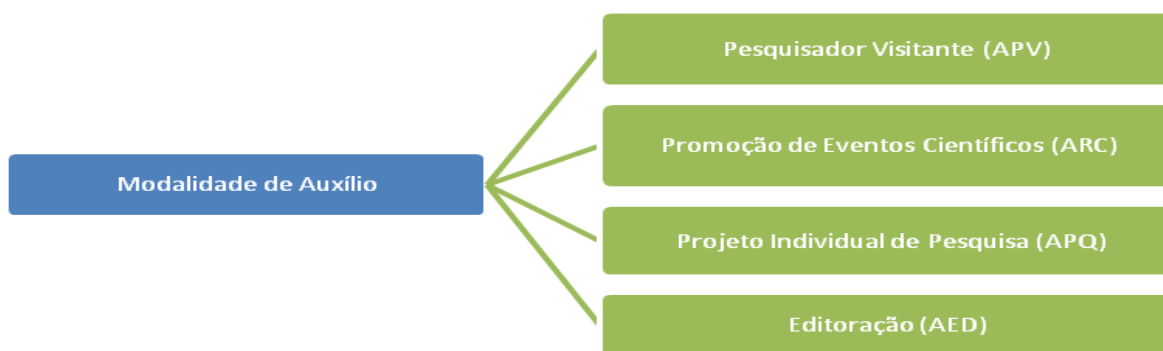


Gráfico 4 – Ações do CNPq

São duas as principais ações desenvolvidas pelo CNPq, como se pode observar: as *bolsas* e as *modalidades de auxílio*. As *bolsas* são oferecidas tanto individualmente ao pesquisador como por sistemas de quotas a instituições, aos cursos, ao pesquisador ou às fundações de apoio as pesquisas do país. Em relação às modalidades de auxílio, destaca-se dentre elas o “apoio à editoração”, que são recursos destinados a publicação de periódicos científicos, que será discutido mais adiante.

Em relação às bolsas oferecidas pelo CNPq, Guimarães (2003) traz algumas considerações importantes sobre a política científica no Brasil. Ele analisa o Programa de Bolsas Produtividade em Pesquisa (PQ) no Relatório do CNPq de 1996, uma edição histórica, correspondendo os anos de 1980 a 1996. O autor observou que a bolsa PQ foi um programa que conseguiu manter uma continuidade em relação a outras bolsas e elas cresceram consistentemente e uniformemente, produzindo ao longo dos anos um perfil do que seja um pesquisador para o país.

A propósito das Bolsas PQ, Guimarães (2003) observa que o apoio à pesquisa ocorria na forma de pagamento de pessoal, por meio de bolsas, um recurso que vem da verba de pessoal e não de custeio e capital. Com isso, percebe que a bolsa PQ foi um recurso utilizado para resolver o problema da instabilidade do financiamento à pesquisa, mas uma alternativa que demonstra uma fragilidade muito grande no modo como a pesquisa é vista no Brasil, pois não se trata de salário, mas de bolsas a pesquisadores ligados a universidades

brasileiras. As bolsas PQ funcionam como forma de estimular e remunerar o pesquisador. Sobre isso diz:

A docência é sustentada com recursos do orçamento das universidades e a pesquisa envolve, além dos recursos do orçamento das universidades, recursos de outras fontes, modelo que se repete largamente para todo tipo de apoio à pesquisa no Brasil. As verbas específicas para pesquisa são fornecidas por agentes de fomento que aplicam seus recursos no apoio aos pesquisadores que trabalham nas grandes universidades brasileiras com quadro docente qualificado. E este modelo não é nenhuma surpresa se for comparado, globalmente, a qualquer outro país do mundo (p. 196)

Com isso, o autor argumenta que a pesquisa no Brasil é sustentada sempre com recursos públicos por instituições de fomento e a Bolsa PQ pode ser considerada como um programa de demanda espontânea.

Além das ações de bolsas e auxílio apresentados no site oficial do CNPq, a agência desenvolve vários programas e projetos como demonstra a tabela 1 abaixo.

Programas do CNPq				
1.	Cooperação Internacional			
2.	RHAE - Programa de Capacitação de Áreas Estratégicas			
3.	Autorização para Coleta e Pesquisa por Estrangeiros (Expedição Científica)			
4.	Programa de Estímulo à Fixação de Recursos Humanos de Interesse dos Fundos Setoriais – PROSET			
5.	Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia - INCT			
6.	PIBIC – Bolsa de Iniciação Científica			
7.	Fundos Setoriais			
8.	PIBITI			
9.	PRONEX – Apoio a Núcleos de Excelências			
10.	PIBIC – Bolsas Ensino Médio			
11.	Importações para Pesquisa			
12.	PIBIC – Bolsas Ações Afirmativas - Projeto Piloto			
13.	PADCT – Implantação de Institutos de Pesquisa Padrão Internacional – Institutos do Milênio			
Programas e Projetos do CNPq				
1. Programa de Pesquisa em Ciências da Terra e Meio Ambiente – CGCTM:				
1.	PROANTAR - Pesquisa na Antártida			
2.	Pesquisas Ecológicas de Longa Duração – PELD			
3.	Subprograma de Ciência e Tecnologia - SPC&T – Fase II			
4.	Programa de Pesquisa em Biodiversidade - PPBio			
5.	Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas			
6.	Programa de Capacitação em Taxonomia - PROTAX			
7.	Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – PROBIO			
2. Programa de Pesquisa em Biotecnologia e Recursos Genéticos - COBRG:				
	CBAB - Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia			

Tabela 1 - Programas e Projetos do CNPq

Nos nomes dos projetos e programas desenvolvidos pela agência citados no quadro acima, verifica-se ainda de forma preliminar, algumas áreas que sobrepõem a outras, bem como programas e projetos que concorrem entre si por recursos e investimentos, essas questões levantam questionamentos importantes como: que lugar ocupa a editoração de periódicos científicos quando colocados em relação a várias ações desenvolvidas pelo CNPq?

Em relação ao programa *Auxílio à editoração e publicação*, o CNPq desenvolve essa modalidade de auxílio desde 1983⁴⁴ com o objetivo de apoiar e incentivar a editoração e publicação de periódicos científicos brasileiros impressos; nos últimos anos tem priorizado às revistas divulgadas por meio eletrônico, em todas as áreas do conhecimento. O apoio é concedido a revistas mantidas e editadas por instituição ou sociedade científica brasileira, sem fins lucrativos, de âmbito nacional e que contribuam para elevar o nível de qualidade, forma e conteúdo das revistas nacionais dedicadas à Ciência, Tecnologia e Inovação, para divulgação no Brasil e no exterior.

Para refletir sobre a política de financiamento para a circulação do conhecimento, serão observados vários relatórios de Gestão Institucional do CNPq, do período de 2001 a 2008, o Plano Plurianual – PPA de 2004-2007, a Resolução Normativa nº 17/1995, que regulamenta os programas de auxílio individuais, buscando analisar o programa *Auxílio à Editoração*.

O índice do relatório do ano de 2001, transcrito a seguir, é o ponto de partida para análise do programa:

Evolução do orçamento nos últimos 21 anos: Breve Comentário
I Programa do Ministério da Ciência e Tecnologia: Ações do CNPq
Capacitação de Recursos Humanos para a Pesquisa
Inovação para a Competitividade
Expansão e Consolidação do Conhecimento Científico e Tecnológico
Biotecnologia e Recursos Genéticos – GENOMA
Sociedade da Informação – Internet II
Ciência e Tecnologia para o Agronegócio
Ciência e Tecnologia para a Gestão de Ecossistemas
Sistemas Locais de Inovação

⁴⁴Segundo BONINI, em seu artigo *Qualis de Letras e Linguística: uma análise de seus fundamentos*. “O Programa de Apoio a Publicações Científicas do CNPq foi criado em 1983 (inicialmente, em parceria com Financiadora de Estudos e Projetos – Finep). Conta, atualmente, com o apoio da Associação Brasileira de Editores Científicos (Abec)”. Não foram encontrados documentos oficiais sobre esse registro, o documento mais antigo encontrado foi a Resolução Normativa nº 17/1995, que estabelece procedimento para os auxílios individuais, dentre eles editoração de periódicos.

Gestão da Política de Ciência e Tecnologia
Fomento à Pesquisa em Saúde

II Programa de outros Ministérios: Ações do CNPq

Proantar – Ministério da Defesa

Recursos do Mar – Ministério da Defesa

Design Brasil – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Pesquisa Aplicada na Área Energética – Ministério de Minas e Energia

III CNPq: Atividades Institucionais e Administrativas

Atividades do conselho Deliberativo – CD

Atividades do Gabinete da Presidência do CNPq

Atividades da Diretoria Executiva – DEX

Atividade da Diretoria de Administração

As condições de produção desse relatório de gestão/2001 do CNPq se dão no movimento em que o MCT trabalhava no sentido de instituir, no Brasil, a Sociedade da Informação, produzindo efeitos na política científica como a elaboração da primeira versão do programa Plataforma Lattes (1999), em seguida criando a Plataforma Lattes Institucional em 2001, com o objetivo de agregar os sistemas Lattes à rotina administrativa das universidades, e assim descentralizar as informações de ciência do país. Ainda em 2001, o MCT, para criar um novo modelo de gestão, estabeleceu parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) que culminou com a criação do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, na 2ª Conferência de Ciência e Tecnologia, com a finalidade de construir subsídios para a formulação de estratégias e programas em CT&I. Então, a implantação dessas medidas e a realização de estudos estratégicos afetam a política científica e isso pode ser observado no índice apresentado acima.

Quando o programa de *Apoio à Editoração e publicação de periódicos científicos* aponta para fora - no Relatório do CNPq - aparece numa seção intitulada “Expansão e Consolidação do Conhecimento Científico e Tecnológico”. A editoração concorre com temas macros como “Capacitação de Recursos Humanos para a Pesquisa”, “Inovação para a competitividade” e com outros temas específicos como: “GENOMA”, “Internet”, “Agronegócio”, “Ecossistema”, “Inovação”, “Gestão da Política de C&T” e “Saúde”.

Essas ações representadas por programas de algumas áreas específicas do conhecimento concorrem com o auxílio à editoração. Trata-se de ações estratégicas

apresentadas como prioritárias no Livro Verde, no Livro Azul e que foram incluídas no PPA do CNPq, que priorizam algumas áreas da Política de Estado, beneficiando umas em detrimento de outras, bem como apontam para uma hierarquização das pesquisas.

Quando se olha para dentro do relatório, no item “Expansão e consolidação do conhecimento científico e tecnológico” (p.18), o programa desenvolve as seguintes ações:

- I.3.1 - Apoio a Núcleos de Excelência – PRONEX
- I.3.2 - Implementação do Componente Científico do PADCT
- I.3.3 - Implantação de Institutos de Pesquisa Padrão Internacional – Institutos do Milênio
- I.3.4 - Fomento à Pesquisa Fundamental
- I.3.5 - Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
- I.3.6 - Fomento a Projetos Cooperativos e Multidisciplinares para a Solução de Problemas Regionais
- I.3.7 - Apoio a Grupos de Pesquisa Novos e/ou Emergentes
- I.3.8 - Consolidação de Serviços de Informação e Comunicação Científica e Tecnológica
- I.3.9 – Difusão da Produção Científica Nacional
- I.3.10 - Fomento a Projetos de Cooperação Científica e Tecnológica

Percebe-se que ao competir com outros programas de expansão do conhecimento, a editoração desce do terceiro para o nono lugar, uma vez que a política dá prioridade mais uma vez a projetos macros como PRONEX, PADCT, Instituto do Milênio e Fomento à Pesquisa Fundamental.

Segundo o relatório, o programa de expansão representou em 2001, 9% do orçamento do órgão, conforme nos mostra a *tabela 2* abaixo:

Tabela 2 – Programa de Expansão 2000 – 2001

AÇÕES	2000		2001	
	Dispêndio	%	Dispêndio	%
Apoio a Núcleos de Excelência – PRONEX	19.201	28	17.807	25
Implementação do Componente Científico do PADCT	2.922	4	6.931	10
Fomento à Pesquisa Fundamental	7.574	11	15.212	21
Fomento a Projetos Cooperativos e Multidisciplinares para a Solução de Problemas Regionais	1.595	2	1.790	3
Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	496	1	611	1
Apoio a Grupos de Pesquisa Novos e/ou Emergentes	1.200	2	1.312	2
Consolidação de Serviços de Informação e Comunicação Científica e Tecnológica	1.674	2	1838	3
Difusão da Produção Científica Nacional	247	0	-	0

Fomento a Projetos de Cooperação Científica e Tecnológica	1.324	2	1.085	2
Implantação de Institutos de Pesquisa Padrão Internacional – Institutos do Milênio	-	0	22.266	31
Institutos de Pesquisa vinculados ao MCT	31.513	46	-	-
Ações executadas pelo CNPq em parceria com o MCT	-	-	1.612	2
TOTAL	67.746	100	70.464	100

Fonte: Relatório de Gestão 2001/CNPq p.18.

O auxílio à produção científica se insere dentro do programa “Difusão da produção científica nacional”, sendo a única ação desenvolvida nesse programa. Os recursos destinados ao PRONEX, ao PADCT, aos Institutos do Milênio são investimentos para a criação e a consolidação de núcleos e instituições de pesquisas, constituindo os grupos de excelência de “padrão internacional” em áreas que a Política Científica considera estratégicas como saúde, meio ambiente e informação.

No item “Consolidação de Serviços de Informação e Comunicação Científica e Tecnológica” registra investimentos com estatísticas do CNPq, como a publicação do “O Fomento do CNPq”, consolidação do sistema Lattes, desenvolvimento de uma base de dados de currículos para implantação no âmbito da América Latina, Caribe e Países Ibéricos junto com a BIREME/OPAS.

Nessa tabela registra um investimento, em 2000, de 247 mil reais para apoio a revistas científicas e investimento zero para o ano de 2001 nessa mesma modalidade.

Com essas observações, pode-se dizer que o financiamento de C&T dá um direcionamento das ações do pesquisador, em outras palavras pode-se dizer que são os recursos que determinam o que deve ou não ser prioridade, e as prioridades se sustentam no imaginário de ciência que funciona de forma hierarquizada.

Guimarães (2003), ao analisar os *Programas Especiais*, no relatório de 1996 (1980-1996) do CNPq, verifica que eles têm a finalidade de apoiar as áreas: Biotecnológica, Desenvolvimento Tecnológico, Informática e Meio Ambiente, que são tomadas como áreas estratégicas da política científica e tecnológica no Brasil. Inclusive criando um programa para qualificar pessoas para atuar nessas áreas estratégicas. Observa o autor:

Assim, o que estes programas especiais significam a propósito da política científica brasileira? Significa que aquilo que deve receber atenção especial é o campo das tecnologias e das ciências que possibilitam seu

desenvolvimento. E isto é predicado de um modo muito específico: tecnologia é o que diz respeito à produção de resultados vindos das áreas Técnicas, Exatas e Experimentais (p. 198).

Para além de priorizar as áreas Técnicas, Exatas e Experimentais, o autor ainda levanta uma outra questão, a concepção de ciência & tecnologia que norteia a política científica:

O que se vê então, é que esta posição que empobrece a concepção de ciência e de tecnologia se significa na medida em que também significa a falta de lugar para as Ciências Humanas no momento em que o Estado formula suas prioridades. Ou seja, esta redução da ciência e da tecnologia se formula na mesma cena que insiste na não cientificidade do que se configurou como o domínio das Ciências Humanas, a partir do século XIX (198-199).

A concepção de ciência formulada pela política científica do CNPq é tradicional, diz o autor, na medida em que concebe tradicionalmente o sentido de tecnologia e exclui outras áreas como a Filosofia, as Ciências Humanas e Sociais. Para o autor, somente a discussão teórica vai abrir a possibilidade de ampliar o sentido de ciência e tecnologia evitando assim que ela tenha um caráter utilitário.

É necessário observar como que hoje estão funcionando esses sentidos de ciência e tecnologia, bem como analisar o lugar que ocupa a linguística na política científica. Para verificar essa questão selecionamos o Relatório de Gestão de 2002. Nesse relatório, no programa *Difusão da Produção Científica Nacional*, mostra o financiamento de vários periódicos científicos mantidos e editados por instituições ou sociedades científicas brasileiras. A meta que o órgão estabeleceu para o ano de 2002 foi a de apoiar 100 periódicos científicos. Conforme o relatório, a meta foi ultrapassada, atingindo um total de 137 publicações; isso foi possível, segundo a agência, devido à utilização de recursos adicionais advindos de outro programa o “Programa de Capacitação de Recursos Humanos para a Pesquisa”.

A *tabela 3* abaixo apresenta o número de publicações por áreas de conhecimento beneficiadas em 2002, com recursos destinados ao Auxílio à Editoração do CNPq:

Apoio a Periódicos por área de Conhecimento	N.º Publicação	%
Ciências Agrárias	11	08
Ciências Biológicas	15	11
Ciências Exatas e da Terra	08	06

Ciências Humanas	53	39
Ciências Sociais Aplicadas	09	07
Ciências da Saúde	26	19
Engenharias	06	04
Linguística, Letras e Artes	05	04
Outras (multidisciplinares)	04	03
Total	137	100

Tabela 3 – Apoio por área de conhecimento

Observa-se que a área *Linguística, Letras e Artes* obteve apenas cinco projetos aprovados, esse número tão pequeno deve-se dentre outras questões a falta de lugar da área de linguagem na Política Científica dada a concepção de ciência em que os órgãos de C&T se inscrevem e a área de linguagem não ser considerada estratégica. Em relação à área de *Ciências Humanas*, foram financiados o maior número de revistas, 59 periódicos. Como compreender esses números? Quando se olha, por exemplo para o número de projetos aprovados na área de Ciências Humanas, não significa que tem mais recursos para ela, uma vez que na Tabela de Áreas do Conhecimento, a grande área Ciências Humanas conta com 10 áreas que são a Filosofia, Sociologia, Antropologia, Arqueologia, História, Geografia, Psicologia, Educação Ciências Políticas e Teologia, que se subdividem em 55 subáreas. Além disso, outros fatores devem ser considerados. As *Ciências Humanas*, diferente das *Ciências Biológicas*, por exemplo, é menos publicável em “língua estrangeira”, o que pode favorecer uma política que vise a uma circulação pelo menos nacional. E tanto as Ciências Humanas quanto as áreas de Letras e Linguística desenvolvem pesquisas sobre a realidade brasileira.

O CNPq após demonstrar as áreas contempladas com recursos para editoração de revistas traz a seguinte observação:

Em decorrência, enfatiza-se aqui, mais uma vez, tal como já tinha sido feito em 2001, a extrema necessidade de se ampliar o orçamento anual dessa ação para futuros exercícios, em cerca de R\$ 4 milhões, uma vez que existe uma grande quantidade de publicações de alto nível que devem ser apoiadas (Relatório de Gestão Institucional de 2002).

Na seleção de 2002, pode-se dizer que havia uma grande quantidade de periódicos de alto nível, mas que não tinha orçamento suficiente para apoio à editoração, isso fez com que a equipe solicitasse a ampliação do orçamento para os próximos anos.

Com o objetivo de compreender os investimentos destinados à publicação de periódicos, fez-se necessário conhecer os recursos destinados ano a ano, para isso será analisada a discursividade dos relatórios de Gestão do CNPq de 2001, 2002, 2003 e 2006, colocando-os em relação à tabela Quadro 1 – Fomento à pesquisa: investimentos realizados segundo modalidades – 1996-2009, disponibilizada no anexo dessa tese.

No Relatório de 2003, em relação ao ano anterior, o programa “Expansão e Consolidação do conhecimento Científico e Tecnológico” passa a concorrer com mais um programa, o programa “Climatologia, Meteorologia e Hidrologia”, como se pode ver no índice do relatório, que passa a ocupar o terceiro item dos programas da Agência. Esse novo programa conforme mostra a tabela (da p. 52) recebe 11.989 milhões. As ações desse programa são realizadas em parceria com o MCT com recursos do Fundo Setorial CT-HIDRO. No programa “Gestão da Política de Ciência e Tecnologia”, do MCT, os investimentos centraram em projetos relacionados ao planejamento, avaliação e controle da Ciência e Tecnologia, conforme o relatório, em especial, na ação “Produção e Difusão de Indicadores de Ciência e Tecnologia” (p.55).

Na tabela que mostra os investimentos para “Expansão e Consolidação do Conhecimento Científico e Tecnológico” (p. 18), verifica-se gastos para a “Difusão da Produção Científica Nacional” de 32 mil, em 2002 e 1.431,5 milhão, em 2003. Na discursividade do relatório, nos comentários que faz em relação à distribuição dos recursos para expansão, diz que as áreas que receberam maior investimento nesse programa foram “Fomento a Pesquisa Fundamental” (26,9%), “PRONEX” (24,4%), “Institutos do Milênio” (23,9%). Investiu-se R\$ 6,5 milhões (recurso do MCT) na implantação do Centro de Referência em Nanotecnologia, no rio Grande do Sul e R\$ 15,8 milhões (CT-INFRA) em infra-estrutura de pesquisa. Observa-se que no gesto de formulação do relatório (p.18-19) nos comentários sobre os gastos com o programa de expansão o gestor não fala, não explica os investimentos com a ação “Difusão da Produção Científica Nacional”, ele a omite.

A partir do relatório de 2004 o Programa de “Expansão e consolidação do conhecimento Científico e Tecnológico” cede lugar para “Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico”. O que significa essa mudança de nome no programa em que a difusão da produção científica está inserida? Entre um programa que se

intitula de “expansão e consolidação” e um outro de “promoção” observa-se um funcionamento contraditório de transição, de mudança, de ruptura e de continuidade.

Trata-se da passagem do encerramento do PPA 2000-2003 e o início do novo PPA 2004-2007. Algumas ações são concluídas, outras são incluídas, outras, ainda, são direcionadas para outros programas. No programa “Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico”, por exemplo, são incluídas três outras ações: “Fomento a Pesquisa Estratégica em Saúde”, “Fomento ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT III)” e “Ações executadas pelo CNPq com recursos do Fundo CT-INFRA”, que já existiam e que foram redirecionadas para outro programa em 2004.

Cinco novos programas foram criados em 2004 para atender o novo PPA: “Ciência e Tecnologia para Inclusão Social”, “Competitividade das Cadeias Produtivas (MDIC)”, “Desenvolvimento da Nanociência e da Nanotecnologia”, “Difusão e Popularização da Ciência” e “Ciência, Natureza e Sociedade”. Como se pode observar, a política estratégica insiste em apagar a diversidade das ciências.

Em 2004 a Chamada CNPq 02/2004, para apoiar a editoração e publicação de periódicos científicos brasileiros, destinou R\$ 2,5 milhões para essa modalidade. Foram apresentadas como demanda 372 propostas com estimativas para R\$ 16 milhões, foram recomendadas 164, das quais 158 foram selecionadas, entre anais, boletins, cadernos e revistas. A área “Letras e Artes” apresentou 30 propostas, mas somente 7 foram aprovadas, recebendo um total de 55.000 mil de investimento. De todas as áreas, a área *de Linguística, Letras e Artes* foi a que menos recebeu recursos.

A “Difusão da Produção Científica Nacional”, no Relatório de Gestão de 2006, continua sendo uma ação do programa “Promoção da pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico”. Esse programa recebeu 11% do orçamento do CNPq, destes a publicação do conhecimento recebeu somente 2%, enquanto 40% foi para Fomento à Pesquisa Fundamental e 22% para o PRONEX e 22% para os institutos do milênio.

Nos documentos analisados do CNPq, observa-se que os investimentos para circulação do conhecimento científico ocorrem em três modalidades de auxílios individuais:

1. Participação em Eventos Científicos – **AVG**;
2. Promoção de Eventos Científicos – **ARC** e

3. Editoração – **AED**. Aqui se deterá a análise apenas no programa para editoração de revistas científicas.

O programa de apoio à publicação se restringe em Auxílio à Editoração, recurso destinado basicamente para despesas com material de consumo, correio, editoração, serviços gráficos, serviços de geração e manutenção de página na internet, no caso das revistas eletrônicas.

Os investimentos em editoração de revistas do período de 1996 a 2009, divulgados no *site* oficial do CNPq, pode ser demonstrado no gráfico 5 abaixo:

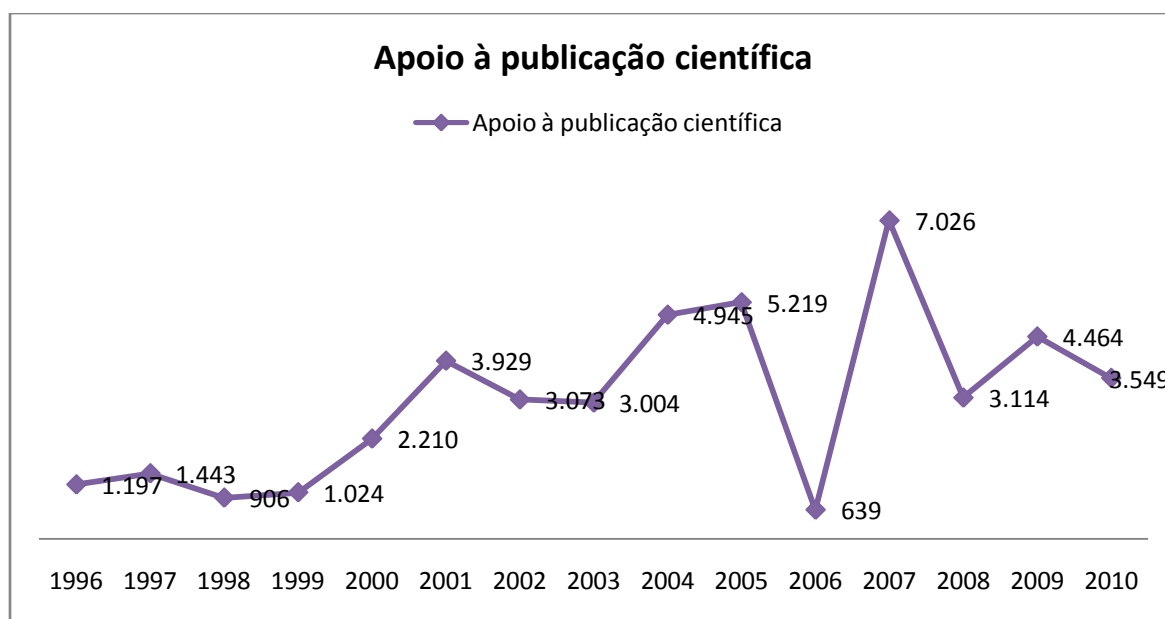


Gráfico 5 - Investimento em Editoração 1996-2009

O gráfico 6 foi elaborado com dados retirados da tabela do site do CNPq, no *Quadro 1*, intitulado *CNPq - Fomento à pesquisa: investimentos realizados segundo modalidades – 1996-2009*, demonstrada no anexo dessa pesquisa.

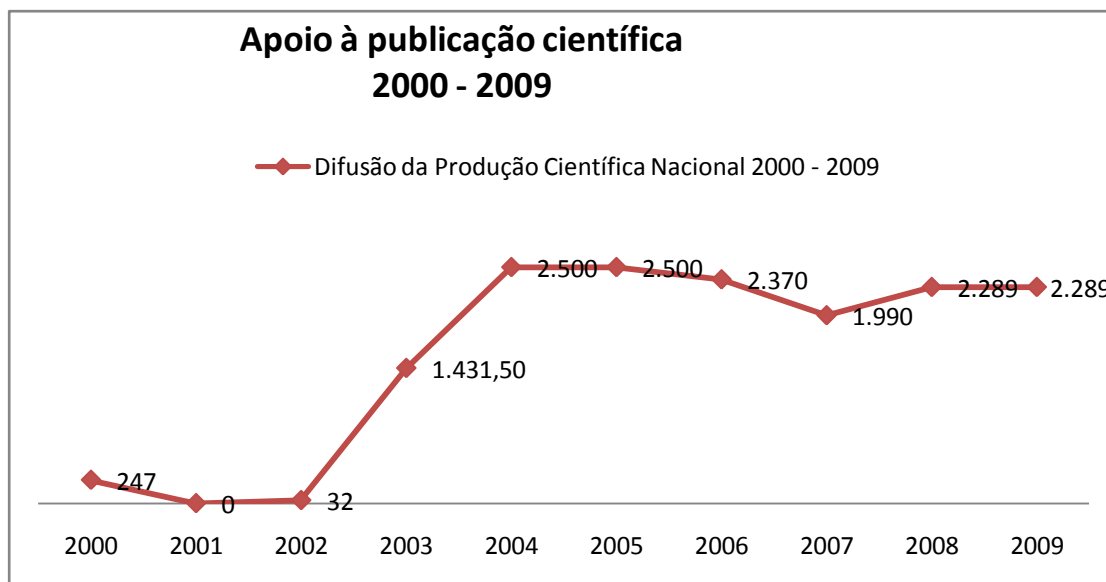


Gráfico 6– Investimento em editoração de 2000 – 2009 (conforme relatórios anuais).

A primeira questão que se observa é a contradição desses números disponibilizados no site (Gráfico 5) com os apresentados pelas tabelas de investimentos nos relatórios anuais de gestão do CNPq (Gráfico 6). No gráfico 6, encontram-se os investimentos ano a ano descritos nos relatórios analisados do CNPq:

O relatório ainda menciona que desde 2006, para desenvolvimento dessa ação, o CNPq junto com a CAPES tem destinado verbas para publicação da ordem de R\$ de 5.000 milhões, oriundos do Tesouro Nacional, sendo 50% proveniente do CNPq e 50% da CAPES.

Olhando para os dois gráficos, um com informações do site (Gráfico 3) e o outro elaborado com as informações retiradas dos relatórios anuais de 2000 a 2009, observa-se que os valores de investimento em editoração não batem um com o outro. Nesse sentido, pode-se dizer que recursos destinados para outros programas também financiaram publicação de periódicos. Além dos editais, outros programas como o Apoio a Núcleos de Excelência – PRONEX, Apoio a grupos novos e emergentes, Institutos do Milênio, dentre outros podem ter executado esse tipo de ação. Só que em nenhum momento isso é descrito no relatório.

A contradição desses investimentos (Gráficos 3 e 4) demonstra confusão na compreensão dos relatórios, bem como a falta desse detalhamento nos investimentos silencia explicações e esclarecimentos fundamentais na distribuição de recursos. Se outros programas específicos destinam recursos para publicação e circulação dos seus estudos não há qualquer problema nisso. O único questionamento que se faz aqui é que esses recursos não sendo computados nos relatórios anuais para a Editoração produzem um efeito de contradição determinada pela falta de explicação, falta de esclarecimento. Outras questões importantes sobre isso ficam e reclamar sentidos, quais são as áreas contempladas por esses recursos? São mais uma vez para as áreas consideradas estratégicas?

Avançando na tabela disponibilizada no site, para apoio à editoração de 1996 a 2010, pode-se observar que há um avanço considerável de investimento a essa modalidade. No entanto, também se observa uma oscilação em 1999 e 2000, que se deve, sobretudo, ao foco na informatização da C&T, como dito anteriormente, e em 2002 e 2003 o CNPq centrou seus investimentos em grupos de excelência e institutos do milênio. No ano de 2007, ocorre o maior investimento nessa modalidade, na ordem de 7.026 milhões, fruto de uma parceria com a CAPES/MEC. Em 2008, apresenta uma queda (3.114) que parece manter-se nos anos subsequentes.

As políticas de incentivo à formação de recursos humanos para a pesquisa e a promoção da pesquisa desenvolvidas pelas agências de fomento tanto do CNPq quanto a CAPES têm sido importantes para fomentar a produção do conhecimento científico, entretanto se observa que falta para completar o ciclo instrumentos para fortalecer/consolidar uma política para circulação desse conhecimento em nível nacional e internacional. Sem a circulação do conhecimento a visibilidade das pesquisas, sua expansão, difusão, disseminação, promoção – para usar os termos da política científica - ficam comprometidos.

Em 2011, os dados oficiais registram um total de 218 projetos aprovados e com um investimento de 5.449.559 milhões, mantendo a queda em relação a 2007⁴⁵.

⁴⁵ Informações adquiridas no site do CNPq, acesso em 04/01/12.

A partir da tabela divulgada pelo CNPq sobre os investimentos para o Fomento à Pesquisa de 2001 a 2009 das grandes áreas e das modalidades (Anexo II), elaborou-se a Tabela 4 abaixo de maneira a dar visibilidade aos investimentos com editoração por área.

Tabela 4 - Apoio à publicação por grande área

Grande Área	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Ciências Agrárias	308	275	596	574	895	15	1.154	3.309	1.808	8.934
Ciências Biológicas	321	486	483	730	885	85	1.286	319	806	5.401
Ciências da Saúde	1.341	874	613	1.501	1.098	38	1.331	418	1.125	8.339
Ciências Exatas e da Terra	423	159	314	384	475	35	594	386	383	3.153
Engenharias e Computação	228	78	225	350	259	30	504	385	344	2.403
Ciências Humanas	827	878	613	1.118	1.261	60	1.346	540	563	7.206
Ciências Sociais Aplicadas	393	153	83	168	198	56	373	255	199	1.873
Linguística, Letras e Artes	89	56	55	81	50	-	127	75	58	591
Multidisciplinares	-	115	22	40	98	320	312	413	-	1.320
Total	3.930	3.074	3.004	4.946	5.219	639	7.027	6.100	5.286	39.010

A grande área “Linguística, Letras e Artes” recebeu no período de 2001 a 2009 o total de 591 mil reais referentes a investimentos com editoração de revistas. Quando colocamos esses valores em relação aos recursos recebidos pelas demais áreas pode-se perceber que a Linguística Letras e Artes está entre as áreas a que menos receberam apoio à publicação. As áreas mais beneficiadas foram: Ciências Agrárias, com 8.934; Ciências da Saúde, com 8.339; Ciências Humanas, com 7.206 e Ciências Biológicas, com 5.401. Mesmo sem ter os valores dos investimentos no interior das áreas, e sem informações a respeito do processo de seleção (por exemplo, se as propostas não compareceram para concorrência com as demais áreas ou se as propostas que foram enviadas foram indeferidas), é possível perceber que a área “Linguística, Letras e Artes” não faz parte do grupo das áreas estratégicas, portanto sem lugar na política de editoração de revistas.

Na avaliação que se tem feito nos relatórios do CNPq, a publicação do conhecimento científico no Brasil foi ganhando vários movimentos, que remetem o programa ora para dentro, competindo com temas da mesma linha, ora para fora, competindo com temas gerais. Isso culminou em diferentes nomeações para o programa de editoração, para citar apenas algumas: *Apoio à editoração*, *Auxílio à editoração e publicação*, *Fomento à Pesquisa*,

Expansão e Consolidação do Conhecimento Científico e Tecnológico, Promoção da pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Difusão da Produção Científica Nacional, Apoio a publicações científicas, dentre outras. Observa-se que essas nomeações ora ampliam, ora restringem o sentido do programa para publicações de periódicos. Quando se olha para as nomeações dadas nos índices gerais, elas se apresentam como “expansão”, “consolidação”, “difusão”, “promoção” produzindo efeitos de que o Brasil tem produções consistentes, importantes consolidadas. Quando as nomeações são remetidas para dentro do relatório a publicação de periódicos é tomada em um sentido mais restrito, caracterizando-se como “apoio”, “auxílio”, reduzindo a publicação do conhecimento de ciência e tecnologia no país ao caráter de incentivo, como se o país ainda não contasse com produções relevantes, para aquilo que foi nomeado no relatório de “padrão internacional”. É nessas contradições, nessa tensão que se pode perceber o lugar de instabilidade da circulação do conhecimento na política científica. Os poucos investimentos à editoração podem ser indicativos de que as universidades e FAPs devem criar seus próprios mecanismos de garantir a sustentação dos periódicos científicos.

Em 1995, quando o CNPq publica a *Resolução Normativa nº 17/1995* do CNPq, ele normatiza procedimentos para a concessão das várias modalidades de auxílios individuais para editoração conforme alguns recortes destacados na tabela a seguir:

Resolução Normativa nº 17/1995 – Apoio à Editoração	
<p>7.1. Objetivos</p> <p>Apoiar publicações técnico-científicas nacionais, mantidas e editadas por instituição ou sociedade científica brasileira de âmbito nacional, contribuindo para elevar o nível de qualidade, forma e conteúdo dos periódicos para divulgação no Brasil e exterior.</p>	<p>7.2. Requisitos para a publicação</p> <p>a) publicar mais de 50% (cinquenta por cento) de artigos de natureza científica e/ou tecnológica, apresentando resultados originais e inéditos, de uma determinada área do conhecimento.</p> <p>b) ter abrangência nacional quanto a colaboradores, corpo editorial e conselho científico (referees), conforme norma específica do programa editorial.</p> <p>c) apresentar o Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas (ISSN), obtido através do IBICT/CNPq</p>
<p>7.4. Itens de custeio financiáveis</p> <p>a) material de consumo; e</p> <p>b) outros serviços de terceiros (pessoa física e jurídica), incluindo despesas com editores e colaboradores.</p>	<p>7.5. Documentos indispensáveis para inscrição</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formulário CNPq 167, Solicitação de Auxílio Editoração. - Orçamento detalhado de duas gráficas, com indicação da que foi escolhida e justificativa da opção. - Um exemplar dos dois últimos números publicados. - Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas (ISSN), obtido através do IBICT/CNPq.

Tabela 5 – Recortes da Resolução normativa n. 17/1995

Observa-se nessa resolução normativa que o programa de apoio à editoração, em 1995 foi pensado para “elevar o nível” dos periódicos científicos, de modo que eles pudessem contribuir para a disseminação do conhecimento científico no Brasil e no exterior.

Apenas três foram os requisitos apontados no documento para apresentação de propostas: 50% de artigos científicos e tecnológicos, corpo editorial e conselho científico constituído de colaboradores nacionais, além de apresentar o número do ISSN, obtido através do IBICT/CNPq. Para fazer a inscrição, o proponente deveria preencher o formulário específico, apresentar orçamento de duas gráficas e um exemplar dos dois últimos números da revistas.

A institucionalização de uma política para editoração e a constituição do que é uma revista científica e de como deve ser podem ser vistas na análise dos vários editais de chamadas para o programa que foi se desenhando no período compreendido de 2001 a 2010. A tabela abaixo mostra uma seleção de recortes dos editais de 2003 e 2010 com o objetivo de compreender o processo de institucionalização da política de financiamento para editoração.

Chamada CNPq nº 02/2003 - Programa Editorial	Editai MCT/CNPq/MEC/CAPES nº 68/2010
1.1 - Objetivo Apoiar a editoração e publicação de periódicos científicos brasileiros, em todas as áreas do conhecimento, mantidos e editados por instituição ou sociedade científica brasileira, sem fins lucrativos, de âmbito nacional, que contribuam para elevar o nível de qualidade, forma e conteúdo das revistas nacionais dedicadas à C&T, para divulgação no Brasil e Exterior.	II.1.1. DO OBJETO Apoiar e incentivar a editoração e a publicação de periódicos científicos brasileiros, em todas as áreas do conhecimento, sendo considerado prioritário o apoio às revistas divulgadas por meio eletrônico, na Internet, em modo de acesso aberto, ou de forma impressa/eletrônica simultaneamente.

<p>3.1.1 - Requisitos básicos para aceitação da proposta: Para a Revista:</p> <p>a) ter mais de 50% de artigos científicos e/ou técnico-científicos publicados e gerados a partir de pesquisas originais, não divulgadas em outras revistas;</p> <p>b) possuir abrangência nacional/internacional quanto a colaboradores, corpo editorial e conselho científico (este, de alto nível);</p> <p>c) ter circulado regularmente no ano imediatamente anterior à data da solicitação;</p> <p>d) ter publicado, no mínimo, 5 (cinco) artigos por fascículo;</p> <p>e) ter publicação de, pelo menos, 2 (dois) fascículos por ano;</p> <p>f) não ser revista departamental, institucional ou regional que publique predominantemente trabalhos localizados;</p> <p>g) atender aos padrões mínimos de normalização da ABNT;</p> <p>h) possuir número internacional normatizado para publicações seriadas ISSN (obtido junto ao Instituto Brasileiro de Informação em C&T – IBICT).</p>	<p>II.2.2. QUANTO À PROPOSTA II.2.2.1 - O periódico deve ter como características obrigatórias:</p> <p>a) ser mantido e editado por instituição, associação ou sociedade científica brasileira, sem fins lucrativos;</p> <p>b) estar indexado pelo menos na base de dados SciELO e/ou estar classificado no Qualis da CAPES com classificação mínima de B2 na área ou subárea do conhecimento para a qual esteja se candidatando. O periódico deve estar indexado em bases relevantes e reconhecidas pela comunidade científica e tecnológica, tais como nas bases ISI (Thowson Co) ou Scopus (Elsevier) e, estar efetivamente indexado e não figurando em coleções como banco de dados, bibliotecas ou outras do tipo;</p> <p>c) possuir abrangência nacional e internacional quanto a autores, corpo editorial e conselho científico, com afiliação institucional em todos os fascículos e adotar política editorial estrita de revisão por pares;</p> <p>d) não ser revista departamental, regional, ou de curso de pós-graduação que publique predominantemente artigos de autores locais;</p> <p>e) ter mais de 80% de artigos científicos e/ou técnico-científicos publicados e gerados a partir de pesquisas originais, não divulgadas em outras revistas;</p> <p>f) ter circulado de forma regular nos 2 (dois) anos imediatamente anteriores à data da solicitação (ou seja 2008-2009);</p> <p>g) apresentar periodicidade de pelo menos 2 (dois) fascículos ao ano;</p> <p>h) possuir número internacional normatizado para publicações seriadas - ISSN (obtido junto ao Instituto Brasileiro de Informação em C&T-IBICT);</p> <p>i) representar em relação a outros periódicos da mesma área, a opção majoritária de publicações por autores brasileiros.</p> <p>Observação: o periódico deve atender às características acima até a data limite de submissão das propostas.</p>
<p>Para o Editor:</p> <p>a) ser pesquisador de comprovada qualificação e experiência, e/ou dirigente de associação científica e/ou tecnológica, de âmbito nacional;</p> <p>b) possuir currículo Lattes atualizado.</p>	<p>II.2.1. QUANTO AO PROPONENTE E EQUIPE DE APOIO II.2.1.1 - O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo:</p> <p>a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado no prazo de até 7 (sete) dias após a data limite para submissão da proposta, conforme RN-004/2008 (http://www.cnpq.br/normas/rn_08_004.htm).</p> <p>b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto;</p> <p>c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto. Vínculo formal é entendido como toda e qualquer forma de vinculação existente entre o proponente, pessoa física, e a instituição de execução do projeto. Na inexistência de vínculo empregatício ou funcional, o vínculo estará caracterizado por meio de documento oficial que comprove haver concordância entre o proponente e a instituição de execução do projeto para o desenvolvimento da atividade de pesquisa e/ou ensino, documento esse expedido por autoridade competente da instituição. Esse documento deve ficar em poder do proponente, não sendo necessária a remessa ao CNPq. O pesquisador aposentado poderá apresentar proposta ao edital desde que possua o título de doutor e tenha seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado no prazo de até 7 (sete) dias após a data limite para submissão da proposta, conforme RN-004/2008 (http://www.cnpq.br/normas/rn_08_004.htm), comprove manter atividades acadêmico-científicas, apresente declaração da instituição de pesquisa ou de pesquisa e ensino concordando com a execução do projeto</p> <p>d) o mesmo proponente/editor não pode ser coordenador/responsável de mais de uma proposta para este Edital.</p>

Tabela 6 – Recortes dos Editais de Editoração de 2003-2010

No edital de 2003 percebe-se um pressuposto sustentando a política de Auxílio à Editoração: elevar o nível de qualidade das produções. Esse pressuposto é efeito do modo como a Política Científica compreende as produções desenvolvidas no país, ou seja, para a concepção das agências as publicações não têm “padrão internacional”.

Além disso, a “qualidade” das publicações apontada no edital não pode ser tomada em sua evidência, como um sentido já dado, inquestionável. A evidência dos sentidos é um efeito do simbólico, produzido pelo ideológico, pelo histórico. Nessa perspectiva, os gestores, ao elaborarem as suas políticas, têm sempre a ilusão do controle dos sentidos, isso explica o empenho das agências de fomento em medir a qualidade das produções por meio de padrões e modelos presentes na Bibliometria, Cienciometria e Informetria, abordagens que compreendem que a ciência pode ser retratada por meio de resultados. Nos relatórios de gestão, foram observados investimentos para criação de programas para avaliar a ciência produzida no Brasil, a fim de obter parâmetro para desenvolver a Política de Ciência e Tecnologia.

Em 2010, são eleitas como prioridade as revistas eletrônicas, sustentadas pela política da Sociedade da Informação em que o conhecimento é confundido com informação. E desse modo procura avançar na agilidade de acesso à produção do conhecimento. As revistas eletrônicas começam a ser incentivadas pela política científica a partir do edital de 2004 na tentativa de solucionar alguns dos problemas enfrentados pelo periódico impresso, dentre eles a questão econômica, a divulgação lenta, a falha na pontualidade da publicação, a pouca circulação nos meios científicos internacionais, além da falta de visibilidade na produção científica (COSTA, 2007).

Os periódicos científicos eletrônicos são favoráveis na academia porque proporcionam maior rapidez na circulação do conhecimento, reduzem custos, além de descentralizarem o conhecimento dos grandes centros, abrindo caminhos para novos pesquisadores (TARGINO, 1999, *apud* ARAÚJO, E. A.).

Quanto ao projeto editorial, percebe-se que no edital de 2003 não havia grandes exigências quanto ao encaminhamento de proposta, no entanto no edital de 2010, isso fica explicitado, como se pode verificar nos itens “b”, “c” e “f” a seguir:

II.2.2.2 – A “descrição detalhada” do projeto deverá ser apresentada como arquivo anexado, gerado fora do Formulário de Propostas On-Line, contendo os seguintes itens:

a) os endereços eletrônicos do periódico na Internet, inclusive os endereços indexados;

b) texto conciso contendo a missão do periódico e sua política editorial;

c) singularidade do periódico assegurada por análise detalhada que garanta as vantagens comparativas com outros periódicos editados no país na mesma subárea alvo;

d) tabela com dados dos últimos 2 (dois) anos (2008-2009) contendo o número de artigos submetidos por ano, número de artigos aceitos para publicação, tempo entre a submissão e a publicação, bem como metas a serem atingidas nos próximos 2 (dois) anos.

e) tabela com a relação de indexadores que oficialmente já reconhecem o periódico com seus respectivos endereços eletrônicos.

f) explicitar a existência de compromissos e/ou projetos visando a modernização dos processos de editoração (são meus os destaques)

Nos itens em negrito, observa-se que a exigência concentra na estruturação, sistematização e organicidade do periódico, incentivando os editores a refletirem sobre o periódico que organizam em relação aos demais da mesma área de atuação e que planejem o desenvolvimento de suas revistas. A política editorial de periódicos científicos acaba sendo construída como efeito das exigências apontadas pela agência, que no imaginário das agências vão garantir a qualidade das produções e ao mesmo tempo pela quantidade grande de periódicos que começam a ser produzidos, de um lado pela indução da política científica e, por outro, pelo sistema de avaliação implantado tanto em nível nacional quanto institucionalmente em cada universidade. Sistema de avaliação que cada vez mais reduz a prática acadêmico-científica a um número materializado na quantidade de publicações, preferencialmente, em periódicos internacionais e indexados.

No período de 2003 a 2010, percebe-se ainda que a cada edital lançado ampliavam-se os pré-requisitos para concessão dos recursos à editoração, isso se deve ao modo como em cada época se concebia a revista científica. Um dos aspectos que ressaltam nessas análises é o interesse de internacionalizar as pesquisas que o Brasil desenvolvia. Todo esse movimento de definição de critérios e requisitos nos editais mostra a construção de uma política para circulação do conhecimento científico no Brasil, bem como um padrão do que deve ser um periódico científico de qualidade, fechando o cerco para que as instituições invistam na profissionalização de pesquisa e espaço de circulação.

Os critérios para apresentação de propostas nos editais de 2003 e 2010 ficam ainda mais rígidos. Em 2003 a revista deveria apresentar 50% de artigos científicos originais e em 2010, esse percentual sobe para 80%. A exigência dos órgãos de fomento é que as revistas perdessem o caráter departamental, contando apenas com os colaboradores locais e buscassem colaboradores em outras instituições nacionais e internacionais. Esse critério estimula o intercâmbio entre as instituições e os grupos de pesquisas, promovem parcerias científicas que fortalecem as áreas de conhecimento, as linhas de pesquisa, os pesquisadores e os debates científicos, mas também apaga as tensões disciplinares, epistemológicas, teóricas que funcionam nas áreas e que restringem consideravelmente possibilidades de publicações que formulem de lugares distintos àqueles já institucionalizados e que estejam dando a direção do que deve e do que não deve ser publicável.

No edital de 2010, o CNPq exige que a política editorial apresente revisão por pares. Na avaliação por pares, os árbitros (referees) trabalham com o imaginário do rigor científico e com a originalidade dos artigos submetidos à avaliação, esse é um efeito do simbólico. Os artigos científicos além de passar pelo crivo dos avaliadores devem contar com o prestígio do periódico onde será publicado. A qualidade do periódico, por sua vez, está relacionada à qualidade da arbitragem e dos artigos, bem como dos critérios para indexação em bases de dados, orientados pela política científica.

Em relação à indexação, observa-se que em 2003 o pré-requisito para apresentação de propostas se restringia em possuir um número internacional no ISSN. Em 2010, além do ISSN, as revistas deveriam ser indexadas em bases como SciELO, ISI ou *Scopus* e ainda estar classificada como no mínimo B2, no Qualis da CAPES; a exigência em 2005 era a classificação como “A”.

Quanto à indexação, no edital de 2006, trazia um indicativo de que a revista devesse “estar preferencialmente indexada na SciELO”. Observa-se que a SciELO comparecia no documento com um “preferencialmente” indicando que as revistas fizessem parte da base de dados SciELO. No ano seguinte, em 2007, a exigência é que o periódico deveria “estar na base de dados SciELO”. Entre “estar preferencialmente” e “estar” se observa que os órgãos de pesquisa vão tecendo uma política científica baseada na trama, no jogo, no cruzamento entre os programas e projetos desenvolvidos por cada uma das instituições de ciência & tecnologia, produzindo um círculo fechado e de duplicação de avaliações.

Ao longo dos anos o CNPq constituiu várias parcerias, quando iniciou o apoio à editoração, o fez junto com a Finep. Nos editais para editoração de revistas do período de 2001 a 2010 o CNPq constituiu parceria financeira em alguns anos com a CAPES, dividindo em 50% os investimentos ao programa de editoração de periódicos, assim como adotando como critério para seleção de propostas as revistas que foram classificadas pelo Qualis. Incorporou nas suas chamadas os critérios da SciELO, uma vez que adotou como exigência a indexação nessa base de dados.

Observa-se mudança também em relação ao proponente. Em 2003 a proposta deveria ser apresentada por um pesquisador, com currículo cadastrado na Plataforma Lattes e em 2010, o proponente deve ser doutor, ter currículo Lattes e comprovar vínculo formal com uma instituição de pesquisa. Como se pode ver a cientificidade de um conhecimento passa necessariamente pela formação de cientista, pela autoria reconhecida e assegurada pelo lattes e pela instituição que lhe dá legitimidade. Nos vários editais lançados ano a ano, o que se verifica é uma procura por profissionalização da política para circulação do conhecimento científico no espaço das revistas científicas. Aos poucos se pôde ver desenhar uma política de financiamento, atrelada a uma política de avaliação e circulação, conforme procura representar o gráfico 7 abaixo:

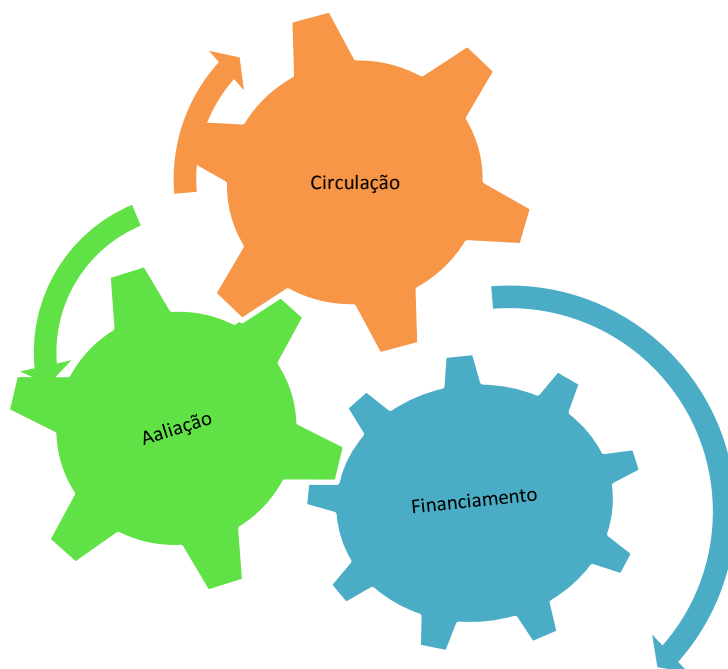


Gráfico 7 – Engrenagem que sustenta a política científica

O gráfico 7 mostra a representação da relação que vem sendo construída entre o financiamento, a avaliação e a circulação, que vem funcionando como uma grande engrenagem, que interliga, entremeia e sustenta a política científica.

4.2.3. Política de Financiamento e Avaliação da CAPES

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), criada em 1951, nasceu com o objetivo de: "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país" (Decreto nº 29.741/1951).

Para atender seus objetivos, a CAPES atua em quatro frentes, a saber:



Gráfico 8 - Atuação da CAPES

No site oficial da CAPES, encontra-se uma relação, abaixo transcrita, com as atividades em desenvolvimento:

1. avaliação da pós-graduação stricto sensu;
2. acesso e divulgação da produção científica;
3. investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior;
4. promoção da cooperação científica internacional.
5. indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos

formatos presencial e a distância
(meu destaque)

Tabela 7 - As atividades da CAPES

A CAPES, pelas ações e atividades que desenvolve, foi instituída como uma instituição que investe na qualificação de recursos humanos de alto nível e avalia a qualidade dos cursos de pós-graduação oferecidos no país. Para interesse dessa pesquisa dos cinco itens de suas atividades dar-se-á relevo aos três primeiros itens de suas atividades: divulgação, avaliação e investimento.

Sobre o “acesso e divulgação da produção científica”. A questão que se levanta sobre esse tópico é: quais as atividades que a agência vem desenvolvendo para garantir acesso e divulgação dessa produção?

A CAPES desenvolve dois programas nessa direção: o Qualis e o Portal de Periódicos. O Qualis é definido como um programa que classifica os *veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da produção intelectual de seus docentes e alunos, cujo objetivo é atender às necessidades específicas da avaliação da pós-graduação realizada por esta agência*⁴⁶.

Segundo a CAPES, os periódicos que compõem o Qualis são constituídos por publicações mencionadas anualmente pelos programas de pós-graduação por ocasião do *Coleta de Dados da Capes*. Quando as informações solicitadas chegam à coordenação, são reunidas em uma base de dados, indicando os títulos de todos os periódicos e eventos mencionados pelos Programas naquele ano. O programa funciona como um processo de classificação dos periódicos mencionados pelos próprios programas e não do universo de periódicos ou de eventos de cada área.

Os periódicos são avaliados anualmente por uma comissão de consultores de cada área do conhecimento e passa por processo anual de atualização. O Conselho Técnico Científico – CTC, em 2008, determinou que a classificação dos periódicos divulgados no Qualis das áreas fosse composta por oito estratos, a saber: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5, C e com peso zero.

⁴⁶

Retirado do site: <http://periodicos.capes.gov.br/portugues/index.jsp>

Não dá para se falar em circulação do conhecimento sem levar em conta a política de avaliação da pós-graduação desenvolvida pela CAPES, tendo em vista que essas questões estão intrinsecamente ligadas. Além disso, os critérios de classificação de periódicos acabaram estabelecendo um modelo de revista científica, uma vez que para obter financiamento – e, portanto, ser bem avaliado – fomenta que as IES se enquadrem ao perfil, almejando uma melhor “qualificação” (dentro dos critérios construídos na história dessas agências) para suas publicações que implicará em uma melhor avaliação da própria instituição (especificamente da pós-graduação, mas que ressoa na instituição como um todo).

O Sistema de Avaliação foi implantado pela CAPES em 1976 e a política de avaliação da pós-graduação impõe a necessidade de publicação, estabelece critérios quantitativos para classificação de “qualidade” da produção intelectual e a escolha do que é uma publicação “relevante”, que fica a critério de um consenso da avaliação dos pares.

A avaliação dos cursos de pós-graduação é realizada por comissões de consultores, vinculados a instituições das diferentes regiões do país. A avaliação compreende a realização do acompanhamento anual e da avaliação trienal do desempenho de todos os programas e cursos que integram o Sistema Nacional de Pós-Graduação, SNPG. Os resultados desse processo são expressos pela atribuição de uma nota na escala de "1" a "7". A partir dessa nota os cursos obtêm do Conselho Nacional de Educação -CNE/MEC a renovação ou não de "reconhecimento", a vigorar no triênio subsequente.

Os indicadores básicos de avaliação são os seguintes quesitos⁴⁷:

- (I) proposta do Programa que deverá receber um peso de 15%.
 - (II) Corpo Docente que deverá receber um peso de 25%.
 - (III) Corpo discente, teses e dissertações que deverá receber um peso de 30%:
 - (IV) Produção intelectual que deverá receber um peso de 30%:
 - (V) Capacidade de nucleação, maturidade. Solidariedade e transparência.
- Este último aspecto será avaliado no caso dos programas de nível 6 e 7.

No documento Critério de Avaliação Trienal 2004-2006, são apresentados os parâmetros de avaliação da produção intelectual, abaixo discriminados:

- i. Número de publicações bibliográficas relevantes do Programa por docente permanente.

⁴⁷Dados retirados do Documento Critério de Avaliação Trienal 2004-2006, Critérios de Avaliação Trienal de 2004 – 2006 da Área LETRAS E LINGUÍSTICA, no site www.capes.gov.br.

- ii. Distribuição de publicações relevantes em relação ao corpo docente do Programa.
- iii. Produção técnica relevante.
- iv. Produção artística relevante.
- v. Número de discentes autores da pós-graduação em relação à dimensão do corpo discente.

Verifica-se que a produção intelectual possui um peso de 30% na avaliação da pós-graduação e é reduzida a publicações; os parâmetros trazem exigências quantitativas para a produção intelectual, tudo isso faz pressão aos programas que cada vez mais buscam a excelência. Essas exigências têm levado docentes e pesquisadores, credenciados nos programas, a uma corrida por publicações.

Na avaliação realizada em 2010, referente ao triênio 2007-2009, foram analisados 2.718 cursos de pós-graduação em nível de mestrados e doutorados, de todas as áreas do conhecimento. Os avaliadores atribuíram aos cursos notas de 1 a 7, sendo que a nota 1 e 2 indicam “descredenciamento do programa”, 6 e 7 indicam “desempenho de referência e inserção internacional” e 5 é a nota máxima para os cursos de mestrado.

Dos cursos avaliados apenas 4,3% atingiram a nota 7 e 7,5% atingiram a nota 6. A grande maioria atingiu as notas 3, 4 e 5. Dos cursos analisados 66 não atingiram a média exigida para se manterem 2,2%, como procuramos representar no gráfico 9⁴⁸ abaixo:

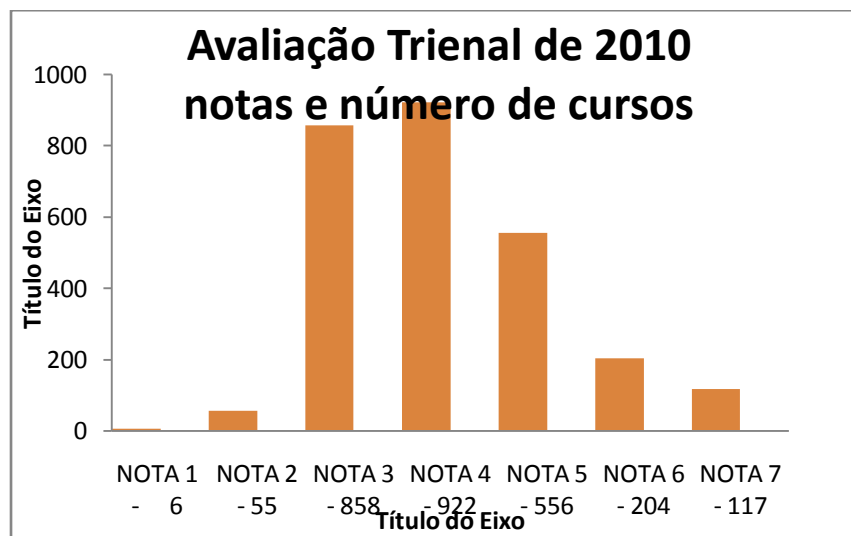


Gráfico 9 – Avaliação trienal de 2010

⁴⁸Gráfico realizado com os dados apresentados no Relatório de Divulgação de Resultados Finais da Avaliação Trienal de 2010. Disponível no site www.capes.gov.br, no link http://trienal.capes.gov.br/wp-content/uploads/2011/08/relatorio_geral_dos_resultados_-finais_da-avaliacao_2010.pdf, acesso em 04/01/2012.

Em relação às produções intelectuais, os artigos científicos publicados em periódicos somam um total de 284.983 publicações. A Tabela 8 apresenta o número de artigos em periódicos por classificação do Qualis:

Tabela 8 - Artigos científicos em periódicos

A1	A2	B1	B2	B3	B4	B5	C	TOTAL
23.092	34.486	60.098	48.661	37.817	30.790	34.083	15.956	284.983

A Tabela 9 apresenta o total de produções técnico-científica no triênio 2007-2009. Destaca-se o número expressivo de publicações em anais, que somam 243.722 publicações, bem como um número considerável de publicação de livros, total de 127.889.

Tabela 9 - Produção Técnico-Científica por tipo de produção

Trabalhos completos publicados em anais de eventos	243.722
Livro: texto integral	12.809
Capítulos de livros publicados	102.967
Livros Coletâneas	4.892
Livros: verbetes e outros	7.221
Total de produção em livros	127.889
Demais tipos de prod.bibliog.	73.277
Serv. Técnicos	131.054
Cursos de Curta Duração	55.567

O site do MCT apresenta uma tabela com as produções e produtividade dos pesquisadores doutores dos censos realizados de 2000 a 2008. Com a finalidade de mostrar o desenvolvimento de publicação desse período, apresenta-se a Tabela 10⁴⁹ abaixo:

⁴⁹ Dados retirados do site do MCT da Tabela: Produção e produtividade C&T dos pesquisadores doutores segundo o tipo de produção e a grande área do conhecimento predominante nas atividades do grupo - 2000-2008. Acesso em 23/04/2011.

Tabela 10 – Produção e produtividade dos doutores – censo 2000 a 2008

Tipo de produções	Censo 2000 (1997/2000)	Censo 2008 (2005/2008)
Artigos Completos	76.960	278.480
Artigos Completos	78.192	257.907
Trabalhos em Anais	115.318	363.836
Produções Técnicas	6.936	19.753
Livros	8.123	24.239
Capítulo de Livro	29.848	140.288
Teses	14.594	39.200
Dissertações	47.102	134.806

Verifica-se entre os censos de 2000 a 2008, um aumento de produção em todos os tipos de publicações de pesquisadores doutores e um crescimento de outro espaço de circulação como os livros e as coletâneas de artigos, com maior índice nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais e Aplicadas, Ciências da Saúde, Linguística, Letras e Artes. As exigências por produtividade instaladas pela Política de Avaliação é que sustentam o crescimento dessas publicações.

Como essas informações são apenas referentes à produção de doutores, seria importante investigar futuramente as produções de livros e coletâneas. Quem sabe esse espaço de publicação e circulação do conhecimento tem sido impulsionado pela dificuldade de acesso em se adquirir aceite em periódicos científicos avaliados como Qualis A e indexados na base SciELO, dadas as exigências dos órgãos de pesquisa e frente à cobrança por produtividade impostas pelos sistemas de avaliação em vigor.

Para medir os níveis de progresso científico de uma determinada nação e para comparar a situação entre os países são usadas informações de indicadores provenientes de bases de dados internacionais a exemplo do ISI. Os índices mais usados, conforme Barata (2010) são: a porcentagem de investimento do PIB (Produto Interno Bruto) em C&T; o número de cientistas e de futuros cientistas formados na pós-graduação; o volume de artigos publicados em periódicos indexados na base de dados internacional ISI; e o número de citações que esses artigos receberam.

Para Barata (*ibidem*), esses indicadores apontam que as produções da América Latina, inclusive o Brasil tem contribuído para a pesquisa internacional:

Fazendo uso desses indicadores, conclui-se que a América Latina tem aumentado sua participação na produção científica mundial, saindo de 1,3% em 1981 (com 5.687 artigos em periódicos indexados pelo ISI), para 3,2% em 2000 (publicando 24.528 artigos) e chegando a 4,8% em 2008 (com 55.742 artigos). Nesse cenário o Brasil desponta como o mais profícuo na produção de artigos científicos, hoje contribuindo com expressivos 54,6% dos artigos publicados em periódicos indexados pela América Latina, de um total que há trinta anos era pouco mais de 34%, com destaque para as publicações em física, ciências agrícolas e espaciais, enquanto o maior impacto ficou nas pesquisas de engenharia, ciências de materiais e geociências (p.40).

As agências de fomento da ciência no Brasil⁵⁰, afetadas pelo discurso de estabelecer critérios mais rigorosos de avaliação de revistas, dada a demanda por financiamento de ciência e tecnologia, além da avaliação por pares, passou a incorporar como critério o nível de interesse dos pares pela pesquisa e o método utilizado tem se dado por meio da quantidade de citações dessa publicação.

Mesmo para o discurso que sustenta esta prática de maneira naturalizada, há a percepção de que medir o que é designado enquanto “impacto das publicações” não tem sido uma tarefa fácil para as agências de fomento devido ao número de documentos envolvidos (STREHL, 2005).

Para Strehl (*ibidem*):

Tendo em vista estas limitações, os dados de citações categorizados por periódicos e publicados em forma de indicadores no *Journal Citation Reports* (JCR) do Institute for Scientific Information (ISI) passaram a ser usados como parâmetro de avaliação de pesquisadores e instituições. São publicados anualmente no JCR três indicadores, por título de periódico: o índice de citação imediata (*immediacy index*), a meia-vida das citações (*cited Half- Life*) e, finalmente, o índice bibliométrico mais conhecido e utilizado, o fator de impacto (*impact Factor*) (p.20).

O Fator de Impacto FI do ISI tem sido um instrumento usado por pesquisadores para medir a difusão do conhecimento. Conforme Strehl (2005), os autores levam em consideração o valor do indicador para escolher a revista que vai veicular o seu trabalho; os bibliotecários para consultar os títulos de maior interesse da comunidade científica; os editores

⁵⁰ Ao falar-se nas agências de fomento nesta tese, não se está esquecendo a compreensão de Guimarães (2001) já citada nessa tese, de que estas agências funcionam enquanto um organismo do Estado que coloca a comunidade científica para dizer no lugar de enunciação do seu discurso.

de periódicos acompanham porque precisam publicar artigos que sejam atrativos para os cientistas e por fim as agências de fomento pela necessidade de avaliação dos pesquisadores e instituições. Dentre os índices mais utilizados, encontram-se, conforme Barata (2010):

(...) o fator de impacto (FI) e o fator-h, que medem, respectivamente, a importância de periódicos científicos e o impacto relativo de cientistas, por meio dos artigos indexados que publicou. Ambos se baseiam em dois dados muito utilizados: o já mencionado número de artigos indexados em base de dados internacionais publicados anualmente – o mais importante para ranquear nações com maior produção científica –, e o número de citações que esses artigos receberam e que têm sido usados como critério de qualidade dessa produção... (p.41-42)

Conforme a autora, o uso desses índices como diagnóstico da produção individual, institucional ou de uma nação é muito frágil, mas ela não descarta a importância desses índices para comparar a produção intelectual e para balizar estratégias de C&T. A autora adverte:

Falta utilizá-los de modo relativizado e contextualizado diante do perfil científico multifatorial. As críticas a eles dirigidas, no entanto, são fundamentais para que eles sejam aperfeiçoados de modo a minimizar as distorções. No entanto, seria ilusório acreditar que é possível criar um índice capaz de traduzir a competência de cientistas. Da mesma forma, não se pode abrir mão dessas importantes ferramentas nos processos de avaliação. Além disso, no caso brasileiro, não se deve negligenciar a recente conquista da estabilidade econômica e consolidação científica, sobretudo nas comparações numéricas realizadas entre periódicos e cientistas brasileiros com os de primeiro mundo.

Pode-se dizer que a avaliação é um instrumento fundamental para melhoria da qualidade da ciência. A questão está justamente naquilo que vai sendo naturalizado enquanto critérios absolutos e intransponíveis, sobretudo dentro de uma prática consensual que tendo a homogeneizar a ciência a partir de uma cultura científica específica.

Além da avaliação, outro fator importante a ser considerado são as bibliotecas virtuais científicas, possibilitando acesso à circulação do conhecimento nacional e internacional. Embora não se deva perder de vista que a avaliação não deve estar apenas atrelada a levantamentos quantitativos proporcionado pelos programas de informatização e nem com uma concepção de avaliação como punitiva e excludente. Se os números e as notas não são as esperadas deve haver uma política de investimento para que as coisas se desenvolvam, mas deve haver também abertura para que se observem outras formas de a prática acadêmico-científica se dar.

Se os números são importantes, essa avaliação tem que ser no sentido de mão dupla, ou seja, o próprio órgão deve avaliar seus relatórios e perceber a desigualdade nos investimentos por área. Deve-se também participar do debate das academias para repensar algumas ações. O debate sempre é salutar para o crescimento da ciência.

Em relação aos recursos da CAPES investidos na pós-graduação, faz-se referência a Silva *et al* (2010)⁵¹ que analisa os orçamentos do Ministério da Educação (MEC) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do período de 2000 a 2010. O objetivo desse estudo foi o de analisar a Pós-Graduação considerando o ambiente educacional, econômico e internacional da última década, buscando compreender se as políticas governamentais incentivam seu desenvolvimento.

Segundo os autores (ibidem) a CAPES é a principal fomentadora da Pós-Graduação no Brasil, ela visa expandir e consolidar esse nível de ensino. Para os autores, a educação é considerada um fator de caráter estratégico para o processo de desenvolvimento sócio econômico e até cultural de um país, exercendo uma grande influência na formação de recursos humanos qualificados e, conseqüentemente, fortalecendo o potencial científico-tecnológico. A análise do Plano Nacional de Pós-Graduação da CAPES de 2004 mostra que a função da Pós-Graduação é produzir esses profissionais de excelência para atuar e contribuir na sociedade, modernizando um país, por meio das pesquisas científicas e tecnológicas.

Os três Planos Plurianuais (PPA) do período analisado mostram planos considerados estratégicos, com seus mega-objetivos, objetivos de governo e objetivos setoriais. Para alcançar esses objetivos, o PPA apresenta programas e objetivos específicos, bem como os órgãos responsáveis e as ações a serem praticadas, conforme demonstra a tabela abaixo:

Plano Plurianual	Programa	Objetivo Específico
2000-2003	Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação	Formar recursos humanos, em nível de pós-graduação, no País e no exterior

⁵¹ Pesquisa realizada por um grupo de pesquisadores na área de Administração da Universidade Federal de Santa Catarina: SILVA, Julio Eduardo Ornelas *et al.* **A Pós-Graduação e o desenvolvimento sócio-econômico: análise das políticas governamentais para a educação.** XIII SEMEAD Seminário de Administração, 2010.

2004-2007	Universidade do Século XXI	Reformar a Educação Superior e estruturar as instituições federais de ensino, preparando-as para as tendências de futuro, ampliando com qualidade o acesso ao ensino de graduação e pós-graduação, à pesquisa e à extensão, disseminando o conhecimento e promovendo condições para o desenvolvimento sustentável do País, com vistas às transformações sociais pelas quais deve passar, necessariamente, nos próximos anos.
2008-2011	Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	Formar pessoal de alto nível no país e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil.

Tabela 11 - Programas dos PPA de 2000 a 2011 para a Pós-Graduação. Retirado de Silva *et al* (2010).

Silva *et al* (2010) observam que o MEC é o órgão responsável pelas ações e programas da pós-graduação, mas quem executa é a CAPES, como órgão executivo. Segundo os autores:

verifica-se por meio da redação dos objetivos específicos dos PPAs que houve uma evolução na forma em que a Pós-Graduação é tratada no orçamento, pois antes se objetivava formar recursos humanos em nível de Pós-Graduação, e posteriormente almejou-se formar pessoal de alto nível para que se tenha uma produção do conhecimento científico que contribua para os grandes desafios educacionais, econômicos e sociais no país, evidenciando não apenas o que se quer fazer (formar pessoas), mas o que se espera de resultados dessa formação. O nome do programa também mudou, pois mais recentemente conciliou a Pós-Graduação com a Pesquisa Científica (p. 8-9).

Ao analisarem as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e as Leis Orçamentárias Anuais (LOA) do período estudado, os autores percebem um crescimento orçamentário destinado a CAPES para investimento na pós-graduação, conforme mostra a tabela abaixo.

ANO	RECURSOS (em milhões de reais)*	Evolução em %	
		Anual	No período
2000	450,365	-	
2001	467,128	3,72	

2002	475,063	1,70	491,36
2003	520,002	9,46	
2004	520,275	0,05	
2005	676,773	30,08	
2006	725,631	7,22	
2007	789,937	8,86	
2008	1.254,700	58,84	
2009	1.432,247	14,15	
2010	2.663,298	85,95	

Tabela 12 - Evolução do orçamento da Capes no período de 2000 a 2010. Retirado e Silva *et al* (2010)

Conforme os autores, os recursos da CAPES investidos na pós-graduação no período de 2000 a 2010 mostram um crescimento na ordem de 491,36%, um percentual bastante expressivo. No entanto, quando comparados com os recursos orçamentários destinados ao Ministério da Educação, os recursos do MEC repassados a CAPES não obtiveram grandes alterações, sobre isso dizem:

(...) percebe-se que os recursos do MEC obtiveram uma ascendência no período, sendo mais acentuada nos anos de 2007 a 2010, se comparados com períodos anteriores. Entretanto a participação dos recursos da Capes no orçamento do Ministério não obteve um aumento significativo, oscilando entre 2,73% a 5,23%, uma diferença de 2,50% na participação, evidenciando que na grande área educação, a Pós-Graduação manteve sua participação no orçamento com pequena variação percentual (p. 11).

Com base em Silva (*ibidem*) e nos recursos destinados à pós-graduação nos últimos anos, pode-se dizer que a CAPES tem desempenhado um papel importante para o financiamento desse nível de ensino no país. Na primeira década desse século, o investimento apresentou um crescimento de 491,36%. E como mostra o PPA de 2000 a 2010, a CAPES vem lançando novos desafios. Se no PPA de 2000-2003, o Programa era o desenvolvimento do ensino da pós-graduação, o PPA de 2004-2006 está preocupado em constituir uma Universidade para o século XXI, uma universidade que busca transformações sociais, enquanto no PPA de 2007-2009 a preocupação se volta para o crescimento da pós-graduação e da pesquisa científica para o desenvolvimento do país.

Todo esse recurso apresentado na tabela nº12 vai movimentar no interior dos programas de pós-graduação do país uma corrida pela qualidade dos cursos, das pesquisas e das publicações, em busca da excelência. Uma qualidade que está amarrada com critérios de avaliação, mesmo porque os órgãos de fomento não apenas financiam a pós-graduação, eles controlam as ações e o desenvolvimento dos programas.

4.2.4 Política de circulação: SciELO e Portal de Periódicos da CAPES

Os serviços de indexação de periódicos na atual conjuntura nacional e internacional passaram a exercer um papel preponderante para a disseminação dos periódicos científicos, e consequentemente para a produção do conhecimento em ciência e tecnologia.

Os trabalhos científicos que são publicados em revistas especializadas e anais de congressos são a contribuição do cientista para o seu campo do saber. Por meio da indexação das revistas, os cientistas contam com a incorporação de suas pesquisas nas bases de dados que podem ser nacionais e internacionais. Essas bases de dados conforme Lucas (2003) constitui-se como informação estruturada:

Dentro dessa perspectiva, o conhecimento selecionado, representado e registrado nas grandes bases de dados internacionais constitui a documentação sobre a atividade científica oficialmente aceita pela comunidade que a gerou (p. 202).

As pesquisas que foram indexadas nessas bases de dados produzem simbolicamente o endosso dos pares. Para o autor essas pesquisas adquirem o direito de pertencer à memória oficial da ciência, que funciona como uma memória eletrônica onde os cientistas recorrem em busca de referenciais teóricos para as suas atividades.

As bases de dados, principalmente as bibliográficas, são importantes para a produção de indicadores e para a produção de estudos estratégicos em ciência e tecnologia como citado no item anterior. Elas também possibilitam estabelecer mapas de conhecimento, situando graficamente áreas e temas de pesquisa em suas interligações, concedendo visibilidade aos cientistas, as instituições e ao conhecimento (Lucas, 2003).

São várias as bases de dados disponíveis, cada uma atua em uma determinada área do conhecimento, outras são bastante variadas. Elas dispõem de metodologia própria para seleção de periódicos a ser indexados. O ISI, citado anteriormente, é um exemplo disso.

Para Packer (1998) essa tendência aponta para um aumento significativo da visibilidade das publicações que são indexadas em bases de dados internacionais. No entanto, o autor ressalta a necessidade de países em desenvolvimento, como o Brasil, instituírem *mecanismos alternativos e complementares às bases de dados internacionais* para difundir nacional e internacional suas publicações.

O Brasil, segundo o autor:

possui um índice muito pequeno de títulos nacionais indexados na base de dados do ISI, especialmente o índice de impacto, considerado internacionalmente como a principal fonte de dados para a avaliação do impacto de publicações científicas e de autores com base em indicadores bibliométricos de citações (1998, p. 111).

Desse modo, os trabalhos científicos de pesquisadores brasileiros têm sido excluídos tanto dos mecanismos internacionais de promoção da visibilidade, quanto dos instrumentos de avaliação de impacto. Nesse cenário, surge o Projeto SciELO pensado e criado como alternativa para promover a inclusão do processo de comunicação científica brasileira no movimento internacional rumo à publicação eletrônica (PACKER, 1998).

Colaborando com essa ideia, Lucas (2003) defende que o Brasil precisa criar bases de dados nacionais bem estruturadas para que as pesquisas aqui desenvolvidas estejam disponíveis, dando visibilidade à pesquisa desenvolvida localmente e que possa contrapor-se a bases de dados internacionais.

Nessa direção, a Política Científica brasileira criou dois instrumentos para difusão e circulação do conhecimento: a biblioteca científica e eletrônica da SciELO (que se inicia a partir de 1997) e o Portal de Periódicos CAPES (que foi criado em 2000).

A SciELO (Scientific Electronic Library Online) é uma biblioteca científica, eletrônica, em linha, que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos ibero-americanos. Surgiu a partir do resultado de uma parceria entre a FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e a BIREME – Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, iniciada em 1997. A partir de 2002, conta também com o apoio do CNPq.

A SciELO permite a consulta às revistas em três módulos: “periódicos”, “artigos” e “relatórios”. Quanto ao funcionamento, no site divulga-se o modelo SciELO, que consta de três componentes:

- ✓ O primeiro componente é a Metodologia SciELO, que permite a publicação eletrônica de edições completas de periódicos científicos, a organização de bases de dados bibliográficas e de textos completos, a recuperação de textos por seu conteúdo, a preservação de arquivos eletrônicos e a produção de indicadores estatísticos de uso e impacto da literatura científica.
- ✓ A Metodologia também inclui critérios de avaliação de revistas, baseado nos padrões internacionais de comunicação científica.
- ✓ Os textos completos são enriquecidos dinamicamente com links de hipertexto com bases de dados nacionais e internacionais, como por exemplo, LILACS e MEDLINE.

Os critérios da SciELO, conforme o site oficial, têm por objetivo geral *contribuir para o desenvolvimento da pesquisa científica nacional, através do aperfeiçoamento e da ampliação dos meios de disseminação, publicação e avaliação dos seus resultados, fazendo uso intensivo da publicação eletrônica.*

A SciELO menciona que para a consecução dos seus objetivos considera essencial promover o aperfeiçoamento da comunicação científica nacional em todos os seus aspectos, buscando identificar, estimular e desenvolver uma coleção-núcleo de periódicos científicos, cujo padrão de qualidade alcance o das revistas científicas internacionais de primeira linha.

Os Critérios SciELO têm como objetivos específicos contribuir para a formação e o desenvolvimento da coleção-núcleo de periódicos científicos da SciELO, incluindo:

- ▶ Oferecer subsídios para a avaliação de periódicos científicos nacionais para efeito de determinar a sua admissão na coleção SciELO;
- ▶ Monitorar o desempenho de periódicos científicos incluídos na coleção SciELO para efeito de determinar a sua permanência na coleção;
- ▶ Produzir indicadores de desempenho da coleção SciELO como um todo e de cada um dos periódicos participantes.

Atualmente na área de Linguística, Letras e Artes na SciELO possui 14 revistas indexadas (Figura 44): ARS (São Paulo); Aisthesis; Alea : Estudos Neolatinos; Culturales; DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada; Linguagem em (Dis)curso; Literatura y lingüística; Pandaemonium Germanicum; Per Musi; RLA. Revista de lingüística teórica y aplicada; Revista Brasileira de Linguística Aplicada; Revista musical chilena; Revista signos e Trabajos em Linguística Aplicada.

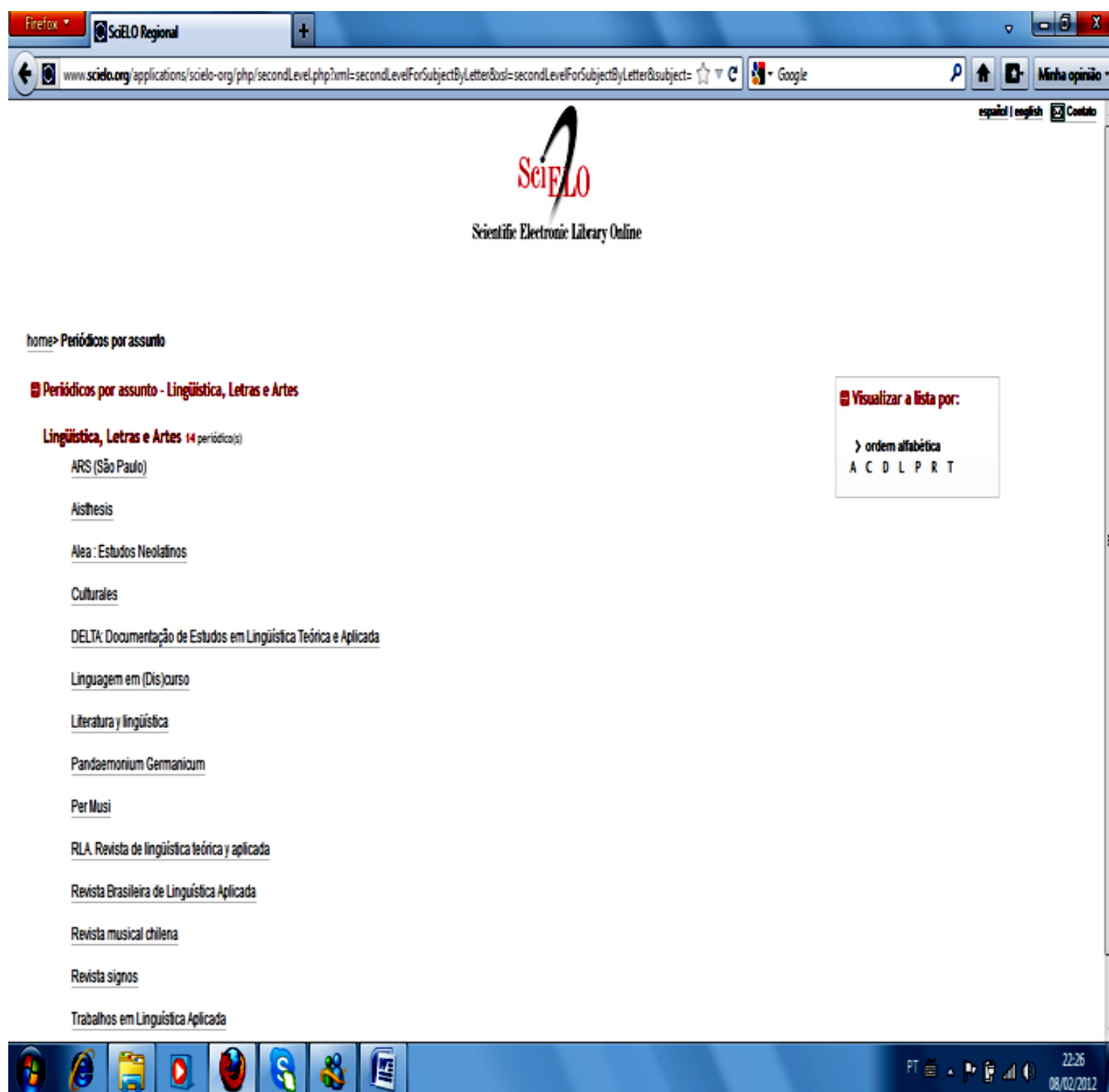


Figura 55 - Revistas de Linguística, Letras e Artes indexadas no SciELO

Das revistas indexadas na SciELO, apenas seis são revistas brasileiras da área de Linguística e Letras conforme descrição:

1. ALEA é uma revista impressa, do Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas, Faculdade de Letras, da UFRJ, que tem o objetivo de publicar trabalhos originais de contribuição científica, no campo da linguística e literatura.
2. DELTA é uma revista impressa, publicada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, da PUC-SP, cuja missão é publicar estudos de caráter teórico ou aplicado, oriundos de qualquer área referente ao fenômeno linguístico, desde que se trate de contribuições inéditas.
3. LINGUAGEM EM (DIS)CURSO, versão impressa, publicada pela Universidade do Sul de Santa Catarina cujo interesse centra-se nas questões relativas ao campo textual-discursivo.
4. GERMANICUM, versão *on line*, publicada pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Literatura Alemã da Universidade de São Paulo/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, propondo-se a divulgar trabalhos acadêmicos originais nas áreas relativas à Germanística.
5. REVISTA BRASILEIRA DE LINGUÍSTICA APLICADA, versão impressa e *on line*, revista da Faculdade de Letras - Universidade Federal de Minas Gerais da área de Linguística Aplicada, que tratam dos muitos fenômenos relacionados a problemas de linguagem da vida real relacionados à língua em uso em contextos diversos ou à aprendizagem.
6. TRABALHOS DE LINGUISTICA APLICADA, *versão impressa*, publicação da UNICAMP. Departamento de Linguística Aplicada com interesse em questões de linguagem, de ensino e aprendizagem tanto de língua materna como de língua estrangeira, de tradução, de identidade e de outras formas de interação dita assimétrica.

Considerando que a SciELO foi criada como uma alternativa de promover o acesso das pesquisas brasileiras em cenário internacional, parece pouco o número de revistas dos estudos da Linguagem indexadas. As seis revistas indexadas representam apenas uma parte das produções científicas da área, desenvolvidas no Brasil, muitas subáreas da

Linguística e Letras estão excluídas. Muitas revistas bem conceituadas na avaliação promovida pela CAPES, por exemplo, não fazem parte da relação da SciELO.

Essa questão levanta uma preocupação, se a indexação na SciELO é uma condição para obter recursos dos órgãos de fomento, a grande maioria dos periódicos nacionais está fora de se beneficiar com os financiamentos e com a visibilidade das produções científicas em bases de dados de inserção internacionais.

O que se tem observado é que diante da dificuldade de inserir as publicações em bases de dados internacionais como ISI e SciELO muitas produções científicas promovem um deslizamento para outros espaços, constituindo outros lugares, outros modos de se mostrar e de se estabilizar, de serem reconhecidas, quer por meio de apresentação de trabalhos em congressos regionais, nacionais e internacionais, quer pela publicação de livros e coletâneas, quer ainda por intercâmbios com universidades do país e do exterior.

Em relação à publicação de livros, a tabela nº 9, que mostra a produção técnica-científica por tipo de produção, e a tabela nº 10, que apresenta a produção de doutores, indicam-nos um número expressivo de publicações em livros e coletâneas. A CAPES decorrente dos debates na academia já estuda critérios para avaliação de livros. Nesse sentido, considera-se importante averiguar, em pesquisa específica, o surgimento do livro da área de linguagem, o seu papel, sua função e seu impacto na divulgação/circulação do conhecimento linguístico no Brasil.

Esse deslizamento pode ser interpretado como um modo de resistência à política de ciência e tecnologia adotada, além de questionar o imaginário de que as boas publicações devem estar indexadas nessa ou naquela base de informação, ou ainda de contrapor-se à ideia de que só são relevantes as publicações que se inserem em âmbito internacional.

O Portal de Periódicos da CAPES, criado em 2000, foi idealizado para resolver em parte a chamada “crise de periódicos”, impulsionada pela incapacidade das bibliotecas manterem as assinaturas tendo em vista o preço imposto pelas editoras comerciais que passaram a publicar e distribuir as revistas. O Portal é considerado uma biblioteca digital de informação científico-tecnológica atualizada e de qualidade, produzida em âmbito mundial, em textos completos. Conta com mais de 11 mil títulos de periódicos científicos, das várias áreas do conhecimento e aproximadamente cem bases de dados com resumos, informações sobre patentes, monografias e outros recursos.

O *Portal de Periódicos* disponibiliza para a sociedade na internet, no endereço <http://www.periodicos.capes.gov.br/>, de forma livre e gratuita, o acesso a artigos científicos nas mais de 15.475 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras e em 126 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento⁵².

Para Correa (*et al*, 2008):

O Portal representa a evolução de um modelo baseado no uso de documentos impressos, que atendia a um número restrito de instituições e indivíduos, para um modelo eletrônico que ampliou e democratizou o acesso à informação científica, favorecendo tanto os pesquisadores de grandes centros quanto os de universidades distantes. Ele constituiu-se em uma iniciativa determinante para a inclusão da comunidade científica e acadêmica brasileira no processo de comunicação científica internacional, proporcionando acesso *on-line* às pesquisas científicas realizadas no mundo e, conseqüentemente, oferecendo insumos para a produção científica e tecnológica nacional. Sua utilização, segundo registros divulgados nas estatísticas, chegou a aproximadamente 15 milhões de artigos e 32 milhões de consultas a bases referenciais em 2006.

Conforme a autora o Portal é uma ferramenta que amplia o acesso à informação científica e tecnológica e viabiliza a inserção do país na ciência internacional. Aponta a necessidade constante de avaliação e aperfeiçoamento do Portal, bem como de sua continuidade.

No Portal de Periódicos da Capes encontram-se os seguintes periódicos das áreas Linguística, Letras e Artes: possui 464 revistas nas áreas Linguística, Letras e Artes distribuídas da seguinte forma: Artes, 157; Linguística, 194; Linguística Letras e Artes (Geral), 38; Língua e Literatura, 266.

4.3 Um fecho e sua incompletude constitutiva

Quando se analisa a política para ciência, tecnologia, financiamento e avaliação em uma teoria sócio-histórica é possível perceber o que está conformando os sentidos de ciência, tecnologia e inovação, ou seja, é uma intensa rede discursiva constituída pelo discurso do consenso, da internacionalização da ciência e o do planejamento tanto econômico quanto estratégico.

⁵² Dados retirados do site www.capes.gov.br.

Isso nos ajuda a compreender como o Estado brasileiro foi organizando a sua política científica e que faz parte constitutiva da história da produção e circulação da ciência no Brasil. Diante das questões levantadas nesse capítulo, o gráfico 10 abaixo procura demonstrar o que está sustentando a política científica para circulação do conhecimento é: uma política do consenso, padrão internacional de ciência, planejamento estratégico e planejamento econômico.

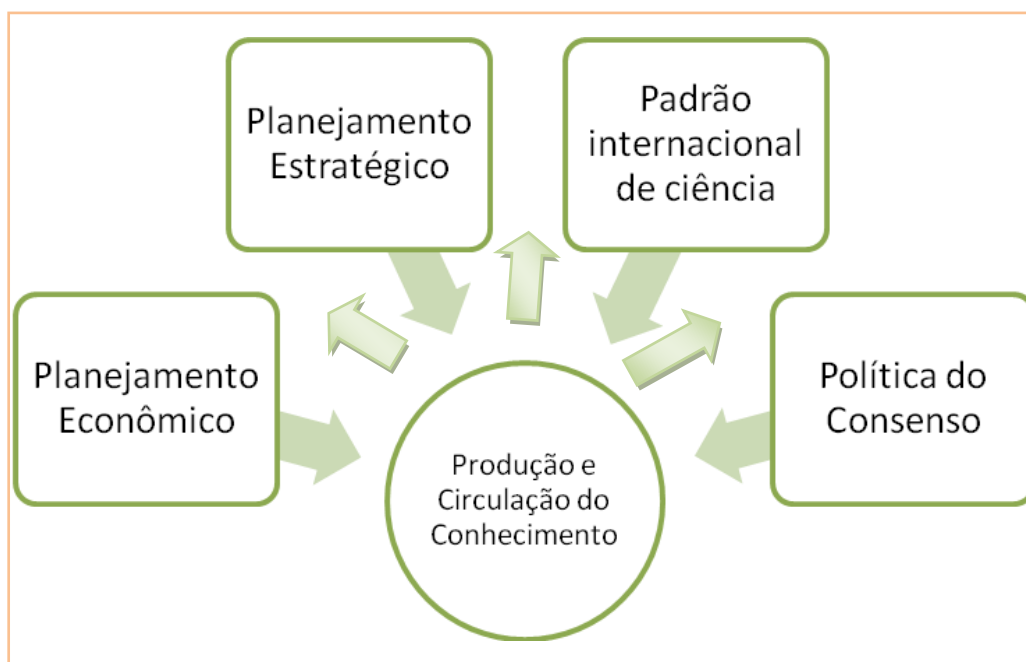


Gráfico 10 - Sustentação da Política Científica

A política científica toma como referência as pesquisas desenvolvidas pelos países que já se institucionalizaram na história do conhecimento científico como referência para a prática científica e tecnológica. As ações e programas desenvolvidos pelos órgãos de ciência e tecnologia buscam atingir esse padrão internacional, com o objetivo de inserir o conhecimento produzido no Brasil no cenário mundial.

Como a prioridade da política científica centra-se na formação de recursos humanos e em algumas áreas como genoma, meio ambiente, informatização, pesquisas em oceano, clima, agronegócio, dentre outras, conclui-se que a Política Científica é efeito do planejamento estratégico. A educação é considerada um fator de caráter estratégico para o

desenvolvimento do país, em especial a formação de pesquisadores para ciência e tecnologia. As áreas estratégicas também são um modo de hierarquizar as pesquisas, de dizer o que é prioridade para o país. O Planejamento estratégico está diretamente ligado ao Planejamento econômico, que determina uma grande concentração de recursos para as áreas consideradas estratégicas.

Observa-se na política científica que um dos grandes investimentos do CNPq é o Programa de capacitação de recursos humanos, destinando mais de 588 milhões em 2008 e pouco mais de 848 milhões em 2009 (tabela p.23 do Relatório de Gestão do CNPq de 2009). Os órgãos de ciência e tecnologia têm investido na formação do pesquisador nos “padrões internacionais” e em grupos de pesquisa e centros de excelência, criando os “institutos dos milênios”, assim como destina altos recursos aos programas de pós-graduação.

O que se observa nas tabelas dos investimentos em ciência e tecnologia do CNPq é que são poucos os recursos para o *Auxílio Editoração e Publicação de periódicos científicos* quando comparamos com as outras estratégias de auxílio. Outra coisa que se observa é que a área Linguística, Letras e Artes é muito incipiente quando colocada em relação às outras grandes áreas. Os recursos que estão garantindo a permanência e a qualidade de muitos periódicos da área de linguagem são recursos próprios das universidades e os advindos da CAPES para o fortalecimento dos programas de pós-graduação, desse modo o apoio à publicação ganha maior fôlego.

A partir dessas observações, pode se dizer que a política científica produz um efeito imaginário de que:

- i. o país ainda não dispõe de produção relevante para uma inserção internacional;
- ii. o relevante para as políticas públicas é publicar fora;
- iii. o sentido de produção relevante são as publicações que tenham expreso, por meio de índices criados a partir de uma forma determinada de significar a ciência, seu impacto nacional e internacional.

A política científica para difusão do conhecimento científico no Brasil se marca pela falta: falta de produções relevantes, falta de grupos de excelência para inserir as publicações no cenário internacional, falta de recursos para editoração, etc.

Por outro lado, os poucos investimentos dos órgãos federais para a circulação do conhecimento podem ser uma maneira de induzir, de provocar as universidades e forçar os estados, por meio das FAP's, a destinarem recursos para editoração de periódicos científicos, melhorando a qualidade das revistas e fortalecendo a difusão do conhecimento produzido no país.

Outra questão que merece destaque são os comitês da CAPES que avaliam os cursos de pós-graduação. Eles são constituídos igualmente de professores das diversas IES do país, o mesmo procedimento adotado pelo CNPq. A participação dos pares nos comitês e comissões dos órgãos oficiais de política científica é tomada como participação da comunidade científica, tornando cada decisão concebida como um consenso entre os pares; toma-se a parte pelo todo, disseminando a idéia de que a política científica é construída e gerida pela coletividade, de maneira democrática. É nessa mesma direção que, sustentado por um discurso que vise a evitar qualquer possibilidade de hegemonia, os comitês devem ser substituídos periodicamente. No entanto, sabemos que as relações de força dentro de um imaginário já muito bem consolidado do que seja uma prática científica condizente com o cenário disciplinar de uma determinada sub-área e com o cenário internacional científico não se dissipam e, portanto, há sim direção de sentidos estabelecidas, estabilizadas difíceis de serem contornadas.

Com isso, pode-se dizer que, nas textualidades dos documentos da política de avaliação e financiamento da pesquisa e da pós-graduação, do Qualis, do Portal de Periódicos, do Livro Azul, da SciELO, que constituem a política científica do Brasil, essa política tem se pautado no discurso do consenso, produzindo um efeito de unidade, uma vez que a comunidade científica está representada nos congressos que definem os rumos dados à ciência brasileira, bem como nos comitês de assessores dos órgãos de fomento.

UM EFEITO DE FECHO...

Procurando dar um fecho, ainda que provisório, para esse trabalho, primeiramente serão retomadas algumas questões iniciais da pesquisa, bem como algumas compreensões importantes que essa análise nos permitiu enxergar.

As perguntas iniciais aqui levantadas foram: Como vão se organizando as produções científicas da linguística, nos diferentes momentos da história, nesse espaço discursivo específico dos periódicos? O que se tem disponível para se inscrever no discurso científico, quando o olhar se debruça nos periódicos científicos? Qual a fisionomia que a linguística constrói no espaço dos periódicos no Brasil? A partir dessas indagações, foi estabelecido como objetivo analisar uma das formas de circulação da Linguística no Brasil, os periódicos de linguagem, procurando entender como se organizam as produções nos diferentes momentos, bem como perceber como a linguística constrói uma representação de si mesma.

Para dar conta desses objetivos a tese foi estruturada em quatro capítulos. No primeiro, passamos pelo percurso da História das Ideias Linguística, buscando uma ancoragem teórica que sustentasse nossas reflexões. No segundo capítulo buscamos compreender um pouco a historicidade dos periódicos científicos de linguagem, que se dá de modo indissociável com o processo de criação das instituições de ensino e pesquisa no país e um movimento de institucionalização da política científica. No terceiro capítulo, procuramos perceber os modos de representação da Linguística brasileira na sua relação consigo mesma e com a sociedade, a partir do gesto de olhar para o interior das revistas e observar os movimentos, as relações com outras ciências, os embates que a Linguística vai construindo nesse percurso. No quarto capítulo, procuramos refletir sobre a política para produção e circulação de periódicos no país buscando entender que lugar ocupa a circulação da linguística na política científica.

Para desenvolver esse estudo, os periódicos foram tomados como artefato histórico e colocados em relação à produção do conhecimento, às instituições de estudo, às pesquisas, às políticas de língua, de ensino e de ciência. O arquivo foi constituído de uma listagem contendo aproximadamente 100 periódicos de linguagem, editores, vínculos das revistas e acontecimentos políticos e institucionais que impactam a produção do conhecimento da

língua(gem). Certamente nesta lista não estão contempladas todas as revistas brasileiras, mas também fazer um levantamento exaustivo nunca foi o objetivo desse trabalho. Pretendia-se elaborar uma listagem que se constituísse em um panorama dos periódicos científicos no Brasil, e que dessem visibilidade aos estudos linguísticos, que foram se instituindo desde o final do século XIX até o início do século XXI.

A análise desse panorama proporcionou a elaboração de uma periodicização dos estudos do português no Brasil, momento em que se pode conhecer a historicidade desse instrumento linguístico, bem como a sua relação constitutiva com as instituições de ensino, de pesquisa e de política científica. Vários foram os acontecimentos políticos e institucionais que produziram ressonância na produção da ciência no Brasil. No batimento entre os periódicos científicos, as produções de linguagem, os acontecimentos e as instituições, foi possível ver formas de representação da linguística se instituindo no Brasil nos vários momentos da história.

O panorama constituído pelos quatro momentos de periodicização aqui configurados permitiu algumas compreensões importantes no que se refere à predominância de um dado funcionamento nos estudos da linguagem no Brasil. Antes de passar a eles, é importante ressaltar que o gesto de olhar para o interior de algumas revistas nos possibilitou analisar as apresentações e os sumários para compreender em parte os assuntos, as disciplinas, os autores, os leitores, as filiações teóricas e o desdobramento da linguística nesse instrumento tecnológico. A análise desse arquivo se deteve mais nos periódicos do século XIX e da primeira metade do século XX, até a revista *Estudos Linguísticos: Revista Brasileira de Linguística Teórica e Aplicada* em 1966. As demais revistas que se sucederam não foram abordadas na sua especificidade e particularidade, foram analisadas a partir de suas nomeações, que mostram o surgimento de outros nomes que foram se constituindo junto à Linguística. Esse critério deve-se, sobretudo, à profusão de revistas desse período, no entanto, além da análise dos nomes, foram abordados alguns tópicos de questões observadas no arquivo e que abrem caminhos para muitas outras pesquisas.

Em uma breve retomada desses quatros períodos pode-se dizer que o *período enciclopédico* se caracteriza por estudos da linguagem que ocupam espaço junto a outras áreas do conhecimento que abrangem todos os ramos do saber considerados fundamentais para um saber erudito. As revistas desse período são denominadas de revistas de “Ciências, Letras e

Artes”. Como se pode ver, esse sintagma mostra uma dicotomia instaurada entre “ciência” e “não ciência” e pelo modo como “Letras” vem de forma explícita e separada de “ciências” no plural, significando que ela está fora do domínio científico. Foi um período em que não havia periódicos específicos de linguagem e a revista que mais discutiu essa temática foi a *Revista Brasileira*. Na primeira e na segunda fase da revista pôde-se ver uma discussão sobre a reforma ortográfica que se marcava, sobretudo, pela etimologia do português que se falava aqui no Brasil no final do século XIX. A preocupação dos escritores consistia na defesa da língua brasileira e, nesse sentido, trabalharam para a constituição da língua nacional.

No *período filológico* que se localiza até a década de 1960, concentram-se estudos de linguagem que se filiam à Filologia, estudos que congregam uma reflexão sobre língua e literatura. As primeiras revistas que surgem são: Revista da Academia Brasileira de Letras e a Revista de Língua Portuguesa. A Ciência da Linguagem procura normatizar a língua que se fala no Brasil com as suas diferenças de Portugal. Embora ainda se veja o interesse dos escritores brasileiros em manter uma relação estreita com Portugal, justamente por concentrar nesse período um estudo histórico sobre a língua, sobre a origem da língua, pelo parentesco entre a língua portuguesa e o Português. Vários escritores ganham credibilidade e status perante a sociedade, quer por considerar que eles eram professores dos colégios ilustres, universidades quer seja por serem autodidatas, ou ainda por serem autores de várias obras em um contexto em que a imprensa era muito difícil aqui no Brasil. Além da preocupação em estabelecer regras dessa língua os estudos do português pretendiam formar o cidadão em relação à língua padrão, ensinando uma língua culta pautada na linguagem literária. Com o surgimento das universidades na década de 1930 começaram a surgir pesquisas com método comparatista que mostravam uma preocupação não mais com a diferença da língua em relação ao Português de Portugal, mas com a diversidade da língua falada no Brasil, com estudos dos estrangeirismos, africanismos e indianismo.

O *período linguístico* compreende os anos 1970 e 1980 e se caracteriza pela institucionalização da Linguística no Brasil, mostrando um certo declínio da Filologia nos espaços dos periódicos científicos. Alguns acontecimentos corroboraram para o desenvolvimento dos estudos linguísticos, dentre eles menciona-se o estabelecimento da NGB em 1959 e a inclusão da Linguística nos cursos de Letras, que segundo Orlandi (2001) concederam credibilidade à Linguística perante a Gramática. Desse modo, a revista *Estudos*

Linguísticos instaura uma nova ordem, inaugurando a disciplina Linguística nos nomes de revistas. Os estudos do português se marcam pela descrição linguística, aparecendo trabalhos de descrição da língua indígena, da diversidade do português no Brasil; e por uma tendência pedagógica para pensar o ensino da língua.

Outras revistas do período Linguístico surgem, a exemplo do *Caderno de Estudos Linguísticos* da Unicamp e da *Revista de Estudos Linguísticos do GEL*. As revistas departamentais, chamadas em grande parte *Revista de Letras*, surgem em todo o país e trabalham tanto a Linguística como a Literatura. Ampliam-se o número de revistas no país, bem como o interesse mercadológico. Nesse quadro, nas décadas de 1970 e 1980, editoras demonstram interesse na publicação de trabalhos de autores e áreas já legitimados nas academias. As discursividades em torno do currículo dos cursos e da formação de professores introduzidos pela LDB reverberam na circulação dos estudos da linguagem e colocam o professor e o ensino no foco que movimenta o mercado editorial de livros e revistas e que também produz efeitos na circulação dos estudos da linguagem.

O período que se denomina de *Desdobramento da Linguística* que se dá a partir dos anos 1980, marca-se pelo desenvolvimento da linguística no Brasil, proporcionado pela pressão de publicar-se exercida pela política de avaliação no país. É nesse período que se dá a aprovação do programa de Auxílio à Editoração do CNPq, incentivando as publicações de periódicos científicos; a criação da Anpoll; a implantação da avaliação da pós-graduação; a avaliação do GED, o Qualis/Capes. Esse quadro vai desencadear em um aumento significativo de revistas de linguística que aponta para um deslizamento da Linguística para outros nomes de linguagem e para outros domínios disciplinares como antropologia, filosofia, psicologia, sociologia, psicanálise, etc. A relação da Linguística com esses outros domínios resultou na expansão dos estudos linguísticos, surgindo um desdobramento disciplinar – tenso e contraditório, marcado, muitas vezes, por um silenciamento das diferenças ou mesmo da existência desses desdobramentos – dentro da Linguística como a Sociolinguística, Psicolinguística, Semântica, Linguística Textual, Análise de Discurso, para mencionar apenas alguns exemplos.

No processo de deslocamentos e derivas no funcionamento desses periódicos, pode-se observar que as revistas nascem ligadas a nomes de pessoas, academias, editoras até a década de 60, e depois ligadas a departamentos, universidades, institutos até a década de 1970,

em seguida surge um grande número de revistas ligadas à pós-graduação e a associações a partir da década de 1980. Isso indica que a circulação do conhecimento da língua e sobre a língua nasce e se consolida, como se mostrou anteriormente, no embate entre a criação das várias instituições de produção do conhecimento como academias, universidades, grupos de pesquisa, associações e dos acontecimentos institucionais que desenham, nos vários períodos, a política científica no país.

Observa-se que as primeiras revistas de linguagem que se localizam no século XIX e nas primeiras décadas do século XX centravam-se quase sempre em temas como “lições de português”, como se estivessem ensinando a língua aos leitores, o que pressupõe um público constituído de pessoas cultas, interessados em falar e escrever bem, muitas revistas traziam um espaço para responder as dúvidas dos leitores quanto ao uso correto da língua, tornando a revista um veículo de divulgação dos estudos da linguagem para um público constituído de pessoas interessadas.

A partir da entrada da Linguística no Brasil, por meio da obra *Princípios de Linguística Geral* de Mattoso Câmara (1941), alguns nomes começam a desenvolver pesquisas na área da Linguística, e isso já começa a produzir efeitos nos periódicos. Percebe-se uma tensão entre os estudos de Gramática, Filologia e Linguística, as três em busca de espaço e visibilidade pública.

Na década de 1950 nascem duas associações de Linguística importantes para o fortalecimento dos estudos de linguagem no Brasil, que produz ressonância nos estudos da linguagem. Nesse cenário os periódicos *Boletim de Filologia* e o *Jornal de Filologia*, localizados no período Filológico, marcam sua inscrição na cientificidade, o primeiro rompe com os estudos direcionados a um público geral e instala um público específico constituído de estudiosos da língua, com quem os editores pretendem colaborar por meio de suas pesquisas em Linguística Moderna. O *Jornal de Filologia*, da USP, escreve para professores e alunos das universidades, o que mostra a passagem da informação para a circulação do conhecimento entre pares. Essa revista além de mudar o público a ser atingido, também introduz uma comissão de professores, constituída pelos redatores para avaliar artigos submetidos à publicação, constituindo-se a primeira possibilidade de avaliação por pares. Desse modo, essas duas revistas, a primeira de Mattoso, Nascentes, Silva Neto e Silvio Elia e a segunda de

Silveira Bueno, ligada à FFCL/USP promovem um deslizamento das revistas de caráter geral em busca pela cientificidade que vai encontrar força no terceiro período.

A revista *Estudos Linguísticos* introduz a Linguística nos nomes das revistas de linguagem, marca a predominância da Linguística nos periódicos científicos e propõe o método descritivo aos estudos da linguagem, legitimando a Linguística como uma disciplina de reflexão da/sobre a língua/linguagem. O modo como ela se constitui com a apresentação em inglês, as orientações gerais para publicação em português e inglês, com alguns artigos em inglês, trazendo no primeiro número uma lista de instituições que se dedicam à Linguística em outros países a representa inserida no cenário internacional, constituindo-se como referência para as demais revistas que nascem no Brasil. Desse modo, a revista *Estudos Linguísticos* torna-se um acontecimento que marca a ruptura dos estudos da linguagem com a Academia Brasileira de Letras, que culminou como se pôde ver, no declínio das revistas filológicas.

Pode-se dizer então que a partir das revistas *Boletim de Filologia* e *Jornal de Filologia* e mais incisivamente na revista *Estudos Linguísticos* os estudos da linguagem se voltam para um público especializado, se constituindo de professores do ensino superior; pesquisadores; estudantes de graduação e pós-graduação; professores do ensino primário e secundário; estudiosos e pesquisadores da língua. O que tornava a revista um veículo ao mesmo tempo de (in)formação e de circulação dos estudos da linguagem no meio acadêmico, junto a seus pares.

A partir da década de 1980 pode-se ver uma profusão de revistas, bem como o desdobramento da Linguística para outros domínios disciplinares. Mas, sobretudo, pôde-se ver se constituindo uma relação da Linguística com a política científica de publicação institucionalizada. Essa política, ao induzir as publicações por meio do financiamento e da avaliação acaba por abrir mais um campo de embate entre as disciplinas que vão se configurando no interior da própria linguística. Se os projetos de pesquisa precisam concorrer ao financiamento, as publicações passam a ser também um lugar de concorrência por elas mesmas e pelo quê elas significam nos instrumentos de avaliação que validam ou não as concorrências (entre programas, entre projetos de pesquisa, entre periódicos, por exemplo). Então o que está em jogo é uma política de Estado para Ciência que fomenta as publicações para depois cobrar um tipo de qualidade estabelecida por critérios de avaliação.

Diante do cenário que se configura no quarto período da periodização das revistas científicas, pensar sobre a circulação do conhecimento nos periódicos exige sempre que se pense sobre as políticas científicas que lhe sustentam. E considerando ainda que é justamente o lançamento inaugural de um programa de incentivo às publicações que marca o acontecimento que instala o período de desdobramento da linguística, em que são percebidas as tensões modernas disciplinares, pareceu fundamental analisar a função dos órgãos de fomento à pesquisa e os programas que eles têm desenvolvido para incentivo à circulação do conhecimento científico.

A análise dos programas das agências de fomento mostrou dentre outras coisas a falta de lugar para a circulação da Linguística, porque na concorrência com outras áreas do conhecimento, a Linguística é considerada menos ciência uma vez que o sentido de ciência circunscreve as áreas biológicas e exatas. O que sustenta a política científica como se pôde ver no capítulo quatro é: a política do consenso, o padrão internacional de ciência, o planejamento estratégico e o planejamento econômico. De outro modo, pode-se dizer que a política de avaliação, de financiamento e de circulação funcionam como uma engrenagem que as interligam e está na base de sustentação da política científica.

A partir das análises dos programas desenvolvidos pelas instituições de fomento à pesquisa, pode-se dizer que a política científica produz um efeito imaginário de que o Brasil ainda não dispõe de produção relevante para uma inserção internacional. O relevante para as políticas públicas é publicar fora e quando passam pelo crivo dos critérios estabelecidos para avaliação. Nesse sentido, o que permeia a política para difusão do conhecimento é a falta de produções relevantes, a falta de grupos de excelência para que venham inserir as publicações no cenário internacional.

Como se pode ver, dada a extensão desse tema, não se pôde aqui responder a todas as questões levantadas, mas as reflexões aqui feitas ajudam a compreender o processo de periodicização das revistas científicas, a institucionalização desse instrumento tecnológico, a construção de uma política para produção e circulação do conhecimento e a representação dos estudos linguísticos. Pôde-se perceber na relação entre conhecimento linguístico/leitor/periódicos a construção de um instrumento linguístico que mostra a função pública da ciência da linguagem. Pôde-se perceber que os periódicos ora se voltam para um público geral, ora para um público específico, bem como pôde-se ver a passagem de uma

revista mais geral para uma revista mais científica; a passagem de um público leigo e culto, para um público específico, este constituído de professores de língua, alunos de graduação, pesquisadores. Nesse percurso de periodicização das revistas científicas de linguagem pôde-se ver também a representação de estudos que em um primeiro momento está preocupado “**em** saber a língua” e em um outro momento está interessado em “saber **sobre** a língua”.

Esse trabalho não pretende encerrar o assunto, mas a partir do estudo realizado pretende sugerir um desdobramento de pesquisas futuras que poderá ocorrer em cada um dos períodos estudados, em cada revista de linguagem, de modo que possamos ampliar o debate de maneira mais aprofundada em torno da representação da Linguística nos periódicos científicos no Brasil. Desse modo, os estudos dessa questão podem contribuir para a área das Histórias das Ideias Linguísticas, bem como para uma reflexão sobre o desenvolvimento da Linguística no país.

Sem querer finalizar estas reflexões, caberia perguntar sobre o que representa o saber linguístico nas publicações de cada revista na contemporaneidade? Que linguística está representada nas revistas bem conceituadas pelo Qualis? Qual a representação da linguística inscrita no SciELO? Que efeito leitor está sendo produzido nas revistas da contemporaneidade? O que representa a proliferação de revistas eletrônicas e que conhecimento é esse que está sendo produzido nesse espaço digital? Quais as concorrências que estão aí colocadas nesses espaços? O que representa a repetição de uma dada tendência disciplinar nas publicações bem avaliadas pelo sistema de avaliação estabelecido? E, ainda, como funciona na contemporaneidade a relação entre conhecimento/instituições de pesquisa/mercado editorial?

Com certeza muitas pesquisas têm procurado refletir sobre essas questões, algumas na perspectiva da História das Ideias Linguísticas analisam um ou outro periódico científico, mas, ainda assim, percebe-se que muito ainda deve ser feito para que a linguagem encontre um lugar de credibilidade junto às políticas científicas para dizer. Com essa compreensão espera-se que esse trabalho possa contribuir com a área da HIL, bem como produzir um desdobramento desse assunto em muitos outros trabalhos.

Para propor um efeito de fecho, é importante dizer que pensar os periódicos científicos como lugar de representação da linguística, que por outro lado produz também uma visibilidade pública sobre sua atuação, traz para a reflexão a indissociabilidade entre

Ciência/Estado/Sociedade. Relação que permite compreender o político como estruturante do conhecimento linguístico no Brasil. Esse trabalho, assim como tantos outros da HIL, nos ajuda a compreender não apenas a história da língua e do conhecimento sobre a língua, mas também a conhecer a história do nosso país, o modo como o Brasil vai se constituindo e se definindo como nação com seus sujeitos, sua língua, suas instituições e suas políticas.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Monalisa dos Reis. As reformas ortográficas da língua portuguesa: uma análise histórica, lingüística e ideológica. **Filologia e Linguística Portuguesa**. n. 9, p. 11-26, 2007.
- ALMEIDA, E. (Org.); PAROLIN, Maria Inês (Org.). **Fronteiras de sentidos e sujeito nacionais**. 1ª. ed. Campinas: RG, 2012. v. 1. 180p.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos ideológicos do estado**. Trad.J.J.Moura Ramos. Lisboa, Presença/Martins Fontes, 2001.
- ARAÚJO, E. A.; COLAÇO, J.; DIAS, G. A. Periódicos científicos eletrônicos brasileiros na área da ciência da informação disponibilizados na *Word wide web*: um estudo sobre o acesso e uso. In: www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=8299. Acesso em 01/04/2011.
- AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- _____. **A Questão da Origem das Línguas seguido de A Historicidade das Ciências**. Campinas, Editora RG, 2008.
- BALDINI, Lauro. **A NGB: Explicada, Comentada, Exemplificada**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem – Unicamp, 1999.
- _____. Considerações sobre a vida e obra de Mattoso Câmara Jr. **Estudos da Língua (gem)**, Vitória da Conquista n. 2, p. 115-134, dezembro/2005.
- BALIBAR, Étienne. & Pêcheux, Michel. Definições. In. Fichant, Michel & Pêcheux, Michel (1969) **Sobre a História das Ciências**. Lisboa: Editorial Presença, 1977.
- BARATA, Germana Fernandes. **NATURE E SCIENCIE**: mudança na comunicação da ciência e a contribuição da ciência brasileira. Tese da USP, 2010.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas: Pontes, 1995.
- _____. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes, 1995.
- CÂMARA Jr. Joaquim Mattoso. A Lingüística Brasileira. In: NARO, Anthony Julius. **Tendências Atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil**. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1976.
- CANGUILHEM, Georges. Conhecimento da Vida. Vrin, 1965, 2 ed. *Apud*. D. Lecourt (1972). **Para uma Crítica da Epistemologia**. Lisboa: Assírio e Alvin, 1980 2 ed.

- CHEDIAK, Antônio José. Síntese histórica da Academia Brasileira de Filologia (1944-1949) – Primeira parte. Rio de Janeiro, 1999.
- CHEVALIER, Jean-Claude & DELESALLE, Simone « Méthode et Épistémologie en Histoire de la Linguistique », **La Linguistique, la Grammaire et l'École** 1750-1914. Paris: Armand Colin, 1986.
- CHISS, Jean-Louis e PUECH, Christian. **Le langage et ses disciplines**. Paris, Bruxelles: Duculot, 1999.
- CORREA, Cynthia Harumi Watanabe *et al.* Portal de Periódicos da CAPES: Um misto de solução financeira e inovação. In: **Revista Brasileira de Inovação**, Rio de Janeiro (RJ), 7 (1), p.127-145, janeiro/ junho 2008.
- COSERIU, Eugênio. Perspectivas Gerais. In: NARO, Anthony Julius. **Tendências Atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil**. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1976.
- COSTA, Rubenildo Oliveira da. **Análise do uso de periódicos científicos na transição do meio impresso ao eletrônico em dissertações e teses: o impacto do portal de Periódicos/CAPES na produção do conhecimento**. Campinas: PUC Campinas. Dissertação de Mestrado. 2007.
- DELA-SILVA (2008). A imprensa e o saber linguístico: o percurso de uma instituição. **Revista da Anpoll**, vl. 1, nº 25, em 2008.
- DE LUCA, Tânia Regina. **A Revista do Brasil: Um Diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo, Fundação Editora da UNESP (1999).
- DIAS, Cristiane Dias. Imagem e Metáfora do mundo. In: **RUA** [on line]. 2009. 15 Volume 2 – ISSN 1413-2109. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. [HTTP://www.labeurb.unicamp.br/rua/](http://www.labeurb.unicamp.br/rua/)
- DIAS, Luis Francisco. Gramática e Política de Língua: Institucionalização do Linguístico e Constituição de Evidências Linguísticas. In: ORLANDI, E. (org.) **Política Linguística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007.
- FÁVERO, Leonor Lopes (USP e PUC-SP) e Márcia A G Molina (UNISA). **Indexação das Revistas Brasileiras e Filologia: O Jornal de Filologia** <http://www.filologia.org.br/revista/artigo/10%2828%2907.htm>. Acesso em 16 de janeiro de 2009.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR*

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. **Um nome de teoria estabilizado, sentidos em movimento: a semântica argumentativa na história.** Dissertação de Mestrado. Campinas: IEL/Unicamp, 2005.

_____. **A Linguística entre os Nomes da Linguagem. Uma Reflexão na História das Ideias Linguísticas no Brasil.** Tese de Doutorado. Campinas: IEL/Unicamp, 2009.

FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. (org.) **Um olhar sobre o passado.** História das Ciências na América Latina. Campinas, SP: Editora da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 1998, 4ed.

GADET, F. e PÊCHEUX, M. **La langue introuvable.** Paris, François Maspero, 1981. Tradução Brasileira: A Língua Inatingível. O Discurso na História da Linguística. Campinas: Pontes, 2004. (p. 7-61)

GUILLAUMOU, Jacques & Maldidier, Denise. Efeitos do Arquivo. A Análise do Discurso no Lado da História. In: ORLANDI, Eni (org.) **Gestos de Leitura.** Da História no Discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. 2 ed.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os Limites do Sentido. Um Estudo Histórico e Enunciativo da Linguagem.** Campinas: Pontes, 1995.

_____. Sinopse dos Estudos do Português no Brasil. **Relatos**, (1): Publicação do Projeto História das Ideias Linguísticas. DL-IEL-Unicamp/Campinas, 1994. Disponível no site: http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_01.html. Acesso em 1/04/2010.

_____. Sinopse dos Estudos do Português no Brasil: A Gramatização Brasileira. In: **Língua e Cidadania.** Campinas, Pontes, 1996.

_____. **Semântica do Acontecimento. Um Estudo Enunciativo da Designação.** Campinas: Pontes, 2002

_____. **História da Semântica. Sujeito, Sentido e Gramática no Brasil.** Campinas: Pontes, 2004.

_____. História da gramática no Brasil e ensino. **Relatos**, n.5. Campinas: Labeurb/Unicamp. Disponível em: http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_05.html. Último acesso: 16 de janeiro de 2009.

GUIMARÃES, Eduardo & ORLANDI, Eni (1988) Unidade e Dispersão: uma questão do sujeito e do discurso. ORLANDI, Eni. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1999, 4 ed.

_____. (Orgs.) **Institucionalização dos Estudos da Linguagem. A Disciplinarização das Ideias Linguísticas**. Campinas: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo & ZOPPI-FONTANA, Mônica (Orgs.). **Introdução às Ciências da Linguagem. A Palavra e a Frase**. Campinas: Pontes, 2006

GUIMARÃES, Eduardo e ORLANDI, Eni P. O conhecimento sobre a linguagem. In. PFEIFFER, Claudia & HORTA, José. **Introdução às Ciências da Linguagem - Linguagem, História e Conhecimento**. Campinas-SP: Pontes, 2006.

GUIMARÃES, Eduardo. O acontecimento para a grande mídia e a divulgação científica. In. GUIMARÃES, Eduardo (Org.) **Produção e Circulação do conhecimento**. Campinas, SP: Pontes Editora, 2001.

_____. A ciência entre as políticas científicas e a mídia. In. GUIMARÃES, Eduardo (Org.) **Produção e Circulação do Conhecimento**. Campinas, SP: Pontes Editora. 2001, volume 1.

_____. Política científica e produção de conhecimento no Brasil (uma aliança tecnológica?). In. GUIMARÃES, Eduardo (Org.) **Produção e Circulação do conhecimento**. Campinas, SP: Pontes Editora. 2003, volume 2.

HAROCHE, Claudine ; HENRY, Paul ; PÊCHEUX, Michel La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. **Langages**. 24, 1971.

_____. Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. [1971]. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, Roberto L. **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro e João, 2007.

HAROCHE, C. **Fazer Dizer, Querer Dizer**. São Paulo: Hucitec, 1975.

HENRY, Paul (1977) **A Ferramenta Imperfeita. Língua, Sujeito e Discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

_____. A História não Existe? In: ORLANDI, Eni. **Gestos de Leitura. Da História no Discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

KRONICK, David A. **A History of Scientific and Technical Periodicals: the origins and development of scientific and technical** press. 2ed. Metuchen, NJ, Scarecrow, 1976.

- JOANILHO M. P.G. **As Metáforas da Língua Nacional**. Tese de doutorado, 2005. 215 p. IEL. Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- LAGAZZI, Suzy. A Língua Portuguesa no Processo de Institucionalização da Linguística. In: Guimarães, E. & Orlandi, E. (orgs.) **Institucionalização dos Estudos da Linguagem**. A Disciplinarização das Ideias Linguísticas. Campinas: Pontes, 2002.
- _____. (Orgs.) **Introdução às Ciências da Linguagem. Discurso de Textualidade**. Campinas: Pontes, 2006.
- _____. O Político na Linguística: Processos de Representação, Legitimação e Institucionalização. In: ORLANDI, Eni (Org.) **Política Linguística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007.
- LECOURT, Dominique. **Para uma Crítica da Epistemologia**. Lisboa: Assírio e Alvin, 1980, 2 ed.
- MACHADO, Aires da Mata (1958) **Como se Refletem na Universidade Brasileira as Atuais Tendências da Filologia Românica**. Anais do Primeiro Simpósio de Filologia Românica. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1976.
- MALDIDIER, Denise. **A Inquietação do Discurso: (Re)ler Michel Pêcheux hoje**. Campinas, SP: Pontes, 2003. (Tradução Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi).
- MARIANI, Bethania e SOUZA, Tânia C.C. Reformas Ortográficas ou Acordos Políticos? In: GUIMARAES, Eduardo e ORLANDI, Eni P. **Língua e Cidadania**. Pontes. Campinas-SP, 1996.
- _____. As Academias do século XVIII – Um Certo Discurso sobre a História e sobre a linguagem do Brasil. In: GUIMARAES, Eduardo e ORLANDI, Eni P. **Língua e Cidadania**. Pontes. Campinas-SP, 1996.
- MEADOWS, A.J. **Communication in Science**. London, Bretter Wortter, 1974.
- MASSARANI, L.; MOREIRA, I. C; BRITO, F. **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência; Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2002. 232p.
- MOREIRA, I. C. & MASSARANI, L. (2002). Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil. In: MASSARANI, L.; MOREIRA, I. C. & BRITO, F. **Ciência e público - caminhos da divulgação científica no Brasil**. Série Terra Incógnita. Rio de Janeiro: Casa da Ciência, 2002, UFRJ.

- NARO, Anthony Julius. Tendências atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil, in Naro, Anthony Julius. **Tendências Atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil**. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1976.
- NASCENTES, Antenor. **Estudos Filológicos**. Rio de Janeiro. Academia Brasileira de Letras, 2003.
- NUNES, José Horta. Discurso de divulgação: a descoberta entre a ciência e a não-ciência. In. GUIMARÃES. Eduardo (Org.) **Produção e Circulação do conhecimento**. Campinas, SP: Pontes Editora. 2001.
- ORLANDI, Eni. Segmentar ou Recortar. **Série Estudos. Linguística: Questões e Controvérsias**, n 10. Uberaba: Fiube, 1984.
- _____. **Discurso e leitura**. Cortez Editora/Unicamp. Campinas, 1988.
- _____. **Interpretação**: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Vozes. Rio de Janeiro, 1996.
- _____. Ética e Política Linguística In: **Línguas e Instrumentos Linguísticos** n°1. Campinas: Pontes, Jan./Jun. 1998.
- _____. Paráfrase e polissemia a fluidez nos limites do simbólico. In: **Rua**. Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp. 4. Unicamp. Campinas, 1998.
- _____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Pontes. Campinas, 1999.
- _____. O Inteligível, o Interpretável e o Compreensível. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1999, 4 ed.
- _____. Do Sujeito na História e no Simbólico. **Escritos**. Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso, n. 4. Campinas: Labeurb/Nudecri/Unicamp, 1999.
- _____. O Estado, a gramática, a autoria: língua e conhecimento linguístico. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**. Campinas: Pontes, n. 4/5, 2000.
- _____. **História das Idéias Lingüísticas**: Construção do Saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat, 2001.
- _____. **Discurso e Texto. Formulação e Circulação dos Sentidos**. Campinas: Pontes, 2001.
- _____. Divulgação científica e efeito leitor: uma política social urbana. In: GUIMARÃES. Eduardo (Org.) **Produção e Circulação do Conhecimento. Estado, Mídia, Sociedade**. Campinas, SP: Pontes Editora. 2001.
- _____. **A Linguagem e seu funcionamento**. 4. ed. Campinas-SP: Pontes, 2001.

_____. **Língua e conhecimento linguístico**: por uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Gramática, Filologia e Linguística. In: **Língua e Conhecimento Linguístico**. Para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Ir ao Congresso: fazer a história das ideias linguísticas? In: **Institucionalização dos Estudos da Linguagem. A Disciplinarização das Ideias Linguísticas**. Campinas: Pontes, 2002.

_____. Colonização, globalização, tradução e autoria científica. In. GUIMARÃES. Eduardo (Org.) **Produção e Circulação do conhecimento**. Campinas, SP: Pontes Editora. 2003, volume 2.

_____. (org) **Discurso e Textualidade**. Campinas-SP: Pontes, 2006.

_____. (org.) **Política Linguística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007.

ORNSTEIN. **The role of the scientific societies in the seventeenth century**. Bibliolife, 1913.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n. 19. Campinas: IEL – Unicamp, 1990.

_____. **Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio**. Editora da Unicamp. Campinas, 1997, 3 ed.

_____. (1969). Análise Automática do discurso. In GADET, Françoise & Hak, Tony. **Por uma análise automática do discurso**. Editora da Unicamp. Campinas, 1997.

_____. Ler o Arquivo Hoje. In: **Gestos de Leitura. Da História no Discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997b, 2 ed.

_____. Sobre a (Des-)Construção das Teorias Linguísticas In: **Línguas e Instrumentos Linguísticos**. Campinas: Pontes, n.2, 1998.

_____. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999.

_____. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. (Tr. Eni P. Orlandi). 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

PÊCHEUX & FICHANT, M. Sobre a História das Ciências. Mandacaru, 1989. Advertência e Definições (p. 9-16), **A ideia de uma história das ciências**, parte 1 e 2 (p. 61-129).

PÊCHEUX E FUCHS (1975). A propósito da análise automática do discurso: Atualização e Perspectivas. In: GADET, Françoise & Hak, Tony. **Por uma análise automática do discurso**. Editora da Unicamp. Campinas, 1997a.

PFEIFFER, Claudia C. A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX. In ORLANDI, E (org.). **História das Ideias Lingüísticas: Construção do saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional**. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat, 2001.

____. O lugar do Conhecimento na escola, alunos e professores em busca da autorização. In: **Escritos Escrita, escritura, cidade (III)** nº 7, Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp, do Laboratório de Estudos Urbanos. Unicamp. Campinas, 2002.

____. Educação a distância, mídia e reciclagem. In. GUIMARÃES. Eduardo (Org.) **Produção e Circulação do conhecimento**. Campinas, SP: Pontes Editora. 2003, volume 2.

____. **Pesquisa na Graduação** – Iniciação a uma História do Conhecimento. Palestra proferida no Curso de Letras, UNEMAT, Campus de Cáceres, em 09/09/2004.

____. O saber escolarizado como espaço de institucionalização da língua. **Sentido e Memória**. E. Guimarães e M. R. Brum-de-Paula (orgs.). Campinas: Pontes, 2005.

____. A Linguística nas associações: Um recorte discursivo de sua institucionalização. Uma questão de política linguística. **Política Linguística no Brasil**. E. Orlandi (org.) Pontes, 2007.

____. Linguística, Ensino e Legislação. In: Lucília Ma. Sousa Romão; Soraya Ma. Romano Pacífico. (Org.). **Efeitos de Leitura: sujeitos e sentidos em movimento**. 1 ed. São Paulo: Editora Alfabeta, 2010, v. 1, p. 13-28

____. Políticas públicas de ensino. In: Eni P. Orlandi. (Org.). **Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso**. 1 ed. Campinas: Editora RG, 2010, v. 1, p. 85-99.

PFEIFFER, Cláudia & NUNES, José Horta. (Orgs.) **Introdução às Ciências da Linguagem**. Linguagem, História e Conhecimento. Campinas: Pontes, 2006.

PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Disponível em: www.anpg.org.br/admin/biblioteca/docs/PNPG_2005_2010.1..doc.

RODRIGUES, Aryon Dall' Igná. **A Pós-Graduação em Lingüística no Museu Nacional**. Alfa: revista de Letras. VI. 18/19, (1972/1973, p. 461-475).

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2000.

SILVA, Julio Eduardo Ornelas *et. al.* **A Pós-Graduação e o desenvolvimento sócio-econômico: análise das políticas governamentais para a educação**. XIII SEMEAD Seminário de Administração, 2010.

SILVA, M.V. **História da Alfabetização no Brasil**: A Constituição de Sentidos e do Sujeito da Escolarização. Tese de Doutorado, IEL, Unicamp, 1998.

SILVA, M.V. A escolarização da língua nacional. **Política Linguística no Brasil**. E. Orlandi (org.). Campinas: Pontes, 2007.

SOUZA, Tânia Conceição Clemente e MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Reformas Ortográficas ou Acordos Políticos? In: GUIMARÃES, Eduardo & ORLANDI, Eni (1996). **Língua e Cidadania**: o Português no Brasil. Campinas-SP, Pontes Editora. 1996, p. 83-93.

STUMPF, Ida Regina Chitto. **Passado e futuro das revistas científicas**. Ciência da Informação, v. 25, n.3, 1996. Departamento de Biblioteconomia e Documentos, UFRGS, 1996.

_____. Reflexões sobre as Revistas Brasileiras. **Intertextos**. V.1, nº3, 2003.

_____. **Revistas Universitárias: projetos inacabados**. Tese de Doutorado da USP, 1994.

TREHL, Letícia. **O fator de impacto do ISI e a avaliação da produção científica: aspectos conceituais e metodológicos**. Ci. Inf., Brasília, v. 34, n. 1, p.19-27. Disponível em http://artigocientifico.uol.com.br/uploads/artc_1142265283_89.pdf. acesso em 01/04/2011.

TANNÚS, Fabiana Vilela (Unitri) e ROTHEN, José Carlos (Unitri). **A Revista de Cultura Vozes na década de 1960: uma proposta de investigação**. Disponível em: www.rothen.pro.br/documentos/rac-revistavozes46127.pdf. Acesso em 20/09/2012.

TEIXEIRA, A. **Ensino superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

APÊNDICE

PERIODIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DA CIÊNCIA DA LINGUAGEM NO BRASIL NO ESPAÇO DAS REVISTAS CIENTÍFICAS

ANO	ACONTECIMENTOS	REVISTAS DE CULTURA GERAL QUE PUBLICARAM TEXTOS DA ÁREA	AS REVISTAS DA ÁREA DE LINGUAGEM	DIREÇÃO/FUNDAÇÃO	VÍNCULO	OBSERVAÇÕES
PERÍODO ENCICLOPÉDICO – Marca-se pela criação da imprensa no Brasil e caracteriza-se por não haver periódicos específicos de estudos da linguagem. Algumas produções foram publicadas em jornais e revistas de cultura geral, enciclopédica.						
1808	LIBERAÇÃO DA IMPRENSA NO BRASIL					
1808	FUNDAÇÃO DA BIBLIOTECA NACIONAL					
1832		Bússola da Liberdade: periódico político e literário		Antonio José de Miranda Falcão,	Impresso em Pernambuco, na tipografia do Diário	
1836		Niteroy: Revista Brasiliense Sciencias Lettras e Artes			Publicada pela Dauvin et Fontaine, Libraires, Paris	
1839		Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro				
1850		A Epocha Litteraria: periódico científico, Literario, Historico, De Bellas Artes			Vinculado a uma sociedade ligada ao Visconde de Pedra Branca, publicado na Bahia, na Tipografia de Carlos Poggetti.	
1855 a 1861		Revista Brasileira: Jornal de Literatura, Teatro e Indústria		Cândido Batista de Oliveira		Tem origem na Revista Guanabara (1849- 1855) editada por Manuel de Araújo Porto-Alegre, Joaquim Manuel de Macedo e Gonçalves Dias.
1862		<i>O Futuro: Periódico Litterario</i>		Faustino Xavier de Novaes	Foi publicada pela Tipografia de Brito & Braga	
1874		A Idea: jornal de sciencias e lettras		Joaquim E. Teixeira de Souza e Miguel Lemos	Impresso na Tipografia Cosmopolita- Rio de Janeiro	

1877		Revista Nacional de Ciências, Artes e Letras 1877		Herculano Marcos Inglez de Souza e Antonio Carlos de Andrade	Tipografia a Vapor do Diário de Santos	Revista editada em São Paulo e impressa em Santos
1879 a 1881		Revista Brasileira: Jornal de Ciências, Letras e Artes		Nicolau Midosi, Franklin Távora, o médico baiano Moreira Sampaio, entre outros 1ª fase		
1880		Revista Ciencia e Lettras		Raymundo Correa, Alexandre Coelho, Randolpho Fabrino e Augusto de Lima	Tipografia da Tribuna Liberal, em São Paulo	
1895 – 1899		Revista Brasileira: Jornal de Ciências, Letras e Artes		José Veríssimo 3ª fase		Escrita por um grupo de intelectuais conhecidos como “homens de Letras”. A RB foi encampada em 1940 pela ABL.
1897	FUNDAÇÃO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS					A Academia Brasileira de Letras foi fundada nas dependências da Revista Brasileira.
1902-1916		Revista do Centro de Ciências Campinas			Centro de Ciências de Campinas	
1907		Revista Vozes de Petrópolis		Editora Vozes		A editora Vozes modifica o nome da revista pra Revista de Cultura Vozes a partir de 1961
PERÍODO FILOLÓGICO - O segundo período vai do início do século XX até meados dos anos 1960. O acontecimento que marca o início desse período é a publicação da Revista da Academia Brasileira de Letras (1910), momento em que começam a aparecer as primeiras revistas da área de linguagem, predominando as revistas de Filologia. Nesse período o país cria as primeiras universidades e dá início a um processo de estruturação da ciência e da tecnologia.						
1910			Revista da Academia Brasileira de Letras	J. Ribeiro dos Santos	Academia Brasileira de Letras	Publicada no Rio de Janeiro
1913			O Paladino	Redator-chefe Antonio Carneiro Meira e redator-secretário Rubens Thaematurgo	Acre	
1916	CRIAÇÃO DA SOCIEDADE					Originada nas dependências da Escola Politécnica, no Rio de Janeiro. Em 1921 muda o

	BRASILEIRA DE CIÊNCIAS					nome para Academia Brasileira de Ciências.
1916 – 1943		A Revista do Brasil, São Paulo.		Júlio de Mesquita, Alfredo Pujol, Luiz Pereira Barreto	São Luiz Maranhão	Foi organizada na redação do Jornal O Estado de São Paulo.
1919			O tentame: ciências, artes e letras	Sob a direção de Carlos Derrossi, tendo como redatores Sandoval Palhardes e Leo d'Arezzo		
1919-1935.			Revista de Língua Portuguesa - Arquivos de estudos relativos ao idioma e literatura nacionais	Idealização e direção de Laudelino Freire.	Rio de Janeiro	
1924-1925			Revista de Filologia Portuguesa, São Paulo	Direção de Silvio de Almeida Gerente: Paulino Vieira	A revista era de propriedade da Nova Era Editora, de Paulino Vieira & COMP.	
1927-1945		Revista de Cultura		De Tomás Fontes	Rio de Janeiro	Publicou as Lições de Linguística Geral de Mattoso Câmara (1939-1940) que mais tardes foram incorporados no livro <i>Princípios de Linguística Geral</i>
1930	Revolução de 30					Deu nova configuração: na instrução pública, nas reformas do ensino primário e secundário, na criação de novas faculdades e das primeiras universidades brasileiras. As editoras ocuparam um lugar significativo, com a publicação dos estudos sobre a realidade nacional.
1931-1934			Revista de Filologia e História, Rio de Janeiro			
1931	Acordo Ortográfico					
1934	Criação da Universidade de São Paulo e a Faculdade de Ciências e Letras					Foi a primeira universidade a ser criada e organizada segundo as normas dos estatutos das universidades. As demais tinham se

						organizado pela simples incorporação dos cursos existentes.
1934 - 1935		Revista Brasileira	IV Fase	Dirigida por Batista Pereira		Publicou 10 números
1934		Correio da Manhã				
1937		Horas Filosóficas				
1940		Jornal do Brasil.				
1940-1956			Revista Filológica: Arquivo de estudos de Filologia, história, etnografia, folclore e crítica literária.	Direção: Rui de Almeida Editora A Noite - Rio de Janeiro	Academia Brasileira de Filologia e Fundação Rui Almeida	Com a colaboração de: Cândido Juca (filho) Serafim da Silva Neto Antonio J. Chediak Artur de Almeida Torres Nilza Passos
1941-1966		Revista Brasileira V Fase		Direção de Levi Carneiro, então presidente da Casa	Nessa fase a revista já está vinculada a ABL	Foi interrompida por 10 anos de 1948 a 1958.
1943			Boletim da Sociedade de Estudos Filológicos, São Paulo.		Sociedade de Estudos Filológicos de São Paulo	
1944	Fundação da Academia Brasileira de Filologia					A Academia Brasileira de Filologia foi fundada em reunião realizada no Colégio Militar do Rio de Janeiro, com a presença de 30 estudiosos da língua portuguesa.
1946-1949			Boletim de Filologia, Rio de Janeiro.	Foi dirigida por Nascentes, Mattoso, Silva Neto e Silvio Elia.	Edições Dois Mundos	Foram publicados 10 volumes. As primeiras recensões da obra estruturalistas (Swadesh, Jakobson, Trubetzkoy) foram publicadas, nessa revista, por Mattoso.
1947			Língua e Linguagem		Academia Brasileira de Filologia	Publicou apenas um número.
1948	Criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).					
1951	Criação do CNPq –				.	Lei no. 1.310 de 15 de

	Conselho Nacional de Pesquisa					janeiro. Em 1974 é transformado em <i>Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico</i>
1951	Criação da CAPES Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior.					Somente em 1961 ela se tornou Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior.
1953-1961			Jornal de Filologia	Direção de Francisco da Silveira Bueno	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP	
1953			Revista Letras		Curso de Letras da UFPR, Curitiba.	CHLA/UFPR
1954		Revista de Antropologia, São Paulo.				
1955-1961			Revista Brasileira de Filologia, Rio de Janeiro.	Foi fundada e dirigida por Serafim da Silva Neto.	Publicado pela Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro	
1956		Revista do Livro, Rio de Janeiro.				
1956		Organon				
1957		A cigarra, Rio de Janeiro.				
1959	Aprovação da NGB - Nomenclatura Gramatical Brasileira				Portaria nº 36, de 28 de janeiro de 1959	
1959			Ibérica, Revista de Filologia. Rio de Janeiro.	Revista dirigida por Celso Cunha, Antônio Houaiss e Israel Salvador Révan.	Livraria São José	
1960			Revista de Letras		Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis-SP	Publicou texto de Mattoso "Da natureza das línguas indígenas" (v.3, de 1962)
1961	Aprovação da LDB n. 4029/1961					
1962			Alfa – Revista de Letras		Departamento de Letras da Unesp de Marília-SP	Em 1980, muda o nome para Alfa Revista de Linguística.

1962	CRIAÇÃO DA FAPESP – FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO					
1962	Inclusão da Linguística nos cursos de Letras					
1962			Veritas, Revista da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre			
1963	Criação do curso de pós-graduação em Linguística na UNB					
3º PERÍODO – Linguístico – Marca-se pelo surgimento do nome Linguísticas nas nomeações das revistas. A revista <i>Estudos Linguísticos: revista teórica e Aplicada</i> (1966), publicada por Mattoso Câmara, Francisco Gomes Matos e Aryon Rodrigues é o acontecimento que marca o início desse período e vai reverberar em outros periódicos. Registra outros acontecimentos que marcam esse período que são: a inclusão da Linguística no Curso de Letras, a criação de pós-graduação em Linguística e a criação de centros e associações de pesquisas em Linguística.						
1966-1968			Estudos Linguísticos: revista brasileira de linguística teórica e aplicada.	Publicada conjuntamente por Francisco Gomes de Mattos e Mattoso Câmara	Centro de linguística Aplicada (Francisco Gomes de Mattos) e o Instituto de Idiomas Yázigi (Aryon D. Rodrigues). da Editora Habitat - São Paulo	Apoio financeiro do Instituto Yázigi. Segundo Naro essa é a primeira revista exclusivamente de Linguística
1966	Criação do curso de pós-graduação em Linguística na USP					
Desde 1966		Tempo Brasileiro		Dirigida pelo Professor Eduardo Portella, que coordenava os cursos de pós-graduação da Faculdade de Letras	Ligado ao Colégio Brasil	Rio de Janeiro
1966	Criação do Centro de Linguística Aplicada					Em março de 1966 a LA chegava ao Brasil e se instalou no Instituto de Idiomas Yázigi.
1967	CRIAÇÃO DA FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos					

1967			Letras de Hoje		Departamento de Letras da PUC-RS.	
1968	Criação do Curso de pós-graduação em Linguística da UFRJ					
1968	Reforma universitária					Que incentivou a formação pós-graduada do corpo docente, contribuindo para que se estabelecesse uma estreita relação entre as universidades e os programas e cursos de mestrado e doutorado
1969	FUNDAÇÃO DA ABRALIN- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA					
1969	Criação do GEL – Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo					
1971	Aprovação LDB n. 5.692/1971					
1971	Criação do curso de pós-graduação em Linguística na UNICAMP					
Na década de 70		Revista de Cultura Vozes Petrópolis		Direção de Tomás Fontes	Vinculada a Editora Vozes	Nessa década, vários foram os periódicos dedicados de forma exclusiva a temas Linguísticos.
1971-1976			Littera, Revista para professor de Português e de Literatura de Língua Portuguesa, Rio de Janeiro.	Direção Evanildo Bechara	Publicada pela Editora Grifos	10 números, entre trabalhos de língua e literatura. Cobriu a ausência da RBF e Ibérica
1972			Língua e Literatura		Ligada ao Departamento de Letras, da USP	
Década 70			Revista Letras de Assis. Década de 70.		Departamento de Letras de Assis	
1973			Construtura	A revista contava com a direção do Prof.	Publicada pela Universidade Católica do	

				Geraldo Mattos.	Paraná	
1974			Boletim de Linguística		Publicação do Círculo de Estudos Linguísticos, da Univ.Est de Londrina,	
1975-1980		Revista Brasileira		Josué Monteiro VI Fase da revista	Academia Brasileira de Letras	Publicou 6 volumes
1976	Implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Pós-Graduação (SNPG) – CAPES					
1977	Criação do Curso de pós-graduação em Linguística na Unesp					
1977			Estudos Anglo-Americanos ABRAPUI		ABRAPUI	São José do Rio Preto-SP
1977			Acta Semiótica et Linguística		SBPL – FFLCH-USP	
1978			Cadernos de Estudos Linguísticos		Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp.	
1978			Estudos Linguísticos – GEL		Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo,	
1978			Revista de Letras		Departamento de Letras Vernáculas, de Letras Estrangeira e Literatura	UFC de Fortaleza-CE
1979			Investigações Linguísticas e Teoria Literária		Curso de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFPE.	
1979			Boletim do Centro de Estudos Portugueses		FACULDADE DE LETRAS – FALE-UFMG	Desde 2001 mudou para Revista do Centro de Estudos Portugueses
4º PERÍODO – Desdobramento da Linguística – é o período de expansão e fortalecimento da pesquisa e pós-graduação em Linguística e consolidação dos periódicos científicos como espaço de circulação da ciência Linguística.						
1980			The Specialist		Curso de Pós-Graduação em Linguística Aplicada CEPRIL – PUC-SP	
1980			Linha d'água		Associação de Professores de Língua e	

					Literatura FFLCH-USP	
1981			Leitura: Teoria & Prática		Associação de Leitura do Brasil	
1981			Boletim da Associação Brasileira de Linguística		ABRALIN	
1982	CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO A PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA CNPq/FINEP					
1982			Leitura: Teoria & Prática		Associação Brasileira de Leitura	
1983			Trabalhos de Linguística Aplicada		Departamento de Linguística Aplicada – IEL/UNICAMP	
1983			Linguagem Revista para estudos de língua e literatura		PUC-SP	
1984	FUNDAÇÃO DA ANPOLL ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM LETRAS E LINGÜÍSTICA					A principal finalidade da ANPOLL é representar politicamente Programas de Pós-Graduação em Letras e Lingüística.
1984			Revista de Estudos da Linguagem		Faculdade de Letras UFMG	
1984			Estudos Linguísticos e Literários		Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística – UFBA	
1984			Letras & Letras		Departamento de Letras e Departamento de Línguas Estrangeiras Modernas UFU	
1985	CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – MCT					

1985			DELTA – Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada		PUC de São Paulo	
1986			Fragmento		UESC	
1987			Revista Brasileira de Linguística	Dirigida pela professora Mônica Rector da PR-RJ e da Universidade Federal do Rio de Janeiro.	Sociedade Brasileira de Professores de Linguística- SBPL	Concentram-se principalmente estudos do campo da semiótica de Greimas
1987			Filologia e Linguística Portuguesa		USP	
1988			Revista Linha D'água	Zilda Gaspar Oliveira de Aquino	Programa de Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa USP	Apresenta além da versão impressa, uma versão eletrônica a partir de 2004.
1989			Signótica		Curso de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFG	
1989			Cadernos do IL		Instituto de Letras UFRGS	
1990	Criação da Associação de Linguística Aplicada do Brasil					Objetivo (re) construir um locus acadêmico-científico dinâmico e reflexivo, fomentando, por sua vez, estudos e reflexões da área de LA,
1991			Revista de Letras		Curso de Mestrado em Letras – UFMS – Univ. Fed. Santa Maria.	
1991			Revista Confluência		Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português-RJ	
1991			Caderno de Letras		UFF	
1992			Revista de Estudos da Linguagem		Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais	A revista é dedicada a trabalhos inéditos e originais de todas as áreas da lingüística – teóricas ou aplicadas
1993	Instalação da Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras pelo MEC – PAIUB					Portaria 130 de 14 de julho de 1993 SESu/MEC

1993			Miscelânea		Departamento de Literatura – UNESP-Assis	
1993			Papia		Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernáculas UNB	
1993			Moara		Curso de Pós-Graduação em Letras UFPA	
1994			Odisséia		Centro de ciências humanas, letras e artes	Natal Rio Grande do Norte
1995	Criação do Programa MINTER – Capes					
1995-2006		Revista Brasileira – VII Fase		José Scantimburgo	Academia Brasileira de Letras	Publicou 44 números.
1995			Revista da ANPOLL		Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística	
1995			Interface		Centro de Letras e Artes – UFRJ	
1995			Cadernos e Linguagem e Sociedade		Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernáculas - UNB	
1995			Revista Philologus – O Filólogo de Plantão Rio de Janeiro-RJ		Círculo Fluminense de Estudos Filológico e Linguísticos (CiFEFil)	
1995			Sínteses		Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem UNICAMP	
1996	APROVAÇÃO DA LDB n. 9394/1996					
1996			Gragoatá	Mônica Savedra e Xoán Diez	Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense - UFF	A partir de 2006, do n. 20, a revista disponibiliza on line a sua versão impressa.
1996			Fórum Linguístico		Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC	A partir de 2008 passa a ser de formato eletrônico. Veicula pesquisas e debates relativos a todos os campos da linguística teórica e da linguística aplicada

1997	Implantação do SciELO – Scientific Electronic Library Online (Biblioteca Científica Eletrônica em Linha)					Implantação do projeto piloto de publicação eletrônica para periódicos científicos na internet, que dá início ao SciELO
1997			A Cor das Letras	Tem como editor o Prof. Dr. Roberto H. Seidel e como co-editora a Profa. Dra. Girlene Lima Portela.	Universidade Estadual de Feira de Santana Departamento de Letras e Artes	áreas de Artes, Estudos Linguísticos, Estudos de Línguas e Literaturas Estrangeiras e Estudos Literários. A partir do número 5, de 2004, está sendo também disponibilizada via internet.
1997			Revista de Filologia e Linguística Portuguesa		Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da USP	
1997			Cadernos de Língua Portuguesa		Instituto de letras UERJ	
1997			Veredas: Revista de Estudos Linguísticos		Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado em Linguística	
1998	Aprovação do GED - Lei Lei nº 9.678 de 3/07/98, que institui a Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior					
1998	Início do Qualis – CAPES – Avaliação das revistas científicas.					Antes do Qualis existia o Índice Quantitativo, que era o total de publicações no triênio dividido pelo total de docentes do programa.
1998			Línguas e Instrumentos Linguísticos		História das Ideias Linguísticas UNICAMP	
1998			Língua & Literatura		Curso de Letras da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI Campus Frederico Westphalen, RS	Conta com a versão on line a partir de 2008.

1998			Working Papers em Linguística		Curso de Pós-Graduação em Letras e Linguística	Da UFSC
1998			Fórum Linguístico		Pós-Graduação em Linguística UFSC	Florianópolis-SC
1998			SIGNUM – Estudos da Linguagem		Programa de Pós-graduação em Letras Londrina-PR	
1998			Linguagem & Ensino		Mestrado em Letras da Universidade Católica de Pelotas	
1998			Ao Pé da Letra	Professora Ângela Paiva Dionísio.	Departamento de Letras da UFPE	
1999			Revista do GELNE		Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste	
1999			Revista Brasileira de Letras – Linguística e Literatura		Departamento de Letras UFSCAR	
1999			Boletim do Centro de Estudos Portugueses da UFPI		Centro dos Estudos Portugueses da UFPI	
1999			Avepalavra		Departamento de Letras da Unemat/Campus de Alto Araguaia-MT	A partir de 2008 passa de impressa ao formato digital.
2000			Littera: Linguística e Literatura		Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo - RS	
2000			Linguagem em (Dis)curso		Programa de Pós-Graduação em Ciência da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina UNISUL	Possui versão impressa e eletrônica
2001	Criação do Programa DINTER-CAPES					
2001			Revista Brasileira de Linguística Aplicada		Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos - ALAB	A Associação de linguística Aplicada do Brasil foi criada em 1990.
?			Linguagem, Educação e Sociedade		Programa de Pós-Graduação em Linguagem, Educação e Sociedade, da UFPI	

2002			Revista da Abralin		Abralin	
2002			Revista do GEL		GEL	
2002			Caderno da ABF		Academia Brasileira de Filologia	
2003			Revista Ecos	Aginaldo Rodrigues	Instituto de Linguagem da Unemat	A versão impressa da revista encontra-se on line no site: http://www.unemat.br/revistas/ecos/
2003			Revista Virtual dos Estudos da Linguagem ReVEL	Cassiano Ricardo Haag e Gabriel Ávila Othero		
2004			Linguagem: estudos e pesquisas		Curso de Letras de Catalão UFG	
2004			Revista RECORT Publicação online	Editoras: Dr. ^a Ana Lucia de Campos Almeida Dr. ^a Cilene Margarete Pereira	Programa de Mestrado em Letras da Universidade Vale do Rio Verde (UNINCOR).	
2005			<i>Estudos da Lingua(gem)</i>		Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.	
2005			Estudos Semióticos		Programa de pós-graduação em semiótica e linguística geral universidade de São Paulo	Revista eletrônica
2005			Revista Desenredo	Lilian Vieira Ferrari	Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo	Possui a versão impressa e versão online.
2005			Revista de Linguística		Programa de Pós-graduação de Linguística da UFRJ	Revista virtual
2007			<i>Hipertextus</i> Revista Digital		Núcleo de Estudos de Hipertextos e Tecnologia Educacional – UFPE	
2007			Revista (Con) Textos		Programa de Pós-	

			Linguísticos		graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Espírito Santo	
2008			Revista de Letras Norte@mentos publicação online	Prof. ^a Rosana Rodrigues da Silva	Departamento de Letras da Unemat/Sinop	Revista de estudos Linguísticos e Literários
2008			Revista Eletrônica de Letras		Departamento de Letras do Uni-Facef Centro Universitário de Franca	
2009			RevLet - Revista Virtual de Letras,	Sílvia Ribeiro da Silva	Universidade Federal de Goiás - Campus Jataí.	Tem dois números um para Linguística e outro para Literatura.

ANEXOS

Anexo I - Fomento à pesquisa: investimentos realizados segundo modalidades – 1996-2009

Tabela 1.2.3																						
CNPq - Fomento à pesquisa: investimentos realizados segundo modalidades – 1996-2009																						
Modalidades	Investimentos (R\$ mil correntes)														Participação %							
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009	
Auxílio Pesquisa - APQ (1)	29.581	25.247	15.073	32.488	47.937	89.141	76.705	80.777	154.176	195.194	196.021	399.794	352.788	372.939	47,2	65,1	62,8	60,5	80,7	84,3	87,9	
Apoio a Núcleos de Excelência – NEX					22.847	18.054	9.563	31.528	24.032	15.044	10.609	29.250	13.678	13.259			12,7	23,6	6,2	6,2	3,1	
Apoio ao Desenvolvimento C&T – ACT									17.135	6.553	172	15.004	19.310	8.983					2,7	3,2	2,1	
Apoio a Publicações Científicas - AED	1.197	1.443	906	1.024	2.210	3.929	3.073	3.004	4.945	5.219	639	7.026	3.114	4.464	2,7	2,1	2,8	2,2	2,2	1,5	1,1	
Auxílio Espec./Treinamento no Exterior - ASP (2,3)	2.662	5.164	2.541	1.457	1.842	1.841	2.848	529	569	825	734	502	826	929	9,7	2,9	1,3	0,4	0,3	0,1	0,2	
Auxílio Espec./Treinamento no País - AEP (2,3)	2.217	3.635	1.726	867	693	656	868	224	172	350	225	141	302	98	6,8	1,7	0,5	0,2	0,1	0,0	0,0	
Auxílio Especialista Visitante - AEV (2)	1.912	3.774	2.376	1.943	1.806	4.234	3.275	291	380	729	1.048	1.349	1.595	1.601	7,1	3,9	3,0	0,2	0,3	0,3	0,4	
Auxílio Pesquisador Visitante - APV (2)	856	637	317	336	716	799	588	50	313	416	650	726	758	670	1,2	0,7	0,6	0,0	0,2	0,2	0,2	
Auxílio Projeto Conjunto de Pesquisa - APC (2)	375	1.100	682	1.313	891	879	1.344	3.671	1.734	329					2,1	2,6	0,6	2,7	0,1			
Promoção de Eventos Científicos - ARC (2)	9.247	9.923	6.616	8.119	13.444	17.391	15.449	12.279	14.720	14.913	15.201	17.961	23.299	18.828	18,6	16,3	12,2	9,2	6,2	3,8	4,4	
Participação em Eventos Científicos - AVG (2)	1.968	2.538	1.042	2.371	4.123	5.075	1.494	1.260	2.034	2.401	2.355	2.598	2.526	2.390	4,7	4,8	3,6	0,9	1,0	0,5	0,6	
Subtotal	50.013	53.461	31.278	49.916	96.509	141.998	115.207	133.612	220.209	241.975	227.654	474.351	418.196	424.161	100	100	100	100	100	100	100	
Outros investimentos (4)	11.002	17.991	13.305	26.541	19.289	28.647	49.847	47.646	1.276	568	4.575	3.028	5.358	3.394	-	-	-	-	-	-	-	
Total	61.015	71.451	44.583	76.457	115.797	170.645	165.055	181.258	221.485	242.543	232.229	477.379	423.554	427.555	-	-	-	-	-	-	-	
Fonte: CNPq/AEI. (1.2.3-ModFom_9609_\$.)																						
Notas: Inclui recursos dos fundos setoriais; Inclui bolsas de curta duração (fluxo contínuo); Não inclui os recursos do Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde (convênio com o Ministério da Saúde vigente de 2001 a 2004).																						
Na modalidade de ACT estão incluídos R\$ 60 mil relativos ao Apoio à Competitiv. e Difusão Tecnológica - CDT, em 2004																						
(1) Inclui auxílio pesquisa/área estratégica e a parcela de auxílio pesquisa concedido por meio do instrumento de auxílio integrado; Inclui os recursos repassados às FAPs, relativos ao Programa de Iniciação Científica Júnior.																						
(2) Fomento operado pelo sistema de fluxo contínuo;																						
(3) Bolsas de curta duração (fluxo contínuo);																						
(4) Recursos referentes às ações de gestão e a concessões institucionais por meio de convênios (recursos para PADCT, GEMINI, MILLENIUM, por exemplo, estão incluídos apenas até 2003 e, a partir de 2004, estão distribuídos entre as modalidades).																						

Fonte: tabela retirada do site do CNPq, acesso em 04/01/12.

Anexo II - CNPq - Fomento à pesquisa: investimentos segundo grande área e modalidade - 2001-2009

Grande Área / Modalidade		Investimentos (R\$ mil correntes)									Participação %				
		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2001	2003	2005	2007	2009
Ciências Agrárias		15.705	19.244	21.020	21.277	26.239	27.203	48.501	61.615	89.397	100	100	100	100	100
	Auxílio Pesquisa (1)	10.754	16.721	18.001	17.583	22.763	25.084	43.572	54.479	84.106	68,5	85,6	86,8	89,8	94,1
	Promoção de Eventos Científicos	2.265	1.631	1.112	1.515	1.792	1.749	1.765	3.110	2.555	14,4	5,3	6,8	3,6	2,9
	Apoio ao Desenv. Cient. e Tecnológico				1.264	505		1.587	3.309	1.818			1,9	3,3	2,0
	Apoio a Publicações Científicas	308	275	596	574	895	15	1.154	325	610	2,0	2,8	3,4	2,4	0,7
	Partic. em Eventos Científicos	402	114	67	184	201	161	276	275	260	2,6	0,3	0,8	0,6	0,3
	Auxílio Pesquisador Visitante	33	29	4	18	27	14	62	92	41	0,2	0,0	0,1	0,1	0,0
	Auxílio Especialista Visitante	373	7	5	3	6	149	78	26	8	2,4	0,0	0,0	0,2	0,0
	Apoio a Núcleos de Excelência	1.365	249	1.105							8,7	5,3			
	Auxílio Projeto Conjunto de Pesquisa	48	34	106	126						0,3	0,5			
	Auxílio Estágio/Esp. no Exterior	78	184	25	6	39		7			0,5	0,1	0,1	0,0	
	Auxílio Estágio/Esp. no País	80			3	11	32				0,5		0,0		
Ciências Biológicas		28.258	16.899	26.229	30.069	45.503	48.391	90.250	87.500	77.225	100	100	100	100	100
	Auxílio Pesquisa (1)	17.573	9.283	16.270	23.443	39.289	45.508	81.751	80.191	71.963	62,2	62,0	86,3	90,6	93,2
	Promoção de Eventos Científicos	3.325	2.361	2.037	1.915	3.330	2.174	3.023	2.270	2.469	11,8	7,8	7,3	3,3	3,2
	Apoio ao Desenv. Cient. e Tecnológico				3.283	1.269		3.412	3.827	1.268			2,8	3,8	1,6
	Apoio a Publicações Científicas	321	486	483	730	885	85	1.286	319	806	1,1	1,8	1,9	1,4	1,0
	Partic. em Eventos Científicos	710	85	164	301	312	221	328	337	309	2,5	0,6	0,7	0,4	0,4
	Auxílio Especialista Visitante	180	114	10	6	32	82	318	264	181	0,6	0,0	0,1	0,4	0,2
	Auxílio Estágio/Esp. no Exterior	316	374	13	30	147	161	46	90	83	1,1	0,1	0,3	0,1	0,1
	Auxílio Pesquisador Visitante	83	61	27	26	34	118	52	100	78	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1
	Auxílio Estágio/Esp. no País	4	30	6	14	178	42	33	102	68	0,0	0,0	0,4	0,0	0,1
	Apoio à Competit. e Difusão Tecnológica				60										
	Apoio a Núcleos de Excelência	5.629	3.948	6.999	135						19,9	26,7			
	Auxílio Projeto Conjunto de Pesquisa	118	155	220	126	27					0,4	0,8	0,1		
Ciências da Saúde		9.651	8.217	12.174	22.288	33.341	43.052	60.250	59.732	50.973	100	100	100	100	100
	Auxílio Pesquisa (1).	4.210	4.295	7.002	16.924	29.753	42.067	56.972	54.625	46.214	43,6	57,5	89,2	94,6	90,7
	Promoção de Eventos Científicos	1.991	1.647	663	1.247	1.079	684	949	2.502	1.954	20,6	5,4	3,2	1,6	3,8
	Apoio ao Desenv. Cient. e Tecnológico				2.379	1.159		628	1.590	1.128			3,5	1,0	2,2
	Apoio a Publicações Científicas	1.341	874	613	1.501	1.098	38	1.331	418	1.125	13,9	5,0	3,3	2,2	2,2
	Partic. em Eventos Científicos	578	173	116	163	230	229	355	364	422	6,0	1,0	0,7	0,6	0,8
	Auxílio Estágio/Esp. no Exterior	76	25		35		24		179	95	0,8				0,2
	Auxílio Pesquisador Visitante	14	29		16		5	15	54	35	0,1			0,0	0,1
	Apoio a Núcleos de Excelência	1.410	1.139	3.735							14,6	30,7			
	Auxílio Projeto Conjunto de Pesquisa	22	26	39	23	16					0,2	0,3	0,0		

	Auxílio Estágio/Esp. no País					4								
	Auxílio Especialista Visitante	9	10	7		6	2				0,1	0,1	0,0	
Ciências Exatas e da Terra		24.079	13.170	17.411	34.149	45.178	33.280	79.864	67.003	58.590	100	100	100	100
	Auxílio Pesquisa (1).	14.447	6.784	8.986	25.593	38.592	26.841	69.643	55.602	51.209	60,0	51,6	85,4	87,4
	Promoção de Eventos Científicos	2.541	1.761	2.903	3.053	2.911	4.737	5.146	5.725	3.574	10,6	16,7	6,4	6,1
	Apoio ao Desenv. Cient. e Tecnológico				3.550	1.542	172	2.968	3.738	1.704			3,4	2,9
	Auxílio Especialista Visitante	294	409	32	147	387	474	577	682	907	1,2	0,2	0,9	1,5
	Partic. em Eventos Científicos	973	269	276	521	532	512	500	387	408	4,0	1,6	1,2	0,7
	Apoio a Publicações Científicas	423	159	314	384	475	35	594	386	383	1,8	1,8	1,1	0,7
	Auxílio Estágio/Esp. no Exterior	468	642	68	108	282	230	205	230	271	1,9	0,4	0,6	0,5
	Auxílio Pesquisador Visitante	258	149	7	76	162	217	205	220	133	1,1	0,0	0,4	0,2
	Auxílio Estágio/Esp. no País			42	5	32	61	28	34	2		0,2	0,1	0,0
	Apoio a Núcleos de Excelência	4.337	2.544	4.118							18,0	23,7		
	Auxílio Projeto Conjunto de Pesquisa	338	453	665	711	263					1,4	3,8	0,6	
Engenharias e Computação		45.335	35.571	24.181	46.364	45.373	32.389	89.838	65.521	52.672	100	100	100	100
	Auxílio Pesquisa (1).	33.482	26.967	17.743	37.363	40.808	28.778	80.830	55.472	45.284	73,9	73,4	89,9	86,0
	Promoção de Eventos Científicos	2.404	3.740	1.556	2.824	2.189	2.310	2.938	4.620	3.505	5,3	6,4	4,8	6,7
	Apoio ao Desenv. Cient. e Tecnológico				4.301	1.101		4.320	3.570	2.116			2,4	4,0
	Auxílio Estágio/Esp. no Exterior	881	1.391	411	330	220	284	232	242	446	1,9	1,7	0,5	0,8
	Auxílio Especialista Visitante	2.534	1.265	212	103	154	277	284	564	411	5,6	0,9	0,3	0,8
	Partic. em Eventos Científicos	1.482	429	331	466	502	559	499	429	397	3,3	1,4	1,1	0,8
	Apoio a Publicações Científicas	228	78	225	350	259	30	504	385	344	0,5	0,9	0,6	0,7
	Auxílio Pesquisador Visitante	118	115	12	59	60	104	172	96	160	0,3	0,1	0,1	0,3
	Auxílio Estágio/Esp. no País	318	473	88	87	56	46	59	144	9	0,7	0,4	0,1	0,0
	Apoio a Núcleos de Excelência	3.645	661	2.964							8,0	12,3		
	Auxílio Projeto Conjunto de Pesquisa	243	452	639	481	23					0,5	2,6	0,1	
Ciências Humanas		9.165	11.012	12.928	14.237	16.993	15.731	22.440	21.317	19.008	100	100	100	100
	Auxílio Pesquisa (1).	3.983	5.329	5.545	8.391	12.904	13.341	17.895	16.937	15.860	43,5	42,9	75,9	83,4
	Promoção de Eventos Científicos	2.450	2.725	2.923	2.694	1.805	1.807	1.967	1.873	1.947	26,7	22,6	10,6	10,2
	Apoio a Publicações Científicas	827	878	613	1.118	1.261	60	1.346	540	563	9,0	4,7	7,4	3,0
	Partic. em Eventos Científicos	455	139	109	266	280	370	394	377	286	5,0	0,8	1,6	1,5
	Apoio ao Desenv. Cient. e Tecnológico				1.440	650		694	1.384	226			3,8	1,2
	Auxílio Pesquisador Visitante	162	99		75	62	126	130	133	116	1,8		0,4	0,6
	Auxílio Estágio/Esp. no País	3		11			12	7	15	11	0,0	0,1		0,1
	Apoio a Núcleos de Excelência	934	612	1.738							10,2	13,4		
	Auxílio Projeto Conjunto de Pesquisa	71	186	1.987	212						0,8	15,4		
	Auxílio Especialista Visitante	280	1.044		13	30	14	2	11		3,1		0,2	0,0
	Auxílio Estágio/Esp. no Exterior				28	1		4	49				0,0	0,0
Ciências Sociais Aplicadas		7.138	5.385	3.912	6.489	6.170	9.931	13.419	14.459	9.873	100	100	100	100
	Auxílio Pesquisa (1).	3.216	3.305	2.415	4.799	3.977	8.378	10.653	11.595	7.993	45,1	61,7	64,5	81,0
	Promoção de Eventos Científicos	1.652	667	681	913	1.387	1.236	1.355	1.402	1.146	23,1	17,4	22,5	11,6
	Apoio a Publicações Científicas	393	153	83	168	198	56	373	255	199	5,5	2,1	3,2	2,0
	Partic. em Eventos Científicos	313	216	61	94	204	182	177	254	194	4,4	1,6	3,3	2,0

	Apoio ao Desenv. Cient. e Tecnológico				300	137		751	895	192			2,2	5,6	1,9
	Auxílio Especialista Visitante	564	391	25	69	67	9	55	13	55	7,9	0,6	1,1	0,4	0,6
	Auxílio Pesquisador Visitante	66	28		25	43	31	37	22	52	0,9		0,7	0,3	0,5
	Auxílio Estágio/Esp. no Exterior	21	159	12	27	83	35	8	15	34	0,3	0,3	1,3	0,1	0,3
	Auxílio Estágio/Esp. no País	251	86	60	57	74	6	11	7	8	3,5	1,5	1,2	0,1	0,1
	Apoio a Núcleos de Excelência	638	352	559							8,9	14,3			
	Auxílio Projeto Conjunto de Pesquisa	23	29	15	37						0,3	0,4			
	Linguística, Letras e Artes	1.317	2.014	940	1.427	1.880	1.645	2.436	4.053	2.016	100	100	100	100	100
	Auxílio Pesquisa (1).	273	1.423	400	596	1.254	1.137	1.531	2.540	1.384	20,7	42,5	66,7	62,8	68,7
	Promoção de Eventos Científicos	623	285	322	449	365	361	537	1.036	340	47,3	34,2	19,4	22,0	16,9
	Partic. em Eventos Científicos	162	69	33	30	112	111	44	99	96	12,3	3,6	6,0	1,8	4,8
	Apoio ao Desenv. Cient. e Tecnológico				235	71		137	269	88			3,8	5,6	4,4
	Apoio a Publicações Científicas	89	56	55	81	50		127	75	58	6,8	5,9	2,6	5,2	2,9
	Auxílio Pesquisador Visitante	64	79		17	28	37	53	34	49	4,9		1,5	2,2	2,4
	Apoio a Núcleos de Excelência	95	59	130							7,2	13,8			
	Auxílio Projeto Conjunto de Pesquisa	10	8		19						0,8				
	Auxílio Especialista Visitante		35					4						0,2	
	Auxílio Estágio/Esp. no País							3						0,1	
	Multidisciplinar	1.108	3.616	11.616	40.337	18.431	16.033	67.341	36.259		100	100	100	100	
	Auxílio Pesquisa	968	2.567	4.415	19445,49	5.855	4.889	36.947	20.667		87,4	38,0	31,8	54,9	
	Apoio a Núcleos de Excelência			6.980	20364,4	12.177	10.609	29.250	13.678			60,1	66,1	43,4	
	Promoção de Eventos Científicos	140	583	82	109	55	144	281	760		12,6	0,7	0,3	0,4	
	Apoio ao Desenv. Cient. e Tecn.				321,3	120		507	730				0,7	0,8	
	Apoio a Publicações Científicas		115	22	40	98	320	312	413			0,2	0,5	0,5	
	Auxílio Pesquisador Visitante							7							
	Partic. em Eventos Científicos			102	7,74	26	10	24	5			0,9	0,1	0,0	
	Auxílio Especialista Visitante				39,19	47	40	20					0,3	0,0	
	Auxílio Estágio/Esp. no País		278	16	5,96		21					0,1			
	Auxílio Estágio/Esp. no Exterior		73		3,95	53							0,3		
	Não informada	241	80	3.200	3.571	2.867		11	737	64.407	-	-	-	-	-
	Soma	141.998	115.207	133.612	220.209	241.975	227.654	474.351	418.196	424.161	-	-	-	-	-
	Outros investimentos (2)	28.647	49.847	47.646	1.276	568	4.575	3.028	5.358	3.394					
	Total	170.645	165.055	181.258	221.485	242.543	232.229	477.379	423.554	427.555	-	-	-	-	-
Fonte: CNPq/AEI. (1.3.5-Ga_Mod_Fom_0109_ \$)															
Notas: Inclui recursos dos fundos setoriais; Inclui as bolsas de curta duração (fluxo contínuo).															
Não inclui os recursos do Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde (convênio com o Ministério da Saúde vigente de 2001 a 2004).															
(1) Inclui auxílio pesquisa/área estratégica e a parcela de auxílio pesquisa concedido por meio do instrumento de auxílio integrado;															
(2) Recursos referentes às ações de gestão e a concessões institucionais por meio de convênios (recursos para PADCT, GEMINI, MILLENIUM, por exemplo, estão incluídos apenas até 2003 e, a partir de 2004, estão distribuídos entre as modalidades).															

Fonte: tabela retirada do site do CNPq, acesso em 04/01/12.

